

**Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**

Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

***O Império do Retrato: família, riqueza e
representação social no Brasil oitocentista
(1840-1889)***

Niterói

Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

***O Império do Retrato: família, riqueza e
representação social no Brasil oitocentista
(1840-1889)***

*Tese apresentada ao Programa de Pós
graduação em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor em
História. Área de concentração: História
Moderna e Contemporânea.*

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Mauad.

**Niterói
2006**

Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

***O Império do Retrato: família, riqueza e
representação social no Brasil oitocentista
(1840-1889)***

*Tese apresentada ao Programa de Pós
graduação em História da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para a obtenção
do grau de Doutor em História. Área de
concentração: História Moderna e Contemporânea.*

*Profa. Dra. Ana Maria Mauad – orientadora
Universidade Federal Fluminense*

*Profa. Titular Hebe Mattos
Universidade Federal Fluminense*

*Prof. Dr. Eduardo Silva
Fundação casa de Rui Barbosa*

*Profa. Dra. Vânia Carneiro de Carvalho
Museu Paulista/USP*

*Profa. Dra. Keila Grimberg
UniRio/UCAM*

*Para Chris, Isadora e quem vier... pelo
tempo vivido, bem vivido e querido.*



(...) Não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas, a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga e rica e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas. (...)

Uma família antiga, rica e numerosa, composta de membros que sempre ocupam as melhores posições sociais (...) só não terá influência quando a sociedade estiver transtornada, quando todos esses elementos de uma influência regular e legítima estiverem obliterados pelo predomínio da violência, pela confusão da anarquia, pelo revolvimento da sociedade.

Nabuco de Araújo

Resumo

O presente trabalho discute o tema da família no Império através do viés metodológico da microhistória e da análise da documentação íntima a qual pertenceu a família Ribeiro de Avellar, rica proprietária de terras, cafezais e escravos em Paty do Alferes, vale do Paraíba fluminense. Perseguindo as histórias individuais e coletivas ao longo de quase um século, foi possível refletir sobre o conceito de família, as estratégias individuais de manutenção do patrimônio, as relações intra e extrafamiliares de frações da classe senhorial e a formação de um *habitus* de grupo legitimado como mais um elemento de diferenciação social.

Abstract

This thesis analyzes the family during the Brazilian monarchy using the microhistory methodology and private documentation which belonged to the Ribeiro de Avellar family. They were wealthy landowners who owned coffee plantations and slaves in Paty do Alferes, located in the Paraíba River Valley in the province of Rio de Janeiro. Following this individual and group history for almost one century, it was possible to discuss the concept of family, their strategies for keeping their wealth and relationships inside and outside the upper class. I also investigate how *habitus* function as an important element of social division.

Agradecimentos

Quando se chega ao fim de um longo trabalho como este, nunca se pode dizer que se chegou sozinho. Foram muitos aqueles que, de uma maneira ou de outra, me auxiliaram ao longo destes quatro anos de pesquisa. É hora de tentar amenizar minhas dívidas com agradecimentos especiais para pessoas especiais:

Chris, sem você nada disso seria possível. Obrigada por sua paciência, incentivo, amor e dedicação que só vinte anos de convivência podem explicar. Para Isadora, o melhor é dizer que foi muito difícil resistir aos seus sorrisos e pedidos de atenção, além de ter sempre que responder positivamente sua pergunta: “cê vai trabalhar, mamãe”? Por outro lado, era esta mesma vizinha que me dava inspiração para continuar escrevendo. Para minha mãe, Luiza, e irmã, Juliana, meu carinho por compreenderem minhas ausências e promessas de “para depois da tese”.

Ana Mauad, sua importância na minha formação acadêmica começou ainda nos tempos da graduação. Sua participação na minha banca de mestrado e, agora, sua orientação no doutorado só vieram fortalecer toda a minha admiração pelo seu trabalho. Contudo quero aproveitar a oportunidade para lhe agradecer por todo o incentivo e generosidade que estão muito além do acadêmico e invadem o domínio do privado, compartilhando risadas e momentos agradáveis, juntamente com Lúcia Grimberg, Renata Augusta e Keila. A estas amigas de sempre o meu eterno carinho pela força, incentivo, papos e pizzas, muitas pizzas.

Agradeço imensamente a Roberto Menezes de Moraes pela generosidade e confiança de ter me aberto sua coleção particular de fotografias bem como suas anotações pessoais. Sem sua ajuda este trabalho não seria possível.

Gostaria de expressar meu carinho pela família Barros Franco que gentilmente me recebeu em sua casa, compartilhando comigo estas e muitas memórias da fazenda Pau Grande.

Aos professores Virgínia Fontes, Maria Helena Junqueira e Cláudio Oliveira o meu agradecimento pelas discussões do curso *Marx e Freud* (UFF/2002) que tanto me inspiraram. O mesmo carinho gostaria de dedicar às professoras Hebe Mattos e Keila Grimberg, que tanto enriqueceram as reflexões aqui apresentadas com relevantes sugestões.

Outras pessoas queridas também estiveram presentes ao longo destes quatro anos me incentivando e apoiando. Um beijo especial para Elisa Goldman, Simonne Guilherme, Tânia Fernandes, Leonora Azevedo, Ivana S. Lima e Marina Michaelles.

A Marly Motta minha admiração e eterno agradecimento pela confiança que sempre depositou em mim como pessoa e profissional.

Ao meu amigo Fernando Dumas queria dizer que, neste último ano, ao me debruçar sobre a escrita deste texto, pude tomar a real dimensão de como ter trabalhado ao seu lado despertou-me para o prazer de escrever história. muito deste sentimento devo a você.

A Patrícia Azevedo pela ajuda e confecção da planta baixa da fazenda Pau Grande. Ao meu compadre Paulo Marconi não tenho nem palavras... Foram muitas, muitas horas de *photoshop* e consultoria de informática. Devo-lhe mais esta...

ÍNDICE:

Introdução.....	p1
PARTE I - A Força da Tradição.....	p42
Capítulo I - Esboços de Genealogia	p42
Capítulo II - Acertos para uma União Indissolúvel	p81
Capítulo III - Preparativos para uma União Indissolúvel.....	p91
PARTE II - O tempo da vida material: a administração da fazenda Pau Grande e manutenção da riqueza familiar.....	p121
Capítulo 4 - A criação da Vila de Paty do Alferes e a conformação de um poder familiar local.....	p121
Capítulo 5 - Os primeiros tempos: a administração de Luis Gomes Ribeiro.....	p151
Capítulo 6 - O comissário e o barão: a administração de Joaquim Ribeiro de Avellar.....	p168
Capítulo 7 - O fazendeiro cortesão: a administração de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr.....	p189
PARTE III - O Triunfo da Família Oitocentista	p219
Capítulo 8 - Fotografia e Memória na Coleção Ribeiro de Avellar.....	p219
Capítulo 9 – O Governo da Casa: o tempo privado da intimidade familiar e a administração doméstica.....	p 228
Capítulo 10 - O Tempo da Intimidade: a vida em família	p 268
Capítulo 11- O Tempo Social: a Família vai à Rua	p 318
Considerações Finais	p362
Bibliografia.....	p 368
Anexos.....	p384

Introdução:

Reflexões sobre a história da família no Brasil

*Babylônia, 6^a. f 30 de março
Minha querida Marianinha,
Somente para dar-te notícias nossas te escrevo estas
poucas linhas. Vamos passando bem de saúde e com paz de
espírito e assim todos da nossa família. Tua avó vai com
melhoras, se bem que extremamente fraca e muito cismática.
Tua tia Matilde tem estado doente, mas não de cuidado.(...)
Teu pai e amigo do coração,*

Velho.

Procurando um clima mais ameno e menos propício a epidemias do que as regiões mais centrais do Rio de Janeiro, José Maria Velho da Silva e sua esposa Leonarda Maria Velho da Silva alugaram, durante alguns meses do ano de 1855, uma chácara na Babylônia, bairro de Santa Teresa.¹ De lá, o conselheiro escrevia a sua filha Mariana três a quatro vezes por semana relatando os acontecimentos mais recentes de seu cotidiano. Através deste fluxo assíduo de correspondências, informava e se mantinha informado das condições meteorológicas, das disputas políticas, das visitas e acontecimentos sociais, do crescimento e desenvolvimento dos netos e da saúde dos amigos e parentes. A descrição das relações familiares permeava a construção de seu relato de forma significativa e moldava uma temporalidade da intimidade e da vida privada compartilhada pela classe senhorial oitocentista. O presente trabalho se insere na temática da família, já clássica na historiografia brasileira. No entanto, o faz a partir de um novo olhar, elaborado segundo as

¹ Nota sobre epidemias e saber médico no século XIX consultar: COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2^aed, Rio de Janeiro: Graal, 1983; FERNANDES, T. M. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens*. RJ, FIOCRUZ ed, 1999 e CHALHOUB, S. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

possibilidades abertas pelos estudos da documentação íntima, associados a uma abordagem de micro-história.

O tema da família foi tratado pela historiografia de diferentes formas. De um lado, aqueles que pensaram a família na sua relação com o Estado, tendo como preocupação principal o entendimento do processo de formação da nação no Brasil. De outro, os historiadores que, impulsionados por um movimento de busca de novos objetos, se dedicam ao estudo do núcleo familiar em si mesmo. Contudo, acredito que intenções a princípio tão diferentes podem andar juntas quando se altera a escala de observação na análise histórica. Ou seja, o estudo das trajetórias individuais e das estratégias familiares de membros da classe senhorial pode oferecer uma outra chave de compreensão para as relações entre Estado e famílias, entre poder nacional e poder local, entre público e privado, no Brasil oitocentista. Além de proporcionar um conhecimento mais profundo sobre o próprio funcionamento de seus núcleos familiares.² Para tanto, ao se acompanhar o fio de um destino familiar, em particular, deve-se ter em mente recuperar as mediações existentes entre a racionalidade individual e a identidade coletiva. Entretanto, antes de apresentar os pressupostos desta pesquisa, gostaria de fazer um breve passeio pela historiografia que, de uma forma ou de outra, se debruçou sobre a questão da família no Brasil.

Em nossa tradição, a noção de família se constituiu atrelada às especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal. As primeiras incursões acerca da história família foram feitas, na forma de ensaios, ainda na década de 1920, dentro de uma perspectiva de

² “fenômenos maciços que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do estado e a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias familiares ou individuais e das trajetórias biográficas de homens que foram postos diante dele. (...) Consiste, afinal de contas, em levar a sério as migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira o detalhe individual, os retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo ou mesmo de conjuntos muito maiores”. REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998, p13.

busca da identidade nacional. Estas investigações estavam voltadas para as famílias da classe dominante devido a seu importante papel na fundação da empresa colonial, e se constituíram contando com um *corpus* documental formado, principalmente, por memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal. Oliveira Viana, por exemplo, em seu livro *Populações Meridionais do Brasil*, buscou o entendimento das raízes coloniais e da evolução da sociedade brasileira, desenvolvendo o conceito de clã parental para abordar a família senhorial, considerada “a força motriz, a causa primeira da dinâmica e evolução” de nossa história política.³ Entendida como a única forma de solidariedade possível, a família colonial possuía uma composição hierárquica, a qual o chefe familiar controlava, de cima, todos os outros personagens: parentes, genros, filhos, noras e esposa.⁴

Na teoria desenvolvida por Gilberto Freyre, a organização familiar patriarcal era central para a compreensão da sociedade brasileira e estava diretamente ligada à colonização portuguesa de base rural e escravista. Entendida desta forma, a família teria sido o mais vivo e absorvente órgão de formação social brasileira:

*A família, não o indivíduo, e nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, (...) a força social que se desdobra em política, constituindo-se numa aristocracia colonial.*⁵

Centrando seus estudos em Pernambuco e no Recôncavo Baiano, primeiras regiões de colonização efetiva, o sociólogo afirmava que a família patriarcal atuou praticamente sozinha na instalação das fazendas, compra de escravos, aquisição de ferramentas, etc. Esta

³ VIANA, Oliveira. Formação Social In: *Populações Meridionais do Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1973, vol 1, p 138.

⁴ MATTOS, Hebe Maria. Laços de família In: *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1998.

⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25ª., SP: José Olympio Editora, 1987, p18.

relativa independência abriu espaço para o fortalecimento da família enquanto uma força social que se desdobraria em política e constituiria uma das aristocracias coloniais mais poderosas da América Latina.⁶ Embora a autonomia dos senhores rurais fosse limitada aos interesses de Portugal, na prática, estes estabeleciam uma grande liberdade política em relação aos mandos da metrópole européia. Como resultado, pouco a pouco, a família latifundiária acumulava uma massa de poder que, em breve, competiria com o próprio poder central da metrópole.

No interior das casas-grandes, o domínio masculino do *pater familias* era legitimado através da violência e do autoritarismo masculinos. Apesar da família ser oficializada pelo casamento na Igreja Católica, a quantidade de filhos ilegítimos gerados de relações sexuais entre senhores e escravas era grande. Alguns aspectos como miscigenação, sexualidade e promiscuidade ganharam bastante destaque na obra de Gilberto Freyre, seu objetivo implícito era discordar de autores que, a exemplo de Nina Rodrigues, viam na mistura de raças, principalmente da raça negra, o pecado original da sociedade brasileira⁷. Tendo, sua obra, contribuído, exatamente, para discutir os papéis do negro e da miscigenação na formação social brasileira. Para Freyre, a definição principal de família patriarcal se baseava na relação entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado e assim por diante.⁸

⁶ Idem, Ibidem, p18.

⁷ Muitas das afirmações de Gilberto Freyre buscavam obscurecer as idéias do *racismo científico* postulava a inferioridade biológica da raça negra e indígena em relação ao branco europeu. Um dos seus simpatizantes, o médico Raimundo Nina Rodrigues, em seu livro *Os Africanos no Brasil* (1905), defendia o argumento de que a miscigenação com a raça negra era uma das causas da inferioridade do povo brasileiro. A contraposição de Freyre a tal idéia foi explicitada: “Do mesmo modo, parece-nos absurdo julgar a moral do negro no Brasil pela sua influência deletéria como escravo. Foi o erro grave que cometeu Nina Rodrigues ao estudar a influência do africano no Brasil.” Idem, Ibidem, p 315.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 9ª., SP: Record, 1996, p66.

Em Caio Prado Júnior, a instabilidade, o desregramento e a promiscuidade foram tomados como atributos das famílias senhoriais e da sociedade colonial como um todo.⁹ Já para Sérgio Buarque de Holanda, a temática dos núcleos familiares mereceu maior destaque. Em seu primeiro livro, *Raízes do Brasil*, afirmou que, “nos domínios rurais, a família organizada segundo as normas clássicas do direito romano-canônico, herança Ibérica, prevaleceu como base e centro de toda a organização social da colônia”.¹⁰ A família derivada da noção de *famulus*, incorporava, além do núcleo pai, mãe e filhos, os escravos “de fora” e os domésticos, sem contar com os agregados. Neste sentido restrito, sua interpretação assemelha-se as de Freyre e Oliveira Viana ao colocar a família como uma célula importante da colonização portuguesa.

Neste modelo de organização familiar extensa, a família era multiplicada por uma política de casamentos que transformava em parentes os membros da família recém-chegada. Paralelamente, estabeleciam-se alianças entre os poderes locais, laços de solidariedade e relações de compadrio, fortalecendo ainda mais o domínio político da família patriarcal e latifundiária.¹¹ Na visão de Sérgio Buarque, esta composição dilatada da família é inseparável da empresa escravista e da imensa autoridade do *pater-familias*. Outro aspecto marcante no ponto de vista de Sérgio Buarque é que este tipo de organização familiar não pretendia formar cidadãos, e sim parentes, pois a própria composição social que a política administrativa da metrópole portuguesa estabelecia na colônia buscava impedir o nascimentos dos sentidos de nacionalidade e cidadania. Seu resultado era o predomínio, em toda a vida social, de “sentimentos próprios à comunidade doméstica,

⁹ FARIA, Sheila Castro. “Família”. In: VAINFAS, R. (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. RJ: Objetiva, 2000, p 216.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ª. ed, RJ: José Olympio editora, 1988, p 49.

¹¹ Sérgio Buarque chama atenção para a importância da política de casamentos na constituição de verdadeiras dinastias canavieiras e cafeeiras no sudeste brasileiro do século XIX. Idem, *Ibidem*.

naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”.¹²

Essa relação invasora entre as esferas familiar e do governo foi pensada por Sérgio Buarque através do conceito de “cordialidade”, considerado chave na sua interpretação da sociedade brasileira. Segundo ele, a cordialidade seria um tipo de funcionamento social, onde imperou a velha ordem familiar (rural e patriarcal) que privilegiava a comunidade doméstica, seus laços afetivos e sanguíneos. Esta lógica social, a seu ver, impediu a formação da democracia e de um Estado burocrático que têm por base as instituições, a cidadania plena e o individualismo. Ocorre, portanto, que as estruturas privadas inundam a esfera pública e com ela mantêm um elo de continuidade, impossibilitando a criação de uma esfera impessoal e abstrata. Utilizando uma terminologia weberiana afirmava que para o funcionário patrimonial, característico do estado brasileiro, “a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não interesses objetivos, como sucede no verdadeiro estado burocrático.”¹³ Desta forma, as invasões do público pelo privado, do Estado pela família, fincaram raízes que se estenderam para além da época colonial.

Dando continuidade a esta linha de reflexão, em *A Herança colonial e sua desagregação*, colocou, novamente, em pauta a discussão sobre o papel exercido pelos poderes locais e familiares só que, desta vez, no contexto da construção da nação e da política imperial. Para o autor, a decadência das forças locais significou o esvaziamento da

¹² Idem, Ibidem, p50.

¹³ Idem, Ibidem, p 106.

herança colonial, necessária para o surgimento da unidade nacional almejada.¹⁴ Contudo, o conteúdo personalista do estado brasileiro foi mantido.

A discussão entre o papel e a abrangência do estado na sociedade brasileira foi retomada por outros historiadores. Para Raymundo Faoro, a colonização foi empreendimento capitalista-mercantilista conduzido pela Coroa portuguesa, através de sua burocracia, transmigrada para a colônia. Sua análise ressaltou a onipresença do Estado e o papel primordial do monarca que, mediante ao controle minucioso dos cargos públicos, mantinha “os olhos vigilantes para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical que lhe transmitia a força de trabalho e lhe absorvia a riqueza”.¹⁵ Em sua interpretação, o estamento burocrático se confundia com a classe política e a iniciativa particular foi filha das vantagens e favores do estado, tendo sido tutelada e subordinada a ele. Criticando a perspectiva de Sérgio Buarque e Freyre afirmava: “não parece acertado dizer-se que, nessa gigantesca obra de colonização, o Estado português fosse primitivo e que ela se deveu, exclusivamente, à corajosa iniciativa particular”.¹⁶

Fernando Uricoechea também operou com a noção de estado patrimonial, contudo enfatizou o aspecto relacional entre a burocracia controlada pelo estado e o corpo de funcionários geridos, paralelamente, por grupos privados locais. A seu ver, a centralização política foi um processo lento e gradual o qual o estado e os poderes locais compartilharam interesses e valores antagônicos. Havendo, sobretudo, um jogo de influências recíprocas e acomodações mútuas entre as esferas pública e privada de poder.¹⁷ É no conflito dialético

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. “A Herança colonial e sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol I. RJ: Bertrand, 1993, p26.

¹⁵ FAORO, Raymundo. “A obra da centralização colonial” In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 11^a. ed, RJ: Ed Globo, 1997, vol 1, p133.

¹⁶ *Apud* FAORO, Raymundo. In: URICOECHEA, Fernando. *Minotauro Imperial*. SP: Difel/ Difusão Editorial, 1978, p28.

¹⁷ URICOECHEA, Fernando. Idem, Ibidem, p107-125. Tanto Sérgio Buarque, quanto Faoro e Uricoechea estão pensando patrimonialismo orientados pela análise weberiana. No entanto, apresentam discordâncias na

entre estado e família que o autor concebeu a política brasileira desde a colônia, num processo de burocratização crescente e patrimonialismo decrescente.¹⁸

José Murilo de Carvalho, Ilmar Mattos e Ricardo Salles conduziram esta discussão de outra forma, procurando perceber como se efetivou a centralização política e administrativa do Estado Imperial e quais os grupos sociais envolvidos na efetivação deste processo.¹⁹ Para José Murilo, a manutenção da unidade territorial e a construção de um governo civil estável foram, em grande parte, consequência do tipo de elite existente na época da emancipação. Às vésperas da independência, este grupo minoritário se caracterizou por uma homogeneidade ideológica e de treinamento, fruto do aparelho colonial burocrático, herança da colonização portuguesa. Contudo, a homogeneidade descrita por Murilo não se confunde com a onipresença da burocracia de Faoro. Os outros dois autores definem o estado enquanto um campo de relação entre classes, *locus* privilegiado de suas disputas e constituição de hegemonia.²⁰ Desta forma, para ambos, a

interpretação de seus conceitos. Segundo Raymundo Faoro, Sérgio Buarque “supostamente apoiado numa citação de Max Weber afirma que o funcionário patrimonial faz da gestão pública assunto de seu interesse particular. Ocorre que Weber não disse o que a citação faz aparentemente supor: o que ele disse é que o funcionário patrimonial faz da sua gestão “puro assunto pessoal do senhor.”” WEGNER, Robert. *Artifício e Natureza: a conquista do oeste brasileiro segundo Sérgio Buarque de Holanda*. RJ: IUPERJ, tese de doutorado, 1999, p. 33, nota 14.

¹⁸ “Partindo de sólida base weberiana, Uricoechea interpreta o Brasil imperial com o auxílio do tipo ideal de burocracia patrimonial. Os dois termos são em parte conflitantes, desde que burocracia é tomada no sentido weberiano de racionalização e modernização da máquina do Estado, enquanto patrimonial tem a ver com uma forma de dominação tradicional ligada à expansão do poder pessoal do monarca”. CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.141. No mesmo artigo, José Murilo de Carvalho demarca duas importantes linhas interpretativas do estado no Brasil. A corrente “feudalista”, composta por Oliveira Viana e Nestor Duarte, enfatizava a soberania dos poderes privados, antagônicos e hostis ao Estado, desde a colônia. Neste entender, o estado é o *locus* de realização dos interesses da classe proprietária. Já a corrente “patrimonialista” (Faoro, Uricoechea) defende que o Brasil seguiu os passos de Portugal que, desde o século XIV, se livrou dos fracos traços feudais e implantou um capitalismo de natureza patrimonial.

¹⁹ PEREIRA, Vantuil. *Liberdade e Cidadania: os requerimentos populares à Câmara dos Deputados (1822-1831)*. UFF: Departamento de História, Projeto de Pesquisa, curso de mestrado, 2005.

²⁰ Tanto Ilmar quanto Ricardo Salles operam com o conceito gramsciano de estado. Ver nota 57 In: SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. RJ: Topbooks, 1996, p.47.

classe dirigente foi forjada, concomitantemente, com o processo de construção do estado que se estendeu até a década de 1840 .

Na visão de Ilmar Mattos, os dirigentes Saquaremas (integrantes do Partido Conservador e defensores do ideal de centralização do Império) comandaram este processo, porque conseguiram transformar seus interesses privados em interesses nacionais através dos ideais de *manutenção da ordem escravista escravista e expansão da civilização*, tendo como modelo a Europa. Assim, alçaram a Coroa a qualidade de partido que passou a reunir os interesses da chamada *boa sociedade imperial*. Para Ricardo Salles, o desenvolvimento do futuro da nação pós-independência coube aos cafeicultores fluminenses, fração da classe escravista em posição ascendente no mercado internacional, que juntamente a intelectualidade conservadora e o próprio aparelho estatal formaram a base social e política efetiva do novo estado.²¹

Para além das preocupações com a formação do estado no Brasil, a temática da família também foi discutida por diversos autores. Na década de cinquenta, o conceito de família patriarcal, idealizado por Gilberto Freyre, foi retomado por Antônio Cândido em seu ensaio *The Brazilian Family*, consagrando e disseminando esta interpretação na historiografia brasileira.²² Neste artigo, Cândido reconheceu a família enquanto objeto principal de seu estudo sociológico, utilizando memórias, textos literários, cantigas e provérbios populares, como fontes de pesquisa. Segundo ele, o estudo da organização familiar patriarcal era fundamental para a compreensão da família conjugal moderna. Assim como Freyre, chamava a atenção para fatores como: promiscuidade sexual,

²¹ Idem, Ibidem.

²² Grifo meu. CÂNDIDO, Antônio. *The Brazilian Family*. In: SMITH, T. Lynn and MARCHANT, Alexandre (ests), Brazil: portrait of half a continent. NY: Dryden Press, 1951, pp 291-312.

ilegitimidade, violência e poder do patriarca. Restringindo seu estudo às famílias da classe dominante, percebia uma dupla estrutura que convivia no interior da unidade familiar:

*A central nucleus, legalized, composed of the white couple and their legitimate children; and a periphery not always well delineated, made up of the slaves, and “agregados”, Indians, Negroes, or mixed bloods, in which were included the concubines of the chief and his illegitimate children.*²³

Outros autores também se debruçaram sobre esta temática tais como: Luis de Aguiar Costa Pinto, Emílio Willems, Donald Pierson.²⁴ Entretanto, foi o trabalho de Antônio Cândido que recebeu maior destaque entre as críticas historiográficas das décadas de setenta e oitenta do século passado. Os questionamentos se concentraram, principalmente, na generalização do conceito de patriarcalismo, ampliado para toda a sociedade brasileira do século XVI ao XIX. Ao contrário, o que se pretendeu a partir de então, foi ressaltar as especificidades históricas das famílias em termos regionais e temporais.²⁵

Foi somente na década de 1970 que a temática da família foi retomada e incorporada efetivamente como objeto da história. As historiadoras Muriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff ressaltaram, dentro de uma perspectiva da História Social, as análises da economia doméstica a partir da interpretação de inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dote, diferenciando-se da perspectiva mais ensaística consagrada anteriormente.²⁶ No primeiro caso, a brasilianista Muriel Nazzari tratou da instituição do

²³ Grifo meu. Idem, Ibidem, 294.

²⁴ A saber: PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de Família no Brasil: era colonial*. Editora Nacional, INL, 1980; WILLEMS, Emílio. *A estrutura da família brasileira*. Sociologia, Vol XVI, no. 4, 1954, pp327-340; PIERSON, Donald. *The family in Brazil, marriage and family living*. Vol XVI, no. 4, 1954, pp308-314. Estas e outras obras deste período foram citadas e relacionadas por Eni de Mesquita Sâmara em: SAMARA, Eni de Mesquita. “A história da família no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, nº 17, 1988, pp 7-35.

²⁵ CÂNDIDO, Antônio. Op. Cit, p 295.

²⁶ Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997, p 253.

dote, em São Paulo. Seu intuito foi abordar, na longa duração, as principais características do dote desde o século XVII, quando era fundamental para a formação das unidades domésticas e a manutenção das famílias, até o seu desaparecimento no século XIX.²⁷ A pesquisa de Elizabeth Kusnesoff enfocou a transformação na composição das unidades domésticas de São Paulo entre o setecentos e o oitocentos, tendo em vista a relação entre as alterações na estrutura social e as mudanças do papel da família na sociedade.²⁸

A década de 1980 consagrou, definitivamente, os métodos da demografia histórica entre os historiadores e antropólogos brasileiros. Sob esta perspectiva, estudiosos como Maria Luiza Marcílio, Iraci Del Nero da Costa e Eni Mesquita Samara iniciaram uma reavaliação de questões ligadas às estruturas demográficas e composição dos domicílios durante o período colonial, tendo como *locus* privilegiado as regiões de São Paulo e Minas Gerais.²⁹ Suas pesquisas continham forte influência da metodologia desenvolvida pelo chamado Grupo de Cambridge, cuja ênfase é dada ao quantitativismo e alargamento do número de regiões pesquisadas de modo a viabilizar uma análise comparativa.³⁰ Um de seus percursoros, Peter Laslett, defendia que aspectos essenciais para o estudo da unidade

²⁷ NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. SP: Cia das Letras, 2001. Ver da mesma autora: “Dotes Paulistas: composição e transformações (1600-1870)”. In: *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp 88-114.

²⁸ KUZNESOFF, Elizabeth Anne. “A Família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)” In: *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp37-63. Sobre as fontes utilizadas em sua pesquisa, consultar nota 19 e p 44.

²⁹ Para obter um panorama da produção historiográfica brasileira sobre família até a década de 1980, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. Op. Cit, pp 7-35 e TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O Outro Lado da Família Escrava: mulheres chefes de família (1765-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. Para um estudo mais amplo e atualizado, que incluía a produção européia e suas intercessões com a demografia histórica e a história da família no Brasil, consultar: FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica” In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. Op. Cit.

³⁰ O Grupo de Cambridge (*Cambridge group for history of population and social structure*) surgiu na Inglaterra na década de 1960. A partir da metodologia desenvolvida, iniciou-se um questionamento da unidade doméstica européia enquanto vasta e complexa. Um de seus principais expoentes foi Peter Laslett que desmistificou as noções de casamentos precoces e vastas unidades domésticas, englobando vasta parentela e membros não consanguíneos. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 4ª ed, RJ: Nova fronteira, 1997, p 117.

doméstica tais como controle social, desenvolvimento social, composição familiar e ilegitimidade podiam ser mais bem estudados a partir demografia como ciência social. Segundo ele, “quantities are crucial, just as they are with demography itself. But quantification is an incident, a circumstance, never an end”.³¹ Sua intenção principal era verificar a existência da família nuclear, historicamente identificada com a família moderna, em períodos anteriores a industrialização européia.

Influenciados por este novo enfoque e instrumental metodológico dado à História da Família na Europa, pesquisadores brasileiros reivindicaram uma revisão do conceito de família, historicamente consagrado como patriarcal e extensa (quando mais de uma geração coabitava o mesmo domicílio), a partir da abordagem de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Antônio Cândido. A antropóloga Mariza Corrêa foi pioneira ao afirmar que:

*a história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica - a família patriarcal - um tipo fixo onde personagens, uma vez definidos, apenas se substituem do decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais.*³²

A crítica de Mariza Corrêa, compartilhada por outros historiadores, era proveniente da comprovação de que, em outras regiões coloniais, o modelo de organização familiar patriarcal e extenso não foi seguido pela maioria da população. Segundo ela, Gilberto Freyre e Antônio Cândido ao estudarem a família na classe dominante, acreditaram que seu ideal pudesse ser praticado por outros grupos, em diferentes épocas e lugares, generalizando a convivência familiar patriarcal para toda a sociedade brasileira. Segundo ela, a historiografia tradicional ao eleger a casa-grande como espaço privilegiado para o

³¹ LASLETT, Peter. *Family life and illicit love in earlier generations*. 2ª ed, Cambridge University Press, 1978, pp 6,7.

surgimento da sociedade brasileira, acabou por ofuscar inúmeras outras formas de organização social. Desse modo, Mariza Corrêa reivindicava que outros tipos de família coexistiram no tempo e no espaço com a família patriarcal e, portanto, mereciam ser conhecidas nas suas especificidades.

A partir destes novos questionamentos na área da história da família, as pesquisas com base no instrumental teórico-metodológico demográfico se diversificaram. Através da análise dos censos e fogos domiciliares, concluiu-se que a maioria das famílias não era de estrutura numerosa ou formada por parentes, agregados, escravos; todos submetidos ao poder absoluto do chefe da casa.³³ Ao contrário, o Brasil possuiria os mais diferentes tipos de famílias: chefiadas por mulheres, com muitos filhos, com poucos filhos, unidas por casamentos legais ou concubinatos, etc. Estas primeiras conclusões, levaram a um debate mais amplo que incluiu temas como celibato e casamento, divórcio e separação, além do papel da mulher no interior dos diferentes núcleos familiares.³⁴

Contemporizando as pesadas críticas feitas à obra de Gilberto Freyre, Ronaldo Vainfas alertou que, no entender do sociólogo, não havia uma equivalência entre os conceitos de família patriarcal e família extensa.³⁵ Portanto, a preocupação com o número de pessoas que coabitavam o mesmo domicílio não era essencial para a formulação da noção de patriarcalismo em Freyre, exceto como indício do poder do *pater-famílias*. Da mesma forma, o autor nunca havia negado a existência de outros tipos de organização

³² CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: Concha de Retalhos. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994, p15.

³³ SAMARA, Eni. Mesquita. *A Família Brasileira*. 4ªed, São Paulo: Brasiliense, 1993; Tendências atuais da história da família no Brasil In: ALMEIDA, A. M. de. (org). *Pensando a Família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: co-edição Espaço e Tempo/ UFRJ, 1987; MARCÍLIO, Maria Luiza. Populações do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci Del Nero (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

³⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Op. Cit.

³⁵ VAINFAS, Ronaldo. Idem, Ibidem. A mesma ressalva também é feita pela historiadora: FARIA, Sheila de Castro. “Família” In: VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit, pp 216-218.

familiar diferentes do patriarcalismo. Apenas não as considerava predominantes na região de Pernambuco e do Recôncavo Baiano, seu objeto de estudo. Em Sobrados e Mocambo, Freyre esclarecia:

*quando (...) procuramos salientar o declínio do patriarcalismo rural, principalmente em Pernambuco e na Bahia, onde desde o século XVI se consolidara na casa-grande de engenho e de fazenda, dominando daí a paisagem do Brasil colonial, foi pretendendo fixar apenas a tendência mais saliente; e não sustentando que o domínio da casa-grande de engenho tivesse sido absoluto*³⁶.

A historiadora Ângela Mendes de Almeida conceitua duas possíveis formas de entendimento para a família patriarcal brasileira proposta por Gilberto Freyre. A primeira, identificada com a demografia histórica, já descrita neste trabalho, procuraria testar a noção de patriarcalismo, levando em consideração as novas pesquisas sobre a organização familiar na Europa. A partir de tal postura, foi questionada a abrangência da família patriarcal no Brasil em termos de região, grupos sociais e composição. Contudo, uma segunda corrente buscava compreender o patriarcalismo como uma construção ideológica criada a partir de traços básicos do comportamento familiar, ou seja uma referência para os padrões de relações afetivas, sexuais, de solidariedade e de violência. Neste sentido, “o conteúdo dos argumentos de Freyre permite que se conceba seu modelo como uma representação de família enquanto um grupo estruturado numa hierarquia, que embora forte, - “todo mundo conhece o seu lugar” - , está a cada momento sendo subvertida”³⁷.

³⁶FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit, p30.

³⁷ ALMEIDA, Ângela Mendes de (org). *Pensando a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Rural do Rio de Janeiro, 1987, p 15. A primeira postura estaria mais próxima de autoras como Eni Mesquita Sâmará e Maria Corrêa, enquanto a segunda foi proposta pelo antropólogo Roberto da Matta, em seu artigo *Família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira*, no mesmo livro, pp 115-136. Também trabalham dentro desta segunda perspectiva, Kátia Muricy e Ângela Mendes de Almeida em artigos da obra já citada. Em trabalhos mais atuais, as pesquisas de Silvia Brügger e Antônio Otaviano também adotam esta segunda perspectiva. Ver: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – família e sociedade (São João Del rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese (doutorado) - UFF, Niterói, 2002, VIEIRA Jr., Antônio Otaviano.

Os questionamentos abertos pela demografia histórica também geraram importantes contribuições no que se refere à história das classes oprimidas. Maria Odila Leite da Silva Dias, por exemplo, apesar de não se preocupar diretamente com o tema da família, buscou reconstruir os papéis sociais de mulheres livres, escravas e forras, durante o processo de urbanização de São Paulo no século XIX.³⁸ No que concerne à família escrava, no final da década de 1970, os trabalhos de Richard Graham e Robert Slenes procuraram demonstrar que, a exemplo dos Estados Unidos, o casamento religioso e a composição de famílias escravas estáveis não eram raros na sociedade escravista brasileira, conforme havia sido legitimado pela historiografia tradicional.³⁹ A década seguinte serviu para aprofundar estes questionamentos através de um crescimento dos estudos sobre parentesco e família escrava tendo como pano de fundo um movimento historiográfico mais amplo, que procurou inserir o escravo enquanto agente histórico.⁴⁰

Como procurei demonstrar, as contribuições da demografia histórica para a história da família no Brasil foram de grande porte. Em primeiro lugar, seus índices numéricos levaram a um questionamento da organização familiar, ressaltando suas especificidades regionais, e uma revisão de questões tais como o papel da mulher na estrutura familiar, o casamento, as relações de concubinato, a ilegitimidade, os laços de compadrio, etc. Em segundo lugar, possibilitou uma crítica profunda à completa absorção cultural de escravos e dependentes livres pela família senhorial. No que se refere à história social da escravidão, a

Entre Paredes e Bacamartes: a história da família no sertão (1780-1850) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

³⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XVIII*. SP: Brasiliense, 1984.

³⁹ ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, Editora UNICAMP, 2004, p36. Neste sentido, Slenes e Graham se opõem a Gilberto Freyre, Emília Viotti da Costa, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes e Roger Bastide que acreditavam na impossibilidade ou extrema dificuldade de formação da família escrava por diversos fatores, que variaram de acordo com a visão de cada um dos autores. Ver também: SLENES, Robert W. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*. In: CORRÊA, Mariza. *Concha de Retalhos*. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994.

demografia história conseguiu resgatar, através de estatísticas, a existência e a recorrência das famílias escravas no Brasil colonial e oitocentista.⁴¹

Também são devedores da demografia histórica, os trabalhos de Kátia Mattoso e Maria Beatriz Nizza da Silva, cada qual a sua maneira.⁴² Estudando a sociedade baiana dos oitocentos, Kátia Mattoso considerou a família o primeiro tipo de associação social, sendo, portanto, uma instituição fundamental juntamente com o Estado e a Igreja. Na terceira parte de seu livro *Bahia século XIX: uma província no Império*, analisou o núcleo familiar, em suas mais diversas formações em termos de: grupo social, regime matrimonial, parentesco, estratégias matrimoniais e relações sociais. De outro modo, seguindo as orientações mais ligadas à história da cultura, Nizza da Silva abordou as diferentes tipologias de família na Colônia, utilizando a região e a atividade econômica como fatores de distinção, por excelência. Desse modo, de forma mais generalizante, analisou as relações familiares nas casas-grande, nas fazendas de gado, na região mineira e entre os homens livres, sitiantes e roceiros; ao mesmo tempo em que, abordou temas verticais como, concubinato, casamentos mistos, família escrava, relações familiares, entre outros. A diferença entre as autoras pode ser demarcada, ainda, em termos das fontes pesquisadas. Enquanto a primeira utilizou, prioritariamente, de documentação jurídica; a segunda reuniu registros de cunho eclesiástico, comercial e de foro íntimo.

⁴⁰ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. Op. Cit, p 257.

⁴¹ Atualmente, muitos trabalhos realizados dentro da perspectiva da história demográfica têm sido publicados pela revista *População e Família* do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) que funciona na Universidade de São Paulo.

⁴² MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX: uma província no Império*. RJ: Nova Fronteira, 1992. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998. Em outros trabalhos anteriores, a historiadora portuguesa Nizza da Silva tratou de questões referentes à família na colônia, a saber; *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. SP: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977 e *Vida Privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Referência/ editorial Estampa, 1993.

Atualmente, as pesquisas na área da história da família têm ressaltado a importância de se pulverizar este conceito. Desta forma, seria mais correto se utilizar o substantivo no plural, recorrendo ao estudo das diversas famílias nas diferentes épocas e regiões. Assim, em linhas gerais, o que prevalece são análises que destacam uma temporalidade e região específicas, entretanto, sem perder de vista as reflexões teóricas mais amplas acerca da estrutura familiar brasileira. Outro aspecto que também chama atenção é o das fontes utilizadas. É freqüente a preocupação para que a análise não fique circunscrita a mera quantificação de números, privilegiando-se a compreensão das relações sociais e familiares que os mesmos podem fornecer. Tal perspectiva leva, necessariamente, a outros dois aspectos: a diversificação e o cruzamento de fontes.

Luciano Figueiredo, em *Barrocas famílias - vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*, trilhou um caminho mais próximo à história das mentalidades, procurando perceber o cotidiano dos sentimentos, afetos, violências, solidariedades e atitudes no domínio da família dos chamados “desclassificados”.⁴³ O autor concentrou sua análise nas tensões entre as formas da cultura popular, vivenciadas no universo da família, e da cultura eclesiástica erudita, recuperada através dos autos de devassas. Sob esta ótica concluiu que a vida familiar das Minas Gerais setecentista transcorria à margem das instituições oficiais dominantes, sendo disseminadas práticas de relações extraconjugais, adultérios, ilegitimidade, apontando para uma grande resistência dos grupos populares a aceitarem as uniões cristãs.

A história da família também foi utilizada para o estudo da dinâmica de áreas em implantação e expansão de atividades econômicas rurais. Em seu livro, *Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*, Sheila de Castro Faria buscou analisar

a riqueza, a família e a vida cotidiana dos diversos grupos que compunham a sociedade de Campos dos Goitacases, capitania da Paraíba do Sul, situada ao norte fluminense.⁴⁴ Utilizando-se de vasto material documental de natureza demográfica e judicial, demonstrou como os integrantes de uma *colônia em movimento*, caracterizada por grande mobilidade social e de fortunas, alto fluxo migratório e transitoriedade, buscavam na formação familiar uma referência de estabilidade e fixação.

Pode-se perceber, ainda, na historiografia recente, uma proposta de redimensionamento do trabalho de Gilberto Freyre, após um período de grandes críticas cujo debate já foi apresentado neste trabalho. Silvia Brügger, por exemplo, defendeu a existência da organização familiar patriarcal na sociedade mineradora dos séculos XVIII e XIX. Segundo ela, “o que estava em questão não era necessariamente o sexo do chefe da família, mas a representação do poder familiar”, assim, seus membros se pensavam muito mais como parte de uma determinada família do que como indivíduos, aspecto constitutivo de uma lógica familiar patriarcal.⁴⁵ A análise de Antônio Otaviano Vieira Jr. caminha numa direção semelhante se aproximando da análise de Freyre, principalmente, no que diz respeito ao objetivo de interligar uma reflexão sobre a vida íntima e o cotidiano das relações familiares com o domínio do político. Retomando a análise de diferentes estruturas familiares do nordeste, procurou rever certas questões defendendo um “viver em família” pautado em especificidades daquela sociedade tais como: a seca, o semi-nomadismo, a

⁴³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. SP: Hucitec, 1997.

⁴⁴ FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁵ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Op. Cit, p53.

violência e a própria indefinição e transitoriedade dos sentimentos relacionados aos conceitos de casa e família.⁴⁶

O presente trabalho reconhece a importância da renovação de fontes, conceitos e abordagens, levados a cabo pelas várias correntes historiográficas que se dedicaram a história da família no Brasil. Contudo, pretende apresentar outros métodos de investigação que permitam observar o tema sob um enfoque de micro-análise, tendo em vista a reflexão sobre aspectos e problemas que não são perceptíveis na maioria das análises macrosociais.⁴⁷ Ao mesmo tempo, proponho um retorno à análise dos grupos familiares mais abastados, entretanto, de forma diferenciada das concepções ensaísticas, características da primeira metade do século XX. Minha intenção é, através do estudo de caso da família Ribeiro de Avellar, levantar novos questionamentos e recuperar as relações intra e extra familiares, compartilhadas por frações da classe dominante do Império, durante a segunda metade do século XIX.

Para uma micro-história da família:

Até o momento, pode-se dizer que a maioria dos estudos que tiveram a família como objeto de análise acabaram por se basear na noção de família enquanto unidade de residência e/ou unidade econômica. Deste modo, é possível compreender os longos debates em torno do número de pessoas residentes em um domicílio, sua chefia, além das discussões acerca da coexistência ou não dos modelos de família, conceituados seguindo terminologia européia, como de caráter extenso ou nuclear. A história da família esteve,

⁴⁶ VIEIRA Jr., Antônio Otaviano. Op. Cit.

⁴⁷ REVEL, Jacques (org). Jogos de Escalas. Op. Cit.

durante muito tempo, ligada à descrição destes modelos: suas regras de funcionamento e fatores responsáveis pelas transformações no interior do grupo familiar.

Partindo de outro ponto de vista, esta pesquisa busca apreender as redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder, tecidas pelas famílias da classe senhorial do Império que, certamente, estão além do restrito critério de coabitação.⁴⁸ Meus questionamentos se voltam para as formas de comportamento em família, o papel exercido por cada um de seus personagens interna e externamente ao núcleo de origem, as estratégias de sobrevivência familiar no sentido de manter seu *status* enquanto grupo privilegiado da sociedade imperial oitocentista. Esta abordagem procura explicitar a existência de uma pluralidade de destinos particulares, dentro do mesmo núcleo familiar, como forma de reconstituir um espaço dos possíveis nesta dada configuração social. Para tanto, proponho a diminuição da escala de observação como um recurso que possibilitará uma outra leitura do social e das relações familiares nele contidas, ao mesmo tempo em que possibilita acessar a multiplicidade de experiências e de representações sociais coexistentes.⁴⁹

O núcleo familiar escolhido foi o Ribeiro de Avellar. Sua propriedade na região de Paty do Alferes, município de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, se localizava a perder de vista e era cultivada por um grande número de escravos. Os negócios da família giravam em torno do plantio, colheita e comercialização do café. Assim, se explicava o grande número de tropas de mulas que, carregadas de sacas de café, subiam e desciam a serra em direção à capital, para entrega-las ao comissário responsável que viabilizaria a sua exportação. A riqueza e a opulência desta família, geradas na exportação do produto,

⁴⁸ LEVI, Giovanni. “Três Histórias de Família: os núcleos parentais” In: *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁹ Sobre o conceito de estratégia social ver: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas*. Op. Cit, pp 26, 27.

sustentaram três gerações de grande poder político e prestígio social que alcançaram enobrecimento através de títulos de nobreza, concedidos com grandeza por D. Pedro II, como os de Barão de Capivary, Visconde de Ubá e Baronesa de Muritiba, só para citar aqueles pertencentes à Casa do Pau Grande. Sob um olhar mais abrangente, é possível citar, ainda, outros grandes proprietários ligados à família como: o Barão do Guaribu, o Visconde da Paraíba e os primeiros Barões de São Luís e de Ubá.⁵⁰

A escolha da família Ribeiro de Avellar como objeto de pesquisa se deveu a inúmeros fatores. Primeiramente, a grande influência política local de seus titulares que, por diversas vezes, ocuparam cargos importantes nas câmaras municipais de Paty do Alferes, de Vassouras, além da Guarda Nacional. Em segundo lugar, considere sua intensa mobilidade espacial e boa aceitação social nos círculos freqüentados. No início do século, os Ribeiro de Avellar migraram da capital do Império para província e se estabeleceram como ricos proprietários graças ao enorme crescimento das exportações de café. Uma vez consolidada a fortuna na década de 1870, os futuros Visconde e Viscondessa de Ubá, juntamente com seus filhos, alternaram passeios e moradia entre a fazenda do Pau Grande, a cidade de Petrópolis, Caxambu, a Corte e a Europa.⁵¹ Outro aspecto interessante de ser trabalhado é que a estrutura familiar preservada na fazenda, pois sempre apresentou uma “acomodação” mantendo diversos núcleos no mesmo espaço doméstico. Desse modo, esta formação familiar é bastante rica no sentido de perceber os espaços de intimidade e os espaços de disputa em família.

⁵⁰ BRASIL, Gerson. *O Ouro, o Café e o Rio*. RJ: Livraria Brasileira editora, 1970, p96.

⁵¹ O termo mobilidade espacial foi utilizada tendo em vista as proposições de Hebe Maria Mattos para quem este era um recurso “comum a ricos e pobres, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse de alguns escravos ou outros bens móveis podia representar nas oportunidades abertas de reinserção social. Era um recurso da liberdade, primeira e fundamental marca de seu exercício”. MATTOS, Hebe Maria. *Laços de família* In: *Das Cores do Silêncio*. Op. Cit, p29.

Considerarei ainda, na escolha do núcleo Ribeiro de Avellar, sua organização interna porque permite analisar os papéis familiares e as redes de solidariedade tecidas no interior do espaço de morada. E a riqueza, originalidade e excelente estado de conservação de sua documentação. Trata-se de um material diverso que compreende cartas, fotografias, diários, ofícios, recibos e notas fiscais de compras, testamentos e inventários, permitindo uma reflexão sobre diferentes aspectos do tema abordado. A complexificação e a análise exaustiva destas fontes são fundamentais para a mudança de enfoque desejada na pesquisa. Uma análise baseada na prática da micro-história aproxima o foco de observação, tentando perceber nos detalhes e nas singularidades o que o particular tem de coletivo, sem no entanto, reduzir as especificidades e deixar de recriar os indivíduos a partir de seus nomes próprios. Como afirma Jacques Revel:

*A escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra -, a complexa rede de relações, a multiplicidade de espaços e tempos nos quais se insere. (...) A análise micro-histórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula.*⁵²

Em termos metodológicos, a escolha da micro-análise coloca a impossibilidade de se operar com conceitos apriorísticos. Deste modo, a própria noção de família, que pontua o objeto de estudo desta pesquisa, será redefinida a partir “descrição densa” das fontes selecionadas tendo em vista recuperar, na medida do possível, as teias de significados construídos e compartilhados socialmente pela classe senhorial do Vale do Paraíba

⁵² REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: *A Herança Imateria*. Op. Cit, p17.

Fluminense ao longo da segunda metade dos oitocentos.⁵³ Alguns indícios podem ser detectados em correspondências escritas por José Maria e Leonarda Velho da Silva para sua filha, Mariana Velho de Avellar, proprietária da fazenda Pau Grande. Vamos a eles:

Glória, 4 de outubro às 6 da tarde

Minha querida Marianinha,

(...) Por aqui vai tudo na mesma, continua a bixa sendo notável que é muito raro morrer uma pessoa conhecida, todos os que morreram são da classe baixa e pretas. As gentes que vivem em melhores condições e que, sendo atacadas, se tratam logo vencem com facilidade e brevemente, e em dois ou três dias ficam bons. Aqui em casa ninguém tem caído até o presente, a exceção de Bárbara que já está boa e o que teve foi coisa passageira.

Pelas casas da nossa família não me consta que tenha morrido ninguém e só a Baronesa de Jacotinga perdeu um escravo bolieiro.(...)

Recomenda-me ao Joaquim, a teu sogro e as primas.

Teu pai amado do coração,

*Velho.*⁵⁴

Em longa carta onde relata os efeitos destrutivos da varíola na capital do Império, José Maria Velho da Silva faz alguns comentários interessantes para se pensar não só a noção de família, mas também a própria lógica do social, compartilhadas pelas frações mais abastadas da sociedade Imperial. Ao se referir aos indivíduos que mais facilmente contraem a chamada “bixa”, chamava-os de “classe baixa e pretas” e os contrapõem as “pessoas conhecidas”. Contudo, esta última denominação é bastante ambígua. José Maria não deixou claro se eram “pessoas conhecidas” suas e de sua família, assemelhando-se, em significado, a amizade e intimidade. Ou, se tratavam de “pessoas conhecidas” no sentido de públicas,

⁵³ O conceito de “descrição densa” proposto por Geertz está diretamente associado à noção de cultura enquanto organização emotiva. Segundo ele, a cultura é coletiva, uma vez que os significados dos símbolos são compartilhados. Primeiramente, o pensamento é organizado de acordo com as estruturas simbólicas públicas e somente depois disso, ele se torna privado. Trata-se, portanto, de um entrelaçado de signos interpretados socialmente. GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: *A Interpretação das Culturas*. RJ: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989. A restrição feita por Revel e Levi aos princípios de Geertz, a qual seguirei aqui, está no encorajamento do relativismo de tipo culturalista. Desta forma, defendem que ao retomar a linguagem dos atores sociais deve-se fazer dela um indício para o estudo das identidades coletivas. REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas*. Op. Cit, p25.

⁵⁴ Carta de José Maria Velho da Silva a Mariana Velho de Avellar. Rio de Janeiro, 4 de outubro, s/a. (Coleção Particular 2).

conhecidas pela sociedade, equivalendo, assim, aquelas que tem titulação, prestígio ou boa circulação no meio social da Corte. Todavia, o que parece ambivalência ou imprecisão aos nossos olhos, para sua filha, destinatária da carta, poderia significar redundância. Permeada por um universo social pensado hierarquicamente através da cisão entre o mundo das “gentes que vivem em melhores condições” e o mundo das “pessoas de classe baixa e pretas”, Mariana Ribeiro de Avellar, certamente, desvendou estes signos sem grandes dificuldades como profunda conhecedora do alfabeto empregado.

No que diz respeito à noção de família, José Maria narra que “pelas casas de nossa família” a peste não tinha passado, estando todos bem de saúde. Sua preocupação se estendia aos parentes mais próximos citando nominalmente sua cunhada, a Baronesa de Jacotinga, e D.Bárbara, uma viúva que trabalhava em sua casa, com a filha Adelaide, na condição de livre. Aqui, a ambigüidade se faz notar quando, devido a maior intimidade e sentimentalidade, construídas ao longo de muitos anos no convívio doméstico, D.Bárbara, apesar de pertencer ao mundo das “pessoas de classe baixa e pretas”, é acolhida entre as “pessoas conhecidas”. Neste caso, a agregada é “conhecida” no sentido da convivência, da familiaridade. A análise dos dicionários da época também pode ser de grande valia no sentido de se perceber como os atores sociais envolvidos construíam e compartilhavam a noção de família no contexto do social vivido.

Antônio de Moraes Silva define o termo família como: “as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, pais de família, mas mais estritamente se diz do pai, da mãe e filhos, ou que vivam na mesma casa, ou em diversas casas. Os parentes e aliados”.⁵⁵ Contudo, os significados para a palavra *casa* estavam

⁵⁵SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 6ªed, Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2.

relacionados tanto a moradia, edifício; quanto à noção de geração, descendência. Sua adequação, para uma ou outra definição, variava de acordo com o contexto em que fosse empregada.⁵⁶ Da mesma forma, os critérios de pertencimento à família podiam ser consangüíneos e políticos, construídos através de laços de solidariedade e aliança. A definição, ainda, deixa claro que o critério de coabitação não era o mais importante. Outra obra de referência, publicada por Eduardo Faria, coloca que a família “no sentido próprio mais estreito, compreende a sociedade formada naturalmente pelo pai, mãe, filhos, que vivam reunidos na mesma habitação, quer vivam separados. Entende-se também por esta palavra todas as pessoas de um mesmo sangue e parentela com irmãos, netos, cunhados, genros e primos”.

Entretanto, outro aspecto bastante interessante que nos dicionários se encontra relacionado à família é o da privacidade. Por diversas vezes, a palavra família esteve ligada à “familiaridade, amizade, convivência sem cerimônia, privança”.⁵⁷ Portanto, para além do sangue e das alianças políticas, também estava em jogo vínculos constituídos através da amizade e uma sensação de intimidade que matizaria os sentimentos acima, como era o caso de D. Bárbara, descrito na correspondência de José Maria. Entretanto, como não poderia deixar de ser numa sociedade fundada na diferença, a palavra família também podia adquirir um sentido legitimador da hierarquia constituída. Vejamos:

um homem de boa família é um homem que pelos laços de sangue está unido a certo número de pessoas que na sociedade e pelas razões já ditas gozam de um lugar privilegiado. Isto se chama uma família distinta, honesta, estimável. Quando os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos se hão multiplicados e conservado sem quebra durante largo tempo em uma mesma família, quando os membros que compõem estas

⁵⁶ Antônio Otaviano também registrou esta idéia de família em constante movimento para a sociedade cearense do final do século XVIII e primeira metade do XIX. Antônio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes*. Op. Cit.

⁵⁷ ROQUETE, J. I. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Paris: em casa de V. J. P Aillard Guillard, 1881, p509.

*famílias quiserem levar mais adiante a distinção ordinária de família, e daqui lhe veio o nome de casa.*⁵⁸

Portanto, “ser de boa família” possuía um significado adjetivado. Por um lado, era o mesmo que pertencer a um grupo seletivo e privilegiado que, na sociedade Imperial, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente a sua cidadania, conforme os critérios estabelecidos pela constituição de 1824.⁵⁹ A estes estavam abertos os mundos da política e do governo, fazendo com que pudessem se estabelecer enquanto classe dirigente do Império.⁶⁰ Por outro lado, “ser de boa família” equivalia ao poder de gozar dos atributos de liberdade, propriedade⁶¹ e viver com opulência⁶²; privilégios circunscritos à aristocracia imperial. Derivava desta realidade, um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de *ver o mundo* e de *se ver no mundo*. Em última instância, este sentimento aristocrático se constituía enquanto um *habitus*, uma segunda natureza, compartilhada pelos indivíduos que compunham as “melhores famílias”, e por consequência, pelo próprio grupo

⁵⁸FARIA, Eduardo. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2ªed, Lisboa: Typographia Lisbonense de José Carlos d’Aguiar Vianna, 1850/1853, vol 3, p32.

⁵⁹ A primeira carta constitucional brasileira, outorgada em 1824, estabelecia a distinção censitária entre cidadãos ativos, cidadãos passivos e não cidadãos. Era a partir dos atributos de liberdade e propriedade que se definiam os critérios de cidadania. A ausência destes atributos era definidora da massa de excluídos da sociedade civil: os escravos. MATTOS, Ilmar. “um império e três mundos”. In: *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2ªed, SP: Hucitec, 1990, p116.

⁶⁰ A noção de classe dirigente utilizada nesta pesquisa tem por parâmetro as reflexões de Ilmar Mattos para quem o conceito de classe dirigente não se restringe à burocracia do Estado em seus diferentes níveis. Portanto, por classe dirigente entendem-se todos aqueles que aderiram aos princípios de ordem e civilização, envolvendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – “senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além de professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes não públicos”. Idem, *Ibidem*, pp 3,4.

⁶¹ A liberdade foi, durante o período colonial, um atributo do branco que potencializava sua inserção social e a propriedade. Contudo, com a extinção do tráfico no século XIX, os significados de liberdade passaram a estarem vinculados ao não trabalho, a viver de renda. A liberdade passou, portanto, a ser pensada idealmente como um atributo do homem branco e potencializadora do não trabalho. O homem livre era, por excelência, aquele capaz de “viver sobre si” opondo-se aos cativos que, antes de tudo, serviam a alguém. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silênci*. Op. Cit, pp 32, 33.

⁶² Neste trabalho, a opulência está atrelada à riqueza ostentatória derivada de uma noção de riqueza que a concebe, principalmente, enquanto realidade visível. Ver: MATTOSO, Kátia de Queirós. “A opulência na

dirigente; atuando, ao mesmo tempo, como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo.⁶³

Retornando as discussões dos dicionários, vê-se que os laços de sangue foram descritos como aptos a oferecerem honra e *status*, compartilhados entre todos os descendentes. Quando diferentes núcleos ou gerações da mesma família eram capazes de cultivar um caráter aristocrático, era possível ascender à denominação de *casa*, que “indicava mais qualidade”:⁶⁴ Deste modo:

*As famílias se notam pelas alianças, por um modo de viver polido, pelas maneiras distintas das do baixo povo, pelos costumes cultivados, que passam depois para os filhos. As casas se formam pelos títulos, pelas altas dignidades de que são ilustrados e pelos empregos continuados de parentes do mesmo nome.*⁶⁵

Antônio Moraes Silva acrescentava aos elementos liberdade e propriedade, definidores da classe dirigente do Império, as qualidades do cultivo dos costumes, - entendido como polidez das maneiras, boa educação e instrução - as titulações e boa aceitação no círculo social da Corte. Neste sentido, o sentimento aristocrático compartilhado por estas famílias estava de pleno acordo com o projeto imperial de expansão da civilização que tinha como modelo ideal os gostos e padrões culturais das nações européias.⁶⁶ Explica-se, assim, a consternação e sentimentalidades de Mariana

província da Bahia”. In: NOVAIS & ALENCASTRO. *História da Vida privada no Brasil: Império*. SP: Cia das Letras, 1997, pp143-180.

⁶³ De acordo com Norbert Elias, *habitus* é a forma de sentir e agir não reflexiva, o equivalente a uma segunda natureza, que, através do autocondicionamento psíquico, pouco a pouco vai fazendo parte da estrutura da personalidade do indivíduo. Para compreender melhor a forma como Elias entende e trabalha com este instrumental teórico, deve-se inseri-lo no contexto de sua teoria geral do “processo civilizador”. Sobre o conceito de *habitus* ver: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995; *Mi Trayectoria Intelectual*. Barcelona: Ediciones Península.1984; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol II; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1994. vol I.

⁶⁴ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*....., p10, vol2

⁶⁵ Idem, Ibidem

⁶⁶ MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit.

Velho de Avellar em carta endereçada a sua mãe em 11 de junho de 1864: “sinto o que está sofrendo o Achilles Arnaud, mas é o resultado de ter se casado fora de sua classe”.⁶⁷

Apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de formas de viver em família, seja entre os escravos, seja entre forros, sitiantes, arrendatários, vendedores e toda sorte de homens livre e pobres, os dicionários preferem desconsiderá-los em suas descrições. As referências de Antônio Moraes Silva estão centradas no que era idealmente concebido como o modo de viver da classe dominante. Assim, o discurso social acerca da família, produzido no interior deste grupo, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se auto-elegia como a família socialmente aceita.

O grande desafio desta pesquisa será, portanto, fazer uma análise microhistórica do núcleo Ribeiro de Avellar almejando perceber as teias de relações afetivas constituídas entre seus atores, que estavam interna e externamente estruturadas, de modo a redesenhar as redes de solidariedade e mecanismos de sobrevivência que permitiram sua manutenção enquanto classe dominante. Minha proposta se baseia na perspectiva de que “a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”.⁶⁸ Assim, a singularidade e a especificidade dos Ribeiro de Avellar estão circunscritas nos limites da cultura do próprio tempo e do próprio grupo social, sendo possível a análise do *habitus* das famílias da classe dominante oitocentista através da micro-análise de tal núcleo em particular.⁶⁹

⁶⁷ Carta de Mariana Velho de Avellar para D. Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 11 de junho de 1864. (Coleção Particular 2).

⁶⁸ DARTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. RJ: Graal, 1986, p..XVII.

⁶⁹ GINSBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª. ed, SP: Cia das Letras, 1987, p27.

Guardar, coleccionar, historiar...

Toda coleção privada é organizada segundo expectativas pessoais, almejando um retorno psicológico da prática que consiste em coleccionar, reunir e gerenciar uma série de objetos eleitos. Sua organização pode estar estruturada em padrões conscientes ou inconscientes. Na maioria das vezes, as coleções se constroem através de pequenas variações que não comprometem a sua unidade, seguindo o princípio da diferença dentro da repetição. O prazer do colecionador está na expectativa de completar a coleção, preenchendo uma categoria de objetos. Entretanto, a finalização de uma coleção pode estar relacionada com um número determinado de objetos, com o preenchimento de um espaço, com tamanhos, formatos, etc.⁷⁰

No que concerne às coleções familiares, algumas ressaltas devem ser feitas. No caso do núcleo Ribeiro de Avellar, a coleção foi pensada, desde o momento de sua construção, como uma forma de preservação da memória familiar. Talvez isso explique sua multiplicidade de documentos. O princípio que conduzia seu ordenamento era a produção de uma determinada memória que ressaltasse as diversas temporalidades familiares, seus personagens, sentimentalidades e lugar na sociedade. Estes “guardados familiares”, sem dúvida, sofriam um processo de seleção. Algumas cartas, por exemplo, vinham com um alerta escrito à cima, no canto esquerdo da página: “reservada”. Em outras, se acrescentava

⁷⁰ CARNEIRO, Vânia e LIMA, Solange Ferraz de. “Fotografia como objeto de coleção e de conhecimento – por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental”. In: MAUAD, Ana Maria (org). *Anais do Museu Histórico Nacional*. RJ: Ministério da cultura/ IPHAN, 2000. Vol 32.

a ordem para que fosse queimada após a leitura.⁷¹ Contudo, se aqui posso relatar este pedido confiado intimamente é porque o mesmo não foi respeitado. A ânsia de guardar e colecionar deixou indícios que me coube historiar.⁷²

Procurando combinar uma exposição narrativa e descritiva do material documental estudado, resolvi ordenar as fontes escritas em dois tipos principais.⁷³ Classifiquei como documentação cartorial, os testamentos e inventários de membros da família Ribeiro de Avellar encontrados no Arquivo Nacional e no Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, em Vassouras. As fontes desta natureza foram importantes para analisar a transferência e manutenção da riqueza material familiar porque trazem arroladas informações como: a relação dos bens, os litígios entre os herdeiros, a lista de débitos do espólio, os credores, os últimos desejos do morto, a partilha final entre os herdeiros, etc.

Considereei como documentação íntima, as cartas, fotografias, registros de escravos, livros de assento, cadernos de contabilidade, escrituras de compra e venda de café e animais, títulos de propriedades, recortes de jornais, dentre outros. Estes “guardados familiares” sobreviveram ao tempo e, atualmente, se encontram divididos entre o Arquivo Nacional, que organizou os documentos no *Fundo Casa do Pau Grande*, e coleções particulares. Minha proposta metodológica é integrar a história desta documentação à

⁷¹ Carta de D. Leonarda Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar. Rio de Janeiro, 30 de março de 1867. (Coleção Particular 2).

⁷² A documentação utilizada nesta pesquisa fazia parte de uma mesma coleção familiar composta por álbuns, cartas, recibos, documentos cartoriais, etc. Entretanto, atualmente, parte dela foi doada ao Arquivo Nacional, pelo atual dono da Fazenda do Pau Grande, outra parte se encontra nas mãos de herdeiros e colecionadores os quais não me autorizaram a citar seus nomes neste trabalho. Por isso, vou me referir as suas coleções da seguinte forma: Coleção Roberto Menezes de Moraes (fotografias avulso), Coleção Particular 1 (três álbuns de fotografias e documentos) e Coleção Particular 2 (quatro séries epistolares). Desde já, agradeço a generosidade e carinho destes que me abriram suas casas para que eu realizasse esta pesquisa.

⁷³ A importância da dimensão narrativa das fontes e o compartilhamento da construção do conhecimento com o leitor também são elementos constitutivos da prática da micro-história. Para uma discussão mais ampla sobre o assunto ver: LEVI, Giovanni. “sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*:

minha análise das fontes, considerando-as enquanto uma coleção familiar única, compreendida como guardiã de memória, objeto de afeto e de experiências sensoriais que decorrem de sua posse pelo colecionador, visto como sujeito de sua organização.⁷⁴ Desse modo, os documentos apresentados compõem um conjunto de objetos investidos de um significado emocional e de uma estruturação interna que cabe ao historiador descortinar, no sentido de perseguir e farejar a carne humana, parafraseando Marc Bloch.⁷⁵

No que concerne a documentação escrita, a gama de fontes a serem analisadas é bastante variada e foram escolhidas respeitando o recorte temporal e o tema pesquisado. As cartas de cunho familiar, utilizadas nesta pesquisa, podem ser divididas em quatro séries. A primeira delas é formada por trinta e uma cartas da filha, Mariana Ribeiro de Avellar, Viscondessa de Ubá, para os pais José Maria Velho da Silva, mordomo do Paço Imperial, e Leonarda Velho da Silva, dama da Imperatriz, escritas entre os anos de 1860 e 1864. A segunda, é composta por setenta correspondências dos pais para a Viscondessa, circunscritas entre os anos de 1853 e 1866. Seguem ainda trinta e duas cartas de Mariana Ribeiro de Avellar para seu filho José Maria Velho de Avellar, durante seu último ano na Faculdade de Direito de Pernambuco, em 1884; e outras poucas cartas avulsas.

O último conjunto epistolar é bastante interessante, entretanto, não inclui um membro da família estrito senso. Trata-se dos escritos de Domingos Alves da Silva Porto, comissário de café, residente na Corte, para o Barão de Capivary que habitava a fazenda Pau Grande (1838-1853).⁷⁶ Neste caso, se por um lado a ausência de laços de sangue entre

novas perspectivas. SP: ENESP, 1992, p133-162. E VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-História*. RJ: Campus, 2002.

⁷⁴ Sigo aqui a noção de coleção explicitada por CARVALHO, Vânia Carneiro e LIMA, Solange Ferraz de, em “Fotografia como objeto de coleção e de conhecimento”. Op. Cit

⁷⁵ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 6ª. ed, Portugal, Europa-América publicações, 1997, p28.

⁷⁶ Sobre escrita de si e uma reflexão sobre as práticas de leitura ver: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. 2ª. ed, SP: Estação Liberdade, 2001 e MIGNOT, Ana C. V e BASTOS, Maria Helena C. *Refúgios do eu*. Florianópolis, Mulheres, 2000.

os correspondentes não efetiva uma correspondência familiar. Por outro, a noção de família veiculada, na época, permite tal conceituação levando-se em consideração a extensa periodicidade do contato, a grande intimidade e confiança entre os remetentes e o envolvimento do comissário em diversos assuntos de cunho familiar.

Como chama a atenção Evaldo Cabral de Mello, a documentação íntima é uma fonte rara nos arquivos brasileiros. Segundo ele, a explicação para tal fenômeno se encontra na religiosidade. Numa comparação com o sul dos Estados Unidos, coloca que enquanto o católico recorria ao confessorário, pois seu exame de consciência estava tutelado na confissão pela autoridade sacerdotal; o protestante se relacionava diretamente com Deus, sem nenhum intermediário, restando-lhe o refúgio do papel.⁷⁷ Já a historiadora Ângela de Castro Gomes prefere relacionar a escrita auto-referencial ou “escrita de si” ao surgimento do sujeito moderno que, através desse tipo de prática cultural, construía uma identidade para si.⁷⁸

As especificidades deste tipo de documentação de caráter auto-referencial tais como cartas, biografias, diários, livros de assento, dentre outros, devem ser salientadas e levadas em consideração no decorrer da análise. Em primeiro lugar, o agente da escrita não é dotado de um eu coerente e contínuo, ao contrário, é no ato de escrever que se realizam os processos de construção, organização e significação da história do autor e da forma da narrativa. Em segundo lugar, esse tipo de escrita é um espaço privilegiado para a encenação de múltiplos papéis sociais e de temporalidades. No ato de escrita, o indivíduo constrói para si mesmo uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo, efetivando-se, também, como uma prática de “domínio do tempo”. Seu autor organiza as

⁷⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. “O Fim das Casas Grandes”, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) *História da vida privada no Brasil Império*. Op. Cit.

múltiplas temporalidades vividas em um tempo linear que é apresentado ao leitor.⁷⁹

No caso do conjunto de cartas da família Ribeiro de Avellar, diversas temporalidades aparecem evidenciadas: trabalho e manutenção da riqueza, família e sentimentalidade, política e vida social, lazer e divertimentos, saúde e doença. Há também a temporalidade das cartas entendida como a frequência e assiduidade das mesmas. Ou ainda, os tempos e ritmos da entrega das correspondências (feitas através do serviço de correio ou portador) e de sua própria confecção. Ao mesmo tempo, diversos são os espaços descritos pelos remetentes: a fazenda Pau Grande, a casa de Petrópolis, a casa do Catete, o palácio Babylônia na Corte, a chácara de Santa Teresa, Caxambu, Recife. A escrita epistolar merece ainda uma reflexão sobre: quem as escreve e quem as lê; em que condições foram escritas; qual o ritmo e volume das correspondências; quais suas características enquanto objeto material (tipo de papel, tinta, envelope); como foram enviadas ou entregues (correio ou portador), podendo ser ainda sigilosas ou abertas.⁸⁰

Entretanto, não é só a especificidade da escrita epistolar enquanto objeto de pesquisa que deve ser pensada. Atualmente, há uma vasta historiografia que chama a atenção para a importância das práticas de leitura e da materialidade do suporte para a compreensão das formas de representações cultural. Partindo-se do pressuposto de que a leitura é sempre uma apropriação, o texto, em última instância, nunca tem o sentido que lhe atribuiu seu autor no ato solitário da escrita. A princípio, todo leitor está livre para dotar o texto de sentido, entretanto, trata-se de uma liberdade supervisionada pelas convenções e

⁷⁸ GOMES, Ângela. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo” In: GOMES, A de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: FGV, 2004.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*, pp15, 16.

⁸⁰ Ver: DARNTON, Robert. “História da Leitura” In: BURKE, P. *A Escrita da História*. SP: Unesp editora, 1992; DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. Op. Cit. Sobre a escrita epistolar consultar também: GALVÃO, Walnice & GOTLIB, Nádia (org). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre cartas*. SP: Companhia das Letras, 2000 e MIGNOT, Ana et Alli (org). *Refúgios do Eu*. Op. Cit.

hábitos que caracterizam as práticas de leitura na medida em que as experiências individuais (a da leitura, inclusive) estão sempre inscritas no interior da cultura de cada grupo social.⁸¹ A leitura é sempre produção de sentido orientada por um horizonte de expectativa que é cultural. Logo, como diria Jean Hébrard, “toda leitura é uma confirmação cultural dos sinais compartilhados”.⁸²

Ao lado das correspondências, livros de assento e cadernetas de anotações, ainda compõem a documentação íntima da coleção familiar Ribeiro de Avellar, duzentos e trinta e uma fotografias de parentes e amigos, distribuídas em três álbuns de família e sessenta e nove imagens avulsas. A análise do material visual aponta para a importância da fotografia, tanto como veículo de representação de si, quanto de legitimação do indivíduo no seu grupo social, mantendo relações e reforçando laços de família e solidariedade. Uma rápida matemática dos retratados disponíveis aponta para o fato de que não eram, somente, os familiares próximos que presenteavam seus entes queridos com fotografias. A grande maioria dos registros fotográficos pertencentes à coleção Ribeiro de Avellar são de amigos, afilhados, compadres e parentes de graus mais distantes. Muitas destas pessoas moravam em outros locais e faziam da troca do retrato um veículo de manutenção dos laços de amizade e compadrio.

Numa época onde os meios de comunicação ainda eram bastante precários; as cartas, bilhetes, recados e envio de fotografias eram importantes para se manter o contato e a reciprocidade dos sentimentos. Neste sentido, as imagens e a escrita epistolar se entrelaçavam.... A preocupação com a manutenção dos laços sociais e sentimentais pode ser

⁸¹ CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador*. SP: UNESP/ imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999. CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”; GOULEMOT, Jean Marie. “Da leitura como produção de sentidos”, CHARTIER, Roger & BOURDIEU, Pierre. “A leitura: uma prática cultural”. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. 2ªed, SP: Estação da Liberdade, 2001.

comprovada nas cartas onde sempre há uma imensa lista de recomendações e abraços:

*Minha querida filha Marianinha, (...)
Te peço que me recomende muito ao Sr Barão, agradecendo-lhe por
mim tantos obséquios que me fez e também a vovó Tonha, tia Annica, tia
Maria moça e tia velha, a José Mascarenhas e Joaquim e ao Boaventura. As
nossas caras meninas muitos abraços e beijos.
Remeto as 10 pelo Chico e até o primeiro correio.
Aceita um saudoso abraço de
Teu pai amado do coração.
Velho.⁸³*

E nas dedicatórias sentimentalistas nos versos ou na borda das fotografias:

*Oferecido a meu primo colega e particular amigo
Antonio Ribeiro Velho de Avellar como sinal
de amizade, simpatia e gratidão que lhe consagro.
Júlio César R Avellar.
Japão, 1º. de dezembro de 1875.*

De uma maneira rápida e, ao mesmo tempo, condizente com os códigos de boas maneiras, procurava-se atualizar os laços de amizade, muitas vezes, estabelecidos há algumas gerações. O circuito social de produção, circulação e consumo de imagens que se constituiu ao longo da segunda metade do século XIX permitiu que a fotografia cumprisse, com sucesso, este papel. Em última instância, ao se trocar fotografias, instituía-se um ato que contribuía para construir e reafirmar um senso de identidade, *um habitus* social de grupo, através do discurso visual. Neste sentido, a fotografia é uma representação do real composta por signos convencionados e compartilhados culturalmente. Sua interpretação “demanda de outros textos que a precedem, ou que com ela concorrem, para a produção da textualidade de uma época”, no sentido de levantar a cultura histórica institucionalizadora

⁸² HÉBRARD, Jean. “o autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?” In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Op. Cit, p 38.

⁸³ Carta de José Maria Velho da Silva para Mariana Ribeiro de Avellar. Petrópolis, 4 feira, 13 de dezembro, s/d. (Coleção Particular 2)

dos códigos de representação que conformaram as imagens fotográficas.⁸⁴ Cabe, portanto, questionar como as fotografias e cartas de família dialogavam? Que signos eram compartilhados entre as duas formas de narrativa: visual e escrita? Ou seja, tentar perceber o que estes diferentes discursos têm a dizer sobre a cultura e o *habitus* das famílias da classe senhorial oitocentista.

Renomados fotógrafos nacionais e internacionais deixaram suas assinaturas nos versos desta coleção: Insley & Pacheco, Carneiro & Gaspar, Alberto Henshel, J. F. Guimarães, Mangeon & Van Nyvel, Klumb, estabelecidos na Corte, Elliot and Fry e Maujean, Leopold Dubois, Numa Blanc, residentes em Londres e Paris, respectivamente. O verso da fotografia oitocentista, assim como a própria imagem revelada, buscava hierarquizar. Os estúdios mais caros, os fotógrafos cCondecorados ou premiados nas exposições nacionais e internacionais constituíam um *status* a mais na disputa pelo capital simbólico. Neste aspecto, a contribuição de D. Pedro II foi marcante. Os melhores artistas do ramo que fotografavam a monarquia brasileira eram agraciados com o título de *Photographo da Caza Imperial*, que valorizava bastante seu ofício e o preço do produto oferecido. Com o passar do tempo, para dar conta de todos os atributos diferenciadores, os versos das fotografias vão ficando cada vez mais rebuscados o que demonstra, também, a forte concorrência entre os estúdios e profissionais da última metade do século XIX.

Nem só de caros estúdios e conceituados fotógrafos é composta a série dos Ribeiro de Avellar. Cerca de 27% das fotografias produzidas no Brasil foram tiradas pelo fotógrafo itinerante Manoel de Paula Ramos que, em 1863 e 1870, quando percorreu a região do Vale do Paraíba munido de equipamento e cenário oferecendo seus serviços àqueles que

⁸⁴ MAUAD, Ana Maria. (org). *Anais do Museu Histórico Nacional*. Op. Cit, p12.

desejassem perenizar sua imagem no tempo.⁸⁵ No que concerne a temporalidade das fotografias que compõem a série, foi necessário fazer uma pesquisa baseada nos endereços dos estúdios fotográficos e das mudanças na indumentária, porque a maioria das imagens não possuía datação precisa. Ao final, foi possível concluir que as imagens foram produzidas entre as décadas de sessenta e noventa do século XIX, coincidindo, portanto, com a temporalidade das cartas.⁸⁶

Para tentar decodificar este corpus fotográfico descrito, analisarei a mensagem visual a partir de dois planos interdependentes: expressão e conteúdo.⁸⁷ No primeiro, consideram-se os atributos técnicos na construção da imagem: tamanho, formato, tipo (pousada ou instantânea), sentido (vertical ou horizontal), direção (direita, esquerda ou centro), distribuição dos planos, arranjo e equilíbrio (em relação ao objetivo central), foco, impressão visual (textura), iluminação e produtor (fotógrafo amador ou profissional). No segundo plano, observam-se as opções temáticas: agência, local retratado, tema, pessoas, objetos de composição, atributos das pessoas, atributos da paisagem e a medida do tempo (dia e noite).

Seguindo uma metodologia delineada por Ana Maria Mauad, entendo a fotografia como “uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado”.⁸⁸ Desta forma, se por um lado o registro fotográfico pode ser considerado na sua materialidade constituída pelos objetos, pessoas e outros elementos

⁸⁵ MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da Vida Privada no Brasil*. Op. Cit, pp 181-232.

⁸⁶ Ana Maria Mauad demonstra que, para o século XIX, existem duas modalidades principais de fotografias: as imagens de paisagens e os retratos. Ver: MAUAD, A. M. *Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista*. Niterói: UFF, Laboratório de História Oral e Imagem, publicado no site: <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>.

capturados pela lente do fotógrafo, que informam sobre as condições de vida, comportamento, infra-estrutura do passado; por outro possui um aspecto simbólico, de representação daquilo que as sociedades e grupos sociais escolheram como a imagem para ser imortalizada. Desse modo, “se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo”.⁸⁹ A autora acrescenta ainda que para se analisar uma imagem fotográfica em seu duplo aspecto é necessário não só um conhecimento da sociedade que a produziu, levando-se em consideração outras fontes, visuais e não visuais, que compõem a *textualidade* de uma época, mas também do próprio circuito social da fotografia.⁹⁰

A visita ao estúdio fotográfico envolvia uma série de preparativos que envolviam desde a escolha do profissional a ser contratado, até a roupa, sapato, jóias, penteado, cenário, objetos e demais detalhes. Antes de posar diante da lente do fotógrafo, tudo deveria estar no mais devido lugar para que através da *mise-en-scene* fotográfica se conseguisse criar uma imagem capaz de produzir uma representação ideal para ser perenizada. A paixão pelo retrato compartilhada pelas famílias mais abastadas do Império acabou por se constituir num *habitus* social que incentivava sua produção, consumo e troca. Em pouco tempo, a fotografia se converteu em mais um distintivo de classe. Com a família Ribeiro de Avellar isso não foi diferente. Mas, isto é um das histórias que pretendo contar...

⁸⁷ MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: fotografia e história – interfaces”. In: *Revista Tempo*, v.1. UFF, Departamento de História, RJ: Relume-Dumará, 1996, p73-98.

⁸⁸ Idem, Ibidem, p73-98.

⁸⁹ Idem, Ibidem, p73-98.

⁹⁰ “A fotografia demanda de outros textos que a precedem, ou que com ela concorrem, para a produção da textualidade de uma época, no sentido de levantar a cultura histórica institucionalizadora dos códigos de representação que conformaram as imagens fotográficas”. MAUAD, Ana Maria (org). *Anais do Museu Histórico Nacional*. Op. Cit, p12. Sobre intertextualidade ver também: ULPIANO, T.Bezerra de Meneses. “Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh/Humanitas, 2003, vol 23, nº 45, p 24.

O presente trabalho se estrutura em três partes principais subdivididas em capítulos que entremeiam diversas temporalidades e momentos da história da família Ribeiro de Avellar ao longo de quase um século. Na primeira parte, procurei analisar quais os motivos e interesses familiares que levaram a união nupcial entre Mariana Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar, em dezembro de 1849. Primeiramente, teci uma genealogia histórica das famílias envolvidas a partir do resgate de suas vidas familiar e material, desde a segunda metade do século XVIII. Foram consultados trabalhos de genealogia, além dos inventários e testamentos dos parentes encontrados no Arquivo Nacional, na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e no Centro de Documentação Histórica da Faculdade de Severino Sombra, em Vassouras. Em seguida, baseando-me na série de cento e vinte cartas escritas por Domingos Alves Vieira Porto ao Barão de Capivary, orientei minha investigação para o tema do casamento propriamente e dividi minha análise a partir de três grandes questões: a conquista de títulos de nobreza, o pagamento do dote e a preparação do cerimonial nupcial.

Na segunda parte da tese tratei da vida material e da administração do patrimônio familiar durante três gerações. A reflexão se iniciou com uma reconstrução histórica do espaço geográfico o qual a fazenda do Pau Grande se situava, considerando desde a concessão da primeira sesmaria, passando pela fundação da vila de Paty do Alferes e a criação do município de Vassouras. Minha intenção era discutir quais aspectos foram importantes para a consolidação política e social da família Ribeiro de Avellar naquela região. Em seguida, analisei o tempo da riqueza material através da escrita epistolar, dos testamentos e das fontes contábeis concentrando-me nos períodos administrativos dos três patriarcas oitocentistas: Luis Gomes Ribeiro, Joaquim Ribeiro de Avellar (Barão de Capivari) e Joaquim Ribeiro de Avellar (Visconde de Ubá), buscando perceber as

mudanças nos padrões de acumulação e investimento ao longo do tempo. Minha intenção foi demonstrar como a manutenção do patrimônio era uma tarefa eminentemente masculina diretamente ligada à própria perpetuação do grupo familiar no interior da classe dominante.

Por fim, na terceira parte - *Triunfo da Família Oitocentista* - fiz uma análise dos papéis familiares no interior do grupo familiar utilizando como fontes privilegiadas as cartas e as imagens fotográficas e procurando perceber os elementos definidores da rede de significados que enlaçam estes dois tipos de texto, desvendando assim a intertextualidade da época. No primeiro capítulo, estabeleci uma reflexão sobre o papel de Marianna Velho de Avellar no governo da casa e no comando da intimidade familiar. A pauta foi a vida aos pés do chão, o cotidiano doméstico na esfera privada: as encomendas feitas na Corte, a organização dos diversos espaços de morada, o trato com os escravos, a educação dos filhos, a contratação de trabalhadores livres e o tempo diário dedicado à escrita epistolar. Em seguida procurei desvendar o *Tempo da Intimidade* e as transformações vivenciadas nos papéis familiares ao longo do século XIX. Lancei algumas questões sobre a convivência em família e os espaços de moradas, as idades da vida e suas representações sociais, a construção de um ideal de mulher ligado à maternidade, a educação dos filhos como forma de garantir a formação dos cidadãos, o processo de valorização e individualização da fase da infância, a manutenção da figura masculina no papel de responsável pelos bens materiais e sua soberania nas esferas pública e privada.

Em *A Família vai à Rua*, terceiro capítulo, fiz uma abordagem intertextual das principais cerimônias que pontuaram a vida privada da família oitocentista - batismo, primeira comunhão, formatura e casamento - minha principal intenção foi perceber como a família Ribeiro de Avellar se relacionava socialmente e com quem. As correspondências foram uma fonte bastante rica de onde proveio uma narrativa de um tempo conjunto,

dedicado ao divertimento, lazer em família, eventos sociais e cerimônias, que tecem uma afetividade e uma intimidade entre aqueles que dele compartilham. Neste entrecruzar de tempos foi possível levantar as práticas familiares relacionadas ao novo *habitus* no sentido de estabelecer uma dada sociabilidade através de visitas, cartas, trocas de *carte-de-visite*, apadrinhamentos, etc, e que serviam para reforçar os laços afetivos e de solidariedade no interior deste seletivo grupo social. Ao fim destas palavras, feita a apresentação formal, resta-me fazer o convite para que o leitor vire a página e persiga comigo estes diversos destinos particulares os quais deixaram o rastro de uma dada história em família e história da família.

PARTE I - A Força da Tradição:

Capítulo I - Esboços de Genealogia:⁹¹

Depois de tomados os depoimentos verbais na forma do sagrado Conselho Tridentino e constituição do bispado recebeu em matrimônio por palavras de presente ao Excelentíssimo Joaquim Ribeiro de Avellar com a Excelentíssima D. Mariana Velho da Silva, o contraente filho do Excelentíssimo Barão de Capivary, natural e batizado na freguesia do Paty do Alferes desta Província, e a contraente filha legítima do excelentíssimo conselheiro Mordomo da Caza Imperial José Maria Velho da Silva, e da sua mulher a Excelentíssima dama de S. M. a Imperatriz D. Leonarda Maria Velho da Silva, natural, batizada na freguesia de São José desta Corte, e lhes conferiu as bênçãos núpcias na forma do ritual romano e para constar fiz este assento, que comigo assinarão as ditas testemunhas abaixo = o vigário José do Desterro Pinto = D. Mariana Velho e Motta = baronesa de Jacotinga = o Marquês de Itanhaem = José Maria Correia de Sá.⁹²

Neste documento, José do Desterro Pinto, presbítero secular e vigário da freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, confirmava, em vinte e seis de novembro de 1849, o registro do matrimônio de Joaquim Ribeiro de Avellar e Mariana Velho da Silva, prescrito na folha 40 do *Livro de Casamento de Pessoas Livres*. A cerimônia, realizada com grande pompa, ocorreu no dia dezessete de novembro do mesmo ano, no oratório da

⁹¹ O Conceito de genealogia aqui trabalhado remete aos estudos das origens de uma família, linhagem, e de seus antepassados no sentido de remontar suas estruturas de parentesco situando-as historicamente. Assim, procuro diferenciar-me da corrente memorialista da genealogia que a compreende como crônica de família, instrumento de preservação da memória familiar e autoconhecimento. Encarada desta forma, a busca das origens teria uma conotação de uma “bagagem que se repete” em tempos e espaços diferenciados, estando, portanto, fora da história. Ao contrário, a genealogia aqui defendida aprende com a reflexão histórica e desconecta as noções de verdade e origem. Minha intenção é fazer um estudo de genealogia que auxilie a discussão sobre os papéis familiares a luz da micro-história. Ver: HÉRITIER, Françoise. “Parentesco”; “Família”; “Casamento” In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi: Parentesco*. PORTO: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. 1997, vol 20. FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. 11ªed, RJ: Graal, 1995.

⁹² Documento expedido em 26 de novembro de 1849, por José do Desterro Pinto, presbítero secular, Cavaleiro da Ordem de Cristo e vigário da freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, para confirmação do matrimônio de Joaquim Ribeiro de Avellar e Mariana Velho de Avellar, em 17 de novembro

residência do Conselheiro José Maria Velho da Silva, no local denominado *Joana*, dentro da Imperial Quinta da Boa Vista.

Enfim a união que há sete anos estava sendo acertada foi celebrada e, com ela, sacramentava-se a junção de duas famílias distintas: os Ribeiro de Avellar e os Velho da Silva⁹³. O noivo, filho único do Barão de Capivary, grande cafeicultor e proprietário de terras e escravos no Vale do Paraíba, herdaria toda a fortuna do pai, após sua morte em 1863. A noiva, primogênita do casal Leonarda Velho da Silva e José Maria Velho da Silva com muito prestígio na Corte e proximidade com o círculo dos Imperiais, o que se verifica pelos cargos de confiança que exerciam na época do matrimônio, Dama da Imperatriz Teresa Christina e Porteiro da Imperial Câmara, Guarda-Jóias e Mordomo da Casa Imperial, respectivamente.⁹⁴

Dentre os familiares e convidados que compareceram ao grandioso evento, infelizmente, só me foi possível conhecer, com certeza, aqueles que assinaram como testemunhas da presente união: D. Mariana Velho e Motta, Baronesa de Jacotinga, o Marquês de Itanhaem e José Maria Correia de Sá. O prestígio de tais pessoas não era de se desprezar e suas escolhas parecem terem sido pensadas com o intuito de dar um ar solene ao evento. Dentre os parentes titulados encontramos: D. Mariana Eugênia Velho da Motta, ex-dama do Paço e avó da noiva, e sua filha, D. Mathilde Carolina Velho da Veiga, baronesa de Jacotinga, viúva de Manoel Bernardes Pereira da Veiga, médico da Real Câmara e Físico-Mor da rainha D. Maria I, além de Comendador da Real Ordem de Cristo de Portugal. As outras testemunhas foram: Manoel Inácio de Andrada Souto Maior Pinto

de 1849. (Coleção Particular 2). Desde já agradeço ao genealogista Roberto Menezes de Moraes por ter me a confiado algumas de suas anotações e pesquisas pessoais sobre a família Ribeiro de Avellar.

⁹³ Carta de Domingos Alves Porto para Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1842. (Coleção Particular 2).

Coelho, Marquês de Itanhaem - substituto de José Bonifácio na tutoria de D. Pedro, tendo atuado no controle da educação do príncipe até a antecipação de sua maioridade em 1840 - e José Maria Correia de Sá - de descendência portuguesa, sexto neto do quinto Visconde de Asseca, foi Gentil-Homem da Câmara do Imperador, além de proprietário do engenho Olho D'Água, atual região de Jacarepaguá.⁹⁵ Com este último, concluía-se o rol das testemunhas, todas de muito prestígio e escolhidas dentro do círculo de convivência da família Velho da Silva, o que sacramentava a pompa da cerimônia transformando-a num acontecimento social.

A princípio, tratava-se de um casamento acertado entre dois núcleos familiares provenientes da elite imperial como muitos outros que costumavam se realizar para manter a honra e a fortuna das casas envolvidas.⁹⁶ Para não deixar a riqueza familiar se dissipar, era recorrente o recurso de se constituir matrimônio dentro da mesma família ou entre troncos familiares com negócios em comum. Inclusive, o artifício de casamentos endógenos, tanto sanguíneos quanto financeiros, já vinha sendo utilizado, há muito tempo, por estes dois ramos familiares, como mostrarei a seguir.

⁹⁴ PASCUAL, A. D. *Esboço Biográfico do Conselheiro José Maria Velho da Silva*. RJ: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, por ordem do IHGB, 1861.

⁹⁵ Sobre a família Velho da Silva ver: CUNHA, Rui Vieira da. *Uma linhagem colonial: Velho da Silva*. Jornal do Comércio, 9 de dezembro de 1951, pp 4,5. Sobre o Marquês de Itanhaem ver: RANGEL, Alberto. *A Educação do Príncipe*. RJ: Livraria Agir editora, 1945. Sabe-se ainda que José Maria Correia de Sá foi proprietário da fazenda Cantagalo, atualmente Parque Nacional da Tijuca, entre os anos 1853 a 1858, tendo ocupado também os cargos de juiz de paz e camarista do Império. Consultar: BANDEIRA, Carlos Manes. *Parque Nacional da Tijuca*. SP: Makron Books, 1993. Para localização nobiliárquica das pessoas citadas foram consultados: RHEINANTZ, Carlos. *Titulares do Império*. RJ: 1960; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (org). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa, Editorial Enciclopédia Ltda, 1960.

⁹⁶ O matrimônio foi considerado como sacramento pela Igreja Católica no século XIII e, no Concílio de Latrão, em 1215, adquiriu o caráter de indissolúvel e público. Mesmo assim, o casamento permaneceu como um negócio de família, um contrato que consolidava redes de aliança e solidariedade econômicas, políticas e sociais, ainda, durante muito tempo. Há uma corrente na historiografia brasileira que acredita que os casamentos católicos, no Brasil colônia, só se davam entre as classes mais abastadas, devido a seus altos custos. Dentre estes estão: Caio Prado Jr, Gilberto Freyre, Maria Beatriz Nizza da Silva, só para citar alguns. Por outro lado, a partir da década de 1990, através da análise de documentação eclesiástica como registros de casamentos, batismos, processos por bigamia, etc, historiadores como Sheila Faria e Ronaldo Vainfas passaram a encarar o casamento oficial católico como um importante elemento de distinção social e, portanto,

Contudo, numa primeira passada de olhos, a união sacramentada não se enquadrava em nenhum destes dois casos. Os noivos não eram parentes e nem as famílias estavam ligadas por algum acordo comercial anterior aos acertos do casamento. Tratava-se da aproximação, via aquisição de laços matrimoniais, de dois troncos distintos, um pertencente à aristocracia rural e o outro ao corpo de funcionários públicos do Estado. Os locais de poder político e social destes núcleos familiares ficaram demarcados, coincidentemente, pelos lugares de batismo dos noivos: Joaquim proveniente da vila de Paty do Alferes e Mariana nascida na freguesia de São José, na Corte. Ou seja, numa primeira interpretação, estas famílias aparecem distanciadas em termos de origem da fortuna e localização geográfica, apesar de integrarem o círculo social da elite imperial.

No caso da família Avellar, abria-se mão de fazer um casamento entre ramos de proprietários rurais o que, certamente, no futuro, aumentaria a fortuna e a importância deste tronco, já que a terra era um elemento de poder estruturador e hierarquizador na sociedade imperial. Quais os interesses de ambas as famílias nesta junção? Como se deu a aproximação entre elas? Porque esta e não outra união foi a acertada? Estes são alguns aspectos que pretendo apresentar a seguir através de um esboço da genealogia dos dois ramos familiares.

1.1- A Família Ribeiro de Avellar

O Capitão-Mór Francisco Gomes Ribeiro parte da Boafúria, aldeia portuguesa pertencente à freguesia de Carnota, na região da Extremadura, com destino ao Brasil. Ao chegar no novo mundo, ainda na segunda metade do século XVIII, o português estabeleceu moradia na rua Direita e radicou-se na Praça do Rio de Janeiro onde administrava negócios

muito mais freqüente do que se pensava. Ver: FARIA, Sheila C. Casamento In: VAINFAS, Ronaldo.

e imóveis.⁹⁷ Mais tarde, ao consolidar sua posição de próspero comerciante foi contemplado no sistema de sesmarias. Em 23 de maio de 1735, Francisco Gomes Ribeiro recebeu a concessão da sesmaria da Manga Larga, vizinha da sesmaria do Pau Grande⁹⁸, ambas cortadas pelo Caminho Novo, estrada concluída em 1698 que ligava a região mineradora a Paraty.⁹⁹

A situação vivida por Francisco Gomes Ribeiro não era atípica. Segundo João Luís Fragoso, no sistema escravista colonial, “as relações de poder assumiam o papel de relações de produção e a mobilidade social significava tornar-se senhor de homens”.¹⁰⁰ Desta forma, era muito comum que a elite mercantil¹⁰¹ investisse recursos em terras e atividades agrícolas, onde o trabalhador direto fosse propriedade de outro homem, ou seja escravo. Esse movimento permitia não só a reiteração física do sistema, mas também a ascensão

Dicionário do Brasil colonial. Op. Cit, p106-109.

⁹⁷ MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Paty do Alferes, 1994. E WERNECK, Francisco Klörs. *História e Genealogia Fluminense*, RJ: edição do autor, 1947, p 29.

⁹⁸ Augusto da Silva Telles atribui a concessão da sesmaria a Francisco Gomes Ribeiro, em terras do Pau Grande, ao ano de 1716. Segundo ele, este teria recebido terras entre as de Marcos da Costa e a rocinha do Governo, juntamente com o capitão José Mendes de Carvalho que obteve 300 braças em quadra ao pé da serra da Manga Larga. Mais tarde, estas terras foram incorporadas por Francisco Gomes Ribeiro. TELLES, Augusto da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. RJ: Ministério da educação e Cultura, 1968, vol 16, pp 9-137.

⁹⁹ Entre 1695 e 1696 havia somente dois caminhos para se alcançar as minas de ouro de Minas Gerais. O mais antigo, conhecido pelo nome de *caminho geral do sertão*, era aquele pelo qual os bandeirantes percorriam de São Paulo até as ramificações superiores do rio São Francisco. Acompanhava-se o rio Paraíba, através da serra da Mantiqueira para a região norte do Rio Grande, onde se bifurcava para o rio das Velhas e o rio Doce. Por volta de 1700, outra estrada por este caminho foi feita saindo do pequeno porto de Parati, a alguns dias de navegação do Rio de Janeiro. Percorria-se cerca de cinco dias por difícil estrada até encontrar aquela anteriormente traçada. Esta segunda ficou conhecida como *caminho novo*, cabendo a primeira estrada o título de *caminho velho*. Assim, encurtava-se o percurso de dois meses para três a quatro semanas. BOXER, Charles. *A Idade do Ouro no Brasil*. SP: Cia Editora Nacional, 1963, p52.

Sobre o traçado do Caminho Novo, ao norte do Passo do Sapé, na Serra do Mar, foi fundada, em 1726, a paróquia de Pati do Alferes, a primeira do futuro município de Vassouras, e onde se localizará a propriedade do Pau Grande. Em 1750, foi criada a paróquia Sacra Família do Caminho Grande do Tinguá. STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café*. SP: Brasiliense, 1969, p9.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem, p36.

¹⁰¹ Estou trabalhando aqui com a definição de elite mercantil dada por Fragoso a qual “Elite mercantil é o grupo restrito de negociantes que controla setores-chave da economia colonial, como o tráfico de escravos, o crédito e o abastecimento de alimentos”. FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2ª. ed, RJ: Civilização Brasileira, 1998, p 53.

social e aquisição de prestígio por parte do comerciante de grosso trato, mesmo que neste processo ele perdesse dinheiro.

A mesma lógica ligada à aquisição de prestígio fazia com que esta elite mercantil gastasse boa parte de sua fortuna na obtenção de mercês, honrarias e títulos da Coroa, que aumentassem o seu *status* social. Para tanto, contribuíam financeiramente para diversas irmandades religiosas e procuravam se tornar provedor, tesoureiro, secretário, e outros cargos importantes.¹⁰² A família Gomes Ribeiro de Avellar também compartilhava desta “mentalidade de Antigo Regime” que se perpetuou entre as frações da classe dominante da colônia.¹⁰³ O padre Marcos Gomes Ribeiro, sobrinho de Francisco Gomes Ribeiro, por exemplo, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia e recebeu a honra de possuir seu retrato na galeria dos benfeitores da mesma instituição.¹⁰⁴ Segundo Debret, esses quadros pintados à óleo por profissionais renomados eram encomendados e pagos pela própria Santa Casa da Misericórdia, após a morte e abertura do testamento do doador, ou seja depois de comprovada as doações volumosas.¹⁰⁵ Além das contribuições em vida, o padre Marcos Gomes Ribeiro deixou após o seu falecimento, em 1760, um imenso sobrado de dois andares, situado na esquina das ruas Primeiro de Março e São Pedro, aos cuidados da Santa Casa da Misericórdia e da Irmandade do Sacramento da Candelária.¹⁰⁶ Seu tio, Francisco Gomes Ribeiro, ao falecer em 1763, dedicou um terço de sua rica fortuna a

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p191. Ainda segundo este autor, “a Santa Casa da Misericórdia era produto de uma sociedade pré capitalista, preocupada com o status, e onde nem todas as aplicações do excedente econômico tinham uma direção produtiva. Pois bem , era esse tipo de estrutura social, com as suas aplicações improdutivas, que viabilizava a reprodução do processo produtivo colonial, gerando, com isso, certa autonomia frente à economia metropolitana”. p. 26.

¹⁰³ Para discutir a mentalidade econômica no Antigo regime ver: TENENTI, Alberto. “O mercador e o banqueiro” In: GARIN, Eugenio. *O Homem do Renascimento*. Lisboa, Editorial Presença, 1991 e DESSERT, Daniel. “O Financeiro”. In: VILLARI, Rosário. *O Homem do Barroco*. Lisboa, Editorial Presença, 1994.

¹⁰⁴ MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit.

¹⁰⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. SP: Círculo do Livro, 1982, vol2, pp. 389 a 392.

¹⁰⁶ MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit, p 7-10.

construção de uma igreja para Santa Rita de Cássia, na freguesia do Pilar, Rio de Janeiro. Confirmava-se assim uma tradição familiar e uma lógica de aquisição de prestígio calcadas em práticas de Antigo Regime.

Em meados do século XVIII, O capitão Francisco Gomes Ribeiro, casado com D. Mariana Cabral, recebeu da freguesia da Carmota, Portugal, três sobrinhos, Marcos, Manuel e Francisco Gomes de Avellar¹⁰⁷. Segundo Roberto Menezes de Moraes, em 1748, os dois últimos já aparecem como proprietários de meia légua da sesmaria do Pau Grande, associados a Antônio da Costa Araújo. Entretanto, dois anos depois, quando foi feita a confirmação da presente concessão, o tamanho da propriedade havia sido estendido para uma légua quadrada a qual Manuel e Francisco Gomes Ribeiro já constavam como seus únicos donos. Desta segunda geração, Manuel morreu sem deixar descendentes em 1759, e seu irmão, o padre Marcos Gomes Ribeiro, cuja fortuna era proveniente do contrabando de ouro da região das minas, passou a ser seu herdeiro e dono das terras do Pau Grande juntamente com o outro irmão Francisco Gomes Ribeiro, o moço.¹⁰⁸

Era uma prática bastante comum entre os comerciantes coloniais trazer parentes, principalmente sobrinhos, para auxiliarem nos negócios como caixeiros. Numa terceira geração de portugueses do ramo Avellar que migraram para o Brasil, chegaram os irmãos

¹⁰⁷ Segundo Roberto Menezes de Moraes, Francisco Gomes Ribeiro teve uma filha ilegítima, porém reconhecida, de nome Isabel de Souza que ao casar-se com João Berneque formou o tronco que originou a família Werneck de onde provieram o barão de Paty, a viscondessa do Arcozelo dentre outros da nobreza vassourense. Desta forma, os Werneck e os (Gomes) Ribeiro de Avellar são uma única família. Idem, *Ibidem*, p 8.

¹⁰⁸ O caso de Marcos Gomes Ribeiro não parece ser excepcional. Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, muitas das pessoas que enriqueciam com a mineração acabaram se vinculando ao comércio. “A centralização demográfica na área de mineração, aliada a uma multiplicidade de opções que garantissem um enriquecimento rápido, formou uma população extremamente móvel quer geográfica quer profissionalmente”. LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. RJ: IBMEC, 1978, p 29.

A herança de Manoel Gomes Ribeiro ficou para seu irmão o padre Marcos Gomes Ribeiro, falecido em 1760. O outro irmão Francisco Gomes Ribeiro, que morava em Pilar do Iguaçu, morreu três anos depois deixando parte dos bens aos sobrinhos e a terça para custear a construção de uma igreja em homenagem a Santa Rita de

Antônio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz.¹⁰⁹ Segundo Helen Osório, as redes de parentesco e solidariedade entre comerciantes tinham a função não só de acolhimento no momento inicial da carreira, mas também auxiliavam no processo de galgar posições dentro da hierarquia mercantil. A autora cita como exemplo o caso do próprio Antônio Ribeiro de Avellar que:

*(...) fora para a cidade do Rio de Janeiro sendo muito rapaz para a casa de seu tio (...) adonde aprendeu os estudos e depois passou para a casa de seu cunhado José Ferreira Coelho aprender negócio, fazendo sociedade no mesmo negócio com ele e presentemente tem casa de negócio sua própria naquela cidade do Rio de Janeiro.*¹¹⁰

Este também foi o trajeto de seu cunhado Antônio dos Santos, que assim como Antônio Ribeiro de Avellar trabalhou para José Ferreira Coelho com o intuito de aperfeiçoar seu ofício até que, em 5 de maio de 1788, abrem juntos a companhia comercial Avellar e Santos. Esta, que se tornou uma importante casa comercial, ficava estabelecida na rua dos Pescadores, Rio de Janeiro, e prestava serviço de comissário e correspondente comercial para diversos outros fazendeiros da colônia. Seus interesses também se alastravam para área de transporte e abastecimento do mercado interno colonial, pois levavam mercadorias, principalmente açúcar, do interior para a capital pelo rio Inhomirim.¹¹¹ Só no porto de Inhomirim, a sociedade possuía um trapiche de:

Cássia, na freguesia do Pilar. MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit, pp 9, 10.

¹⁰⁹ OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa* In: Revista Brasileira de História. SP: ANPUH/ Humanitas Publicações, Vol 20, no. 39, 2000, pp100 - 134.

¹¹⁰ *Apud* Antônio Ribeiro de Avellar, ANTT, HOC, mç 33, no. 14-1779. In: Idem, *Ibidem*, p 107.

¹¹¹ Segundo Riva Gorenstein, os Pereira de Almeida eram proprietários de navios que faziam a ligação entre o Rio de Janeiro e as demais cidades costeiras do Brasil, atuando no ramo de abastecimento e navegação de cabotagem. GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de editoração, (Biblioteca Carioca), 1993, p 165.

O rio Inhomirim cortava a região do vale do Paraíba e por ser navegável era utilizado, juntamente com outros rios da província fluminense - como Paraíba, Macaé, São João, Guandu, Magé-Assu, Macacu e Iguaçu - para o escoamento da produção para a capital até o advento das estradas de ferro. PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense*. RJ: Nova Fronteira, 1984.

56 palmos de largo de comprido e 55 da porta a sua entrada, feitos com pilares de tijolo e paredes de pau a pique; tem uma porta e duas janelas, tudo de madeira. Da porta o armazém até o rio tem de comprido 36 palmos com 40 palmos de largo onde tem um guindaste, gancho e corrente e por cima um sobrado que tem sala, duas alcovas com janelas para o lado do arraial e para a frente do rio, tudo feito com estepes de madeira e paredes de pau a pique, tudo coberto de telha e uma casa de meia água coberta com telhas¹¹².

Entretanto, os negócios da Companhia Avellar e Santos não se concentravam somente no ramo de transportes. João Luís Fragoso ao estudar as outras áreas de interesse dos negociantes de grosso trato, encontra o comerciante de longo curso e, por diversas vezes, diretor do Banco do Brasil, João Rodrigues Pereira de Almeida, juntamente com Antônio dos Santos e Antônio Ribeiro de Avellar entre os arrematantes dos quintos e dízimos do Rio Grande do Sul.¹¹³ Este tipo de acordo que transferia para particulares as prerrogativas da Coroa de cobrar impostos era uma prática tradicional entre as monarquias de Antigo Regime a qual foi transplantado para a colônia, trazendo bastante lucro para aqueles que os arrematavam.¹¹⁴ Os irmãos Pereira de Almeida, com quem Antônio Ribeiro

¹¹² *Apud* MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit, p12.

¹¹³ O grau de parentesco de João Rodrigues Pereira de Almeida com a família Ribeiro de Avellar pode ser acompanhado através de sua genealogia. O casal português Paula da Cruz e João Rodrigues tiveram nove filhos: José Rodrigues da Cruz, Antônio Ribeiro de Avellar (irmãos e sócios nos negócios da Casa do Pau Grande, no Brasil), Francisco Rodrigues Ribeiro, Luis José Rodrigues, Joaquina Tomásia da Cruz, Rosa Caetana do Viterbo (casada com Bento Afonso, familiar do Santo Ofício), Joaquim Rodrigues, Nicolau Rodrigues (familiar do Santo Ofício) e Ana Joaquina da Conceição. Portanto, tratavam-se de sociedades entre membros da mesma família ou entre famílias associadas por matrimônio. Testamento de José Pereira de Almeida, Torre do Tombo, Lisboa. Pesquisa feita por Carlos Reigante e anotações pessoais cedidas por Roberto Menezes de Moraes.

¹¹⁴ A princípio, o lucro de quem arrematava o direito de arrecadação estava circunscrito ao excedente do valor do imposto para além da quantia inicialmente estipulada com o Estado. Entretanto, quando tal atividade era desempenhada por negociantes, a sua função de representante legal do erário público, reforçava a sua posição monopolista do mercado. Talvez por isso, os Pereira de Almeida vigoraram como os maiores importadores de produtos gaúchos para o Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XIX. Segundo Riva Gorenstein, João Rodrigues Pereira de Almeida ainda possuía ligações com a firma inglesa Carruthers & irmãos e negócios no tráfico negreiro. “A firma Carruthers fornecia a Pereira de Almeida da parte do capital financeiro e os manufaturados de que necessitava na operação do tráfico negreiro, em troca, tinham a garantia do fornecimento contínuo de couros, pelicas e açúcar que exportavam para a Inglaterra e uma participação nos lucros das vendas de escravos”. GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Op. Cit, p 141.

de Avellar tinha vários negócios, freqüentemente, constavam entre os benfeitores da Coroa recebendo em troca comendas e benefícios financeiros.¹¹⁵

O alargamento dos negócios teria se iniciado em 1790 quando os cunhados compraram por um ano o contrato dos dízimos do Rio Grande, pela primeira vez. Contudo, no ano seguinte, a arrematação foi transferida para o Erário Público, em Lisboa. A fim de garantir a continuidade deste monopólio, Santos e Avellar incorporaram o cunhado José Rodrigues Pereira de Almeida¹¹⁶, homem de negócio de Lisboa, à companhia esperando que sua aproximação geográfica e prestígio na praça comercial metropolitana lhes garantissem a manutenção da lucratividade. A estratégia foi bem sucedida. O trio deteve o contrato dos dízimos entre os anos de 1791 a 1794 e do quinto dos couros e do municio das tropas entre 1794 e 1796.¹¹⁷ Ainda perseguindo a intenção de expansão e solidificação de sua rede mercantil, o grupo associou-se no Brasil a outros da mesma família: João Rodrigues Pereira de Almeida¹¹⁸, comerciante de grosso trato do Rio de Janeiro, e a seus irmãos Manuel e Joaquim Pereira de Almeida¹¹⁹.

¹¹⁵ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, na qualidade de capitão do regimento da Candelária, João Rodrigues Pereira de Almeida “vestira e armara a sua companhia, adquirira dez ações do Banco do Brasil, concedera empréstimo para a Fábrica de Pólvora, oferecera apetrechos militares e peças de artilharia para a Armada Real e fizera despesas com os índios da Serra da Mantiqueira”. Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. SP: Unesp ed, 2005, pp 296, 297.

¹¹⁶ José Rodrigues Pereira de Almeida era irmão de João, Manuel e Joaquim Pereira de Almeida e cunhado de Antônio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz, pois havia contraído matrimônio com sua irmã Rosa Caetana do Viterbo. “José Rodrigues de Almeida foi um dos grandes comerciantes do período de 1777-1822, em Lisboa, e participou de seis contratos diferentes”. OSÓRIO, Helen, *As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do rio Grande do Sul (século XVIII)*. In: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (org). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001, p 119.

¹¹⁷ Por quinto dos couros e do gado em pé subentende-se a arrecadação de 20% dos couros produzidos e sobre o gado em pé vendido para fora da capitania. O municio era um contrato específico do Rio Grande do Sul que recaía sobre “farinhas e carnes para o municio das tropas”, ou seja o Estado delegava a um particular o abastecimento do exército após estabelecido o valor de quanto pagaria pelo alqueire de mandioca e arroba de carne, após consumidos. Idem, Ibidem, p 115 e 119.

¹¹⁸ João Pereira de Almeida “além de ser um dos maiores importadores de produtos do Rio Grande do Sul na virada do século XVIII e dedicar-se ao negócio dos contratos, foi traficante de escravos”. Idem, Ibidem, p 120.

¹¹⁹ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2ª. ed, RJ: Civilização Brasileira, 1998, p 331. Segundo Helen Osório, essa era

Através dos inventários deixados por dois sócios da companhia comercial é possível verificar investimentos diversificados em jóias, prédios, negócios rurais, navios, escravos, moedas, computando um montante bruto de 132:699\$094 para Antônio Ribeiro de Avellar e 96:816\$860 para Antônio dos Santos.¹²⁰ Em relação aos investimentos na área rurais, a sociedade Avellar e Santos conseguiu reunir em terras um patrimônio de: 17 sesmarias, sendo 5 no Pau Grande, 5 em Ubá e 7 no Guaribu, as quais formavam a chamada Casa do Pau Grande. Contudo é importante lembrar que tanto as terras do Pau Grande quanto outros bens e imóveis na capital eram provenientes de herança da família Ribeiro de Avellar, estabelecida na Corte.

Por muito tempo, José Rodrigues da Cruz, irmão de Antônio Ribeiro de Avellar, possuidor de um terço da sociedade, foi o único que havia morado na fazenda com a mulher e filhos. O francês Auguste Saint-Hilaire passou pela região do Pau Grande, em 1816, três dias após ter deixado o Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais. Em suas impressões de viagem descreveu que há muito tempo a propriedade era um grande engenho de açúcar:

uma prática comum pois “oito dos vinte principais negociantes sediados na capital do Vice-Reino foram contratadores, no Rio Grande do Sul, dos dízimos, quintos dos couros, municio das tropas ou do registro de viamão, entre 1762 e 1793”. Após constituírem fortuna através de uma diversificação de negócios, estes negociantes se habilitavam à Ordem de Cristo, tendo Antônio dos Santos e Antônio Ribeiro de Avellar conseguido o título de cavaleiro. OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro*. Op. Citz..., pp 106, 107.

Dados fornecidos pela tabela 15-9 – composição das fortunas de alguns comerciantes do RJ segundo os seus inventários. Montes-brutos superiores a 50;000\$000 (1794-1846) In: FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Op. Cit, p 318.

	ano	Padrão/ vida	jóias	prédios	Ativ. d	Neg. ru rais	comércio	navios	Dívida iva	Ações /apólices	moeda	escravos	valor	Monte bruto
Antônio R de. A	1794	1,7	0,9	1,5	-	60,6	-	-	-	-	31,7	252	15,5	132:699 \$094
Antônio dos Santos	1799	5,6	2,3	28,9	-	3,4	0,3	59,2	-	-	-	74	5,6	96:81 \$860

“um dos mais importantes que vi no Brasil, excetuando talvez os do Colégio, perto de São Salvador de Campos, construído pelos jesuítas”.¹²¹

A grandiosidade do engenho também pode ser confirmada pelo volume de maquinários, engenhocas e construções para a manipulação do açúcar e moradia de trabalhadores. No seu interior produziam-se, ainda, grãos para a alimentação de animais, principalmente burros e cavalos que operavam nas tropas que desciam a serra em direção ao porto da capital. A propriedade possuía usinas, senzalas (alinhadas em semicírculos na frente da habitação do senhor), destilaria, caldeiras, moenda movimentada a água, pilão para quebrar o milho, moinho para fazer fubá, ralo para farinha de mandioca e engenho de serrar, todos movimentados pela força da água através da tecnologia implementada por um mecânico, enviado ao Brasil pelo Marquês de Pombal.¹²² Além de se dedicar à administração da fazenda Pau Grande, José Rodrigues da Cruz atuou como colonizador de terras e civilizador de índios a mando da Coroa portuguesa.¹²³

Segundo Saint-Hilaire, José Rodrigues da Cruz teria conseguido construir esta sólida empresa açucareira nas terras do Pau Grande após sua associação com comerciantes da praça do Rio de Janeiro, ou seja, com certeza, depois da formação da Companhia Avellar e Santos e da liberação de capitais para investimentos. O mesmo viajante atribui ainda a José Rodrigues da Cruz um excelente relacionamento com os índios: “iam visitá-lo em Pau Grande, dava-lhes de comer, regalava-os com aguardente e estes acabaram por

¹²¹ Saint-Hilaire, A. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. RJ: Cia Editora Nacional, 1938, tomo 1, p 38.

¹²² Idem, *Ibidem*, pp 39, 40.

¹²³ Juntamente com o capitão das ordenanças da Vila de Paty do Alferes, Ignácio de Souza Werneck, e o padre Manoel Gomes Leal, José Rodrigues da Cruz foi o fundador da aldeia Nossa Senhora da Glória de Valença, atual cidade de Valença, em 1803, após longo trabalho de aldeamentos dos índios Coroados. Para Stanley Stein, o povoamento das regiões de Valença e Vassouras está ligado a três principais fatores: a exaustão das minas ao norte, expansão do café e a eliminação dos índios coroados. STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café*. Op. Cit, p 10.

convença-lo a ir se estabelecer entre eles”.¹²⁴ O que sob o olhar estrangeiro parecia despretenso há muito já havia se constituído numa prática de dominação e civilização de índios tendo em vista, essencialmente, a ocupação de terras e a conversão de almas. Com este objetivo, o conde de Linhares, ministro do Estado, encarregou José Rodrigues da Cruz de partilhar as terras antes pertencentes aos índios denominados Coroados, ficando para si as terras de Ubá onde estabeleceu um engenho de açúcar, uma serraria e um moinho de fubá.¹²⁵

Até fins do século XVIII, os negócios pareciam fluir bem para os irmãos portugueses. Enquanto, José Rodrigues da Cruz caía nas graças da Coroa através dos serviços prestados em “negócios do sertão”, o futuro capitão Antônio Ribeiro de Avellar se casava com Antônia Maria da Conceição, filha do comerciante e provedor da irmandade de Santa Rita, Braz Gonçalves Portugal, consolidando-se como um dos principais comerciantes da praça do Rio de Janeiro.¹²⁶ A rede mercantil de Antônio Ribeiro passou a abranger Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Porto e Lisboa. Além disso, constava como arrematante de impostos em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, sendo ainda sócio de João Rodrigues Pereira de Almeida, membro da elite mercantil do RJ, em diversos

¹²⁴ SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Op. Cit, p 42.

¹²⁵ Idem, Ibidem, p 42. Atribui-se ainda a José Rodrigues da Cruz, juntamente com Ignácio de Souza Werneck e o padre Manoel Gomes Leal, a fundação de Nossa Senhora da Graça de Valença, elevada, em 1823, a condição de vila de Valença por D. Pedro I. Ainda segundo Saint-Hilaire, os índios Coroados foram migrando para as florestas visinhas de Rio Bonito, mas também muitos adoeceram e morreram vítimas de doenças de pele, venérea e varíola, adquiridas a partir do contato com o homem branco. BRASIL, Gerson. O ouro, o café e o Rio. RJ: IHGB e Livraria Brasileira ed, 1970. De acordo com rumores recorrentes na cidade de Vassouras, um dos fundadores de Valença, um grande latifundiário, havia eliminado os índios seus protegidos dando-lhes cachaça envenenada. *Apud*, Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 4 de maio de 1862, p 35. STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café*. Op. Cit, p 11.

¹²⁶ Antônio Ribeiro de Avellar continuou a tradição de devoção e contribuição a irmandade de Santa Rita, uma das mais ricas da colônia. Sua esposa, Antônia Maria da Conceição, era filha de Braz Gonçalves Portugal e D. Francisca Antônia de Assunção cujo pai, o português, João Lopes, foi Patrão Mor do porto do Rio de Janeiro, importante posição na burocracia colonial. Seu sócio Antônio dos Santos era também seu cunhado casado com Francisca Maria da Conceição. RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. (séculos XVI e XVII). Op. Cit.

empreendimentos. No entanto, futuramente, este quadro favorável para os negócios iria mudar.

No inventário de Antônio Ribeiro de Avellar, sua fortuna estava concentrada majoritariamente em bens rurais, o que significa dizer que a sua acumulação mercantil se convertera em 3.635,5 alqueires de terras, circunscritos no engenho da fazenda Pau Grande com 9.999, 6 hectares e 221 escravos.¹²⁷ Na avaliação de João Fragoso, esta transformação se deve à lógica portuguesa quinhentista onde era comum a utilização da acumulação mercantil para reproduzir uma hierarquia econômica e social aristocratizada, onde o não trabalho e a fortuna rentista eram sinônimo de *status*. Assim, na busca de mais prestígio social, muitos comerciantes bem sucedidos investiam na aquisição de terras e escravos, o que explica que “nas origens das fortunas das grandes famílias do café encontramos fortunas de comerciantes da praça do Rio de Janeiro”.¹²⁸

Sem discordar de João Luís Fragoso, gostaria de acrescentar um aspecto conjuntural que muito favoreceu para que, em pouco tempo, a fortuna de Antônio Ribeiro de Avellar fosse totalmente convertida em bens e negócios rurais. Como já foi dito anteriormente, as terras do Pau Grande ficavam as margens do Caminho Novo e, portanto, como de costume na época da colônia, serviam de pouso para muitos viajantes que por ali passavam. Segundo Roberto Moraes, o alferes Joaquim José da Silva Xavier era freqüentador da região do Pau Grande e da casa de Antônio Ribeiro de Avellar na capital. Outro aspecto que acabou envolvendo Antônio Ribeiro de Avellar no processo da Devassa foi sua amizade e troca de correspondências com João Rodrigues de Macedo, outro inconfidente, responsável pela

¹²⁷ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Op. Cit, p 365.

¹²⁸ Idem, *Ibidem*, p 26.

casa dos Contos de Vila Rica.¹²⁹ Durante o interrogatório da Devassa, este negociante abriu mão de parte de seus bens para se livrar do processo. Pouco tempo depois, em 1794, Antônio Ribeiro de Avellar faleceu deixando mulher e dez filhos. Em dificuldades para tocar a casa comercial, a família passou a residir na fazenda do Pau Grande.

Ainda com o inventário em andamento, em vinte e sete de abril de 1797, foi desfeita a sociedade Avellar e Santos. Antônio dos Santos e José Rodrigues da Cruz¹³⁰ venderam suas terças partes na fazenda Pau Grande, avaliadas em 90:586\$550, para Luiz Gomes Ribeiro, seu sobrinho, casado com Joaquina Mathilde de Assumpção, que havia feito fortuna com negócios das minas de Serro do Frio.¹³¹ A partir de então, a viúva de Antônio Ribeiro de Avellar passou a residir, exclusivamente, na fazenda Pau Grande com as filhas casadas Joaquina Mathilde de Assumpção (Luiz Gomes Ribeiro) e Rosa Joaquina do Bonsucesso (José Maria Salter de Mascarenhas) e os outros filhos solteiros Maria Angélica, Ana Angélica, Emerenciana, Francisco, Marianna Luiza, Luis, Felisberta e Joaquim.

A administração da fazenda coube a Luiz Gomes Ribeiro que mandou erguer uma grandiosa sede, em 1805, em estilo de quinta portuguesa, importando uma série de materiais de Portugal. A preocupação com o luxo da construção e a imponentia dos materiais escolhidos parecia querer demonstrar que, apesar do processo no qual a família esteve envolvida, a riqueza da casa familiar não havia sido afetada. Saint-Hilaire, em seu

¹²⁹ Segundo Márcio Jardim, Antônio Ribeiro de Avellar aparece, somente, uma vez no processo de Tiradentes, mais especificamente em seu décimo primeiro interrogatório, datado de 15 de julho de 1791, dois anos após a sua prisão. JARDIM, Márcio. *Síntese factual da inconfiência Mineira*. BH: Instituto Cultural Codeser, 1988, pp263-266.

¹³⁰ “Ao sair da sociedade, José Rodrigues da Cruz foi para as terras de Ubá que em 1788 dera a Antônio Ribeiro de Avellar em pagamento de uma dívida, e que havia comprado novamente, em 27 de abril de 1797 de Luiz Gomes Ribeiro e sua mulher. (...) Pouco depois que ele instalou a fazenda de Ubá, em 1806 (ano de sua morte), foi ela vendida para o sobrinho o conselheiro João Pereira de Almeida, futuro Barão de Ubá (primeiro)”. MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar*. Op. Cit, pp 15, 16.

livro de viagem, deixou registradas suas impressões sobre a casa-grande que, segundo seu olhar europeizado, mais parecia com um mosteiro do que com um castelo:

A casa do proprietário tem um andar além do rez do chão, apresenta 16 janelas de frente ornadas de balcões de ferro de fabrico europeu, e , no meio do edifício há uma grande capela ao mesmo nível que ele, mas cujo teto é totalmente distinto. O outro lado do edifício, que encosta em um morro tem 2 alas entre as quais há um pátio estreito. Como na maioria das casas portuguesas e espanholas, o andar térreo é habitado pelos senhores, uma escada de madeira, muito mal construída, conduz aos apartamentos: os da parte de trás são reservados para as senhoras, os da frente consistem numa série de grandes peças todas dependendo uma das outras e muito pouco mobiliadas, ao fundo dessas peças estão pequenos cubículos, obscuros, fechados por portas, e é lá que se dorme. (...)

A nova construção possuía duas alas residenciais independentes, separadas por uma capela no meio. Numa casa habitavam Luiz Gomes Ribeiro, sua esposa Joaquina Mathilde e filhos, enquanto na outra moravam a viúva, Antônia da Conceição, sua filha Rosa, o genro José Maria Mascarenhas Salter e os outros irmãos, muitos ainda menores de idade.¹³² Devido a desentendimentos no que concerne à administração da fazenda, à venda das terras de Ubá e a negócios relativos à mineração, a sociedade entre a viúva e Luiz Gomes Ribeiro foi desfeita. Em 1817, o casal Gomes Ribeiro e filhos se retiraram do Pau Grande para a fazenda Guaribu, recebida na partilha.¹³³ Após a morte da matriarca, em 1828, Joaquina Mathilde (ou seu cônjuge, Luís Gomes Ribeiro, como era a lei para as mulheres casadas)

¹³¹ Idem, Ibidem, p15. Para consultar a árvore genealógica desta família ver também: MORAES, Roberto Menezes de. *O Casal Furquim Werneck e sua descendência*. RJ: Liney editora, 1985, pp73-79.

¹³² Logo após a morte do marido, Antônio Ribeiro de Avellar, a viúva Antônia da Conceição também perde dois filhos Luiz e Felisberta. MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar*. Op. Cit, p 15.

¹³³ Dados obtidos na Sentença civil e formal de partilha passada em favor do herdeiro José Maria de Mendonça e sua mulher, referente ao inventário de sua sogra Antônia Maria da Conceição. RJ: 19/4/1828. Arquivo Nacional, microfilme 018-96, notação 11. É interessante ressaltar também que este ramo da família Ribeiro de Avellar, os Gomes Ribeiro, também se tornaram cafeicultores nobilitados: João Gomes Ribeiro Avellar (Visconde da Paraíba, intitulado em 4 de março de 1876), Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar (Barão do Guaribu), Paulo Gomes Ribeiro de Avellar (primeiro Barão de São Luís, intitulado em 26 de outubro de 1861) e Maria Isabel de Assunção (segunda baronesa de Paty do Alferes, casada com Francisco Peixoto de Lacerda Werneck), ambos filhos de Luis Gomes Ribeiro e Joaquina Mathilde de Assumpção. Sobre estas titulações ver: MORAES, Roberto Menezes de. *O Casal Furquim Werneck e sua descendência*. Op. Cit, .pp 77-79 e SOUZA, Joaquim Alvarenga de Souza. *Os Ilustres barões da Nobreza Vassourense*. Vassouras/Rio de Janeiro: 1986.

não apareceu entre os herdeiros, sendo declarado em testamento que a mesma já havia recebido a sua parte na herança.¹³⁴ Apesar dos vários recursos impetrados por Luís Gomes Ribeiro no processo do inventário com o objetivo de ser citado como parte interessada na partilha de bens, os beneficiados foram: José Maria Salter (casado com Rosa Joaquina), Maria Angélica de Avellar, Anna Angélica de Avellar, Emerenciana Rosa de Avellar¹³⁵, Francisco Ribeiro de Avellar, Mariana Luiza de Avellar e Joaquim Ribeiro de Avellar. O monte dos bens da finada foi calculado em 133:122\$618, distribuídos da seguinte forma:

Terras, casas de vivenda, capela e outros prédios, folhas -25: 500\$000
engenho – 18:300\$000
casas, senzala, cavallenesse, chiqueiro e ulharia - 3:734\$800 réis
escravos – 1:324\$000
escravos – 60\$704
ferramentas de lavoura - 80\$920
carpintaria - 44\$880
ferramenta de tropa - 150\$000
árvores e plantações - 7:230\$000
animais - 4:301\$440
trastes de casa - 492\$120
louça - 59\$530
vidros - 31:530
roupa - 75\$800
arame - 5\$760
bronze - 27\$600
estanho - 41\$720
prata - 371\$575
10 escravos em poder de Francisco Ribeiro de Avellar - 2:000\$000
escravo de nome Francisco - 300\$000
10 escravos em poder de José Maria Salter de Mendonça
Guindaste de armado no arraial da Freguesia de nossa senhora 100\$000
Guindaste de armado no arraial da Freguesia de Pillar do
Iguaçu3;800\$000
papeleira de jacarandá – 24\$000
ouro - 559\$400
deve ao coronel José Maria Salter de Mendonça - 61\$073

¹³⁴ Inventário Antônia Maria da Conceição, Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar. Vassouras: Faculdade Severino Sombra/ CDH, caixa 76, fevereiro de 1828.

¹³⁵ Falece no mesmo ano que a mãe, seus inventários correm juntos. Joaquim Ribeiro de Avellar herda os bens da irmã solteira. Idem, Ibidem.

alicitação – 2:000\$000

alicitação - 10\$000

*total 133:122\$618*¹³⁶

O inventário de D. Antônia apontou, dentre outras coisas, que o núcleo Ribeiro de Avellar, originariamente pertencente ao grupo dos comerciantes de grosso trato, residentes no espaço urbano, tinham se convertido, definitivamente, em uma família na qual a renda estava concentrada na posse de terras e na exploração da atividade agrícola. O maior montante de riqueza partilhado estava compreendido entre terras, escravos, ferramentas, árvores de plantio e construções relacionadas ao beneficiamento agrícola. O segundo maior investimento arrolado no inventário foi o armazenamento de metais, somando um total de 1:000\$295, dos quais 930\$975 eram em ouro e prata. Em relação ao inventário do marido, encerrado 34 anos antes, a fortuna parece ter se concentrado ainda mais em bens rurais porque já não aparecem arrolados gastos com jóias e prédios. O monte dos bens familiares foi alterado de 132:699\$094 para 133:122\$618 mil réis, o que demonstra uma pequena queda no padrão de vida, pois apesar do valor bruto total ter subido, deve-se levar em consideração a inflação e o aumento do custo de vida durante trinta e quatro anos.

Uma das formas que a família Ribeiro de Avellar encontrou para preservar seu patrimônio coeso foi o isolamento. Após a morte de patriarca Antônio Ribeiro de Avellar, nenhuma das filhas solteiras contraiu matrimônio, evitando assim o pagamento do dote e a divisão das terras. Com as outras irmãs solteiras, o filho mais novo, Joaquim Ribeiro de Avellar, passou a administrar todos os bens da casa do Pau Grande através da Avellar & Cia, escriturada em 1839. Na época, ainda faziam parte de tal sociedade Mariana Luiza de Avellar, Antônia Angélica de Avellar e Maria Angélica de Avellar. Com o suceder dos

¹³⁶ Idem, Ibidem.

anos, após a morte das tias, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, foi incorporando terras. Até que, em 1863, após o falecimento do Barão de Capivary, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. passou a ser o único dono do Pau Grande.

No entanto, desde a década de 1840 que a Casa do Pau Grande já havia se tornado uma próspera fazenda de café com mais de 700 escravos e 252:000\$000 réis em pés de café.¹³⁷ A posição de grande cafeicultor rendeu ao pai Joaquim Ribeiro de Avellar riqueza e influência política na região do Vale do Paraíba e da Corte.¹³⁸ Os negócios agro-exportadores eram representados, no Rio de Janeiro, pela Avellar & Cia, um serviço de comissariado do produto, administrado por Domingos Alves da Silva Porto.¹³⁹ Os dois empresários se correspondiam de duas a três vezes por semana para tratarem, tanto de negócios, preço do café, qualidade dos grãos, organização e gastos das tropas da vila de Paty do Alferes para a corte e envio de encomendas. Quanto de assuntos pessoais, educação e acordo de casamento do filho, condição de saúde, a conquista do baronato, dentre outras coisas.

A educação do filho Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. era uma questão importante e foi tratada minuciosamente pelo correspondente Domingos Alves da Silva Porto. O menino era proveniente de uma relação de Joaquim Ribeiro de Avellar com Maria dos Anjos,

¹³⁷ Inventário Barão de Capivary, Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar. Vassouras: Faculdade Severino Sombra/ CDH, julho de 1863.

¹³⁸ É o que demonstram os seguintes documentos: Carta de Antônio Paulino de Abreu (visconde de Abaeté) ao barão de Capivary, 14/10/1860. Arquivo Nacional, Fundo do Pau Grande, notação 18; Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary, 3/9/1863. Arquivo Nacional, Fundo do Pau Grande, notação 38; Carta de Joaquim Teixeira Leite ao Barão de Capivary, 25/5/1863, Arquivo Nacional, Fundo do Pau Grande, notação 51; Carta de Júlio Aciole de Brito ao Barão de Capivary, 20/11/1861, Arquivo Nacional, Fundo do Pau Grande, notação 64; Carta de Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguay, ao Barão de Capivary, 7/1/1862. Arquivo Nacional, Fundo do Pau Grande, notação 74.

¹³⁹ Segundo Roberto Menezes de Moraes, Domingos Alves da Silva Porto havia servido como capelão da fazenda Pau Grande, tendo abandonado o cargo religioso para dedicar-se aos negócios de comissariado de café na capital da Corte. MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar*. Op. Cit.

mulher dita solteira nos documentos oficiais, mas casada segundo a tradição familiar.¹⁴⁰

Após o nascimento, a criança passou a morar na fazenda com o pai e as tias. Pelas correspondências e certidão de perfilhação é impossível identificar quem era esta mulher, se era alguma agregada da fazenda ou se chegou a coabitar com o filho na casa grande. Contudo, é possível saber que o menino Joaquim foi criado e educado na fazenda, recebeu instrução em algum dos melhores colégios da Corte, sendo tutorado no Rio de Janeiro por Domingos Alves da Silva Porto, e enviado, em 1838, para se graduar na Europa.

Rio, 6 de fevereiro de 1838.

Recebi a sua carta com data de 4 e fico certo do dia em que daí pretende partir. Ainda hoje fui ver a cara do cara da embarcação e me assegurou que vão passageiros brasileiros e que sairá o mais tardar até 25 do corrente. Depois que chegar obteremos as cartas que se julgar precisas. Sei que a separação é violenta porém não valerá a pena aumentar sua instrução e torna-lo mais digno da estimação geral já pelas maneiras polidas, que lá deve adquirir, como pelo maior número de idéias grandes, que impossível é que não ganhe residindo 3 ou 4 anos em uma nação onde tudo é grande e maravilhoso.

Quando regressar é que poderá bem calcular todo o acerto de o haver mandado. Os que aprendem no Brasil ficam com idéias muito acanhadas e assim há de acontecer com o filho do Joaquim dos Santos.

Remeto as sementes e adeus.

Seu amigo sincero e obrigado

*Domingos Alves da Silva Porto.*¹⁴¹

Nesta carta, Domingos demonstrava preocupação em acertar a ida de Joaquim para Europa. Pelo porto da capital transitavam os mais diferentes tipos de comerciantes, sendo difícil encontrar embarcações regulamentadas e tratar com pessoas idôneas que garantissem um itinerário direto e seguro para a Europa. Seu argumento para convencer Joaquim Ribeiro de Avellar estava atrelado ao diferencial de educação e prestígio que uma temporada no velho continente gerava naquela sociedade. Um período de três ou quatro

¹⁴⁰ Idem, Ibidem..

anos de saudades que seriam recompensadas, em sua opinião, por instrução, maneiras polidas e idéias civilizadas. Suas despedidas demonstram uma proximidade e amizade de quem há muito tempo cuidava dos interesses desta família. Aproveitando a ocasião ainda escreve: “remeto as sementes”, colocando em dia os assuntos de negócios.

Entretanto, o cuidado de Domingos Alves da Silva Porto em prover o rapaz com a melhor educação e instrução possível, demonstrava, de sua parte, um grande conhecimento da lógica social e de prestígio da elite imperial. Através de uma temporada na Europa para estudos, sua intenção era apagar um nascimento ilegítimo dentro de uma rica família de fazendeiros de café. A sentença de perfilhação expedida em Vassouras, a 22 de agosto de 1843, também aponta na mesma direção. Nela, o futuro Barão de Capivari declarava ter criado sobre sua responsabilidade e custeio Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e o reconhecia como seu filho legítimo, com direito a sua herança.¹⁴² Com isso, reunia-se na figura de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. educação e fortuna. Seguindo a mentalidade hierarquizante da sociedade imperial, restava agora conquistar o tão almejado prestígio social. O próximo passo seria estabelecer um acordo de casamento com uma família de nome honrado e boas relações com a Corte.

¹⁴¹ Carta de Domingo Alves da Silva Porto para Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1838. (Coleção Particular 2)

¹⁴² Sentença de perfilhação de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr por Joaquim Ribeiro de Avellar. Vassouras, 22 de agosto de 1843. (Coleção Particular 2). “Eu José Florindo da Fonseca Silva escrivão que a escreve segundo o que assim se continha e declarava, e era outro sim conteúdo escrito e declarando a dita autuação, depois da que se via mostrava a petição & thios e forma a seguinte = Justíssimo Sr juiz Municipal = Diz Joaquim Ribeiro de Avellar, morador no termo desta Vila que tendo havido um filho de mulher solteira, estava também em que se conserva o suplicante, cujo filho se chama Joaquim, com os mesmos apelidos do suplicante, que para haver a legitimação do dito seu filho pretende justificar o seguinte: Primeiro: que ele tem um filho natural de nome Joaquim hoje maior de vinte e um anos que houve do ajustamento ilícito com mulher solteira o qual sempre reconheceu seu filho, e como tal o tem sustentado, vestido, tratado e educado com distinção e consentindo que tivesse o uso dos seus apelidos – Ribeiro de Avellar – e de que passou a escritura junta de perfilhamento. Segundo que ele suplicante sempre viveu no estado de solteiro sem descendentes, se não o suplicado seu único filho e não tem ascendentes somente parentes e irmãos. (...) sendo outro sim ouvido o suplicado, mandando depois passar a carta de legitimação para ser havido como e de legítimo matrimônio nascesse e poder herdar do suplicante por testamento ou sem ele e gozar das honras e privilégios e isenções

1.2 - A Família Velho da Silva:

O ramo carioca da família Velho da Silva foi fundado por Manoel Velho da Silva. Ele, assim como outros três de seus irmãos: Amaro, Francisco e Domingos, migraram para a colônia portuguesa no Novo Mundo durante a segunda metade do século XVIII.¹⁴³ Seu pai, Antônio Velho da Silva, natural da freguesia de Santo André Vitorino de Espinhóis, arcebispado de Braga, era homem de fortuna e detinha os títulos de Tenente Coronel de Milícias e Cavalheiro Professo da Ordem de Cristo.¹⁴⁴ Sua mãe, Ana do Pilar era proveniente de Vila Nova de Gaia, cidade vizinha ao Porto. Pelo que pude mapear através dos documentos, o casal parecia residir no Porto ou arredores, porque além da mãe ser natural desta localidade, dos quatro filhos que tenho notícia, dois, Manoel e Domingos, nasceram e foram batizados em Gaia e no Porto, respectivamente.

João Luís Fragoso ao estudar a formação da primeira elite senhorial no Brasil, afirma que no século XVI, as pressões demográficas sobre Portugal e as crises de fomes recorrentes transformaram a região de Entre Douro e Minho numa área de migração, inicialmente para as ilhas Atlânticas e depois para a colônia portuguesa nas Américas. Esses migrantes seriam, principalmente, procedentes da pequena fidalguia ou da elite de

que ao suplicante competirem. (...)”. Assinaram como testemunhas: Marianna Luiza de Avellar, Dona Anna Angélica de Avellar, José Maria Salter de Mendonça e Dona Joaquina Mathilde de Assunção.

¹⁴³ MAIA, Manoel A Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Livraria Francisco Alves 166, RJ: 1937.

¹⁴⁴ No que concerne ao tronco Velho da Silva não foi encontrado nenhum estudo completo de genealogia, como foi o caso da família Ribeiro de Avellar. Portanto, em minha pesquisa, fiz a reconstituição histórica dos Velho da Silva a partir de documentação encontrada no fichário do Colégio Brasileiro de Genealogia, no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, além de fontes secundárias, a saber: testamento de Manoel Velho da Silva, Corte, 10/04/1807, Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, livro de testamentos e óbitos da freguesia da Candelária. (AP. 805); Inventário José Luis da Motta, Corte, 27/07/1842, juízo da primeira vara de órfãos e ofícios. (Arquivo Nacional, caixa 4156, n. 1795); CUNHA, Rui Vieira da. *Uma linhagem Colonial: Velho da Silva* In: *Jornal do Comércio* 9/12/1951, pp 4,5; MAIA, Manoel A Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Livraria Francisco Alves 166, RJ: 1937; DIEGUEZ, Lucília Maria Esteves Santiso. *Dona Leonarda Maria da Silva Velho: uma dama da corte imperial (1754-1828)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, ICHF, UFF, Niterói, 2004.

alguma capitania pobre, que ao aportarem no Rio de Janeiro dariam origem às *melhores famílias*. No caso dos irmãos Velho da Silva, mesmo se tratando de uma imigração bastante tardia se comparada aos estudos de Fragoso, pode-se presumir que eram uma gente com nobreza no passado, contudo com dificuldades de manter a fortuna condizente com seu *status* social, o que explicaria, inicialmente, a transferência de quatro irmãos para o Brasil, na segunda metade do setecentos.¹⁴⁵

A herança fidalga reivindicada pela família Velho da Silva, ficou mais fácil de ser reconhecida após a chegada da Corte em 1808. Acumulando as funções de Conselheiro do monarca, Comendador da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e tenente-coronel das milícias da Corte; o negociante Amaro Velho da Silva requereu sua carta de brasão de armas, onde se dizia pertencente a “Casa de Fervença, uma das mais distintas de Portugal” e ainda:

*descendente de Gonçalo Velho Cabral, pelo comendador do Almourol, mandado em 1432 pelo sereníssimo Sr. Infante Dom Henrique aprovar e descobrir as ilhas terceiras, ou dos Açoures, e do mesmo procedeu o desembargador João Velho Barreto, que foi chanceler e governador da Relação e Casa do Porto em 1654 e o desembargador Pedro Velho Lagoar, também chanceler e governador da mesma relação e Casa em 1753.*¹⁴⁶

Tal documentação remetia a Era dos Descobrimentos e a Gonçalo Velho Cabral, navegador da primeira expedição aos Açores, bem como a outros homens que serviram na

¹⁴⁵ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (org). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Op. Cit.

¹⁴⁶ Chamo a atenção para o fato de que este Amaro é filho de Manoel Velho da Silva e, portanto, sobrinho do Amaro que estou tratando no momento. Brasão de armas do conselheiro Amaro Velho da Silva, expedido em 28 de janeiro de 1813. In: Manoel A Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Livraria Francisco Alves 166, RJ: 1937, p 25. O documento original, magnificamente iluminado por Guillobel, se encontra no Arquivo Nacional. Sobre a nobreza colonial no período Joanino ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. Op. Cit. e MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 – 1821)*SP: Cia das Letras, 2000.

burocracia real. Através da construção de uma memória ligada a fase áurea das conquistas e do Império Colonial português, os descendentes procuravam reafirmar a honra de sua Casa. Ao mesmo tempo, os nomes de João Velho Barreto e Pedro Velho Lagoar buscavam legitimar uma idéia de subserviência e fidelidade a Coroa ao longo dos tempos. No século XVIII, o prestígio deste tronco familiar ainda estava mantido porque tanto Antônio Velho da Silva, quanto seus filhos Manoel, Amaro e Domingos eram Cavaleiros Professos da Ordem de Cristo. Entretanto, o mesmo não se pode inferir a respeito da riqueza. A alternativa de tentar a vida na colônia portuguesa no Novo Mundo parece ter vindo no sentido de arriscar fortuna e buscar enriquecimento, seguindo o exemplo de muitos outros componentes da fidalguia portuguesa empobrecida. Abaixo tratarei da trajetória de cada um dos irmãos após o desembarque no Brasil.

Segundo Manoel A. Velho e Motta, Francisco Velho da Silva teria vindo para o Brasil, em 1794, com a esposa, Josefa Ximenez Velho, e mais dez filhos, estabelecendo-se no Rio Grande do Sul como estancieiro. Pouco tempo depois, foi notado pelo governo português para exercer um cargo de confiança e acabou regressando a metrópole onde morreu vítima de peste, em 1800, com mais cinco de seus filhos.¹⁴⁷ Seu filho mais novo, José Maria Velho da Silva, foi enviado ao Brasil, aos seis anos de idade, para ser criado e trabalhar como caixeiro com o tio e padrinho Amaro.¹⁴⁸

Domingos Velho da Silva também se radicou no Rio Grande do Sul. Em um documento que se encontra na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional, fica claro que, assim como o irmão Francisco, serviu a Coroa portuguesa por cerca de 30 anos, como: “caixa do povo da alfândega de Nossa Senhora dos Anjos” (1782), “escriturário e caixa dos

¹⁴⁷ Manoel A. Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Op. Cit, p 26. Esses dados também são confirmados por PASCUAL, A. D. de. *Esboço biográfico do conselheiro José Maria Velho da Silva*. Op. Cit.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem.

bens em comum das famílias Guaranis de Vila Nova de Nossa Senhora dos Anjos (1778)”, sendo exonerado do cargo por vontade própria, em março de 1803.¹⁴⁹ Durante estes anos, foi vereador e juiz almotacé da câmara, além de ter sido titulado tenente coronel. Em novas terras, contraiu matrimônio com Rosa Angélica, natural de Nossa Senhora do Desterro, ilha de Santa Catarina, com quem teve quatro filhos.¹⁵⁰

A outra parte da família, Manuel e Amaro Velho da Silva, deixou Portugal como destino a capital colonial e se estabeleceu no ramo do comércio. Em 1788, os irmãos fundaram uma sociedade universal, porém não escriturada, conforme declarou Manoel em seu testamento:

*Declaro que tive sociedade universal em todos os negócios mercantis com meu irmão Amaro Velho da Silva a cuja atividade e inteligência devo o aumento e prosperidade da mesma e tendo começado sem escritura pública nem particular em 1788.*¹⁵¹

No Almanaque do Rio de Janeiro de 1794, os irmãos ainda aparecem listados como comerciantes de importação e exportação, tendo assentado praça na rua dos Pescadores, centro do Rio de Janeiro.¹⁵² Para tal escolheram aquela localidade que, Juntamente com a rua Direita, era o comércio do comércio por atacado da capital concentrando, em 1792,

¹⁴⁹ SILVA, Domingos Velho da. *Requerimento encaminhado ao ministério do Império, solicitando, em atenção a sua idade avançada e problemas de saúde, não ser nomeado para nenhum cargo público*. Biblioteca Nacional, sessão de manuscritos, fundo de documentos biográficos (C-0495,022).

¹⁵⁰ Domingos Velho da Silva, natural do Porto, casou-se com Rosa Angélica com quem teve quatro filhos: Florinda Angélica da Silva (Porto Alegre) c/c Antônio Justino de Brito Lima (guarda-mor da casa de suplicação, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real) em 14/2/1813; Sebastiana Rosa Angélica da Silva (São Pedro do Rio Grande do Sul) c/c desembargador Mariano José de Brito Lima em 14/2/1813; Domingos Velho da Silva (Porto Alegre) c/c Francisca Candida Bittencourt em 28/11/1829; Delfina Angélica da Silva (Porto Alegre) c/c 1- José Joaquim da Silva bezerra e 2 – Joaquim José Novaes em 16/7/1815. Informações contidas no Fichário do Colégio Brasileiro de Genealogia.

¹⁵¹ testamento de Manoel Velho da Silva, Corte, 10/04/1807, Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, livro de testamentos e óbitos da freguesia da Candelária. (AP. 805)

¹⁵² É curioso ressaltar que tanto Antônio Ribeiro de Avellar quanto os irmãos Manoel e Amaro Velho da Silva assentaram praça comercial na rua dos Pescadores, no Rio de Janeiro. *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano 1794*. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ: Ministério da Educação, 1940, vol LIX, p291.

cento e vinte e duas empresas. Em 1795, com a sociedade comercial já legalizada, aparece como portadora de veleiros próprios, com negócios até na Ásia: “traziam especiarias, louças da China, exportavam madeiras, principalmente pau Brasil e açúcar”.¹⁵³ No entanto, conforme a carta do Conde de Rezende, referente ao ano de 1799, Manuel e Amaro estavam envolvidos nos “negócios d’África”, tendo sido identificados entre os maiores traficantes de escravos do Brasil, ocupando o terceiro e décimo lugares, respectivamente.¹⁵⁴ Esta colocação de destaque me leva a supor que tal negócio não tenha sido iniciado recentemente. Ou seja, provavelmente, desde que chegaram ao Rio de Janeiro, os irmãos Velho da Silva estiveram ligados ao tráfico de cativos.¹⁵⁵

A rápida ascensão social dos irmãos Velho da Silva assentados no Rio de Janeiro está, com certeza, ligada ao que Ângela Xavier e Antônio Hespanha chamaram de “economia moral do dom”, ou seja a existência de uma rede de relações assimétricas onde cidadãos, através da troca de favores e de serviços com a Coroa, adquirem honras, liberdades, mercês e privilégios. Ao mesmo tempo, este tipo de concessão desigual legitimava a monarquia no papel de controle das representações individuais e das ordens na sociedade, esta regulada pela lógica da hierarquização, característica do Antigo Regime.¹⁵⁶ Em se tratando de uma colônia, a Coroa se fazia representar pela vasta burocracia real e, principalmente, pelo vice-rei.

¹⁵³ Manoel A Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Op. Cit, p19.

¹⁵⁴ Carta do Conde de Resende para D Rodrigo de Souza Coutinho. Correspondência dos vice-reis. 30/9/1799. In: DIEGUEZ, Lucília Maria Esteves Santiso. *Dona Leonarda Maria da Silva Velho*. Op. Cit, p 84.

¹⁵⁵ Segundo Manolo Garcia Florentino, a expressiva participação dos traficantes no setor de abastecimento indica que suas atividades iam além do tráfico, e que eles se envolviam organicamente no comércio de gêneros para o abastecimento da própria capitania do Rio de Janeiro”. Além disso, vê-se esses traficantes atuando no frete de embarcações e companhias de seguros. FLORENTINO, Manolo Garcia, *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. RJ: Arquivo Nacional, 1993, p192.

¹⁵⁶ XAVIER, Ângela & HESPANHA, Antônio. “As redes clientelares”, In: Hespanha, A M (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*, Vol 4. Lisboa: Ed. Estampa, pp 381-393.

As atitudes de Manoel Velho da Silva me levam a crer que este dominava, com destreza, os códigos de atuação e a lógica da “economia moral do dom” e oferecia, anualmente, uma grande quantidade de cabeças de gado, proveniente de sua fazenda na freguesia de Tambi, ao governo colonial. Seus favores ao Estado não paravam por aí. Contribuiu por diversas vezes, juntamente com o irmão Amaro, para o Erário Público e pagou a construção do forte do morro de Boa Vista para defesa da cidade.¹⁵⁷ Por meio dessas benesses à Coroa, Manoel foi nomeado, por carta régia, capitão sem soldo no comando do mesmo forte, tendo, posteriormente, exercido o cargo de “capitão general de mar e terra do Estado do Brasil” por nomeação do vice-rei, conde de Rezende. As funções exercidas pelo mesmo não se restringiram a área militar, Manoel Velho da Silva, foi vereador em 1782¹⁵⁸, além de ter assumido diversos cargos públicos: “procurador e vereador da Câmara, ouvidor, Juiz de ley e tenente-coronel de milícias”.¹⁵⁹

Outro aspecto que pode ter interferido positivamente no processo de ascensão social dos irmãos Amaro e Manoel Velho da Silva, foi o casamento deste último com Leonarda Maria da Conceição, filha de Dona Antônia Tereza de Jesus e Domingos Vieira Pinto, negociante português e capitão de embarcações de escravos na rota Luanda - Rio de Janeiro.¹⁶⁰ Considerando as altas comissões destinadas a função de primeiro capitão, devido à alta periculosidade do negócio, pode-se supor que os Vieira Pinto eram uma

¹⁵⁷ Manoel A Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Op. Cit, p 19, 20.

¹⁵⁸ “O acesso aos cargos camarários surgia como objeto de disputa entre grupos economicamente influentes nas localidades. As câmaras constituíam nas principais vias de acesso a um conjunto de privilégios que permitiam nobilitar colonos e transforma-los em cidadãos, levando-os a participar do governo”. BICALHO, M.Fernanda. “As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império.” In: *Antigo Regime nos Trópicos*, Op. Cit, p207.

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem.*, p21.

¹⁶⁰ DIEGUEZ, Lucília Maria Esteves. *Dona Leonarda Maria Velho da Silva*. Op. Cit, p 89. Segundo a autora, Domingos Vieira Pinto teria trabalhado como primeiro capitão de três embarcações portuguesas na rota Lunda-Rio de Janeiro, nos anos de 1738, 1740, 1742. A primeira delas, a galera Nossa Senhora do Carmo deixou Luanda com 619 escravos e aportou no RJ com 565; a segunda, o navio mercante Nossa Senhora do

família abastada e com importantes contatos nos “negócios D’Africa”, que podem ter auxiliado o crescimento da companhia de comércio dos irmãos Velho da Silva, principalmente no ramo do tráfico de escravos. Em documentação datada de 1808, D. Ana Teresa de Jesus exalta a equidade de importância entre as duas famílias ao declarar que: “suas outras duas filhas (Leonarda Maria e Gertrudes Mariana Rosa) casaram bem, uma com Manoel Velho da Silva e a outra, hoje viúva, com José Luiz da Motta”.¹⁶¹

Como já frisaram alguns autores, muitos negociantes, incluindo traficantes de escravos, costumavam estender para o campo pessoal e afetivo suas redes econômicas, através de acordos de casamento.¹⁶² Assim, explicam-se os arranjos matrimoniais feitos por Domingos Vieira Pinto, casando Leonarda com o comerciante de grosso trato, Manoel Velho da Silva, e Gertrudes Mariana com o capitão José Luiz da Motta, comerciante por atacado estabelecido na rua da Quitanda, esquina com rua dos Pescadores, proprietário de uma morada de casa em Botafogo e de um engenho em Paraty.¹⁶³ Como se pode ver, as uniões foram arranjadas no interior do mesmo grupo social e, provavelmente, com negócios e/ou conhecimentos em comum, como aponta a proximidade geográfica de seus estabelecimentos.

Manoel Velho da Silva, “cavalheiro professo da Ordem de Cristo, negociante e cidadão desta cidade”, morreu em 10 de abril de 1807, deixando viúva e seis filhos:

Porto de Avel e Almas, saiu de Luanda com 427 almas e chegou com 390; por último, a galera Nossa senhora da Glória e São Joaquim partiu com 450 cativos e desembarcou com 411.

¹⁶¹ Escritura do 2º. ofício. AHU-RJ, avulsos, caixa 227, no. 65, 21/10/1805. *Apud* DIEGUEZ, Lucília Maria Esteves. Op. Cit. p 88. Domingos Vieira Pinto e Antônia Teresa de Jesus tiveram ainda: Clara Rosa do Sacramento c/c o tenente coronel José Álvares de Azevedo e o padre Justo Vieira Pinto, ordenado em 1779.

¹⁶² Ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas negras*. Op. Cit; GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Op. Cit.

¹⁶³ *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano 1792*. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ: Ministério da Educação, 1940, vol LIX, p187; e *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano 1794*. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ: Ministério da Educação, 1940, vol LIX, p291. O casal teve cinco filhos: Clara, Maria, Luiza, João e José Luiz da Motta. Este último contraíra matrimônio com a prima Mariana Eugênia Alexandrina Velho da Silva.

“Amaro Velho da Silva - Capitão e Cavalheiro Professo da Ordem de Cristo, Manoel Velho da Silva - Tenente e Cavalheiro Professo da Ordem de Cristo, Maria Thomázia Velho, Leonarda Maria Velho, Mathilde Carolina Velho, Mariana Alexandrina Velho da Silva”, conforme descrito em seu testamento.¹⁶⁴ Após seu falecimento, os dois filhos mais velhos herdaram a direção da casa comercial. E, em 1811, com a morte do tio Amaro Velho da Silva, os sobrinhos requereram para si a administração dos negócios da família através de uma carta da matriarca, D. Leonarda:

*Pa. V. R se digne a conceder aos suplicantes Amaro Velho da Silva e Manoel velho da Silva a administração da Casa para poderem verificar os fundos, concluir as transações pendentes, e prosseguir em todas as que forem vantajosas a mesma casa, e interessados nela”.*¹⁶⁵

A partir de então, a sociedade passou a se chamar Viúva Velho e filhos.¹⁶⁶ Segundo João Luis Fragoso, a companhia comercial da família Velho da Silva ocupava a décima quarta posição entre os maiores traficantes de escravos para o Brasil, o que demonstra uma manutenção do poderio econômico montado pelos fundadores da empresa. Para tal, teria realizado dezoito viagens à África entre 1811 e 1830, utilizando duas galeras, um navio e dois bergantins.¹⁶⁷ A consolidação do patrimônio familiar procurou seguir algumas regras características da mentalidade econômica de Antigo Regime: diversificação de negócios, aquisição de bens de prestígio através de doações, mercês e compra de cargos e honrarias, e ainda, política de casamentos. A seguir falarei mais especificamente de cada uma delas.

¹⁶⁴ Testamento de Manoel Velho da Silva, Corte, 10/04/1807, Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, livro de testamentos e óbitos da freguesia da Candelária. (AP. 805)

¹⁶⁵ *Apud.* Leonarda Maria da Silva Velho. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos, fundo de documentos biográficos, 1811. (C- 412, 007). In: DIEGUEZ, Lucília. *D. Leonarda Maria Velho da Silva*. Op. Cit, p85.

¹⁶⁶ Para Lucília Dieguez, a denominação da sociedade comercial como *Viúva Velho & Filhos* significava uma grande importância e controle da matriarca no âmbito dos negócios. Ao contrário, prefiro acreditar que, no período colonial, a família constituía, ela mesma, na base das atividades mercantis. Por isso, os trâmites dos negócios eram bastante afetados pela instalação de demorados inventários, quando morriam o patriarca ou sua esposa. Desta forma, esta nomenclatura referia-se aos herdeiros legítimos dos bens e pode ter sido uma forma de aguardar o fim do processo de partilha sem, entretanto, paralisar os negócios. Ver: NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote*. Op. Cit, p172.

O negócio do tráfico de cativos era bastante vantajoso, todavia instável. Os envolvidos estavam sujeitos a pirataria, alta mortalidade de escravos no percurso da África para o Brasil, naufrágios, etc. Desta forma, era necessário diversificar as áreas de investimento que se ramificavam para imóveis, jóias e metais preciosos, compra de ações, companhias de seguros e fornecimento de crédito. A fortuna da família Velho da Silva conseguiu ser mantida e até ampliada, durante a primeira metade do século XIX, através desta diversificação. Possuíam: dois engenhos de açúcar, uma imensa chácara na Glória onde residiram, por muito tempo, com todos os filhos, genros e netos, além de diversos terrenos e moradas de casas na região do centro da cidade¹⁶⁷, de onde extraíam aluguéis, sem contar as ações da *Companhia de Seguros Marítimos Indemnidade*, com capital subscrito em 5000:000\$000 contos de réis.¹⁶⁹ Segundo João Fragoso, D. Leonarda Velho da Silva fazia parte do rol das maiores fortunas inventariadas nos anos de 1820, 1825 e 1840, tendo consolidado um monte no valor de 285:499\$677, ao qual incluía ainda 254 escravos, negócios rurais, negócios mercantis, louças, metais, roupas, etc.

O segundo artifício utilizado para a consolidação do patrimônio familiar pode ser evidenciado através da política de aquisição de prestígio adotada por D. Leonarda e sua família. A chegada da Família Real Portuguesa, no Rio de Janeiro, em 1808, certamente, significou uma grande oportunidade para a consolidação de tal cabedal social e econômico.

¹⁶⁷ FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grossa aventura*. Op. Cit, p 238.

¹⁶⁸ Bens listados no inventário de D. Leonarda Maria Velho da Silva (1825-1828). A saber: Engenho Guaxindiba, freguesia de São Gonçalo, Vila real da Praia Grande, (47:883\$440); Engenho Velho, distrito de Vila de Santo Antônio de Sá (48:844\$060); Chácara do caminho da Glória (32:000\$000). In: DIEGUEZ, Lucília. *D. Leonarda Maria Velho da Silva*. Op. Cit.

¹⁶⁹ GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Op. Cit., pp 148, 159. Segundo a autora, esta foi a primeira companhia de seguros nacional a se estabelecer na praça do Rio de Janeiro em 28 de abril de 1810. Seus diretores administrativos foram os negociantes Luis de Sousa Dias, Francisco Fernandes Barbosa e Manuel Velho da Silva, todas pessoas de grande prestígio no mundo dos negócios. Citando Afonso Arinos de Mello Franco, em *História do Banco do Brasil*, diz que esta companhia foi percussora do Banco e que dela faziam parte os negociantes Amaro Velho da Silva, Luis de Sousa Dias e Brás Carneiro Leão, visinho da família na chácara da Glória.

Até aquele momento, a sociedade fluminense jamais havia presenciado tantas recepções, cerimoniais, festas e banquetes que acabaram por desencadear uma verdadeira cruzada, por parte da elite dirigente local, por nobilitação. Como afirmou Jurandir Malerba, a presença da Corte desencadeou um reordenamento político-jurídico do país, ao mesmo tempo em que possibilitou o encontro de duas configurações sociais distintas: a corte portuguesa migrada com a Família Real e sociedade fluminense que a recebeu, tendo no ápice de sua hierarquia, os grosso trato, grupo no qual a família Velho da Silva se inseria.¹⁷⁰

O cunhado, Amaro Velho da Silva, fez parte da comitiva que recebeu a Família Real em seu desembarque no Rio de Janeiro em 8 de março de 1808. Em suas memórias, o Padre Perereca conta que todas as ruas e casas do centro da cidade, próximas a rua do Rosário, rua Direita, e largo do Paço, foram adornadas com flores, folhas, para a passagem da comitiva que iria percorre-las “por ser da vontade de Vossa Alteza visitar a catedral antes de se recolher ao palácio”. Após o desembarque, a Família Real se recolheu sob “um precioso pallio de seda de ouro encarnada”, cujos suportes eram sustentados por pessoas de grande importância, dentre elas Amaro Velho da Silva, cidadão e ex-vereador, que “foi convidado para esta ação que tanto honrou a todos”.¹⁷¹ Tanto na chegada da Família Real, quanto, em 1818, na aclamação de D. João VI, a chácara da família foi ornamentada e iluminada com lanternas que podiam ser vistas da baía de Guanabara.¹⁷²

¹⁷⁰ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Op. Cit. O argumento central do autor é de que do encontro destes dois grupos houve uma mudança sensível nas práticas sociais e *habitus* de ambos. De um lado uma adaptação dos hábitos europeus àqueles que aqui residiam. De outro, uma adaptação dos hábitos reinóis no que dizia respeito a etiqueta e formas de sociabilidade.

¹⁷¹ SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *O Padre Perereca: memórias para servir a História do Reino do Brasil*. 2ª. ed, RJ: 1943. V1, p 20 e 23. As outras pessoas que serviram nesta tarefa foram: “o juiz de fora, presidente do Senado, Agostinho Petra de Bitencurt, os vereadores, Manoel José da Costa, Francisco Xavier Pires e Manoel Pinheiro Guimarães, o procurador José Luiz Álvares, o escrivão, Antônio Martins Brito e o cidadão Anacleto Elias da Fonseca”.

¹⁷² SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Liturgia Real: entre a permanência e o efêmero*. In: JANCÓS & KATOR (org). *Festa: cultura e sociabilidade da América portuguesa*. SP: Hucitec: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, vol I, p 561.

A preocupação de comerciantes de grosso trato de investir em bens de prestígio revela, por um lado, suas intenções de consolidar o pertencimento ao grupo dirigente da sociedade e, por outro, a própria necessidade de reprodução de uma dada ordem social e econômica.¹⁷³ À medida que a riqueza da Casa dos Velho da Silva se consolidava, suas ligações com a Corte se estreitavam. Um bom exemplo é que D. Leonarda foi dama do Paço, assim como duas de suas filhas: Leonarda Maria Velho e Mariana Eugênia Alexandrina.¹⁷⁴ Além disso, dois de seus netos, Carlota Adelaide e José, tiveram D. João como padrinhos de batismo, que lhes concedeu tal honra por procuração passada ao conde de Belmonte e Marquês de Torres Novas, respectivamente.¹⁷⁵

A relação próxima com a Coroa se dava via troca de favores e contribuições ao Estado através da perpetuação da “economia moral do dom”. Neste aspecto, primeiramente, a transferência da capital e, em seguida, o processo de “interiorização da metrópole”, iniciado com a vinda da Família Real para o Brasil, intensificaram a utilização indireta do aparelho estatal pela elite mercantil.¹⁷⁶ Em função de suas fortunas pessoais e de sua prontidão em cooperar financeiramente com a Coroa no atendimento das necessidades do Estado, estes negociantes encontraram novas e maiores oportunidades de acesso a títulos e cargos de poder. Portanto, impelidos por uma mentalidade arcaica, própria do Antigo Regime, esses homens seguravam a bolsa do rei almejando obter em troca, distinção, honra e prestígio, garantidos pelas concessões de nobilitações. Mas, não era só isso. Buscavam

¹⁷³ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Op. Cit, p 350.

¹⁷⁴ O retrato de Leonarda Velho da Silva (filha) vestida de dama do Paço se encontra reproduzido em: PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3ª. ed, SP: Livraria Martins editora, s/d, p20. Em 1808, havia somente oito damas efetivas do Paço cada uma com salário anual de 600\$000. SILVA, M. B. Nizza da. *Ser Nobre no Brasil*. Op. Cit, p271.

¹⁷⁵ Carlota Adelaide e José eram filhos de José Luiz da Motta e Mariana Eugênia Alexandrina Velho da Silva que também eram pais de: Gertrudes, Mariana, Maria Isabel, Leonarda Maria e Francisca Augusta Velho e Motta. CUNHA, Rui Vieira da. *Uma linhagem colonial: Velho da Silva*. Jornal do Comércio, 9/12/1951, p5.

¹⁷⁶ DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 Dimensões.2ª. SP: Perspectiva, 1986.

também favores com retorno material como aposentadorias, nomeações para postos da administração pública e arrematação de impostos além de outros privilégios.

Os filhos de D. Leonarda, Manuel e Amaro Velho da Silva, foram agraciados por D. João com a comenda da Ordem de Cristo e os títulos de Conselheiros e Fidalgos da Casa Real após o oferecimento de 60 contos de réis, como empréstimo ao Estado, destinados ao atendimento de urgências.¹⁷⁷ Em 1812, Manuel foi nomeado deputado da Real Junta do Comércio, Amaro recebeu a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, além de serem nomeados conselheiros de Estado.¹⁷⁸ Os cargos e condecorações adquiridos por Amaro Velho da Silva são inúmeros, tendo obtido armas por carta-de-brasão ,em 28 de janeiro de 1813, e os títulos de Barão e Visconde de Macaé.¹⁷⁹ Em abril de 1817, Amaro Velho da Silva, juntamente com outros três importantes comerciantes do Rio de Janeiro, abre uma subscrição com o intuito de arrecadar fundos para as tropas que lutariam contra os insurgentes de Pernambuco. O total de fundos arrecadados foi de 87:180\$000, sendo 4:000\$000 da parte da Viúva Velho e filho. No mesmo ano, ainda se empenharia na subscrição para a construção de uma nova sede para o senado e a Câmara tendo ajudado a levantar mais 13:300\$000 para os cofres do governo.¹⁸⁰

¹⁷⁷ GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Op. Cit., p 148.

¹⁷⁸ ANRJ – Graças honoríficas, 28/8/1812 *Apud* MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Op. Cit., pp 280, 281. “Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves... Faço saber aos que esta carta virem: que sendo-lhe presente que Amaro Velho da Silva e seu Irmão Manoel Velho da Silva, Fidalgos da Minha real Casa, depois de terem dado muitas provas do seu zelo, e patriotismo em diferentes ocasiões de urgência do estado, suprimdo com grandes somas o meu Real Erário, fizeram ultimamente o donativo gratuito de cinquenta mil cruzados, para eu mandar dispor deles como bem me aprouvesse, mostrando por esta forma os honrados sentimentos, e o maior zelo pelo meu Real Serviço e bem público. (...) Hei por bem honrar e condecorar fazer mercê a Amaro Velho da Silva do título de meu Conselheiro (...)”.

¹⁷⁹ Amaro Velho da Silva – natural do município da corte e cidade do RJ, batizado na freguesia da candelária, foi vereador da imperatriz, barão de Macaé, por decreto imperial de 12 de outubro de 1826, elevado a visconde do mesmo título com as honras de grandeza por decreto imperial a 18 de outubro de 1829. Em 1820, foi agraciado com a mercê da alcaidaria-mor da Vila de São José Del-rei.

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, pp 252, 253. No caso da subscrição para o controle da Revolução Pernambucana ainda constam os nomes de Joaquim Pereira de Almeida (2:000\$000), João Rodrigues Pereira de Almeida, José

Em terceiro lugar, é necessário se considerar o papel do arranjo de casamentos vantajosos para o engrandecimento da casa familiar. Estes poderiam ser endógenos ao próprio grupo social dos comerciantes, como foi o caso de Maria Thomásia casada com Manoel Guedes Pinto, também traficante de escravos; que acabou consolidando sociedade nos negócios com a sogra D. Leonarda Maria, conforme declarado em inventário.¹⁸¹ Ou entre grupos sociais distintos. No caso de casamentos exógenos a exigência maior recaía sobre a equidade de fortuna, procurando-se de preferência funcionários da burocracia real ou bacharéis, como no caso das uniões de Leonarda Maria Velho com o desembargador Cláudio José Pereira da Costa, e de sua irmã Mathilde Carolina Velho com o médico Manoel Bernardes Pereira da Veiga, futuro Barão de Jocotinga, respectivamente. Já o matrimônio de Mariana Eugenia Alexandrina Velho da Silva com o primo José Luiz da Motta reunia não só a intenção de consolidar fortuna, por ser um rico comerciante estabelecido na rua da Quitanda, mas também fortalecer laços familiares através do casamento endogâmico.¹⁸²

A união dos primos, José Luiz da Motta e Mariana Eugenia Velho e Motta (nome de casada), foi celebrada na igreja da Candelária, em 5 de novembro de 1809. Após o casamento foram morar com D. Leonarda, o tio Amaro e os outros irmãos na chácara da Glória, usufruindo todo luxo e conforto que a propriedade possuía, além de vasta escravaria. Após a morte e conclusão do inventário de D. Leonarda, sua filha, D. Mariana Eugenia, na época já dama do Paço, recebeu a importância de 31:122\$166 réis distribuídos em: uma morada de casas de sobrado da rua da Candelária (8:000\$000 – recebida em vida),

Luiz da Mota (1:000\$000) e Manoel Guedes Pinto (1:000\$000). Sendo os dois últimos genros de D. Leonarda.

¹⁸¹ DIEGUEZ, Lucília. *D. Leonarda Maria Velho da Silva*. Op. Cit.

¹⁸² José Luiz da Motta era filho de Gertrudes Mariana (irmã de Leonarda Maria Velho da Silva) e José Luiz da Motta.

um terreno na rua dos Pescadores, um terreno na rua do Passeio, uma morada de casa na rua do Rosário n 207, uma seta de brilhantes e o restante das jóias na mãe.¹⁸³ A vida econômica do casal foi bastante confortável. José Luiz da Motta além de ter exercido a atividade de comerciante, foi titulado comendador, e possuía ações do Banco do Brasil, no qual serviu como diretor, em 1817. Seu inventário, aberto em 27 de julho de 1842, totalizava um monte em quantia de 139:346\$844, que descontados os gastos com funeral, despesas e impostos chegou a 128:794\$809, demonstrando uma boa administração dos bens herdados e uma multiplicação da fortuna.¹⁸⁴

Antes de falecer, José Luiz da Motta já havia articulado os contratos de casamento de cinco de suas sete filhas, restando solteiras a mais velha, Mathilde, e a caçula, Francisca. Dos acordos com a família Teixeira de Aragão decorreram os matrimônios de Carlota Adelaide e Mariana Velho e Motta com Francisco e Maximiano Teixeira de Aragão, respectivamente, sendo pago 20:000\$000 pelo dote de cada filha. Seguindo a tradição de uniões endogâmicas, realizaram-se as núpcias de Maria Isabel Velho com e Manoel Domingues da Silva Maia, Gertrudes Velho e Motta com José Pereira da Costa e Motta, e, ainda, Leonarda Maria Velho e Motta, dama do Paço, com seu primo, já referido, José Maria Velho da Silva. Nestes casos, as quantias pagas como dote foram inferiores - 10:000\$000 -, ficando tudo circunscrito no seio da família extensa.

Com a morte de José Luiz da Motta, houve uma série de disputas entre as herdeiras acerca da colação, problema bastante recorrente na época. No Brasil, assim como em todos

¹⁸³ Inventário de D. Leonarda Maria Velho da Silva. *Apud* DIEGUEZ, Lucília. *D. Leonarda Maria Velho da Silva*. Op. Cit, p 72.

¹⁸⁴ Seus bens estavam distribuídos em: imóveis (104:000\$000), prata (935\$680), pérolas finas (260\$000), ouro (111\$400), cristais (423\$000), animais (1:020\$000), escravos (21, sendo 2 falecidos, 6:850\$000), móveis (1:505\$880), vidros (33\$200), roupas de mesa (267\$500), roupa de uso do falecido (217\$540), cozinha despensas (64\$720), dinheiro (750\$000), juros de apólices para o primeiro semestre de 1842/43 (478\$710), juros da mesma ao segundo semestre (485\$000), aluguéis (9:034\$214), etc. Inventário José Luis da Motta,

os países regidos pelo direito romano, o matrimônio em regime de comunhão de bens era uma associação de tipo universal e declarava que o passivo e o ativo das duas partes pertenciam, igualmente, a ambas. Assim sendo, coube a inventariante e viúva, Mariana Velho e Motta, a metade dos bens do casal totalizando 64:397\$404.¹⁸⁵ Em testamento, o marido ainda lhe concedeu a terça parte de todos os seus bens no valor de 21:465\$801, restando apenas 42:931\$602 para ser partilhado. As brigas judiciais se deram com o pedido das irmãs solteiras para que as casadas, que haviam recebido dote, os levasse a colação, ou seja devolvessem o dote recebido ao espólio para que fosse somado e partilhado entre as interessadas. O pedido foi negado e o quinhão herdado variou entre 9:479\$514 e 14:665\$784.¹⁸⁶

Apesar de muito freqüentes, como tenho demonstrado até o momento, as uniões endogâmicas eram “impedidas”, pela Igreja Católica, entre parentes até o quarto grau. Impedidas, porém permitidas mediante ao pagamento de penitência em orações e acompanhamento de missas, além de outros custos pecuniários em moedas ou bens, no caso dos mais abastados.¹⁸⁷ Este, com certeza, foi o caso de vários membros da Casa dos Velho da Silva e de Leonarda e José Maria Velho, primos em terceiro grau, que contraíram núpcias, em 1826, com quinze e trinta e um anos, respectivamente.

Ao que tudo indica, este casamento já deveria ter sido acertado há muito tempo, esperando-se, somente, que Leonarda alcançasse a idade ideal. Nascido em Lisboa, José

Corte, 27/07/1842, juízo da primeira vara de órfãos e ofícios. (Arquivo Nacional, caixa 4156, n. 1795), pp 56 a 210.

¹⁸⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Op. Cit., p131. Segundo a autora, existiram três regimes de casamentos durante o século XIX no Brasil: comunhão legal, regime de dote e separação de bens. Sendo que, na Bahia, 90% dos casamentos eram celebrados seguindo o costume da comunhão de bens.

¹⁸⁶ Inventário José Luis da Motta, Corte, 27/07/1842, juízo da primeira vara de órfãos e ofícios. (Arquivo Nacional, caixa 4156, n. 1795), pp 1 e 187. Sobre dote no Brasil ver: NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote*. Op. Cit.

¹⁸⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op. Cit., pp 59, 60.

Maria Velho da Silva se mudou para o Brasil, ainda criança, após o falecimento do pai, Francisco Velho da Silva. Sendo recebido, no Rio de Janeiro, pelos tios e padrinhos Leonarda Maria e Amaro Velho da Silva, passou a trabalhar como caixeiro na loja comercial e, em 1811, herdou os negócios do tio, após a sua morte. Conquanto, não se manteve muito tempo na atividade comercial optando pela carreira de funcionário público, iniciada com o cargo de tesoureiro da alfândega da Corte.

Não me foi possível precisar quando esta troca de atividade foi efetuada. Todavia, acredito que esteja ligada aos primeiros sinais das pressões inglesas a respeito da proibição do tráfico internacional de almas e a perda de prestígio de seus responsáveis, já em fins da década de 1820.¹⁸⁸ A rápida inserção de José Maria nos negócios do Paço, certamente, pode ser explicada pelas boas relações de sua família com a Corte. Em 1826, mesmo ano de seu casamento, foi condecorado com a medalha da Ordem de Cristo e nomeado Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial por D. Pedro I, com quem teve próximas relações. Durante a Regência, foi secretário do Tribunal da Junta Comercial, Agricultura, Fábricas e Navegação e integrou a comissão de liquidação Banco do Brasil. Dando continuidade a sua carreira burocrática, ocupou o cargo de Porteiro da Imperial Câmara, Guarda-jóias e Mordomo

¹⁸⁸ RODRIGUES, Jaime. Os traficantes de africanos e seu “infame comércio” (1827-1860). In: Revista Brasileira de História. SP: ANPUH/Contexto, vol 1, n 29, 1995, p130-155. Segundo este autor, a imagem pública do traficante de escravos sofreu importantes alterações ao longo do processo que culminou na sua extinção. Até 1831 os traficantes cumpriam o importante papel de introdutores de mão de obra no Brasil, fundamentados numa aliança com o Estado e com os grandes senhores de terras. Durante este período, seus empresários gozaram de elevado conceito social. Todavia, com a proibição do comércio internacional de escravos, sua imagem pública transforma-se. De ricos e influentes comerciantes passam a ser descritos como piratas e foras da lei. Os marcos para este processo foram 1831, de forma branda, e 1850 quando, com a lei Eusébio de Queiroz, a repressão policial e as punições judiciais por parte do Estado se tornaram mais enfáticas. Todavia, não era interesse da Coroa que estes negociantes enviassem seu capital para o exterior, explicando assim sua aceitação daqueles que mudassem de atividade e se mantivessem no Brasil.

interino da Imperial Casa, obtendo o título do Conselho de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II até 1855, quando se aposentou com todas as honras.¹⁸⁹

Os ocupantes de cargos palacianos compartilhavam tanto das formalidades quanto das intimidades da família imperial. Desta forma, detinham um status que atuava como capital simbólico diferenciador numa sociedade baseada na hierarquia. Os Conselheiros de Estado, Fidalgos e Oficiais das Casas Real e Imperial, bem como as Damas e Mordomos do Paço, formavam, junto com a nobreza titulada, o grupo especial que compunha a Corte, durante o Segundo Reinado.¹⁹⁰ D. Leonarda Maria e José Maria Velho da Silva tinham o privilégio de pertencerem a este círculo restrito. Ele havia consolidado uma vasta carreira como funcionário da Coroa. Ela representava uma longa tradição familiar de mulheres que se sucederam por gerações no cargo de Dama do Paço, desde a época da vinda da família Real para o Brasil.

A historiadora Lilia Schwartz ao tratar da “política de pares” no Império, afirma que: “pertencer à Corte era um direito relativamente amplo, ser titular, ser nobre era um privilégio de poucos”.¹⁹¹ Entretanto, os bons arranjos de casamentos realizados por José Maria para seus dois únicos filhos, me fazem refletir mais sobre esta questão. Vejamos com mais detalhes. A primogênita Mariana, contraiu núpcias com Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, filho do Barão de Capivary, com honras de grandeza. E o filho homônimo se casou com Carolina Monteiro, filha de Joaquim Manoel Monteiro, Visconde da Estrela, negociante português de grosso trato, estabelecido no Brasil como grande capitalista e honrado com as

¹⁸⁹ Ainda faziam parte dos títulos conquistados por José Maria Velho da Silva: Mordomo e Porteiro-mor junto a S. M D. Maria II, durante a estada na rainha de Portugal no Brasil; Comandante da Imperial Guarda dos Arqueiros (12/7/1837, nomeação feita pelo Marquês de Itanhaem) e Cavalheiro da Ordem Rosa (4/4/1845). Dados de PASCUAL, A. D. *Esboço Biográfico do Conselheiro José Maria Velho da Silva*. Op. Cit.

¹⁹⁰ SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. SP: Cia das Letras, 1998, p 161.

¹⁹¹ Idem, Ibidem.

Ordens de Cristo, Rosa e Grã-Cruz.¹⁹² No primeiro caso, o contrato de casamento significava para os Ribeiro de Avellar uma proximidade com o círculo social da Corte que a riqueza advinda da agricultura mercantil voltada para exportação, era incapaz de dar por ela mesma. No segundo caso, a fortuna familiar dos Monteiro era proveniente dos lucros do grande comércio, estabelecido no Rio de Janeiro a partir da vinda da Família Real para o Brasil. Mesmo que com origens diferenciadas, em ambos os casos, a proximidade com o Paço dos Velho da Silva se apresentava como um instrumento de barganha social, tão importante quanto o título de nobreza, dependendo da influência e da importância social de seus detentores. Portanto, o casamento no interior deste grupo pode ser considerado uma questão de propriedade, no sentido de preservação da fortuna, mas também de busca de prestígio.

¹⁹² Joaquim Manoel Monteiro nasceu em Santa Maria dos Carvoeiros, Viana do Castelo, em 13 de novembro de 1800. Em Portugal ocupou os cargos de Guarda Roupas Honorário de D. Pedro V e de D. Luís I, conquistando as honras de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, hábito de Cristo e a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de Tomé e Espada. No Brasil, estabeleceu-se como comerciante de grosso trato, tendo casado duas vezes. A primeira com D. Eugênia Martins Bastos, mãe da referida Carolina Monteiro, e depois de viúvo com Luiza Amália da Silva Maia. Faleceu em 31 de março de 1875. Dados extraídos dos seguintes livros: ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (org). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol 2, p568; VASCONCELLOS, barão de & SMITH, barão de (org). *Archivo Nobiliarchico brasileiro*. Lousane: Suisse, En premerie la Concorde, 1918, p149 e MOYA, Salvador de (org), *Anuário Genealógico Brasileiro*. SP: Instituto Estadual de Genealogia, Revista dos Tribunais, 1939, p180.

Capítulo II - Acertos para uma União Indissolúvel:

Rio, 21 de novembro de 1842.

(...) O Antônio Paiva não oficializou o casamento da filha do Conselheiro com o seu filho, escreveu vagamente; disse que convinha condecorar Vme com o título de Barão; pois que era muito abastado e nisso levava muito gosto, acrescentou também ter um filho único bem educado e que podia fazer felicidade de alguma menina ilustre, bem como a filha do Chagas tinha feito com o do Visconde de Queluz.

Ora, deste não se concebe que houvesse proposta para casamento; falou-se indeterminadamente, e na verdade há muitas meninas ilustres que desejam casar com fortuna.

Deixou-se entrever a possibilidade de fazer o casamento se ambos os pais quisessem tentar e nada mais. Conheço quanto são precisas e judiciosas as suas observações, nem é urgente que a coisa seja feita já, podendo-o somente se Vme julgar útil e no tempo que lhe parecer mais apropriado. O que queríamos era saber de sua vontade a respeito e se por ventura naquela aliança não se encontrava a sua desaprovação, visto que no filho deseja Neste arranjo eu só procurava engrandecimento do meu amo e de seu filho, nenhum outro interesse a ele me clama. Aí não há riqueza, há educação e meios de subir as honras já pela grande afeição que as princesas tem a filha do Conselheiro, já pela simpatia e respeito que SMI tem pelo Candido. Fique pois este arranjo para Vme olhar de oportuno.(...)¹⁹³
Domingos Alves da Silva Porto.¹⁹⁴

Antes de entrar no tema do casamento propriamente dito, gostaria de dizer algumas palavras sobre os personagens envolvidos: remetente e destinatário. Qual a relação entre eles? Porque mantinham uma comunicação tão assídua que gerou uma série de cento e vinte e uma correspondências a qual esta é apenas uma peça do quebra cabeça? Quais as principais temáticas abordadas no seu conjunto? O que movia tal ato de escrever?

¹⁹³ Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1842. (Coleção Particular 2)

¹⁹⁴ Irmão de João Alves da Silva Porto, um dos maiores mercadores de africanos entre 1811 e 1830, foi à falência no início da década de 1830 por ter perdido 600 africanos entre mortandade na travessia e pirataria. FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. Op. Cit., p155.

Domingo Alves da Silva Porto prestou serviços ao capitão Joaquim Ribeiro de Avellar durante muito tempo. Primeiramente, foi capelão de sua fazenda e, mais tarde, atuou como seu comissário, na praça do Rio de Janeiro, negociando a compra e a venda do café vindo do Pau Grande e de outras fazendas do Vale do Paraíba. A série de correspondências analisada neste trabalho está circunscrita entre os anos de 1842 e 1853, mas, com certeza, a relação entre ambos se estende para além desta temporalidade. A proximidade entre os correspondentes é revelada em sutilezas, como por exemplo, a forma com que Domingos se referia a Joaquim chamando-o de “meu amo”, e ainda nas frases de despedida que se repetiam, fazendo com que o leitor quase pudesse adivinhar o que viria : “seu amigo sincero e obrigado” ou “saúde lhe deseja quem o estima”. Esta forma de narrativa escolhida pelo remetente demonstra sua preocupação de fortalecer as relações pessoais conquistadas, relações estas que, no caso, passam não só pelo terreno dos negócios, mas da amizade. Desta forma, como afirma Ângela de Castro Gomes, a escrita epistolar também pode ser considerada um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos pessoais que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas.¹⁹⁵

A periodicidade destas correspondências estabelecia um ritmo descontínuo e cíclico, que consolidava um contato quase que semanal entre os atores. Durante mais de dez anos, os assuntos tratados foram os mais variados. Em relação à política e negócios era quase que obrigatório referir-se: a quantidade e a qualidade do café recebido, ao preço da arroba pelo qual o produto foi negociado, a descrição da praça de negócios, aos valores de crédito e débito, feitos em nome de Joaquim Ribeiro de Avellar, em diversos estabelecimentos da Corte, as artimanhas e mudanças na política, bem como a remessa de sementes de café para

plantio. Como demonstrou Stanley J. Stein em seu estudo, o comissário era o fornecedor natural de panos, mantimentos, remédios e outros artigos de primeira necessidade, pois as quantias creditadas aos fazendeiros pela compra de café eram empregadas na aquisição dos artigos encomendados que, retornavam ao interior, utilizando a mesma tropa de mulas que outrora havia trazido o “ouro negro”.¹⁹⁶

Apesar de serem cartas que a princípio teriam a função de relatar o recebimento e a venda do café, sua narrativa entrelaçava questões econômicas e financeiras com assuntos pessoais e de família. Os limites entre estes dois mundos - individual e familiar - se mostram muito tênues a luz das correspondências aqui referidas. Se por um lado, esta ambigüidade espelha a própria relação dos dois personagens envolvidos: ora distante e respeitosa, ora fraterna e íntima. Por outro, ela também é constitutiva da própria sociedade imperial que pensa os papéis públicos através da dimensão privada, que negocia a consolidação de uma monarquia parlamentar constitucional através da preservação da escravidão e das restrições em relação à cidadania e à liberdade. No conjunto de cartas trocadas entre o Barão de Capivary e Domingos Alves, há três grandes temas de cunho mais familiar que podem ser recortados, são eles: a educação de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, a aquisição do título de Barão de Capivary e os acertos e preparativos para o casamento do filho do Barão com Mariana Velho da Silva. Convido agora o leitor para participar destes *acertos para uma união indissolúvel*.

Na carta que abriu este subcapítulo, datada de 21 de novembro de 1842, pode-se perceber que Domingo Alves não conhecia pessoalmente o conselheiro José Maria Velho da Silva. A primeira sondagem em relação ao enlace foi feita através de uma terceira pessoa da convivência de ambos, Antônio Paiva. A princípio, a intenção das núpcias foi bem vista

¹⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. Op. Cit.

por parte da família da noiva, ressaltando-se as qualidades aparentes do jovem Joaquim: bacharelado na Europa, riqueza, e o fato de ser filho único, herdeiro universal de todos os bens do pai. Entretanto, exigiu-se o baronato por parte do patriarca, não só como forma de legitimar sua fortuna e *status*, mas também para compor uma igualdade social e de prestígio entre as famílias, caso viessem a consolidar tais pretensões.

A forma narrativa empregada na carta foi sempre indireta. Domingos Alves afirma que teria havido interesse por parte da família da pretendida, mas que, no entanto, nenhum pedido concreto foi realizado porque: “deste [no caso, Antônio Alves] não se concebe que houvesse proposta para casamento; falou-se indeterminadamente (...)”. Sua estratégia era, utilizar-se da influência de uma terceira pessoa, para intermediar o acordo entre famílias que não eram próximas. Mas não era só isso. A forma como faz uso das palavras demonstra um certo receio de que Joaquim Ribeiro de Avellar não aprovasse a noiva escolhida, a época para iniciar os acordos de casamento do filho ou, ainda, que se sentisse ofendido caso um pedido oficial fosse de todo rejeitado, sem sua aprovação prévia. Domingos demonstra conhecer bem o gênio e a personalidade de quem estava lidando, fazendo uso de artifícios constituídos durante vários anos de convivência.

O comissário aproveitava para enfatizar sua fidelidade - “Neste arranjo eu só procurava engrandecimento do meu amo e de seu filho, nenhum outro interesse a ele me clama”. Ao mesmo tempo, afirmava que, em sua procura, sempre teve em mente as precisas exigências do amigo e patrão para honrar o nome do filho. Neste momento, suas palavras parecem querer lembrar ao cafeicultor do nascimento ilegítimo do jovem Joaquim e da necessidade de “limpar” seu nome, através de um bom casamento. Aproveitava a ocasião para reforçar que a mesma estratégia matrimonial foi utilizada pela família do primeiro

¹⁹⁶ STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit.

Visconde de Queluz quando casou seu filho João Tavares Maciel da Costa, de descendência ilegítima, com Cândida Werneck, filha do Comendador Francisco das Chagas Werneck com Ana Joaquina de São José, grandes proprietários de terras no vale do Paraíba.¹⁹⁷ Portanto, justificava sua escolha dizendo que os Velho da Silva eram uma família de muita educação, cuja união serviria como “meios de subir as honras” devida a sua proximidade com a Família Real. Entretanto, não deixava de apontar o senão da união: “aí não há riqueza”.¹⁹⁸ Todavia, em sua opinião, este aspecto poderia ficar em segundo plano, já que o que prioritário era encontrar uma noiva com honra e tradição da casa familiar.

Neste momento, gostaria de analisar mais demoradamente o comentário de Domingos Alves sobre a riqueza da família Velho da Silva. Sua afirmação está imbuída de uma comparação entre a fortuna de José Maria Velho da Silva e a de Joaquim Ribeiro de Avellar. A intenção comparativa e relacional pode ser confirmada porque, de certo, não lhe interessaria a união com alguma família que não pertencesse à elite imperial. A tão sonhada aquisição de prestígio não seria conquistada fora deste círculo. Outros dados também apontam na mesma direção.

As posses do casal José Maria e Leonarda da Silva Velho, na época dos acertos para o casamento de sua filha Mariana, não são possíveis se precisar. Sei que a fortuna de José

¹⁹⁷ Francisco das Chagas Werneck casou-se com Ana Joaquina de São José em 4 de fevereiro de 1813. Durante sua vida foi proprietários das fazendas Pindobas, Palhas, Recreio, Manga Larga e Sacco e importante nome na política local, tendo sido eleito juiz ordinário na primeira composição da Câmara Municipal de Paty de Alferes em 14 de março de 1821 e reeleito em 1824. O casal teve 8 filhos a saber: Ana Isabel das Chagas Werneck (casou-se com Peregrino José d’Almeida, Visconde de Ipiabas); Francisca das Chagas Werneck (casou-se com Luis Quirino da Rocha; Francisco das Chagas Werneck); Ignácio José de Souza Werneck (casou-se com Bernardina de Avellar); Maria Francisca Werneck (casou-se com o comendador José Gomes Ribeiro de Avellar, sobrinho do Barão de Capivary e primo de Joaquim Ribeiro de Avellar); José Ignácio Souza Werneck; Cândida Werneck (casou-se com João Tavares Maciel da Costa, filho do primeiro Visconde e Marquês de Queluz, tendo recebido a grandeza do título em 30/6/1847) e Isabel Augusta Werneck (casou-se com Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, filho do Barão de Paty. Consultar: Documento do Auto de Variação da Câmara de Paty do Alferes, 14 de março de 1821 In: MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras/ Rio de Janeiro: 1993, p 170. E o site [www://familiawerneck@yahoo.com.br](http://familiawerneck@yahoo.com.br).

Maria foi inteiramente construída no Brasil. Seu desembarque no Rio de Janeiro deveu-se a dificuldades financeiras de sua mãe, a viúva Josefa Ximenez, em manter o sustento da família em Portugal. Mais tarde foi herdeiro dos negócios comerciais e de alguns bens do tio Amaro Velho da Silva. Já a esposa e prima Leonarda Maria Velho e Motta inicia a união com um dote de 10:000\$000 e recebe, posteriormente, o monte de 10:550\$000 proveniente da herança de seu pai, o comendador José Luiz da Motta.¹⁹⁹ No entanto, pelas cartas trocadas entre Leonarda, José Maria Velho da Silva e sua filha Mariana Velho de Avellar entre os anos de 1853 e 1864, é possível levantar a propriedade de alguns imóveis: uma bela casa na Glória e “uma casa grande com muitos cômodos” em Petrópolis, onde residiam, além de “casas na rua de Santo Amaro” uma casa na rua Direita, uma casa na rua dos Arcos, outras moradias e um terreno no morro de Santo Antônio²⁰⁰, que se destinavam a aluguel.²⁰¹ Portanto, não se tratava de uma fortuna desprezível para a época. Contudo, não chegava aos pés das constituídas por imensa escravaria, terras e cafeeiros dos ricos proprietários do Vale do Paraíba.

Como já mencionei anteriormente, os estudos de João Fragoso demonstram um aspecto curioso em relação à sociedade do Rio de Janeiro, no início do século XIX. Apesar das grandes fortunas serem provenientes do capital mercantil, oriundo do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos, os comerciantes de grosso trato não possuíam

¹⁹⁸ Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1842. (Coleção Particular 2)

¹⁹⁹ Inventário José Luis da Motta, Corte, 27/07/1842. Op. Cit. A mãe de Leonarda, Mariana Eugênia, falece em 1862, porém seu inventário não foi encontrado.

²⁰⁰ As propriedades foram citadas nas seguintes cartas: De Mariana Velho de Avellar para Leonarda da Silva Velho. Petrópolis, 2 de dezembro, sem ano; Petrópolis, 10 de março de 1863 e Pau Grande, 11 de julho de 1864. De Leonarda da Silva Velho para Mariana Velho de Avellar. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1856 e Rio de Janeiro 28 de dezembro de 1860. (Coleção Particular 2)

²⁰¹ No testamento de D. Leonarda, datado de 16 de março de 1871, constavam: uma casa da rua do Catete 114 (21:330\$000) e duas ruas Santo Amaro, a de número 8 no valor de 10:000\$000 e a de número 12, avaliada por 12:000\$000. Além disso, encontra-se 2 escravos, Cinco apólices da dívida pública a quatro contos novecentos e cinquenta mil réis, 4:412#000 em jóias, baixela de prata 390#000, capela, imagens, paramentos 589#000,

um status social elevado. Suas imensas doações para instituições, irmandades e erário público podem ser explicadas como tentativas de reverter esta ordem de coisas. Ao contrário, a hierarquia social estava encabeçada pelos senhores de terras e escravos, demonstrando que a organização social possuía uma lógica que não se restringia, somente, à riqueza e nem se explicava, exclusivamente, por fatores econômicos.²⁰² Portanto, a mobilidade social só era verificada quando se passava a pertencer à classe dirigente da sociedade - aristocracia fundiária e altos estratos da burocracia.²⁰³

No entanto, a problemática do casamento entre Mariana da Silva Velho e Joaquim Ribeiro de Avellar apresenta uma “opacidade”, que deve ser mais bem apreciada.²⁰⁴ Por que em meados do século XIX, após a ascensão da economia cafeeira e a prosperidade da região do vale do Paraíba, vê-se um grande senhor de terras, considerado, juntamente com o clã dos Werneck, o mais importante da freguesia de Paty do Alferes, Vassouras, interessado em unir seu único filho a uma família definida como “sem riqueza”. Mesmo que esta seja uma descrição comparativa, como já demonstrei, o estranhamento se torna ainda maior quando se sabe que, entre os chamados “barões do café” era um artifício recorrente o acerto de casamentos dentro da própria classe ou da família. Evitava-se, assim,

móveis, louças, objetos – 3:940#000 e animais 200#000. Testamento de Leonarda Maria Velho da Silva, 16/3/1871. (Coleção Particular 2).

²⁰² Neste aspecto, a interpretação de Fragoso se diferencia da defendida por Jurandir Malerba. Enquanto o primeiro vê uma busca incessante da elite econômica, formada pelos comerciantes de grosso trato, em se estabelecerem também como elite social, qualificando-se como pessoas de prestígio social. O segundo relativiza esta dificuldade ao reconhecer uma certa facilidade de absorção destes comerciantes por parte da Corte devido a especificidade da nobreza portuguesa, a qual muitos de seus componentes tiveram origem na mercancia. Consultar: MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Op. Cit; FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grassa Aventura*. Op. Cit

²⁰³ Idem, *Ibidem.*, p 36.

²⁰⁴ Segundo Robert Darnton, “quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo”. XV.DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*.º Cit., p XV.

a subdivisão de terras por herança, e, ao mesmo tempo, ampliava-se o controle político, econômico e social sobre uma região.²⁰⁵

A lógica mental que estava por trás deste ato se diferenciava da sua anterior, tão bem demonstrada por Fragoso em relação ao início do século XIX. Tornar-se senhor de homens e terras já não bastava. Tais propriedades proporcionavam uma importância local, contudo, não eram garantia de prestígio social numa esfera mais ampla, que ultrapassasse os limites das províncias. Quais seriam os novos elementos de prestígio, capitais simbólicos capazes de garantir o tão almejado diferencial social? A carta de Domingos Alves ao capitão Joaquim Ribeiro de Avellar contém alguns elementos importantes de análise. Vejamos:

Os dois círculos familiares tinham intenções diferentes no que concerne a união prevista. Os Ribeiro de Avellar viam no casamento “meios de subir as honras”, utilizando-se da boa educação e relacionamento da família Velho da Silva com os Imperiais. Esta era uma grande oportunidade de novamente projetar seu poder e riqueza para além das freguesias de Paty do Alferes e Vassouras. Por outro lado, o núcleo Velho da Silva almejava manter sua casa familiar como parte da elite imperial através de um enlace que pudesse lhe proporcionar maior cabedal e lastro financeiro. Neste sentido, não haveria desvantagem de nenhuma das partes e sim uma troca de interesses. Contudo, pode-se inferir que os motivos daquela união ultrapassavam a problemática do contexto histórico em que foi acordada. Com o surgimento do núcleo Velho de Avellar, sacramentava-se a união das duas famílias originais em uma só parentela, fortalecia-se o prestígio e a fortuna em ambas

²⁰⁵ Para tratar dos artifícios de preservação de bens e terras pelos “barões do café” consultar: SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984 e STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência*. Op. Cit.

e, talvez o mais importante, buscava-se fortalecer uma descendência que reunisse tais qualidades aristocráticas, perpetuando o nome de suas casas familiares no tempo.

A forma como Domingos Alves desenvolveu sua narrativa transpareceu que, nesta primeira sondagem, a desvantagem financeira importava pouco para a concretização do matrimônio. O maior impedimento estava na falta de um título de nobreza por parte de Joaquim Ribeiro de Avellar. Este aspecto pode ser comprovado por uma série de cartas subseqüentes onde o comissário auxiliaria seu “amo” nos tramites e doações beneméritas necessárias para a conquista do baronato. A nobilitação, além da fortuna, eram pré-condições para os novos núcleos que pretendessem se unir à Casa dos Velho da Silva. Em meados do século XIX, quando se sucederam os arranjos para o casamento, não eram poucos os parentes titulados e de prestígio ainda vivos: o conselheiro Amaro Velho da Silva, Visconde de Macaé com honras de grandeza; Mathilde Carolina Velho Pereira da Veiga, Baronesa de Jacotinga e Cláudio Velho da Motta Maia, futuro Conde da Motta Maia, além de médico e amigo do Imperador.

Desta forma, a aquisição de títulos se colocava, na segunda metade do século XIX, como um elemento primordial para a conquista de importância social. O quesito fortuna foi incorporado pelo nobilitação porque, salvas as exceções por mérito, para se obter titulação era necessário um bom cabedal. O prestígio social não adviria, prioritariamente, da propriedade de terras e homens. Outro diferenciador social que a carta de Domingos Alves permite apontar é a sociabilidade nos círculos da Corte. No caso aqui estudado, a boa circulação no Paço e em outras esferas aristocráticas foi herdada como tradição familiar e mantida através de cargos públicos importantes ligados à burocracia imperial. Ser alto funcionário ou melhor, “ter uma posta”, como se dizia na época, era garantia de renda,

prestígio e posição.²⁰⁶ De acordo com José Murilo de Carvalho, este aspecto era reiterado pela própria lógica do Estado Imperial, onde boa parte dos elementos com possibilidade de acessar posições na elite política, de alguma maneira, estava vinculada à máquina estatal.²⁰⁷

²⁰⁶ CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. RJ: Editora Ouro sobre Azul, 2002.

²⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. A unificação da elite: o domínio dos magistrados. In: *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 4^a. ed, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

Capítulo III- Preparativos para uma União Indissolúvel:

Foram sete longos anos que separaram a primeira carta, datada de 2 de novembro de 1842, quando pela primeira vez foi mencionada a pretendida união, da cerimônia de celebração do casamento de Mariana da Silva Velho e Joaquim Ribeiro de Avellar. Durante este tempo, Domingos Alves da Silva Porto cuidou pessoalmente de todos preparativos para o casamento: agenciou a conquista do baronato para o cafeicultor, acompanhou o noivado, comprou e remeteu para a fazenda do Pau Grande as encomendas feitas para a ocasião, procurou uma residência para os recém-casados na Corte e cuidou de todas as contabilidades e pagamentos referentes à festa. Todos estes assuntos ficaram registrados, de forma bastante sucinta nas correspondências que dividiram suas páginas com os negócios e números referentes à exportação de café.

3.1 - Cumprindo Prerrogativas: a conquista do baronato.

Rio, 6 de agosto de 1843.

Depois de escrever-lhe ontem lembrou-me ... que o imperador está muito empenhado na conclusão do hospital para os alienados, e que o ministro do Império tem feito circulares a várias pessoas. Chagas teve circular, assinou e entregou dois contos de réis. Parece-me que o meu amo faria bem se assinasse dois ou três contos de réis para fixar sobre o seu nome. Não é o imperador como os ministros se aprova esta lembrança diga-me se quiser que seu filho entregue da sua parte, e o quanto.
Seu sincero e obrigado

Domingos Alves da Silva Porto.

Durante três anos, Domingos Alves e o amigo Joaquim Ribeiro de Avellar calcularam as melhores estratégias para conquistar a nobilitação e, assim, abrir caminho

para a consagração da união desejada. Nas cartas trocadas, dentre os conselhos do comissário de café constavam não só as contribuições para o Hospício D. Pedro II, como se vê acima, mas também visitas a Corte, conversas com ministros e participações em cerimônias públicas no Paço:

Rio 20 de julho de 1843.

(...) Eu achava conveniente que aparecesse aos ministros antes que a sua pretensão entrasse em Conselho de Ministros. Eles vão tratar dos despachos e bem era estar tudo prevenido para que nenhum fizesse reflexão ou oposição. A Imperatriz só de 25 de agosto por diante é esperada. Podia por cá dar uma chegada de 6 a 8 dias e voltar depois. Esta é a minha opinião e do Paiva Guedes²⁰⁸.(...)

Domingos Alves demonstrava ser alguém que conhecia, com detalhes, os meandros políticos dos quais um pedido de titulação dependia. Pedia ao amigo que viesse a capital lembrando-o que “é necessário e de estilo aparecer aos ministros e pedindo-lhes que apadrinhem o requerimento visto que estão tratando já dos despachos”. Destas duas passagens citadas, deixa claro que a concessão do título era prerrogativa do Imperador, mas, a requisição devia passar previamente pelos ministros que a colocariam ou não em pauta. Por isso, uma boa relação com o ministério facilitava a conquista do título e evitava qualquer exigência extra que pudesse causar seu atraso ou impedimento. A conquista do baronato não era somente uma questão de fortuna e disposição de recursos para a sua compra, mas também de boas relações e obediência a sua etiqueta de conquista. Trabalhando com uma abordagem não só pontual, mas também serial das correspondências, percebe-se que o conhecimento e o cuidado do comissário com o *habitus* e regras de

²⁰⁸ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1843, (Coleção Particular 2).

comportamento, ditadas pelo Imperador, continuavam mesmo após a conquista da nobilitação:

Rio, 13 de dezembro de 1846.

(...) Não faz bem retardando o seu agradecimento ao Imperador, é incômodo, mas é forçoso sujeitar-se a ele. Esse senhor separa muito. No dia dos seus anos ficou sumariamente desapontado vendo pouca gente no cortejo. Amou de tal sorte que nem se despediu dos ministros, nem os convidou a jantar, como era de costume.(...) ²⁰⁹

Pode-se verificar que Joaquim Ribeiro de Avellar confiava e seguia os caminhos traçados pelo amigo, no entanto, quando tinha que se deslocar da província para a Corte, demonstrava alguma resistência. Por diversas vezes desmarcou o compromisso de visita e mostrou-se desconfortável em eventos e cerimônias públicas fora de sua localidade, este aspecto talvez explique seu não comparecimento ao Rio de Janeiro para agradecer ao Imperador a conquista do baronato, comportamento muito recriminado pelo amigo.²¹⁰ Paralelamente aos conselhos sobre a etiqueta para a aquisição de título, o comissário se mostrava bastante minucioso no relato dos pagamentos e na prestação de contas dos valores e esmolas já gastos: “os dinheiros que tenho dado tenho mandado recibo, menos da primeira entrada para os alienados, que conservo comigo por terem passado só um”.²¹¹ Ou, ainda, “fui avisado para entrar com a terceira prestação de quatro contos a favor do Hospício de alienados”.²¹²

Entrar para a nobreza significava cumprir uma série de prerrogativas sociais e econômicas, além de se fazer notar nos círculos da Corte. A prática de distribuição de

²⁰⁹ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1846, (Coleção Particular 2)

²¹⁰ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro 13 de janeiro de 1848. (Coleção Particular 2)

²¹¹ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1846, (Coleção Particular 2)

títulos foi trazida para o Brasil juntamente com a Família Real, através da Nobre Corporação dos Reis de Armas que passou a funcionar em 1810, dando continuidade aos procedimentos lusitanos de formalização das mercês e cartas de brasões em terras coloniais. Mais tarde, na primeira Constituição do Império do Brasil, esta questão foi tratada no artigo 102, item XI, assegurando ao Imperador, através do poder moderador, o direito “de conceder títulos, honras, ordens militares e distinções sem recompensa dos serviços feitos ao Estado, dependendo das mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estivessem já designadas e taxadas pela lei”. Segundo Lilia Schwarcz, esta prerrogativa começou a ser utilizada ainda com D. Pedro I, porém não de forma tão acentuada como com seu sucessor, onde se enraizou uma verdadeira “Corte tropical”. Os títulos eram concedidos tanto em ocasiões especiais – nascimento ou sagração e coroação do Imperador, casamento dos Imperiais, batizados ou aniversários oficiais – por diversos motivos, tais como: “serviços prestados”, “provas de patriotismo”, “fidelidade e adesão a S. M. I”, etc²¹³. A nobilitação era doada por decreto imperial e para que o agraciado tivesse o direito de utiliza-la deveria pagar as taxas para o recebimento da “carta de mercê nova” e seu registro no livro a fim de completar a legalização dos trâmites.

No caso de Joaquim Ribeiro de Avellar as negociações para a titulação foram iniciadas em 1843, com as contribuições em prol do “hospital para alienados”, pagas em diversas prestações de quatro contos de réis cada. Contudo, a titulação veio somente em 15 de novembro de 1846.²¹⁴ Somente pela análise das correspondências entre o cafeicultor e o

²¹²Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1847. (Coleção Particular 2)

²¹³ SCHWARCZ, Lilia. Como ser nobre no Brasil In: *As barbas do Imperador*. Op. Cit. Segundo a autora, D. Pedro I concedeu 119 títulos de nobreza em nove anos de governo; enquanto D. Pedro II, totalizou 1439 novos títulos, sendo 570 somente no período de 1870 a 1888. Durante a Regência não houve distribuições.

²¹⁴ ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (org). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol 3 e SOUZA, Joaquim Alvarenga de. *Os Ilustres Barões da Nobreza Vassourense*. Vassouras: 1986.

comissário não foi possível saber a assiduidade das prestações, para que se pudesse calcular o valor da “compra” do título. Entretanto, alguns anos depois, em 1852, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro Barão de Paty do Alferes, escreveu a seu correspondente na Corte pedindo-lhe que cuidasse de seu baronato: “o meu amigo está autorizado a gastar, vindo com grandeza o despacho, até 10:000\$000, ou até 15, se não houver outro remédio”.²¹⁵ Desta forma, acredito que o pagamento pelo título de Barão do Capivary através das contribuições ao “Hospital de Alienados” deve ter girado perto dos mesmos valores.

O nome da titulação era outro aspecto interessante de ser apontado. A preferência de Joaquim Ribeiro de Avellar era pela graça de Barão de Paty do Alferes a qual legitimaria, também através do nome, seu poder naquela freguesia onde era importante proprietário.²¹⁶ Sua intenção acabou frustrada. O título almejado foi concedido a Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, outro rico fazendeiro da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes, poucos anos depois. A elaboração das denominações aos títulos era tarefa do Imperador, que além de concedê-los, os criava com nomes bem brasileiros, muitas vezes, inspirados em tupi-guarani. Seu intuito era afirmar, através de uma nobreza bem brasileira, a particularidade de um Império recente que seguia as regras da nobreza européia, preservando a hierarquia dos títulos e suas instituições, todavia inovava nos nomes, afirmando assim uma singularidade de “corte tropical”.²¹⁷

A elevação de Barão com honras de grandeza veio, mais tarde, em 11 de outubro de 1848, após a passagem do Imperador D. Pedro II pela província fluminense, percorrendo as

²¹⁵ Carta ao amigo e Sr (Bernardo). Rio de Janeiro, I.N.L. 1960, t2, p578. 1852. Arquivo Nacional. Cód 112, v3, p44-45. *Apud* SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Op. Cit., p81.

²¹⁶ MORAES, Robero Menezes. *Os Ribeiro de Avellar*. Op. Cit. O título foi concedido a Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, seu sobrinho, em 1852.

²¹⁷ SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador*. Op. Cit., pp 178, 179.

localidades de Estrela, Paraíba do Sul, Valença, Vassouras e Iguaçu, durante todo o mês de fevereiro.²¹⁸ Sua estada em Vassouras resumiu-se aos dias 17, 18 e 19, entretanto, com intensa programação que ficou registrada numa das atas da Câmara Municipal de Vassouras:

No dia 17, a Câmara acompanhada de mais 80 cidadãos dos mais grados do município foi, de madrugada, encontrar S.M.I na porta do Parahiba, onde S. M. I apareceu seguido de comitiva e da G. N de Valença. Ao passar a ponte do Parahiba subiram ao céu dezenas de foguetes e depois de vivas ao estilo, deu S. M. I o beija-mão a todos os cidadãos que vieram cumprimenta-lo. O S. M. I fez sua entrada às 8 horas da manhã em Vassouras encontrando no portão da casa preparada para hospedá-lo grande concurso de cidadãos decentemente vestidos e a Guarda Nacional no número de 230 e tantos de uma e de outra arma, onde igualmente de novo se deram vivas ao som do repique dos sinos e das salvas de duas fortalezas que para esse fim se haviam construído. As duas horas da tarde veio a Câmara seguida de grande concurso de cidadãos receber S. M. I debaixo do palio na casa de sua residência para conduzi-lo a Igreja Matriz, onde se celebrou solene Te-Deum, antes do que o Reverendo pregador imperial padre João Joaquim Ferreira de Aguiar recitou um discurso análogo. Às 5 horas da tarde depois do Te-Deum, deu S. M. I beija mão aos cidadãos que o acompanharão e a Câmara Municipal que lhe dirigiu a alocução, (...) A noite iluminaram-se a igreja num rico arco triunfal, o chafariz, os dois castelos, e todas as casas da vila. S. M. I foi assistir nesta noite um espetáculo que lhe foi oferecido por uma companhia eqüestre.(...)²¹⁹

A estada do Imperador, certamente, modificou a rotina da cidade de Vassouras e das freguesias vizinhas. Para uma recepção digna de visita tão ilustre foram necessários fundos e doações dos “cidadãos Vassouras”, os quais o Barão de Capivary, contribuiu com a maior

²¹⁸ Segundo Lilia Schwarcz, as viagens imperiais “ajudariam mesmo que simbolicamente na demarcação das fronteiras desse grande Império, além de contribuir para alargar a recepção da imagem da monarquia interna e externamente. Em suas viagens o monarca tomava posse e unificava a representação”. Idem, *Ibidem*, p 357.

²¹⁹ Atas da Câmara Municipal de Vassouras. Fls10 do livro 4º, 3ª. sessão de 23 de fevereiro de 1848 Apud: TELLES, Augusto C da Silva. Visita de D. Pedro II a Vassouras. In: Revista do IHGB. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, vol 290, janeiro/março, 1971, p79. Os dias que se seguiram foram preenchidos da seguinte forma. No dia 18, visita a nascente que abastece a cidade e experimentação das águas e, a noite, baile oferecido pela Câmara. No dia 19 visita a Santa Casa, cemitério e obras para a irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Para despedida, um baile seguido de beija-mão e missa.

quantia 500\$000, juntamente com outros ilustres do lugar: conselheiro José Clemente Pereira, Laureano Correa e Castro, Antônio Correia e Castro, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, Francisco José Teixeira Leite, João Evangelista Teixeira Leite, Carlos Teixeira Leite, Joaquim José Teixeira Leite, Caetano Souza Vieira.²²⁰ Por outro lado, estas e outras gentilezas relacionadas ao custeio dos festejos, bailes e cerimônias em homenagem ao Imperador foram lembradas, por Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, em documento redigido por ordem do Visconde de Macaé. Trata-se de uma lista com os nomes das pessoas que receberam, abrigaram e obsequiaram Dom Pedro II durante sua estada em Vassouras, no verão de 1848. Ao lado de cada um deles, a lápis, estavam relacionados pedidos de graças honoríficas e títulos de nobreza, quase todos concedidos, como forma de agradecimento aos serviços prestados.²²¹

A visita do Imperador foi anunciada por Domingos Alves da Silva Porto em carta de 13 de janeiro de 1848: “Dizem que o imperador passará em Vassouras, mas consta que preparam baile, e então ali deve dormir. É provável que o meu amigo ali o vai esperar e cumprimentar; e que desculpas lhe dará de não ter vindo agradecer a graça do título!” Sua preocupação era que o amigo não seguisse as prerrogativas e etiquetas que convém a um Barão na visita do Imperador e lembrava-lhe de agradecer a sua Majestade a concessão da honraria já que não tinha ido até a Corte para tal feito. Se o Barão seguiu ou não o conselho de Domingo Alves, é impossível saber com certeza. Pela listagem de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho diria que não, pois não se encontra citado. Entretanto, o documento é

²²⁰ Atas da Câmara Municipal de Vassouras. Fls10 do livro 4º, 3ª. sessão de 23 de fevereiro de 1848 Apud: Idem, Ibidem, pp77-80.

²²¹ Correspondência dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro com o Ministro do Império, Arquivo Nacional, Vol IJJ-378. Apud CASADEI, Thalita de Oliveira e OLIVEIRA, Luiz da Silva. Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza sugeridos a D. Pedro II, após sua viagem à região central fluminense, em 1848. In: Revista do IHGB. *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1975, pp 11-54.

datado de 8 de maio de 1848, e seu despacho foi atendido em 11 de outubro de 1848, mesma data em que o Barão de Capivary foi elevado a Barão com honras de grandeza. Portanto, mesmo não constando na listagem, a honra lhe foi concedida, o que me faz pensar que sua participação foi tão destacada como a dos demais citados. Seu nome acabou sendo incluído por outros meios.

No Brasil, diferentemente da nobreza portuguesa, o baronato era individual, vitalício e não hereditário. Os títulos nobiliárquicos, principalmente o baronato, correspondiam a um reconhecimento social que a oligarquia rural enriquecida almejava. Aproximadamente 30% dos títulos distribuídos a partir de 1840 foram conferidos a fazendeiros, banqueiros e comissários ligados ao café.²²² Esse título de enobrecimento ainda podia ser acrescido de outros diferenciais de prestígio como as honras de grandeza, cargos de comando na Guarda Nacional e condecorações, como por exemplo, as Ordens do Cruzeiro e da Rosa, todos conquistados por Joaquim Ribeiro de Avellar. Entretanto, algumas vezes, o Barão parecia duvidar das vantagens conquistadas com a titulação, ressentindo-se da grande soma de dinheiro empregada. Pelo menos, é o que se pode concluir a partir das palavras de seu correspondente no Rio de Janeiro:

Rio, 16 de agosto de 1847.

Não se arrependa da esmola com que subscreveu para o Hospício de Alienados. Foi uma obra muito meritória e de valor a fortuna que muito lhe tem custado a ganhar. Devemos trabalhar não só para gozarmos dos cômodos da vida como também para merecer, nós e a nossa família, de alguma consideração da sociedade: o que não for isto é assemelhado aos burros cargueiros, que não passam do capim, milho e arrolam sempre na estrada. Não se arrependa pois, meu amigo, do que fez. O que fora para

²²² SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Op. Cit, p59.

*desejar é que o meu amigo fosse menos bom e governasse por si, não por mãos de Micael e de Manoel Gomes.*²²³

Domingos Alves inicia esse trecho da carta dizendo ao Barão que, ele não tivesse dúvida quanto a ter feito a escolha certa em relação as grandes somas de dinheiro, empregadas em doações para o “Hospital de Alienados”. Estas quantias volumosas já haviam se revertido em honrarias, como no caso do baronato, e tenderiam a render muito mais através de um maior reconhecimento social para si e para sua família. Segundo ele, o trabalho, utilizado aqui desvinculado do sentido de trabalho manual e sim se referindo a atividade de comando da fazenda e dos negócios, tem por finalidade, não somente o enriquecimento para o gozo de conforto e aquisição de bens materiais, mas, principalmente, para a conquista de prestígio e “consideração da sociedade”. Todavia, aqueles que se prendessem a lógica da acumulação de capital pura e simples, se assemelhariam a animais de carga que executam um trabalho pesado, no entanto, sem saberem usufruir seus benefícios devido a sua irracionalidade. Por meio destas fortes palavras, Domingos Alves expressava sua opinião, pautada numa lógica social em ascensão, a qual o pertencimento de um indivíduo ao grupo dos proprietários de terras e homens não garantia, em si, um prestígio social.²²⁴ O atributo de grande proprietário de terras e escravos proporcionava um comando e uma importância locais, todavia, não gerava o reconhecimento social por parte da elite imperial como um todo.

²²³ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1847, (Coleção Particular 2)

²²⁴ FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Op. cit, p 53.

3. 2 - Reescrevendo a Tradição: o pagamento do dote:

*Felicito-a pela boa compra da calexe que, sendo boa como me diz, é baratíssima. Sinto o que está sofrendo o Achilles Arnaud, mas é o resultado de ter se casado fora de sua classe.*²²⁵

O comentário acima estava respaldado por um *habitus* compartilhado por uma sociedade hierárquica e excludente; uma herança metropolitana que atravessou os séculos, como demonstra o velho ditado português: “se queres casar bem, casa com teu igual”.²²⁶ No que concerne aos estudos sobre a colônia, Sheila Faria e Maria Beatriz Nizza da Silva afirmam, para as regiões de Campos e Rio de Janeiro respectivamente, que os casamentos entre grupos sociais distintos eram mal vistos e condenados pela parentela, principalmente, nas classes mais abastadas.²²⁷ Sua existência era tolerada, entretanto, a maioria dos casamentos era realizada “entre iguais” e abençoado pela Igreja, já que a união católica também favorecia a inserção social.²²⁸ Em casos extremos, a família apelava para o impedimento oficial se utilizando, inclusive, da burocracia do Estado e da Igreja. O resultado dos processos, sua aprovação ou recusa, variou caso a caso.

Luciano Figueiredo apresenta uma outra visão do tema no que concerne a vida familiar em Minas Gerais dos setecentos. Segundo ele, a expansão das famílias brancas e legítimas era fundamental para a paz social e para o funcionamento do sistema colonial,

²²⁵Carta de Mariana Velho de Avellar para Leonarda da Silva Velho. Pau Grande, 11 de julho de 1864, (Coleção Particular 2).

²²⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI*. 2ª., Lisboa: Referêcia/Editorial Estampa, 1993, p 47.

²²⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op. Cit; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. Op. Cit; e *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. SP: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977.

²²⁸ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, no início do século XIX, “as regras de casamento variavam com os grupos sociais e que o seu ajuste era tanto mais complicado quanto mais elevada à hierarquia dos noivos. A primeira nobreza contraia matrimônio entre si (...) Mesmo ao nível da nobreza de mais baixa hierarquia, se exigia uma harmonia de graduação entre os noivos: “o casamento da filha do barão com o físico-mor é certo, mas está destinado para outubro, e entretanto ele espera o título de barão igual ao do futuro sogro, preparando as casas com a maior pompa que lhe é possível”. Idem, Ibidem., p 97.

sendo encarada pelo Estado como um de seus objetivos centrais. No entanto, foi a Igreja, como sócia do padroado, quem tratou de cuidar da execução da política familiar vinculando-a ao projeto de expansão do cristianismo.²²⁹ Respeitando as especificidades das áreas estudadas, é possível confluir tais análises e concordar com Gilberto Freyre quando diz que “a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, (...) é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil”.²³⁰ Esta característica da família como unidade produtiva, colonizadora e política teve na prática do dote um instrumento importante, porque servia de atrativo para que os homens constituíssem casamentos legítimos e abençoados pela Igreja, nos moldes desejados pela Coroa portuguesa.

O dote era uma instituição européia trazida pelos portugueses para o Brasil, no início da colonização, ainda no século XVI. De acordo com as antigas leis e costumes lusitanos, constavam entre os deveres de pai, alimentar, cuidar e dotar uma filha, o que só não ocorria justificado pela grande limitação de recursos materiais. O dote foi uma das principais formas de transmissão da riqueza para mulheres durante o Brasil colônia e, do ponto de vista legal, gozava de proteção no caso de falência do marido e deveria ser devolvido integralmente pelo esposo no caso de divórcio.²³¹ Muriel Nazzari realizou um estudo sobre a concessão do dote no Brasil, principalmente na região de São Paulo, ao longo de três séculos, utilizando os inventários como fonte privilegiada. Guardando as respectivas especificidades regionais, a autora percebeu, na longa duração, algumas transformações na prática do dote que, segundo ela, também se apresentariam num contexto histórico mais geral.

²²⁹ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias*. Op. Cit

²³⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Op. Cit., pp 18, 19.

²³¹ MELO, Hildete Pereira & MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. “A partilha na Ordem Patriarcal” In: *Revista de Economia Contemporânea*. V5, Nº. 2, jul/dez, 2001, p 163.

Segundo a historiadora, no século XVII, os dotes proporcionavam a maior parte da mão de obra e dos meios de produção necessários para um casal dar início a sua unidade produtiva. Através do dote aproximava-se o genro da família da esposa que, com o tempo, passava a integrar a esfera da produção familiar. Nesta época, as doações eram compostas de terras, escravos, animais, ferramentas e outros meios de produção. Desta forma, consistia numa grande vantagem sobre a herança, pois a maioria das filhas abria mão de sua legítima e ficava com o dote. Sendo as mulheres mais ricas do que os homens, o que estava em jogo para a família da nubente eram o branqueamento, enobrecimento e a capacidade de trabalho do noivo.²³² Esta perspectiva se assemelha com as conclusões de Sheila Faria para quem a heranças de poder e de prestígio eram transmitidas pelas filhas, tornando a mulher peça-chave no processo produtivo e o genro herdeiro personagem comum desta “colônia em movimento”.²³³

Por outro lado, nos setecentos, algumas modificações se apresentam. Nem todas as filhas eram dotadas e os dotes se tornaram comparativamente menores do que os anteriormente. Estes novos aspectos podem ser comprovados pelo fato de que um número maior de filhas entrou com o pedido de colação, demonstrando desvantagem em abrir mão da legítima. Todavia, a prática ainda era bastante disseminada, principalmente, entre os mais ricos. O processo de transformações se acentuou ao longo do século XIX, quando as poucas famílias que concederam dotes o fizeram em parcelas menores de seus patrimônios e todos os dote foram à colação. Ao mesmo tempo, paralelamente aos valores, também se observam diferenças no conteúdo dos mesmos. O enxoval deixa de ser parte do dote. Este passou a ser composto por bens de representação (escravos, jóias, cavalos) e mesmo

²³² NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote*. Op. Cit.

²³³ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op. Cit, p195.

dinheiro ao invés de bens de produção (terras, ferramentas, gado de serviço).²³⁴ Tais transformações influenciam o decréscimo do poder de decisão da família da noiva no que diz respeito às atividades produtivas do noivo. Assim, o pacto matrimonial também se altera porque o marido passou a fornecer, praticamente, todo o sustento da nova família.

Portanto, conforme defende Muriel Nazzari, ao longo do século XIX, a maioria das filhas de proprietários passou a não levar mais os bens para o casamento, a menos que tivessem recebido alguma herança. Dentre as poucas que ainda receberam dote, a maioria foi dotada de bens para uso próprio (jóias, escravos, pratarias, roupas) ou miudezas que não contribuíam, substancialmente, para o sustento do casal.²³⁵ Todavia, pela análise do documento de concessão do dote, assinado pelo casal Marianna Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar Jr., é possível apontar aspectos interessantes sobre as formas de permanência do dote na sociedade oitocentista. Vamos a ele:

*(...) os excelentíssimos José Maria Velho da Silva e dona Leonarda Maria Velho da Silva perante duas testemunhas abaixo assinadas que tendo ajustado casar a dita filha dona Marianna Velho da Silva com o Sr. Joaquim Ribeiro de Avellar no que estão estes contentes muito de sua livres vontades e para cujo matrimônio havia já prestado e ora se é necessário de novo presto o seu consentimentos o pai do nubente excelentíssimo Barão de Capivary tinham deliberado e efetuado que seja o matrimônio dotar como pela preste dotam a sobredita sua filha com vinte apólices da dívida pública fundada, sendo cada uma apólice do valor nominal de um conto de réis e do juro de seis por cento ao ano, as quais apólices se obrigam a entregar e transferir logo que recebidos sejam os nubentes pelas quais foi o aqui acertado esta promessa de dote assim e na forma declarada.(...)*²³⁶

²³⁴ FARIA, Sheila de Castro. "Fortuna e família em Bananal no Século XX" In: CASTRO, H & SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995, pp82, 83.

²³⁵ NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote*. Op. Cit, p22. Segundo a autora, estas transformações ocorridas devem ser entendidas tendo como pano de fundo "a mudança de uma sociedade de Antigo Regime, hierárquica, que privilegiava posição social, família e relações clientelistas para uma sociedade individualista, industrial, dominada pelo contrato e o mercado".

²³⁶ Grifo meu. Escritura de dote que fazem os excelentíssimos Srs José Maria Velho da Silva e sua mulher a sua filha a excelentíssima dona Marianna Velho da Silva para casar com o excelentíssimo Joaquim Ribeiro de Avellar. Livro 193, folha 1840. (Coleção Particular 2).

No registro, feito em cartório, as partes interessadas faziam questão de assinalar a concordância dos pais e a felicidade dos nubentes com o futuro matrimônio. Para se saber o real valor e o poder de compra da quantia paga pelo dote, na época, é preciso recorrer a outros documentos. Em 9 de março de 1848, D. Mariana Luiza da Glória Avellar, irmã do Barão de Capivary e moradora da Casa do Pau Grande, aborrecida com o mau comportamento de sua escrava Militana, de nação, resolveu vendê-la ao irmão “pelo preço de setecentos mil réis”, desfazendo qualquer intenção em absolvê-la como estava anteriormente escrito em seu testamento. No mesmo contrato, também vende sua quinta parte “na sociedade das escravas Balbina e Maria do Bom Jesus, pela quantia de duzentos mil réis, ambas, (...) por serem coniventes com a escrava acima.” Portanto, o preço de boas escravas domésticas, variava em torno de setecentos e quinhentos mil réis em fins da década de 1840. Desta forma, o dote de Mariana Velho da Silva conseguiria comprar cerca de vinte e oito a trinta escravos. O mesmo valor também daria para custear a compra de um título de Barão, conforme a carta de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck citada anteriormente. O que me faz defender que se tratava de uma riqueza nada desprezível para a época.

A análise relacional entre o valor pago pelo dote e o montante da fortuna do casal Velho da Silva se torna difícil porque o inventário de José Maria Velho da Silva, falecido em 1860, não foi localizado. No testamento de D. Leonarda Maria Velho da Silva, aberto onze anos depois, Joaquim Ribeiro de Avellar responde como cabeça do casal, no lugar da herdeira Mariana Velho de Avellar, pela legítima de 76:581\$699. Devido ao princípio de igualdade entre os herdeiros, seu único irmão José Maria recebeu o mesmo montante. Desta

forma, o inventário de D. Leonarda partilhou 153:163\$398, sendo descontados pagamentos a outros beneficiados, dívidas, gastos com enterro e missas.²³⁷

Através de uma especulação do valor dos bens do casal na época do inventário de José Maria a partir do testamento de D. Leonarda, pode-se supor dois valores aproximados para o monte bruto. Caso o conselheiro não tenha lançado mão da terça em favor de sua esposa, o valor partilhado giraria em torno de 306:000\$000. Ao contrário, levando-se em consideração o valor bruto testado por D. Leonarda e os costumes do reino em beneficiar as viúvas de uniões por comunhão de bens com a terça, o monte-bruto estaria em cerca de 228:000\$000. Considerando-se a inflação em 1849, “vinte apólices da dívida pública fundada, sendo cada uma apólice do valor nominal de um conto de réis”, era uma boa quantia se pensada isoladamente, e deveria significar entre dez e vinte por cento do total dos bens do casal.

Além disso, como foi dito anteriormente, juridicamente o dote era considerado um adiantamento da legítima da filha, ou seja da parte que lhe cabia na herança após a morte de cada um dos progenitores. A filha dotada poderia escolher entre levar os bens à “colação” - somando-os ao monte bruto do inventário e dividindo-os com os outros herdeiros - ou abdicar de sua parte na herança. No caso de Mariana, optou-se pelo primeiro caso e devolveu-se 8:900\$000 para o inventário de D. Leonarda, provavelmente o restante do valor do dote foi pago na ocasião da partilha de seu pai.²³⁸ Segundo Nuriel Nazzari, a opção pela colação já era uma demonstração que o dote já estava caindo em desuso. Em sua

²³⁷ Sobre a partilha de D. Leonarda: “vinte e cinco contos setecentos e setenta e oito mil e oitocentos réis (25:778#800) para o que despendeu com o funeral e médicos; dois contos cento e cinquenta e quatro mil (2:154#000) para o pagamento de metade da dívida de Farani & Irmãos (3:115#000); haverá a importância de sua dívida (18:000#000). Outros beneficiados: Dona Branca (filha do Dr Silva Nunes), dona Maria José de Vasconcelos, Dr. Pedro Joaquim de Vasconcelos e os criados Antônio que recebeu 40\$000 e Sabino 200.000”. Inventário de D. Leonarda Velho da Silva, 1871, (Coleção Particular 2)

²³⁸ Testamento de D. Leonarda Velho da Silva, Rio de Janeiro, 16 de março de 1871. (Coleção Particular 2).

pesquisa para o século XIX, o maior dote foi de 40:000\$000 concedido pelo Barão de Limeira, representando menos de 20% da legítima da filha do Barão. O Barão e a Baronesa de Limeira despojaram de apenas 5% de seus bens para conceder a todas as suas quatro filhas dotes aproximadamente equivalentes²³⁹.

Durante muito tempo, o dote serviu para que as filhas adquirissem bons casamentos, pois fornecia um quinhão igual ou superior a sua parte na legítima, proporcionando um desfalque considerável na fortuna do casal progenitor e na herança dos filhos homens. No século XIX, a concessão do dote se transformara. Havia perdido o caráter de veículo privilegiado de transferência de riquezas para que um casal iniciasse sua vida produtiva. Seus valores raramente ultrapassavam a legítima e os pais não necessitavam utilizar a terça para completar ou melhorar o dote da primeira filha, como ocorria anteriormente.²⁴⁰ No entanto, apesar de perder força, o dote não havia desaparecido por completo. Apresentou - se sobre outras formas e roupagens até que os debates travados através da imprensa, literatura, academia de medicina e outros veículos, acrescidos de um ideal de amor romântico, acabassem, pouco a pouco, diluindo esta tradição por completo.

O tipo de dote concedido por José Maria e Leonarda Velho da Silva a filha seria impensado em outros tempos. Seu pagamento foi realizado na forma de apólices da dívida pública, que poderiam ser convertidas em dinheiro ou deixadas a render juros de 6% ao ano, demonstrando uma preocupação de investir o dinheiro de forma segura e, ao mesmo tempo, facilitar sua disposição para negócios futuros. Além disso, a aquisição de apólices seria, sobretudo, uma forma garantida de manter o patrimônio da filha resguardado dos gastos do futuro marido e demonstrava uma facilidade da família Velho da Silva em lidar com diferentes formas de investimento. Ainda faziam parte do dote de Marianna "escravas

²³⁹ NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do dote* Op. Cit., p 195.

e jóias do seu uso”, propriedades que a auxiliariam tanto no comando das tarefas da casa quanto nas prerrogativas de representação social. Se por um lado concordo com Muriel Nazzari quando a autora diz que o valor do dote se retrai ao longo dos oitocentos. Por outro, considero bastante complicada e reducionista a justificativa de que esta mudança teria se verificado devido ao nascimento de uma economia de mercado e do individualismo no Brasil.²⁴¹ Mesmo porque, no meu entender, a sociedade oitocentista tem a indefinição destes valores na sua estrutura constitutiva, pois buscava combinar tradição e modernidade, escravidão e civilização, não de forma dicotômica, mas conciliatória.

A união de Mariana Velho da Silva com Joaquim Ribeiro de Avellar é exemplar neste sentido. Trata-se de um casamento impulsionado pela busca de prestígio social e engrandecimento não só para o filho, mas para toda a família Ribeiro de Avellar. Os acertos deste matrimônio fizeram com que o futuro Barão do Capivary tivesse gastos nada modestos com a aquisição de títulos de nobreza e elementos de representação. Estes aspectos seriam impensados numa sociedade individualista com uma economia de mercado plenamente estabelecida. O que estava em jogo naquele momento eram outros atrativos e não somente a riqueza e o valor do dote. Na sociedade oitocentista, interessava aos futuros maridos das famílias da elite, mulheres com outros atributos tais como: instrução, educação, além de prestígio e influência nos círculos sociais da Corte. Ao mesmo tempo, já é possível perceber, no arranjo de casamento analisado, algumas preocupações que fariam parte do ideal de amor romântico tais como: união entre pessoas de faixas etárias próximas e noivados longos para que os noivos não fossem meros desconhecidos.

No Brasil, como a grande maioria dos casamentos era efetuada em regime de comunhão de bens, qualquer ressalva que modificasse esse contrato selado por lei deveria

²⁴⁰S ILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. Op. Cit., p 49.

ser efetuada através de pactos nupciais registrados em cartório.²⁴² No caso estudado, tal contrato foi assinado de pleno acordo de ambas as partes nos seguintes termos:

1º.- Havendo filhos deste matrimônio os bens dos cônjuges herdados ou adquiridos se comunicarão na forma de costume da terra, menos com tudo quanto às apólices dotadas e as escravas e jóias do seu uso que tiver levado ou adquirido a nubente, porque estes bens ficarão sempre incomunicáveis.

2º. - Não havendo filhos ou tendo estes morrido durante a constância do matrimônio e acontecendo morrer o marido primeiro que a mulher esta sairá só com as sobreditas apólices e mais bens acima declarados, mas de mais a mais haverá do casal de seu marido a quantia de cinquenta contos com que ele e seu pai excelentíssimo Sr. Barão de Capivary dotam a nubente a qual conseqüentemente nada mais poderá haver ou repetir do casal conformidade com o que fica estipulado.

3º. - Sucedendo morrer a mulher primeiro do que o marido os bens dotados a saber as apólices, escravos e jóias que ela tiver levado reverterão ao casal dos pais da nubente e sendo estes pré- defuntos aos seus herdeiros e sucessores.

4º. - Para satisfação do dote, com que a nubente na hipótese do artigo segundo deve haver do casal e do seu marido esteve seus pais obrigam todos os seus presentes e futuros e o melhor e mais bem parado deles.”

Segundo o acordo firmado na véspera do casamento, o dote era incomunicável. As apólices, as jóias e escravos eram concedidos a Mariana como uso fruto, no entanto, em caso de sua morte, mesmo que tivesse deixado filhos, estes bens retornariam a família Velho da Silva, primeiramente a seus pais, e se já falecidos, a seu irmão, José Maria. Ficava nesta cláusula bem colocado que o dote havia se tornado um auxílio para o sustento da esposa, dando a ela uma certa independência em relação às finanças do marido no que

²⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Op. Cit.

²⁴² MATTOSO, Kátia. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX*. Op. Cit., p130.

concerne ao pagamento e manutenção de suas necessidades pessoais.²⁴³ Ao tornar o dote incomunicável, o contrato deixava claro que o prover da casa e da família eram obrigações masculinas.

A segunda cláusula também tornava os bens do marido incomunicáveis no caso de viuvez sem descendentes vivos. Nesta circunstância, Mariana Velho de Avellar retiraria seu dote e mais 50:000\$000, a serem pagos pelo Barão de Capivary ou outro parente que cuidasse da legítima, como estipulado na quarta ressalva. Entretanto, se o casamento constituísse descendência, a partilha seria realizada pelo regime de comunhão de bens, conforme os costumes do Império, dando a viúva metade dos bens do marido e sendo restante a ser dividido entre os filhos e filhas. Neste último caso, a lei também autorizava as partes envolvidas a deixarem a terça de seus bens alguém de sua escolha. Desta forma, após trinta e nove anos de casados e doze filhos, tendo seis chegados a fase adulta, Joaquim Ribeiro de Avellar, na época já Visconde de Ubá, deixou, em 1888, para sua esposa por testamento, a terça de seus bens além da meação de que tinha direito.²⁴⁴ Mas, isso é uma outra história...

3. 3 - O Casamento: rito de passagem e representação social.

Para A ... provar o seu estado livre é preciso que a noiva vá a câmara eclesiástica declarar que quer casar com ele, como se A... depois de provar que é livre, não possa casar com quem quiser; mas como geralmente as senhoras brasileiras alegam um impedimento qualquer para se não exporem às vistas lúbricas dos sátiros da câmara eclesiástica, há sempre um que vai tomar a casa aquela declaração, pelo que recebe duas libras. O

²⁴³ “As relações conjugais eram dominadas por dois aspectos extremamente importantes: a subsistência da mulher, e daí a questão do dote, a conduta da mulher, donde resultava o problema do divórcio e da correção num recolhimento”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro*. Op. Cit., p 98.

²⁴⁴ Contas testamentárias do Visconde de Ubá. Juízo de Direito da Provedoria. 2º. ofício, comarca de Vassouras, 14 de março de 1887. Universidade Severino Sombra/ CDH, caixa 509.

*português é obrigado a fazer - depois de justificado o seu estado livre - correr banhos em Portugal, deixando de fiança 20\$000 réis.*²⁴⁵

Em sua declaração, o viajante europeu Thomaz Lino D'Assumpção, em visita ao Rio de Janeiro, se mostrava bastante incomodado com os valores pagos pelos noivos à câmara eclesiástica católica para fazer correr o processo de banhos.²⁴⁶ Segundo ele, o padroado e a proximidade entre Estado e Igreja impediam a realização dos casamentos somente no civil. Assim, aconselhava aos interessados “lançar mão da Igreja protestante, onde os sacerdotes são mais sérios... e mais baratos”. Tal declaração, fundada num olhar estrangeiro, demonstrava um profundo desconhecimento da cultura religiosa local, não só porque o casamento era um importante sacramento da religiosidade católica, bastante disseminada no Brasil mesmo que sincrética, mas também por desprezar seu valor enquanto atributo de inserção social e rito de passagem para uma nova fase da vida. Sheila de Castro Faria, estudou os processos de banhos na sociedade colonial. Segundo ela, qualquer pessoa que quisesse casar deveria entrar com um pedido e apresentar: certidão de batismo, comprovação de estado civil solteiro e descompromisso com qualquer outra instituição (como voto de castidade e religião), assento de óbito do marido para o caso das viúvas e carta de alforria em se tratando de ex-escravos.²⁴⁷ Além disso, os interessados deveriam mandar publicar a união em todos os lugares onde já tivessem habitado por seis meses ou mais com o intuito de provar a inexistência de impedimento. As palavras de Thomaz Lino

²⁴⁵ **Apud.** Thomaz Lino D'Assumpção, 1876 In: LEITE, Miriam Moreira. *Condição feminina no Rio de Janeiro século XIX.*, p39. 40.

²⁴⁶ Para se casarem, os noivos deveriam entrar com o processo de *banhos e dispensas de impedimentos matrimoniais* e apresentar as certidões de batismo, comprovar o estado de solteiro das partes e inexistência de outros vínculos tais como voto de castidade e religião. No caso das viúvas, acrescentava-se, ainda, o assento de óbito do primeiro marido e, no caso de ex-escravos, era necessário comprovar a condição de livre com a carta de alforria. Em todos os casos, este processo demorava, no mínimo, seis meses para que se pudesse proclamar o matrimônio em todos os lugares onde os noivos tivessem fixado residência. Os processos de *banhos e dispensas de impedimentos matrimoniais* foram estudados por FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op. Cit., pp 58 -61.

D'Assumpção demonstram que os banhos e dispensas de impedimentos matrimoniais, instalados durante a colônia, continuavam eram uma prática no Império, como forma de tentar evitar a bigamia e os casamentos ilegais. Apesar de não ter sido possível encontra-los para o caso de Mariana Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, sabe-se que devem ter corrido na Corte e em Vassouras, províncias onde os noivos tinham morado, entre 1848 e 1849.

Paralelamente ao correr dos banhos dava-se andamento aos outros preparativos do casamento que possuía uma etiqueta rígida a ser seguida. Diferentemente da moda francesa, onde o casamento era realizado com bastante luxo e ostentação, o costume brasileiro seguia o português com uma grande cerimônia de igreja e de família. Os pais dos noivos, ou seus responsáveis vivos, convidavam os parentes, amigos e conhecidos para assistirem à benção nupcial onde sempre havia uma missa rezada, e às vezes cantada, além de sermão aos esposos proferido por um padre autorizado ou alguma dignidade eclesiástica; no caso estudado, o presbítero secular e vigário José do Desterro Pinto. No meio da capela-mor preparavam-se duas cadeiras e dois genuflexórios ornamentados; de cada lado destas peças um castiçal grande com um círio aceso, onde ficavam alojados os noivos durante a cerimônia.²⁴⁸ Não era só a organização do espaço que ressaltava a importância dos celebrantes, no caso da noiva, sua indumentária, toda branca, acrescida de um véu até os joelhos, grinalda e ramallete de flores de laranjeiras, a colocava num lugar de destaque neste rito de passagem para a vida adulta. Quanto ao noivo e demais convidados deviam trajar roupas de gala como sinal da grandiosidade da ocasião.

²⁴⁷ Idem, Ibidem.

²⁴⁸ ROQUETE, J. I. *Código do Bom-Tom, ou, Regras de civilidade e de bem viver no século XIX*. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). SP: Cia das Letras, 1997, (retratos do Brasil), pp 84-96.

A celebração do casamento consistia num evento que fugia do cotidiano, todavia tinha aí sua origem e preparação. A etiqueta do matrimônio extrapolava o espaço do cerimonial e regulava seus preparativos. Os convites eram feitos por carta com três ou quatro dias de antecedência pedindo aos convidados que comparecessem à igreja na hora marcada para assistirem a benção nupcial. No caso dos eventos seguidos por jantares ou festas, era preciso declarar o convite ao fim da carta. As boas maneiras também mandavam que fossem enviadas duas cartas, assim supunha-se que ambas as famílias faziam o convite. Aqueles que não fossem chamados para a cerimônia deveriam receber uma participação do mesmo alguns dias depois.²⁴⁹

No que concerne às responsabilidades da família do noivo, Domingos Alves da Silva Porto, mais uma vez, cuidou de todos os preparativos enviando ao Barão de Capivary a contabilidade de suas despesas para que ele acompanhasse tudo bem de perto.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1849.

Quanto a desembolsos para os arranjos do Sr. Ribeiro, tenho expendido 1º = 1:200\$000 para o piano, 2º = 360\$000 para uma parelha de cavalos pretos, 3º = 2:500\$000 para o coupé, e tendo o Moraes entregado a peça de brilhantes, vou dar lhe 5:000\$000. Por hora não tem sido preciso descontar as letras. Entretanto, veja V. Excelência se pode ir abreviando as remessas a ver se despensa o desconto, ou para que fique este mais tarde. D. Marianinha e por convite vou ao chá. Ainda não me apresentaram as contas das miudezas compradas²⁵⁰.

Como evento, a cerimônia do casamento possui uma narrativa que lhe impõem uma organização estrita. Fazem parte deste rito de passagem uma determinada etiqueta e fascínio, conferido ao ritual sagrado. Desta forma, as compras descritas acima procuravam

²⁴⁹ Idem, Ibidem.

dar conta das exigências estabelecidas. O *coupé* e a parelha de cavalos pretos eram para o transporte de Joaquim, do Barão der Capivary e dos padrinhos, o Marquês de Itanhaem e José Maria Correia de Sá, até a igreja. Conforme a etiqueta imposta na época, a noiva também seria conduzida da mesma forma, em companhia de seus pais e madrinhas. Entretanto, como a cerimônia nupcial foi realizada na capela da casa da família Velho da Silva, dentro da imperial Quinta da Boa Vista, acredito que estas prerrogativas tenham sido dispensadas.²⁵¹ Paralelamente a todas as prerrogativas da etiqueta, o local escolhido para a celebração ostentava a proximidade desta casa familiar com o Paço, impunha a grandiosidade arquitetônica do local, conferindo prestígio à celebração.

Dentre os gastos mencionados por Domingos Alves, estava uma peça de brilhantes encomendada para decorar a bengala do noivo: “Mandei pedir a bengala para mandar por-lhe novo castiço”.²⁵² Segundo Gilda de Mello e Souza, ao longo do século XIX, a indumentária masculina sofreu uma simplificação progressiva, passando do luxo dos bordados em profusão de cores e materiais, típicos da década de trinta, para gravatas pretas, que combinavam com coletes e paletós escuros e discretos, um verdadeiro “uniforme”. Já que a vestimenta tendia a igualar os participantes masculinos no cerimonial, cabia ao noivo se destacar dos demais demonstrando riqueza e opulência através do uso de outros objetos como jóias, por exemplo.²⁵³

Preocupação semelhante pode ser apontada para a escolha da indumentária dos outros membros da família Ribeiro de Avellar:

²⁵⁰ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1849, (Coleção Particular 2)

²⁵¹ ROQUETE, J. I. *Código do Bom-Tom*. Op. Cit., pp 84-96.

²⁵² Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1849, (Coleção Particular 2).

²⁵³ SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. 4ª. ed, SP: Cia das Letras, 2001.

*Entretanto, julgo conveniente que venham quanto antes, por quanto, se for a efeito o nosso, dirijo é melhor comprar logo trajes convenientes e de gosto, e para esta compra é também preciso cá estar o Sr. Ribeiro.*²⁵⁴

Segundo os conselhos de Domingos Alves, a ocasião pedia uma visita a Corte para a escolha de roupas “convenientes e de gosto”, adequadas ao cerimonial, pois a cidade de Vassouras não possuía recursos para a pompa e os investimentos em representação exigidos pela ocasião.²⁵⁵ Ao contrário, na capital, nas ruas do Ouvidor e Direita, se espalhavam as melhores lojas e modistas francesas: Delmas, Geuvrin, Gudin, Mlle. Aimée, Mme. Pompom e Felicite Saint-Brisson. Naquele pedacinho de Paris dos trópicos, também estavam estabelecidos finos armarinhos, sapatarias, cabeleireiros e lojas de fazendas onde se procurava acompanhar as últimas tendências da moda européia.²⁵⁶ Moravam nas duas casas que compunham a fazenda do Pau Grande, em 1849, época do casamento, o Barão do Capivary e suas irmãs Maria Angélica e Anna Angélica de Avellar, além do genro José Maria Salter de Mascarenhas com seus filhos Antônia Ludovina, Maria Serafina, José e Joaquim Mascarenhas Salter. A recomendação do amigo para que todos viessem a Corte tentava evitar o envio de encomendas erradas, não condizentes com o gosto do dono ou, o que era mais grave, com a moda vigente, como muitas vezes ocorria no dia-a-dia da fazenda:

²⁵⁴ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1849. (Coleção Particular 2)..

²⁵⁵ Segundo as memórias do desembargador Sequeira, confirmada no relatório de Teixeira Leite, em 1852, Vassouras possuía: 4 sapateiros, 11 alfaiates, 1 modista, 2 barbeiros, etc. *Apud* TELLES, Augusto C da Silva. *Visita de D. Pedro II a Vassouras*. Op. Cit., p 67.

²⁵⁶ LOS RIOS, Adolfo Morales Filho. *O Rio de Janeiro Imperial*. RJ: Topbooks, 2000, p 276.

*Não sabendo ao certo o que desejava, mandei das largas [rendas], as cabeleiras mal foi não se ter explicado bem, podia ir a tal modista de 170\$000, bem se vê que é coisa de carregação, e que tenho mandado para outros. Bem peço que sejam bem explícitos e miúdos nas explicações do que pedem*²⁵⁷.

Norbert Elias em seu estudo sobre a sociedade de Corte francesa demonstrou que, em sociedades profundamente hierarquizadas, como também é o caso da sociedade Imperial, a etiqueta estava intimamente ligada à auto-representação dos grupos e indivíduos. Desta forma, as categorias do “ser” e do “parecer” tendiam a se identificarem, cada vez mais, reforçando a hierarquia constituída ou contribuindo para subvertê-la. Neste sentido, no caso analisado, a escolha das indumentárias a serem utilizadas durante o casamento era importante no sentido de reforçar o poder e o *status* social da família do recém titulado Barão de Capivary, representante da rica aristocracia cafeicultora, ao mesmo tempo em que legitimava as diferenças no interior do grupo social de elite e do espaço do cerimonial.²⁵⁸

Dentre as prerrogativas que antecedia a cerimônia do matrimônio, estava a troca de presentes. Segundo o *Manual do bom-Tom*, o noivo dava a sua futura esposa uma cesta, conforme o costume antigo, ou um pequeno móvel com “tudo que forma o enfeite duma senhora: vestidos, xales, lenços bordados com primor, diamantes, jóias, etc”.²⁵⁹ A “troca de prendas” entre Joaquim Ribeiro de Avellar e Mariana Velho da Silva foi marcada para o dia 2 de outubro e a futura sogra, D. Leonarda, se encarregou de escolher os “arranjos de louças, vidros, e mais miudezas de casa”. Segundo Domingos Alves, seu auxílio era

²⁵⁷ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1847,. (Coleção Particular 2).

²⁵⁸ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Op. Cit.

²⁵⁹ Esta oferta se chamava *corbeille de mariage*. ROQUETE, J. I. *Código do Bom-Tom*, Op. Cit., p90.

garantia de que “vai tudo do melhor”, conforme desejava a família do noivo. Ao final, confessava ao Barão: “foi bom ela mesmo ter querido tornar sobre si este trabalho”.²⁶⁰

Esta e outras visitas feitas pelo noivo antes do casamento serviam para aproximar os nubentes e fazer nascer alguma amizade e sentimento entre eles, haja vista que o casamento se tratava de um acerto material que não envolvia a sua participação. O que se pode perceber, através da leitura das cartas, é que Joaquim Ribeiro de Avellar Jr esteve na Corte muitas vezes antes do casamento ou esteve lá residindo, para estar com a noiva. Os relatos de suas visitas e das simpatias entre os noivos e a família da noiva são freqüentes, demonstrando uma preocupação do Sr. Barão de que tudo estivesse correndo conforme o desejado:

*(...) acho o negócio em um ponto que não é mais possível desmanchar-se. As simpatias não só dos pais como da noiva é muito grande.*²⁶¹

*O Sr. Ribeiro passa a maior parte do tempo junto da noiva e continua a mesma satisfação na família.*²⁶²

Inicialmente, a cerimônia do matrimônio estava marcada para outubro, entretanto, a escolha da casa para os futuros esposos e sua reforma tomaram mais tempo do que o previsto. A primeira opção visitada foi a chácara do Barão de Bonfim a qual não agradou por ser muito pequena e de pouco requinte.²⁶³ Por fim, a residência escolhida foi comunicada em carta de 2 de outubro ao Sr. Barão: “a casa é a que foi de Marechal Caetano

²⁶⁰ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1849, (Coleção Particular 2)

²⁶¹ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1849, (Coleção Particular 2)

²⁶² Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1849, (Coleção Particular 2)

²⁶³ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1849, (Coleção Particular 2).

Pinto, na estrada ao pé da ponte”.²⁶⁴ A seguir, começaram as fases de pintura e de escolha do mobiliário e objetos da casa, que correram por conta da família do noivo. Conforme relatou o comissário de café em algumas de suas cartas, as “miudezas” da casa eram compradas por D. Leonarda que lhe apresentava as contas das despesas para serem ressarcidas.²⁶⁵ Por outro lado, algumas peças eram escolhidas pelo Barão e desaprovadas pelo amigo Domingos Alves:

*(...) Os fogões de chapa batida, além de caros e dificultosos de transportar, têm o inconveniente de esquentarem muito as cozinhas e queimarem o cozinheiro ao menor descuido. Também o fogo dentro é mais depressa na chapa batida.*²⁶⁶

O valor das despesas com o cerimonial e com montagem da casa para os futuros esposos não foi pequeno. Da parte do Barão, sabe-se que antecipou algumas remessas de café e mandou descontar letras de câmbio, em bancos da praça do Rio de Janeiro, para cobrir seus gastos financeiros. Entretanto, esta volumosa soma de dinheiro seguia uma lógica que valorizava o ritual e a etiqueta como linguagens de afirmação política e social. Pedro Cardim, em seu estudo sobre as entradas régias realizadas em Portugal e no Brasil colonial, contribuiu de forma interessante no sentido de teorizar a utilização dos ritos e de sua etiqueta como veículo de afirmação de poder e de representação social. Segundo o autor, este aspecto não se encontra circunscrito ao mundo cortesão e régio ou eclesiástico e episcopal. Portanto, se por um lado as manifestações públicas apresentam uma dimensão política, por outro contém uma intenção de representação social que, deve ser interpretada como elemento importante num modelo de sociedade hierarquizada. Seguindo um viés

²⁶⁴ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1849. (Coleção Particular 2)

²⁶⁵ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1849 e Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1849. (Coleção Particular 2)

²⁶⁶ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1849. (Coleção Particular 2)

interpretativo parecido, Jurandir Malerba mostrou como a vinda da Corte para o Brasil exacerbou, nos trópicos, este caráter teatral da política absolutista portuguesa.²⁶⁷

O casamento dividia o curso dos anos de uma vida em duas etapas distintas. Este acontecimento social fundava a continuidade social e familiar da elite oitocentista, ao mesmo tempo em que originava um novo núcleo que uniria dois troncos, anteriormente, distintos. Entretanto, esta união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção destas famílias como parte de um grupo seletivo e, ao mesmo tempo, gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguísse e elevasse no interior do mesmo.²⁶⁸ As exigências minuciosas feitas durante os processos de arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que objetivavam estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade às casas familiares envolvidas. Desta forma, ao final, acabava-se reproduzindo uma dinâmica já estabelecida a qual mantinha-se uma lógica hierarquizadora fundadora da composição social do Império.²⁶⁹

²⁶⁷ CARDIM, Pedro. *Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)* In: JANCSÓ & KATOR (org). *Festa: cultura e sociabilidade da América portuguesa*. SP: Hucitec: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, vol I, p 92. MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Op. Cit.

²⁶⁸ Em sua teoria, Elias propõe tratar a sociedade como uma *formação* ou *configuração*. Segundo ele, a noção de uma formação não pressupõe uma entidade completamente fechada e sim uma noção neutra, podendo ser aplicada a um grupo harmonioso ou instável. Por conseguinte, aquilo que une os homens dentro de uma certa formação, o que dá a ela estabilidade, são as redes de interdependências. Conforme concebe Elias, as sociedades são como teias de indivíduos interdependentes, cujos sentimentos, ações e relações estão em constante tensão e interação.

Elias trata do poder como uma conformação de equilíbrios instáveis entre forças distintas e introduz a noção de *pressão* ou força exercida por homens sobre outros homens. Como consequência, todos os indivíduos de uma dada sociedade, até os de maior prestígio e poder, sofrem pressão. Os indivíduos lutam entre si e fazem alianças para conseguirem ascender socialmente, ao mesmo tempo em que devem se defender, para que os grupos que estão em patamares abaixo, e que também pretendem uma melhor posição social, por algum deslize, não lhes ocupem o lugar. Desta forma, cada formação social é distinta, porque a sua rede de interdependências e pressões é peculiar. Ver: ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. Op. Cit. Domesmo autor: *Processo Civilizador*. Op. Cit.; *Os Alemães*, 1997. Op. Cit.; *The Established and the Outsiders*, Londres: Sage Publications, 1994.

²⁶⁹ Segundo Ilmar Mattos, os componentes do mundo do governo definiam-se pela relação que estabeleciam com aqueles que eram seus simétricos contrários, ou seja, os escravos negros. Estes utilizados como principal mão-de-obra constituíam o mundo do trabalho. “Governo, trabalho e desordem – os mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deviam se confundir”. *A existência dos três*

O cerimonial do casamento se por um lado tinha uma dimensão de festa privada, onde se comemorava com os parentes e amigos a entrada numa nova fase da vida; por outro também era um acontecimento público que seria participado à sociedade num sentido mais amplo. Enquanto tal, tornava-se um campo privilegiado para disputas por representação e elementos de prestígio, obedecendo, portanto, um ritual e uma etiqueta restritos. De acordo com este ponto de vista, é possível compreender porque, ao longo do século XIX, este evento vai se sofisticando cada vez mais, principalmente, com a chegada das influências francesas que incluíram novos elementos como bailes de comemoração e viagens de lua de mel.²⁷⁰ No caso estudado, a união de Joaquim Ribeiro e Mariana Velho da Silva em matrimônio reunia diversos interesses. Do lado do noivo, o novo estatuto de casado, procurava apagar a mácula de um nascimento ilícito, além de elevar o prestígio social de sua família através de sua introdução na sociabilidade da Corte, haja vista que a riqueza e a titulação conquistadas conferiam-lhe uma importância circunscrita à província. No que concerne aos interesses da família da noiva, o que estava em jogo era a preservação do seu patrimônio econômico, social e o cumprimento do destino natural da mulher na sociedade oitocentista.²⁷¹ Desta forma, as escolhas matrimoniais, assim como o compadrio e as alianças por amizade, faziam parte das estratégias de manutenção de bens e prestígio daquelas consideradas “as melhores famílias do império”.

mundos era, em primeiro lugar, a existência da distinção entre coisa e pessoa. O povo (composto pelos membros da boa sociedade, cidadãos participativos) e a plebe (membros do mundo da desordem, apenas proprietários de suas próprias pessoas) eram pessoas e, portanto, distinguíam-se dos escravos por serem livres. Mas, mesmo aproximando-se através da liberdade, povo e plebe pertenciam a mundos diferentes, cindidos através de diversos atributos, como raça, grau de instrução, propriedade de escravos e vínculos pessoais. MATTOS, Ilmar. O Tempo Squarema. Op. Cit., p. 123.

²⁷⁰ MARTIN-FUGIER, Anne. Os Ritos da Vida Privada Burguesa. In: DUBY, G & CHARTIER, R. História da Vida Privada – da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Cia das Letras, vol 4, 1987.

²⁷¹ Para a discussão do papel da mulher no século XIX ver: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al (org). *Pensando a Família no Brasil*; ALMEIDA, Ângela Mendes. *Mães, Esposas, Concubinas e Prostitutas*. Op. Cit. e COSTA, Jurandir Freire, *Ordem Médica e Norma Familiar*. Op. Cit.

Após o casamento, o tempo privado transcorria ocupado e entrecortado por outras temporalidades que preencheram a vida cotidiana destes atores sociais. O *tempo da riqueza familiar* dizia respeito a tudo que se relacionasse à administração da fazenda e ao governo da casa. Na curta duração era preenchido pela preocupação com o plantio e colheita do café, produtividade diária dos escravos, administração das tropas, relação entre receita e gastos da unidade produtiva, encomendas e compras para a casa-grande, etc. Na longa duração, reunia todas as estratégias e acertos para a preservação da riqueza e patrimônio familiares. O *tempo da intimidade* era pontuado por aspectos mais ligados ao espaço doméstico como: nascimento e educação dos filhos, realização dos papéis familiares no cotidiano, convivência com parentes, relação com os agregados, formação de laços de compadrio. Em contrapartida, o *tempo social* era demarcado pelas viagens, temporadas em Petrópolis, visitas, festas familiares, passeios, bailes e eventos públicos. Tempos que se interpenetravam e se encontravam na composição de um cotidiano em família. Tempos que na sua instabilidade, produzida por diferentes ritmos de aceleração e recuo, compunham uma temporalidade própria para o oitocentos. Tempos que, cada um a seu tempo, legitimaram o triunfo na família oitocentista.

PARTE II - O tempo da vida material: a administração da fazenda Pau Grande e manutenção da riqueza familiar.

Capítulo 4 - A criação da Vila de Paty do Alferes e a conformação de um poder familiar local.

*Eu, El-rei, faço saber aos que este alvará com força de lei virem, que aos 4 dias do mês de setembro do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte, hei por bem criar no sobredito lugar de Paty, uma vila com a denominação de vila de Paty do Alferes que terá por termo todo o território entre as vilas de São João do Príncipe e de São Pedro do Cantagallo, limitando-se por norte pela serra da Mantiqueira e pelo rio Parahybuna, e ao sul pelo surgimento da serra do Mar e cordilheira do Tangoá, ficando porém excluído do mesmo a freguesia de Nossa Senhora de Valença que já foi servida mandar erigir em vila.*²⁷²

A decisão de D. João VI, corroborada pela mesa de Desembargo do Paço, era justificada por existirem naquelas localidades condições ideais para a criação de uma vila, tais como: terreno plano e central, conjunção de várias estradas e vias de acesso, e algumas habitações estabelecidas formando um arraial. Por este decreto, todas as casas de fazendas, casebres, ranchos para pouso de tropeiros e viajantes, vendas, e demais formas de morada e trabalho, construídas dentro dos limites das antigas freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Pati, Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição e Apóstolos São Pedro e São Paulo da Paraíba Nova e os curatos de Santana de

²⁷² Alvará de criação da Vila de Paty do Alferes, 4 de setembro de 1820. *Apud* PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense*. RJ: Nova Fronteira, 1984, pp 14, 15.

Cebolas e Senhor Bom Jesus de Matosinhos, passavam a fazer parte da vila de Pati do Alferes.²⁷³

A região, bastante visitada por aqueles que se destinavam as Gerais pelos caminhos do ouro, se mantinha através da produção de gêneros agrícolas como cana de açúcar, mandioca, milho, legumes, café, marmelos e diversas frutas. No caso dos fazendeiros da localidade de São João Marcos, houve também um investimento na criação de porcos e preparo de carnes de conserva. Em viagem pelo vale do Paraíba no início do século XIX, Charles Ribeirrolles relatou que D. João VI costumava ter sempre a mesa opulentos lombos de porco e salsichas magníficas provenientes de Sacra Família.²⁷⁴ Entretanto, o principal destino desta produção era o auto-abastecimento e, em escala reduzida, o fornecimento para Corte, com exceção do açúcar que era levado, em grandes quantidades, ao porto da Estrela para ser encaixotado e transportado para armazéns da capital.²⁷⁵ Não demoraria muito e o café se tornaria o principal gênero das exportações brasileiras e o vale do Paraíba seu maior polo de produção mundial.²⁷⁶

A ocupação do vale do rio Paraíba do Sul foi estudada pelo historiador Stanley Stein em seu trabalho clássico *Grandeza e Decadência do Café*. Segundo o autor, este

²⁷³ Relato de Monsenhor Pizarro e Araújo. In: RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. 2ª ed, RJ: SEEC, 1978, p21.

²⁷⁴ RIBEYROLLES, Charles, *Brésil Pittoresque*. Tradução Gastão penalva, Tr. 2v. SP: 1941.

²⁷⁵ Relato de Monsenhor Pizarro e Araújo. In: RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Op. Cit., p21.

²⁷⁶ Na década de 1820, o café era o terceiro produto nas exportações brasileiras, vindo logo após o açúcar e o algodão, com 18,4% do total. No período seguinte estes índices foram revertidos completamente. Nossa produção passou de 3.178 sacas exportadas (18,18% do total mundial) entre 1821 e 1830 para 53.326 sacas (56,63% do total mundial) entre 1880 e 1890. Dados fornecidos por: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 4ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1999, p 143. Sobre as fases do café, Stein defende uma cronologia que vê na década d 1850/60 o ápice da chamada civilização do café e, por decorrência, a década de 1870 já vislumbria a decadência desta cultura devido ao empobrecimento dos solos, pouca tecnologia e fechamento da área de fronteira agrícola. Contrastando com esta interpretação e partindo de dados sobre a importação de escravos pelo município, Robert Slenes defende que, nas décadas de 1870/1880, produção do cafeeiro se encontrava em franca expansão. Ver: STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit e SLENES, Robert. “Grandeza ou Decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888” In: NERO, Iracy Del (org). *Brasil: História econômica e Demográfica*. SP: IPE-USP, 1986, pp103-157.

movimento populacional se deu impulsionado por dois fatores principais: a concessão de sesmarias, feitas pela Coroa Portuguesa em reconhecimento por serviços a sua Majestade, e a posse, derivada da intensa movimentação territorial e financeira na região mineradora aliada à alta demanda por terras numa zona de fronteira agrícola aberta.²⁷⁷ A convivência entre posseiros e sesmeiros, que inicialmente foi pacífica, tendeu a se acirrar na medida em que as áreas de expansão agrícola foram se escasseando e os litígios pela posse de terras se intensificando. O resultado de tal dinâmica histórica foi uma enorme concentração de terras, escravos, poder político-militar e prestígio social nas mãos de poucas famílias. No caso de Paty do Alferes, os núcleos mais privilegiados foram os Ribeiro de Avellar e os Werneck, pertencentes à mesma família de origem e pioneiros na ocupação da região, tendo chegado, ainda, no século XVIII.²⁷⁸

Como se pode verificar, desde tempos coloniais, a terra era um fator de produção que estava disponibilizado no mercado pois, na maioria das vezes, a sesmaria podia ser alienada ou alugada por seus titulares. Desta forma, mesmo se tratando de uma apropriação política, concedida através de merecimento militar ou benefícios ao poder público, a sua transmissão ocorria através da venda, mesmo que de parte do terreno.²⁷⁹ Portanto, a terra não se constituiu, ao longo do tempo, em um bem ilimitado e acessível a todos. Colocando-

²⁷⁷ A concessão de sesmarias foi abolida em 1822 quando se instituiu o reconhecimento legal das posses. STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit.

²⁷⁸ Idem, Ibidem. Como o estudo de Stanley Stein abrange o município de Vassouras ao qual, após 1833, a vila de Paty do Alferes será incorporada, o autor aponta outras famílias de grande importância. A saber, em Conceição e Ferreiros – os Correia e Castro; em Sacra Família – os Pais Leme; na cidade de Vassouras – os Teixeira Leite; tendo ainda num segundo escalão os Avelar e Almeida, os Araújo Padilha e dentre outros. Sobre a família Werneck consultar o trabalho do historiador SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984. Para uma abordagem mais memorialista ver: MORAES, Roberto Menezes de. *O Casal Furquim Werneck e sua descendência. Vassouras*. Op. Cit. Nesta obra, o autor comprova o parentesco dos Ribeiro de Avellar e dos Werneck. Veja, ainda, CASTRO, Maria Werneck de. *No Tempo dos Barões*. SP: Bem-te-vi, 2004.

²⁷⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Op. Cit., p121. No sub-capítulo “Em busca da autonomia”, a autora discute questões ligadas ao “cativeiro da terra” e a noção de que, na colônia, a terra não era tida como um bem plenamente comercial. Da mesma forma critica também a “visão da terra livre”,

se neste debate, Hebe Mattos demonstrou que os critérios de liberdade e propriedade podiam estar imbricados na sociedade colonial e oitocentista, tanto no que se referia à propriedade de terras, quanto a de homens. Assim, através da história de vida do lavrador Domingos Vieira de Carvalho, demonstra que este era considerado proprietário de um sítio de roças de mandioca por seu filho, sem que o fosse legalmente. Na verdade, sua única propriedade era uma escrava. Assim, o reconhecimento social de uso da terra estava respaldado por favores, relações pessoais e familiares historicamente constituídas na região que lhe garantiam o acesso a tal.²⁸⁰ E, em se tratando de grandes fazendeiros, o critério de concessão de sesmarias podia se aliar ao de posse de terras consolidada e legitimada ao longo de gerações, como foi o caso do núcleo Ribeiro de Avellar.

A análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco em trabalho pioneiro sobre os *homens livres na ordem escravocrata*, enfatiza a pluralidade de condições e de relações que este grupo social podia constituir com os grandes proprietários rurais ao nível de relações de compadrio, vínculos pessoais, favores prestados, interesses eleitorais, arrendamento de terras e/ou instrumentos de trabalho. A autora, assim como Stanley Stein e Warren Dean, enfatiza a pouca oferta de terras como favorecedora de um pequeno grupo de ricos proprietários que exercia seu poder, autoridade e controle político sobre um certo número de homens pobres.²⁸¹ No entanto, estende a influência destes poucos senhores não só aos arrendatários e sitiantes que se dedicavam à agricultura em suas terras, mas também a vendeiros, tropeiros e comerciantes de pequeno porte com negócios da região.²⁸²

demonstrando que, no Brasil escravista, havia limites como as populações indígenas e o próprio meio ambiente que dificultaram a expansão européia.

²⁸⁰ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Op. Cit., p31.

²⁸¹ Stanley Stein estudou o sistema da grande lavoura em Vassouras e Warren Dean desenvolveu trabalho semelhante para Rio Claro, região do vale do Paraíba paulista. Ver: STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit.

²⁸² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª edição, SP: Unesp, 1997, mais especificamente o capítulo “A Dominação pessoal”. Sobre o espaço de sobrevivência dos homens livres

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco, os vínculos pessoais constituídos entre os chamados agregados e os grandes proprietários locais dificultavam a possibilidade de um existir politicamente autônomo, ao mesmo tempo em que legitimava a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco.²⁸³ Observando a questão sob outro ângulo, José Murilo de Carvalho enfatizou que o voto era um importante instrumento de barganha dos homens pobres. Apesar do voto censitário, o número de eleitores no Império era considerável se comparado a outros países. A renda mínima anual exigida para os votantes, de acordo com a constituição de 1824, era de 100\$000 réis, relativamente pequena para os padrões da época. Além disso, seu controle também obedecia a critérios pessoais e pouco definidos pois, na prática, a Coroa não era eficaz na sua fiscalização. Desse modo, em tempos de eleições, muitos votantes negociavam favores com os chefes políticos locais porque sabiam que a derrota destes grandes proprietários significaria desprestígio e perda do controle de cargos públicos.²⁸⁴ A exemplo deste funcionamento, no Congresso Agrícola de 1878, os senhores de terras se pronunciaram a favor de eleições diretas e censitárias para a Câmara, argumentando que o nível de participação política vigente era muito oneroso pois lhes obrigava a manter, sob sua proteção, grande número de votantes por interesses eleitorais.²⁸⁵

Desta forma, se por um lado a pouca oferta de terras deixava uma grande parcela da população livre vulnerável as relações pessoalizadas impostas pelos grandes senhores, por

e pobres na ordem escravocrata, a autora lembra que “foi na fímbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a eles relegadas. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades aos trabalhadores livres.” Idem, Ibidem p65.

²⁸³ Idem, Ibidem., p94. Esta afirmação está baseada numa interpretação clássica na historiografia brasileira a qual enfatiza uma relação desigual entre proprietários de terras e seus trabalhadores e agregados. Ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. CCS/A, 1949.

²⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p 33.

outro, acredito que estas mesmas relações pessoalizadas abriam possibilidades de acesso à terra, benefícios e oportunidades de inserção na comunidade local. Obviamente, que não estou defendendo que as partes se colocassem em iguais condições. O caráter violento e desigual destas relações não pode ser desmerecido, contudo os espaços sociais para o desenvolvimento de negociações, barganhas, conflitos e rebeldias devem ser levados em consideração sob pena de encobrir as especificidades destes homens livres e despossuídos e acabar por considera-los uma massa de manobra sem valores e pensamentos próprios.²⁸⁶

Em seu estudo sobre a grande lavoura em Rio Claro, Warren Dean salientou que, os pequenos proprietários faziam parte do restrito eleitorado do Império e assim garantiam a proteção dos grandes senhores e o direito de servirem na milícia. Entretanto, ao efetivarem estes laços de solidariedade, também estavam obrigados a perseguir escravos fugidos, montar guarda em dia de eleição e outras dívidas de obediência.²⁸⁷

A elevação de Paty do Alferes em vila tendeu a acirrar a interdependência e os favorecimentos entre as grandes famílias proprietárias, pioneiras na região, e os homens livres e pobres, seus aliados. O novo estatuto tornava urgente a criação e a construção de uma Câmara Municipal, além da convocação de eleições para os cobiçados cargos de: juiz de fora (1) ou juiz ordinário (2), vereador (3), procurador (1), almotacé (2) e escrivão (1). O surgimento deste espaço privilegiado de negociação e disputa política entre as elites locais fazia com que seus integrantes buscassem fortalecer seus laços de dominação no sentido de

²⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª ed, RJ: Civilização Brasileira, 2003, p 396

²⁸⁶ A discussão desta questão no tocante aos escravos é apresentada por REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: e resistência negra no Brasil escravista*. SP: Cia das Letras, 1989.

²⁸⁷ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 – 1920*. SP: Paz e Terra, 1977.p35. Segundo o autor, “os fazendeiros recebiam em suas propriedades certo número de trabalhadores destituídos de terras. Os que adquiriam certa estabilidade chamavam-se agregados, como os parentes dependentes das famílias de pequenos proprietários, mas, neste caso, com a característica de serem “servidores”. (...) Havia ainda a população flutuante de trabalhadores de posição precária – os camaradas –

mobilizar um maior número de aliados para vencer as eleições, assegurando, assim, seus privilégios. Como demonstra José Murilo de Carvalho, esta relação de favorecimentos mútuos os quais incluíam o voto na pauta de negociação o transformavam em moeda de troca, ato de obediência ou, na melhor das hipóteses, fruto de uma expressão de gratidão e lealdade.²⁸⁸ No caso do núcleo Avellar não foi diferente. Tendo participado ativamente da política local e da Guarda Nacional, outro importante espaço de disputa político-social do Império, seus integrantes conseguiram legitimar suas concessões e posses de terras nas localidades conhecidas como Pau Grande, Ubá e Guaribu e conquistaram um invejado prestígio social.²⁸⁹

Após o decreto de D. João, foram iniciados os preparativos para a festa de elevação de Paty do Alferes em vila. Um mutirão de escravos, emprestados pelos grandes fazendeiros, cuidou da limpeza e assoreamento dos caminhos que ligavam ao arraial, nivelou as valas para escoamento das águas, construiu novos ranchos para recolher as montarias e servir as refeições daqueles que se demorassem no local. Na casa escolhida para servir de sede da Câmara providenciou-se a limpeza dos cômodos, decoração e mobiliário, sendo exibida, na mesa central, uma rica toalha de damasco de seda vermelha. Em pouco tempo, o tão esperado dia havia chegado. Os grandes proprietários das freguesias próximas apontavam em suas melhores montarias e indumentárias pelas estradas do Pau

contratados para determinadas tarefas ou para ajudar na colheita. Nenhum desses grupos era empregado para tarefa regular na plantação, sendo utilizados somente para certas tarefas especiais “.

²⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Op. Cit., p 35.

²⁸⁹ “O baronato era uma marca registrada dos grandes cafeicultores do RJ e de SP. Segundo os cálculos de Lamego, 300 deles eram titulares; a grande maioria barões. Os Leite Ribeiro de Vassouras, por exemplo, tinham 8 barões e 2 viscondes na família. No mesmo município, os Werneck tinham 5 barões e os Avellar 6 barões e 3 viscondes. Quase todos os Breves, os reis do café no RJ, eram barões. Mas de todos apenas 1 foi ministro. A distribuição de títulos atendia a sugestão de Justiniano da Rocha de aproximar os proprietários da monarquia. Mas, freqüentemente, em vez de cooptação era tentativa de compensação”. CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombras*. Op. Cit., p 258.

Grande, Sant'Anna e Sacra Família, acompanhados de seus pajens e muitos curiosos.²⁹⁰ E, finalmente, em 23 de fevereiro de 1823, na presença do Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Joaquim José de Queiroz, ocorreram as solenidades de fundação da vila de Paty do Alferes e a posse dos componentes da primeira Câmara Municipal.²⁹¹ Foram empossados para o período de 1821 a 1823, os seguintes nomes: Antonio Gomes da Cruz, Manoel João Goulart, Capitão José Lopes França (vereadores), Alferes José de Souza Vieira (procurador) e Capitão-mor Manoel Francisco Xavier e o Capitão Francisco das Chagas Werneck (juizes ordinários).²⁹²

A importância sócio-política atribuída ao evento procurava refundar uma lógica do espetáculo inspirada em cerimoniais da Corte portuguesa. Mesmo sem estar presente, o primeiro imperador se fez representar através de uma burocracia real a quem era delegada a função de “olhos do rei”, perpetuando, assim, a noção de amplitude do domínio real que pretendia se estender até mesmo as localidades mais distantes.²⁹³ Mais tarde, estes valores simbólicos seriam resignificados por D. Pedro II de uma forma muito mais eficaz, seja através das viagens às províncias distantes, seja através de imagens perpetuadas em fotografias, pinturas, moedas e estátuas.²⁹⁴ Entretanto, apesar de toda a pompa inicial, a

²⁹⁰ MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras/ Rio de Janeiro: 1993, pp 15, 16.

²⁹¹ *Apud* WERNECK, Lacerda. O *Vassourense*. 31 de dezembro de 1893. In: RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Op. Cit., p 21. Sobre a data da solenidade de fundação da vila há controvérsias, enquanto Raposo aponta 23 de fevereiro de 1821, Antonio Martins afirma ser 21 de fevereiro do mesmo ano. A primeira câmara eleita (1821-1824) foi composta pelos procuradores Antonio Gomes da Cruz, Manoel João Goulart, Capitão José Lopes França, o alferes José de Souza Vieira e os juizes ordinários Capitão-mor Manoel Francisco Xavier e o Capitão Francisco das Chagas Werneck. Sobre as composições das câmaras de Paty do Alferes e Vassouras consultar: MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império*. Op. Cit.

²⁹² Idem, *Ibidem*.

²⁹³ VIVES, Vences. “a administração estadual nos séculos XVI e XVII. In: HESPANHA, Antonio Manuel (org). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. BALANDIER, George. *Poder em Cena*. Brasília: Editorial Universidade de Brasília, 1982.

²⁹⁴ Sobre a utilização de bens simbólicos na política consultar: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. SP: Cia das letras, 1983; BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Op. Cit., e BURKE, Peter. *The Fabrication of Louis XIV*. New Heaven and London, Yale University press, 1992. No caso específico de D. Pedro II ver:

recém criada vila não teve o desenvolvimento esperado nos anos que se seguiram e “não passou das quatro casas edificadas antes de sua fundação”.²⁹⁵ Desse modo, em 15 de janeiro de 1833, sob o comando político da Regência Trina, foi assinada a extinção daquela vila nos seguintes termos: “fica extinta a vila de Paty do Alferes e em seu lugar ereta em vila a povoação de Vassouras compreendendo no seu termo as freguesias de Sacra família e Paty do Alferes”.²⁹⁶

Vassouras, assim como Paty do Alferes, tinha sido ocupada a partir da decadência da mineração. Em seus primeiros anos, a produção era diversificada (mandioca, feijão, banana e porcos) e levada para a capital através das estradas do Comércio (1813) e da Polícia (1820), à margem das quais nasceram as primeiras culturas dos cafeeiros, ainda na década de trinta.²⁹⁷ Na verdade, a introdução dos cafezais na região é anterior e sua origem está ligada aos tropeiros que transitavam entre os centros da mineração e a capital e plantaram as primeiras mudas de café ao longo do Caminho Novo como forma de garantir alimento em futuras paradas. O grande florescimento de Vassouras acabou influenciando alteração do centro político e facilitando a exploração do café na região que já, em 1836, alcançava o índice de 300 mil arrobas exportadas.²⁹⁸

A decisão regencial veio satisfazer interesses políticos e econômicos das famílias Teixeira Leite e Correia e Castro, que enriquecidas com a mineração, haviam se instalado

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador*. Op. Cit.; LACOMBE, Lourenço Luiz. “Prefácio” In: D. Pedro II: viagens pelo Brasil, Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859. RJ: Bom Texto Editora/ Letras & Expressões, 2003.

²⁹⁵ Artigo 4º do decreto de 15 de janeiro de 1833, assinado por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz In: RAPOSO, Ignácio, *História de Vassouras*. Op. Cit.

²⁹⁶ Idem, Ibidem.

²⁹⁷ STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit., p10. Segundo o autor, “três acontecimentos se conjugaram para completar o povoamento de Vassouras no último quartel do século XVIII e no primeiro do século XIX: a exaustão das Minas ao norte, a expansão da cultura do café e a eliminação de pequeno grupo de índios coroados na região atualmente ocupada por Valença na margem norte do Paraíba”.

²⁹⁸ Idem, Ibidem., p30.

na região de Vassouras, na virada do século, após a escassez do ouro.²⁹⁹ A princípio, a mudança do centro político da província para Vassouras poderia significar que o poderio político de suas “melhores famílias”, incluindo os Avellar, teria sido abalado. Entretanto, é curioso ressaltar que, todos os vereadores da Câmara de Paty do Alferes concordaram com tal medida em votação unânime dos presentes, dentre eles nosso Joaquim Ribeiro de Avellar, futuro barão de Capivary.³⁰⁰ Ao que parece, percebendo que a transferência era inevitável devido ao crescimento mais acelerado da povoação vizinha, o melhor a fazer politicamente era somar forças. Desta forma, a Câmara foi transferida para Vassouras e os mandatos dos vereadores eleitos mantidos. Na época, compunham esta casa do legislativo sete vereadores e quatro suplentes dos quais três pertenciam ao núcleo Avellar: Joaquim Ribeiro de Avellar, proprietário da fazenda Pau Grande, seu sobrinho Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, dono das terras do Guaribu³⁰¹ e seu irmão Francisco Ribeiro de Avellar, dono da fazenda do Japão, que, na ocasião, atuava como suplente.

Como se pode ver, a estratégia política de apoio à mudança da sede havia funcionado. O poderio desta família se manteve fazendo com que os membros da casa Avellar se revezassem em importantes postos da política local. Joaquim foi eleito para a presidência da Câmara e Francisco para juiz de paz, sem falar dos irmãos Paulo e Manoel Gomes Ribeiro vencedores do pleito para vereador em 1841. Os títulos de nobreza e as condecorações vieram em pouco tempo através de fartas contribuições filantrópicas ao

²⁹⁹ No caso dos Teixeira Leite, o barão de Ayruoca, antigo minerador, foi o primeiro do ramo a se instalar na região tendo trazido, posteriormente os sobrinhos Francisco José e Joaquim José Teixeira Leite.

³⁰⁰ A presente decisão foi aprovada na Câmara, por unanimidade, com os votos dos seguintes vereadores: Laureano Corrêa e Castro, Francisco das Chagas Werneck, Pacheco de Melo e Vasconcelos e Joaquim Ribeiro de Avellar, presentes a sessão. MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op. Cit., pp 14-20. Decidiu-se também que as primeiras construções da nova vila de Vassouras seriam o pelourinho, a cadeia pública e a nova Câmara Municipal.

³⁰¹ *De quando de sua morte, em 1886, o barão do Guaribu possuía as fazendas Guaribu, Antas, Boa União, Encantos e Guaribu Velho que foram deixadas a Manoel, Luís e João Gomes Ribeiro de Avellar. Ver:*

erário público, legitimando uma prática antiga de agregar poder político e prestígio social.

Observe a tabela abaixo:³⁰²

Joaquim Ribeiro de Avellar (Barão do Capivary em 1847, com grandeza em 11/10/1848, falece em 2/6/1863) - Fazenda Pau Grande	• 1833/1836, vereador • 1833/1836, vereador suplente • 1841/1844, vereador suplente • 1844/1845, coronel da Guarda Nacional e deputado na Assembléia Provincial na terceira legislatura. • Grande do Império, Comendador da Ordem da Rosa
Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar (Barão do Guaribu em 31/7/1860, falece em 4/9/1863) - Fazenda Guaribu	• 1833/1836, vereador • 1833/1836, vereador • Imperial Ordem de Cristo, Imperial Ordem da Rosa, Guarda Roupas de S. M. D. Pedro II.
Francisco Ribeiro de Avellar - Fazenda do Japão	• 1826, sargento-mor • coronel instrutor da guarda miliciana • 1833/1836, vereador • 1841, Juiz de Paz
Paulo Gomes Ribeiro de Avellar (barão de São Luiz em 23/10/1861, falece em 5/7/1870) - Fazenda	• 1841/1844, vereador • 1849/1852, vereador • 1857/1860, vereador • 1852, comando superior da Guarda Nacional • Comendador da Imperial Ordem de Cristo, Imperial Ordem da Rosa, Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real de Portugal (Portugal)
Manoel Gomes Ribeiro de Avellar - Fazenda da Glória	• 1841/1844, vereador suplente • 1848, chefe da legião da Guarda Nacional • comendador da Imperial Ordem de Cristo
João Gomes Ribeiro de Avellar (Visconde da Parahyba em 1848, falece em 12/1/1879) - Fazenda Boa Vista	• 1836/ 1837, deputado na Assembléia Provincial na primeira legislatura. Foi ainda reeleito para a 15ª e 16ª legislaturas. • Foi chefe do Partido Liberal de Paraíba do Sul.

Inventario Barão do Guaribu. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, CAIXA 322. Inventariado Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, Inventariante barão da Paraíba.

³⁰² Tabela abaixo foi construída considerando-se somente os membros da família Avellar. Não foram incluídos, portanto, outras famílias ligadas à parentela como os Werneck. Para tanto, utilizei: MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op. Cit.; VASCONCELOS, barão de & SMITH, de Vasconcelos (org). *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Op. Cit.; RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Op. Cit. e *Relação dos deputados a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas legislaturas de 1836 a 1928 de acordo com a lei nº 1.394 de 22/10/1917* (documento encontrado no Arquivo Público do Estado do RJ) e CASADEI, Thalita de Oliveira. *Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza*. Op. Cit., pp11-54. Segundo Antônio Martins, em 2 de dezembro de 1834, Joaquim Ribeiro de Avelar na qualidade de presidente da Câmara proferiu um discurso defendendo o Ato Adicional e a autonomia das províncias.

	• 1838, tenente-coronel da Guarda Nacional • 1847, coronel chefe do Estado Maior da 8ª legião, municípios de Valença e Paraíba do Sul. • 1848, presidente da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. • 1852, coronel comandante superior da Guarda Nacional de Paraíba do Sul e Petrópolis • 1879, coronel da Guarda Nacional de Paraíba do Sul e Petrópolis. • 3º. Vice Presidente da província do Rio de Janeiro. • Grande do Império, Dignatário da Ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo.
Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar - Fazenda Boa Sorte	• 1857/1860, vereador suplente • capitão da Guarda Nacional
Joaquim Ribeiro de Avellar (Visconde de Ubá em 14/3/1887) - Fazenda Pau Grande	• 1849, tenente-coronel da Guarda Nacional • 1855, jurado eleitor e comandante do batalhão da Guarda Nacional.³⁰³ • Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, sócio correspondente do IHGB.
Antonio Gomes Ribeiro de Avellar	• 1877, tenente-coronel da Guarda Nacional

Como se vê, a casa Avellar manteve uma efetiva ocupação de cargos na política local até, pelo menos, a década de 1860. Estas responsabilidades os envolvia diretamente nas questões referentes ao orçamento municipal e levantamento de fundos para obras públicas, inclusive, através de contribuições privadas. Por exemplo, em 1844, Joaquim Ribeiro de Avellar declarava publicamente que abria mão de seus subsídios na Assembléia Provincial, no valor de 11:000\$000, para os cofres Vassourenses. A doação foi entregue por Domingos Alves da Silva Porto, seu comissário de café no Rio de Janeiro, ao deputado Paulo Gomes Ribeiro de Avellar sob autorização da Câmara. O restante do dinheiro, destinado à construção de bicas públicas para o fornecimento de água, foi conseguido

³⁰³ Carta de José Maria Velho da Silva a Mariana Velho de Avellar. Babilônia, 6ª. feira, 30 de março de 1855. (Coleção Particular 2).

através de subscrição popular até alcançar o valor total de 13:000\$000.³⁰⁴ A sobreposição dos espaços público e privado no orçamento municipal também pode ser percebida durante a visita de D. Pedro II a Vassouras, em 1848. Devido às dificuldades financeiras para a recepção do Imperador, na sessão da Câmara de 5 de janeiro de 1848, ficou decidido que as mesmas seriam repartidas entre os principais fazendeiros da região, dentre eles: o Barão de Capivary e o Barão do Guaribu.³⁰⁵

José Murilo lança mão do conceito de “dialética da ambigüidade” para caracterizar a dinâmica das relações entre os proprietários rurais e a burocracia imperial, demonstrando que em vários momentos os interesses da Coroa e da classe proprietária rural entraram em descompasso durante o segundo reinado. No que concerne às contas públicas e ao controle orçamentário, por exemplo, defende que, por diversas vezes, o governo central procurou atender aos interesses agrários (construção de ferrovias e facilitação de créditos agrícolas), quando estes caminhavam na direção de trazer vantagens à economia de exportação, principalmente o café. Entretanto, o mesmo não se verificou em relação às despesas com justiça, administração do governo central, educação, obras de infra-estrutura e assistência pública, principalmente nas províncias. Nestes casos, o orçamento reduzido destinado pelo Governo era complementado por contribuições privadas para a construção e funcionamento de escolas, cemitérios, abrigos, etc; perpetuando um entrelaçamento das esferas pública e privada, e fortalecendo, ainda mais, o poder daqueles que a financiavam. Como

³⁰⁴ RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. . Op. Cit., p53.

³⁰⁵ Ainda participaram das doações no valor total de 6:175\$000: Caetano de Souza Vieira, Laureano Correia e Castro, Francisco José Teixeira Leite, Evangelista Teixeira Leite, Carlos Teixeira Leite, Joaquim José Teixeira Leite e Dona Francisca Elisa Xavier, dentre outros. A hospedagem, as festas e solenidades de recepção do Imperador também foram custeadas com recursos próprios dos principais proprietários. O reconhecimento por tais atos foi feito através da distribuição de títulos de nobreza, comendas das ordens de Cristo, Rosa e Cruzeiro e concessão de grandeza de nobiliárquica. *Apud* Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 20 de março de 1848 In: Idem, *Ibidem*, p 66 . Sobre a visita do Imperador ver: TELLES, Augusto C da Silva. *Visita de D. Pedro II a Vassouras*. . Op. Cit.; CASADEI, Thalita de Oliveira & OLIVEIRA, Luiz da Silva. *Concessão de graças honoríficas e títulos de nobreza*. . Op. Cit., pp11-54.

metaforizava visconde Uruguai, “a burocracia do Estado era macrocefálica: tinha a cabeça grande mas os braços muito curtos. Agigantava-se na Corte mas não alcançava as municipalidades e mal atingia as províncias”.³⁰⁶

Esta situação foi recorrente durante todo o Segundo Império. Mesmo as províncias mais ricas, como era o caso de Vassouras, apresentavam o problema da falta de recursos e buscavam a superação deste impasse através do apelo direto ao patrimônio particular do cidadão comum ou do próprio servidor público. Em viagem a Vassouras nos dias 17,18 e 19 de fevereiro de 1848, o Imperador D. Pedro II ficou hospedado na casa do vereador Pedro Correia e Castro o qual fez questão de arcar com todas as despesas referentes à estada do soberano. Como resultado de tão solene visita, D. Pedro doou dois contos de réis para a construção de um chafariz parietal e distribuiu uma série de concessões honoríficas e títulos para aqueles que tão bem o receberam. Pedro Correia e Castro foi feito barão com grandeza do Tinguá e, em retribuição, arcou com a construção da Santa Casa da Misericórdia de Vassouras no valor de dez contos de réis, importância cinco vezes maior do que a contribuição do Imperador.³⁰⁷

Esta política de distribuição de recursos levada a cabo pelo Estado Imperial favorecia os cafeicultores em um duplo aspecto. De um lado, buscava incentivar medidas que trouxessem um desenvolvimento econômico, como a concessão de créditos agrícolas e a construção de ferrovias, que auxiliasse no fortalecimento da produção cafeeira. De outro, ao não ocupar este espaço a nível local no tocante às províncias, a Coroa deixava um vazio que era preenchido pelos grandes senhores de terras e homens que o almejavam em troca de prestígio social, aquisição de títulos e privilégios políticos. A distribuição de nobiliarquia

³⁰⁶ *Apud* Visconde de Uruguay In: CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombras*. Op. Cit., p 418.

³⁰⁷ CASADEI, Thalita de Oliveira. *Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza*. Op. Cit., pp11-54.

parece ter sido o mais comum mecanismo de compensação pois 14% de todos os títulos conferidos por D. Pedro II foram a fazendeiros de café. Conferira a tabela abaixo:³⁰⁸

Ano	Barões do café	Total dos barões	Total de todos os títulos
1840-49	15	61	70
1850-59	20	75	92
1860-69	35	127	133
1870-79	51	192	204
1880-89	-	347	372
Total	121	802	871

Apesar do entrelaçamento entre as esferas pública e privada acima abordado, foram poucos os “barões do café” que ocuparam cargos importantes na política ou na alta burocracia nacional. Numericamente, é possível reafirmar esta idéia porque apesar de constituírem 77% dos titulados por D. Pedro II, os barões representaram somente 14% dos ministros do Segundo Reinado que possuíam títulos. Como lembra José Murilo de Carvalho, “os Werneck tinham cinco barões e os Avelar seis barões e três viscondes. Quase todos os Breves, os reis do café do Rio de Janeiro, eram barões. Mas de todos esses apenas um foi ministro”.³⁰⁹ Contudo, um estudo mais apurado das correspondências de cunho político pertencentes à coleção da família Ribeiro de Avellar revela que, mesmo não ocupando as mais altas posições na política central, os grandes proprietários de terras e homens se viam, direta e indiretamente, ligados a ela no seu cotidiano.

Nos meses que antecederam as eleições provinciais de 1860, o barão de Capivary recebeu algumas cartas do visconde de Abaeté importante político e, na época senador do Império, pedindo seu apoio à reeleição do candidato Jerônimo José Teixeira Jr. para a Assembléia Provincial. Antônio Paulino Limpo de Abreu, considerava a influência do

³⁰⁸Fonte: STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. . Op. Cit, p147. Outras tabelas sobre a quantidade os titulados no Brasil são oferecidas em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Como ser nobre no Brasil” In: *As Barbas do Imperador*. Op. Cit., pp159-207.

barão um “valioso apoio” e tentava reverter o que chamou de “hostilidade política” da Câmara de Vassouras em relação a seu protegido.³¹⁰ As amizades e solidariedades políticas entre os dois eram antigas e podem ser rastreadas no ano de 1849. Limpo de Abreu havia sido uma figura importante na conquista do baronato por Joaquim Ribeiro de Avellar, como narrou, na ocasião, seu correspondente na Corte: “Mandeí entregar as suas cartas (solicitação do título de barão ao Imperador). Paulino me disse que havia já recomendado ao ministro da justiça as suas lembranças”.³¹¹ Desta forma, o barão de Capivary garantiu o apoio solicitado para o pleito de 1860 em nome das velhas relações e foi, prontamente, retribuído pelo visconde que se despediu do cafeicultor com considerável afeição:

(...) contribuindo assim para a reeleição desse distinto candidato fará também um obséquio muito especial a quem é com a maior consideração e estima

De Vmce

Amigo muito obrigado e altivo

*Visconde de Abaeté.*³¹²

O próprio candidato Jerônimo José Teixeira Jr. também lhe escreveu em agradecimento. Em poucas palavras, se comprometia a não esquecer os serviços prestados e aproveitava para ressaltar a força política local do barão e a importância de seu apoio para a sua candidatura: “Sabendo o quanto vale a vossa influência (...) não porei-me como ingrato

³⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombras*. . Op. Cit., p 258.

³¹⁰³¹⁰ Carta de Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) ao Barão de Capivary. 14/10/1860. (Arquivo Nacional, Fundo 05, Fazenda Pau Grande, série 2 (Barão de Capivary), subsérie 1, microfilme 019-96, notação 18). O Visconde de Abaeté (Lisboa 1798/ RJ 1883) era formado em direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado, senador e presidente de província por Minas Gerais, Membro do Conselho do Estado desde 1848, Ministro do Império, da justiça, dos Estrangeiros, da Fazenda e da Marinha, presidente do Conselho de Ministros em 1858 e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Sua posição política estava afinada com o Partido Liberal e esteve em Vassouras durante a visita do Imperador, em 1848. Foi Grande do Império, possuía a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e da Ordem do Cruzeiro. Ver: CASADEI, Thalita de Oliveira. *Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza* . Op. Cit., p21.

³¹¹ Carta de Domingos Alves da Silva Porto a Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1848. (Coleção Particular 2).

³¹² Carta de Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) ao Barão de Capivary. 14 de outubro de 1860. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 18.

facultando-me a sua poderosa coalizão”.³¹³ Nas eleições seguintes, foi a vez do visconde do Uruguai utilizar seu prestígio político de Membro do Conselho de Estado e chefe do Partido Conservador para garantir alguns nomes na Assembléia Provincial.

Rio, 7 de Janeiro de 1862.

Illm Sr Barão de Capivary,

Por mais que seja de me envolver em eleições, pelos dissabores que me tem dado e de incomodar os amigos, não há remédio senão incomodar os bons para servir a outros. Vou rogar que empregues os valiosos meios ao seu alcance a fim de que sejam ali bem votados para a Assembléia Provincial os seguintes candidatos, os quais todos já tem sido deputados provinciais e bons. Ao menos não hão de votar para desperdícios: Dr. Luis Alves de Azevedo Macedo; Dr. Francisco Antonio de Souza; Manoel Ribeiro de Almeida Jr; Dr Bernardino Alves Machado; Dr José Francisco Viana e Dr Jerônimo Severiano Barrão.

Pretendia fazer uma chapa mas eram tantos os candidatos e tantos os protetores querendo sucintos municípios meter 2 ou 3 que não foi possível haver acordo. Não há mais disciplina! Estou convencido de que o resultado da eleição há de ser péssimo e nunca esta infeliz prova precisou mais de uma boa Assembléia.

Creia-me sempre.

Amigo ativo e obrigado,

*Visconde de Uruguay.*³¹⁴

Em sua carta, José Paulino Soares de Sousa transparecia uma certa irritação com o funcionamento da atual política, apesar de ter sido um dos responsáveis pela centralização político-administrativa do Segundo Reinado.³¹⁵ Sua principal reclamação era que, devido a interesses locais, muitos nomes foram apresentados para a Assembléia Provincial ficando impossível consolidar uma chapa forte que concorresse com a certeza da vitória. Em seu

³¹³ Grifos meus. Carta de Jerônimo José Teixeira Jr. ao Barão de Capivary. 6 de outubro de 1860. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 45.

³¹⁴ Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai) ao Barão de Capivary. Rio, 7 de janeiro de 1862. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 74.

³¹⁵ Sobre a centralização política e administrativa do Império e o papel da Trindade Saquerema neste processo ver: MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. . Op. Cit. O poder político do patriarca Avellar também pode ser estudado através da Carta de Julio Aciole de Brito ao Barão de Capivary solicitando apoio a sua candidatura para deputado provincial. Petrópolis, 20 de novembro de 1861. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 64.

pequeno desabafo, o visconde apresentava a política de Conciliação, desenvolvida a partir de 1853 pelo ministério do marquês de Paraná, de forma dinâmica ressaltando que, os interesses centrais (em sua narrativa, confundidos com seus próprios interesses) eram a todo instante renegociados com os poderes locais.³¹⁶ Desse modo, ele se via obrigado a “incomodar os amigos” para pedir que utilizassem seus “valiosos meios” a fim de reeleger seus indicados. Por outro lado, estar no rol de “amigos” e ser considerado uma pessoa de influência política pelo visconde de Uruguai demonstram, por si só, o prestígio e o cabedal político do barão de Capivary e da Casa Ribeiro de Avellar. Vale acrescentar ainda que, considerando-se o jogo da política imperial, estes favores políticos prestados poderiam ter sua contrapartida cobrada na hora em que o cafeicultor julgasse necessário.

A análise da documentação de cunho político pertencente ao barão de Capivary, encontrada no Arquivo Nacional, foi feita em dois eixos principais. Primeiramente, a leitura e reflexão crítica do material encontrado e, em segundo lugar, o volume de cartas e escritos deixados. O que a combinação destes campos me leva a supor é que, após a transferência da Câmara para Vassouras e do crescimento dos negócios do café nos anos de 1850/60, tanto o barão, quanto seu filho e sucessor passaram por um processo de enriquecimento. Contudo, a manutenção da Casa Ribeiro de Avellar no círculo da elite política vassourense foi garantida através da preservação de um poder econômico que se traduzia num bom número de dependentes votantes, sem que fosse preciso uma atuação direta através da aquisição de cargos para si na política local, e num relacionamento cordial com seus pares. Em relação a este último aspecto, faziam parte do ciclo de amizade dos Ribeiro de Avellar, tanto

³¹⁶ No que concerne à política imperial consultar também: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Op. Cit. E, do mesmo autor, *Teatro de Sombras: a política imperial*. Op. Cit. Neste último, o autor discute as constantes disputas entre o Estado Imperial e os cafeicultores da província do Rio de Janeiro em três diferentes questões: o orçamento imperial, a legislação referente à emancipação dos escravos e a Lei de Terras.

políticos de projeção nacional, quanto os viscondes do Abaeté e do Uruguai aqui apresentados; quanto parentes e amigos provenientes de poderosas famílias estabelecidas na região, como os Teixeira Leite, por exemplo.³¹⁷

Durante quase quinze anos o barão de Capivary e o barão de Vassouras, Sr. Francisco José Teixeira Leite, trocaram correspondências.³¹⁸ Nestas há uma variada gama de assuntos que vão desde a montagem de chapa para as eleições provinciais até alforria de escravos, participação de falecimentos, política nacional, finanças, favores e casamento de parentes. Os correspondentes nutriam uma antiga amizade, consolidada por interesses de classe, que aflorava em despedidas afetuosas, estimas de melhoras de saúde, prorrogações infundáveis de prazos de pagamentos de letras e empréstimos e recorrentes recomendações a familiares de ambas as partes. Ao que tudo indica, esta amizade foi compartilhada pelas gerações subseqüentes, porque na coleção de fotografias dos Ribeiro de Avellar localizei *carte-de-visites* de membros da família Teixeira Leite com dedicatórias bastante afetuosas, o que demonstra que esta reciprocidade de relações de manteve no tempo.

Entretanto, o que impulsionava constantemente o ato de escrever entre estes senhores era a necessidade de tramar os rumos da política local de modo a atender seus desejos particulares.³¹⁹ Depois de dois mandatos como vereador e um na Assembléia Provincial, o então recém titulado barão de Capivary resolveu utilizar sua influência para preparar a entrada de seu filho, Joaquim, na carreira política. Aos 26 anos de idade e tendo estudado Direito na Europa, Joaquim Ribeiro de Avellar foi indicado pelo pai para compor

³¹⁷ Nestes casos acima citados não estou considerando os Imperiais e outras famílias importantes cativados para o círculo de relações dos Avellar através do casamento de Mariana Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar, por não ter encontrado nenhuma documentação explícita que sugira favores no território da política propriamente dita.

³¹⁸ Cartas de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. Vassouras, 9 de agosto de 1848 a 3 de setembro de 1863. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38.

uma chapa partidária nas eleições da Câmara Municipal de Vassouras, em 1848. Para tanto, tinha o apoio do barão de Vassouras e de seu irmão Joaquim José Teixeira Leite, na época, presidente daquela casa legislativa. Algumas destas negociações sobreviveram em cartas trocadas por estes velhos amigos.

Ao Excel Sr. Barão de Capivary,

Cachoeira, 9 de Agosto de 1848.

(...) Ontem estive em Vassouras e combinamos eu e várias pessoas a chapa para vereadores. O mano Joaquim que ficou encarregado de falar a uma das pessoas lembradas para vereador e ver se aceita a nomeação, lhe transmitirá a chapa que espero merecerá sua aprovação. Seu filho vai nela incluída, conforme seu desejo.

Sr. Felício falou-me para ser contemplado nela, mas eu o dissuadi disso, visto morar ele muito longe e não poder vir às sessões. Queira V. Exc. de sua parte convencê-lo desta necessidade. (...)

Disponha com franqueza de quem é com estima

De V. Exc

Amigo respeitoso,

Francisco José Teixeira Leite.³²⁰

A forma com a qual as palavras são depositadas no papel pelos correspondentes demonstra ser a epístola um veículo importante na prática política local podendo, inclusive, viabilizar acertos que eram dificultados pelas longas distâncias. Muitos senhores utilizavam cartas para solicitar aos chefes e membros mais influentes dos partidos locais a indicação de seus candidatos para as chapas eleitorais. Ou, como escreveu Francisco Teixeira Leite, pessoas importantes eram lembradas em reuniões políticas e indicadas pelos principais líderes que depois iam fazer uma “visita de aceite final”.

³¹⁹ Sobre o domínio dos interesses privados na política imperial ver : “Luzias e Ssquaremas: liberdades e hierarquias” In: MATTOS, Ilmar. *O Tempo Ssquarema*. Op. Cit.

³²⁰ Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. Cachoeira, 9 de agosto de 1848. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38.

Dessa forma, de sua fazenda Cachoeira, o então vereador Francisco José Teixeira Leite escrevia ao barão de Capivary narrando sua ida a cidade de Vassouras para acertar os últimos detalhes da chapa que concorreria às próximas eleições e costurava os acordos finais. Dentre as notícias importantes destacava não só o papel de articulador político de seu irmão Joaquim José Teixeira Leite, mas também o seu próprio ao tentar influenciar o Sr. Felício Peixoto de Lacerda a não concorrer ao pleito devido a grande distância de sua fazenda até Vassouras.³²¹ Sua preocupação demonstrava a importância dada ao comparecimento das votações para a manutenção dos interesses da classe senhorial a qual representava. Aproveitava, ainda, para pedir ao amigo que reforçasse esta posição e tranquilizava-o dizendo que o nome de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. já constava dentre os concorrentes. A proximidade das eleições e a urgência nas decisões fizeram com que o barão de Capivary respondesse logo a sua correspondência, no dia 11 de agosto. Sua intenção principal era saber como tinha ficado desenhada a chapa definitiva:

Cachoeira 26 de Agosto de 1848.

*Exc Sr Barão de Capivary,
Amigo e senhor,*

Recebi a sua estimada carta, que V. Exc me dirigiu em data de 11 do corrente e a seu conteúdo cumpre-me responder-lhe que a chapa de vereadores é a mesma com a simples mudança de um nome, isto é, em vez de Simplício entra o Ezequiel.³²² (...)

*Seu amigo,
Francisco José Teixeira Leite.³²³*

³²¹ Na carta apresentada, Francisco José Teixeira Leite referia-se a Felício Augusto de Lacerda, vereador de Vassouras nos mandatos e 1845-1848; 1849-1852; 1877-1880. Portanto, sua tentativa de dissuadi-lo da disputa eleitoral parece ter sido em vão. MARTINS, Antônio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Op. Cit., p118.

³²² Na carta acima apresentada, Francisco José Teixeira Leite referia-se a Ezequiel de Araújo Padilha, vereador de Vassouras nos mandatos de 1849-1852; 1857-1860. Idem, Ibidem, pp 27, 32.

³²³ Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. Cachoeira, 26 de agosto de 1848. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38.

Apesar dos cuidados do pai com sua candidatura e do apoio dos irmãos Teixeira Leite, Joaquim Ribeiro de Avellar não foi eleito vereador de Vassouras para o mandato de 1849 a 1852 e, ao que tudo indica, também nunca ocupou nenhum cargo legislativo seja na Câmara, seja na Assembléia Provincial.³²⁴ O que teria levado Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. a este “limbo político”, considerando-se que este era um espaço privilegiado de poder no Império? A princípio, levantei a hipótese de que seu afastamento de cargos políticos mais evidentes, como era vontade de seu pai, deveu-se à antiga condição de filho ilegítimo.

Todavia, se esta condição de ilegitimidade a qual viveu até 1843 fosse uma marca social tão forte a ponto de, mesmo depois de ser considerado herdeiro universal dos bens do barão e tido sua paternidade reconhecida, o excluir do campo da política acredito que o mesmo teria de valer para o campo social. Neste caso, o casamento com Mariana Velho da Silva não teria sido realizado sob pena da família Velho perder seu prestígio e lugar de poder junto a Corte. Como foi discutido no capítulo anterior, a marca da ilegitimidade de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. foi diluída através de seu alto grau de instrução, comportamento social, riqueza e matrimônio com uma família de renome.

Esta também foi a conclusão chegada pela historiadora Sandra Lauderdale Graham ao fazer o estudo de caso das irmãs Ignacia Delfina Werneck e Francisca Lauriana, pertencentes a uma rica família de fazendeiros da região de Paty do Alferes.³²⁵ Neste trabalho, a autora demonstrou que apesar de possuírem características próximas - ambas solteiras, iletradas e pertencentes à mesma família de origem - estas duas mulheres da elite

³²⁴ Para tal afirmação, usei como base o livro: MARTINS, Antônio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. . Op. Cit.

³²⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Inácia Wills Her Way: Patriarchy Confirmed” In: *Caetana Says No: women’s stories from a Brazilian slave society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

imperial percorreram caminhos distintos.³²⁶ Enquanto a primeira não deixou prole, como era de se esperar em seu estado civil; Francisca Laureana teve um filho de pai não declarado que herdou toda a sua fortuna. O que surpreende nesta história é o fato de seu filho, Felício Augusto de Lacerda, ter sido acolhido por sua família, batizado pela irmã Francisca e, no futuro, ter se tornado uma figura pública proeminente em Vassouras, tendo, inclusive, atuado como juiz de paz além de vereador, conforme citado em uma das cartas de Francisco Teixeira Leite, aqui apresentada.³²⁷

O interessante caso apontado por Graham merece ser mais detalhado em alguns aspectos. Roberto Meneses de Moraes aponta que a criança batizada de Felício Augusto de Lacerda era, na verdade, filho de Francisca Delfina com o cunhado Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, casado com sua outra irmã Anna Mathilde Werneck. Neste caso, a não revelação da paternidade tinha outros aspectos envolvidos. Primeiramente, tratava-se de um homem casado e, portanto, não seria possível reparar o mal feito através da obrigação das partes em contraírem matrimônio. Em segundo lugar, o progenitor envolvido era o marido da irmã. Neste caso, a revelação da paternidade geraria uma desonra social para a família. O silêncio foi a estratégia familiar encontrada a qual mantida até a morte de Francisco P. de Lacerda que, mesmo em testamento, nunca o assumiu como filho.³²⁸

³²⁶ As irmãs Francisca e Ignácia eram filhas de Ignácio de Souza Werneck, importante capitão de milícias da Coroa portuguesa e um dos primeiros ocupadores da região com a missão de civilizar os índios. Segundo Eduardo Silva, o padre Werneck, como ficou conhecido, deixou 13 filhos: Maria do Carmo Werneck, Ignácia Delfina, Luiza Maria Angélica Werneck, Manoel de Azevedo Mattos, Anna Mathilde Werneck, Francisco das Chagas Werneck, Cândida, Francisca Laurina, Isabel Maria da Visitação, Inácio das Chagas Werneck, Joaquina Teodora de Jesus e José de Souza Werneck. SILVA, Eduardo. “Família Werneck no Brasil” In: *Barões e escravidão*. Op. Cit., pp.54, 55.

³²⁷ Carta de Jerônimo José Teixeira Jr. ao Barão de Capivary. 6 de outubro de 1860. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 45.

³²⁸ Francisco Peixoto de Lacerda e Anna Mathilde tiveram somente um filho, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes. Ver: MORAES, Roberto Menezes de. *O Casal Furquim Werneck e sua descendência*. Op. Cit, p 65.

A conclusão de Graham recai na afirmação de que “Felício como bastardo só conseguiu um certo destaque social porque era proveniente de uma família poderosa”.³²⁹ Por outro lado, não são poucas as referências bibliográficas que analisam como a virgindade de mulheres pertencentes às famílias abastadas tinha uma grande importância no que concernia a preservação da honra familiar e do futuro da figura feminina envolvida.³³⁰ Sheila de Castro Faria, analisando esta problemática para o período colonial, afirmou que virgindade e casamento não estavam necessariamente ligados para a população mais pobre, contudo, o mesmo não era verdadeiro para a classe senhorial que detinha prestígio econômico e social. Nestes casos, as noivas ricas deveriam permanecer virgens até o casamento.³³¹ Em se tratando de Ignácia, pode-se dizer que as punições sociais recaíram sobre ela, que permaneceu solteira, mas também sobre Felício que não recebeu o sobrenome Werneck, figurando como seu herdeiro, mas não como descendente.

O caso estudado por Graham reforçou minha suspeita de que a questão da ilegitimidade não poderia ser a explicação principal para o afastamento do futuro visconde de Ubá da política vassourense. No episódio da família Avellar aqui analisado, a recriminação social não era de gênero, pois aos homens eram permitidas relações sexuais quando solteiros. O que estava em questão era um relacionamento amoroso com descendência “fora de sua classe”. Desse modo, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. pode herdar, tanto os bens do barão e de suas irmãs, quanto o sobrenome familiar. Refutada esta primeira hipótese, permanecia a pergunta: por quê Joaquim Avellar Jr. nunca teria

³²⁹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana Says No*. Op. Cit., p111.

³³⁰ Sobre o assunto ver: D’Incao. “Mulher e família burguesa” In: PRIORE (org) *História das Mulheres no Brasil*. 2ªed, SP: Contexto, 1997; COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Op. Cit.; ALMEIDA, A. M. de. *Mães, Esposas, Concubinas e Prostitutas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ed., 1996. No que concerne a história da família no ocidente ver BURGUIÈRE, A. & LEBRUN, F. (org). *Histoire de la famille – le choc des modernités*. Paris: Armand Colin, 1986, GAY, Peter. *A Educação dos Sentidos – A experiência burguesa da rainhaVitoria a Freud*. SP : Cia das Letras, 1988.

participado da política local? Uma possível resposta para esta minha inquietação veio através da leitura de uma das cartas de Joaquim José Teixeira Leite ao barão de Capivary. A princípio, ela não tinha sido incluída na análise por não conter datação precisa, contudo, da imprecisão pude extrair indícios bastante significativos. Vamos a ela:

Ao Ex Sr Barão de Capivary,

(...) Quando apareci entre os eleitores que se estavam reunindo para combinarem a respeito dos candidatos em que se havia de votar, já haviam aprontado o mínimo de votos que devia caber ao protegido de V. Ex o candidato Borges, vendo eu que o vosso Joaquim Ribeiro achava-se satisfeito com esses Algarismos pareceu-me não dever também fazer nenhuma reflexão. Ontem consultei meu sogro a respeito do Comando Superior da Guarda Nacional. Acrescentou meu sogro que se proveito consultara as famílias importantes compreendendo na criação do Comando Superior acerca das pessoas mais idôneas para oficiais e procedera em comprometimento desse consultar por entender que e esse o único meio de obter a comprovação e boa vontade de todos. (...)

Amigo afetuoso,

Joaquim Jose Teixeira Leite. ³³²

O que se percebe ao trabalhar com cartas é que, muitas vezes, os correspondentes não são generosos em suas palavras e explicações. O que quero dizer é que as epístolas são escritas para serem lidas pelas partes interessadas que, na realidade, sabem com detalhes o que está sendo tratado. A economia de informações tem por finalidade evitar a redundância. Do contrário, podemos sentir que a narrativa se estende no intuito de dar uma explicação mais substancial ao outro correspondente e, assim, garantir a continuidade da troca de palavras. É da primeira forma que proponho a interpretação da carta acima: como pertencendo a um conjunto de outras correspondências a respeito das eleições para a Câmara em 1848.³³³ Sendo assim, eram dispensáveis longas considerações visto que os

³³¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Op. Cit, p67.

³³² Grifos meus. Carta de Joaquim José Teixeira Leite ao Barão de Capivary, s/d. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 51. A correspondência entre ambos compõe uma serie de cartas datadas de 30/4/1853 a 28/5/1863.

³³³ Minha proposta também leva em consideração a datação da série de cartas trocadas entre Joaquim José Teixeira Leite e o Barão do Capivary, pertencentes ao Arquivo Nacional.

envolvidos estavam no calor dos acontecimentos. Outro aspecto que me levou a considerar que tal fonte tratava daquelas eleições municipais foi o fato de que Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. entraria para a Guarda Nacional no mesmo ano de seu casamento, 1849. Desse modo, se a carta também trata de sua nomeação para esta instituição só poderia ser de um período anterior.

É possível ler nas entrelinhas que Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. não chegou a concorrer às eleições para a Câmara, em 1848, por vontade própria. Em seu lugar, o barão de Capivary indicou outro “protegido de V. Ex o candidato Borges”. Joaquim José Teixeira Leite, no papel de amigo da família, parecia discordar, mas respeitou a decisão do fazendeiro já que “o vosso Joaquim Ribeiro achava-se satisfeito (...) pareceu-me não dever também fazer nenhuma reflexão”. A carreira política, que no Império trazia poder e prestígio para os membros da classe senhorial, foi substituída pelo desejo de pertencimento à Guarda Nacional. Conquanto, tal troca não significava uma desistência no que concernia à ocupação de um lugar de poder na política local, e sim demonstrava que a política local possuía outras esferas de poder – diferentes da Câmara ou da Assembléia Provincial - que poderiam se justapor ou concorrer. Olhado por este ângulo, o conceito de política se amplia para além da ocupação de cargos legislativos e se estende à Guarda Nacional³³⁴, ao tamanho da terra e as relações pessoais e favorecimentos que esta pode gerar, ao número de dependentes com direito de voto e às afinidades com seus pares e representantes políticos.³³⁵

³³⁴ Segundo José Murilo de Carvalho, “no Império, a Guarda Nacional foi a grande instituição patrimonial que ligou proprietários ao governo”. Os oficiais da Guarda Nacional não apenas serviam gratuitamente à instituição, como pagavam pelas patentes e, freqüentemente, fardavam as tropas com recursos próprios. Com o tempo, a escolha democrática dos oficiais, realizada por meio de eleições, foi sendo substituída pela distribuição de cargos correspondentes a hierarquia social e econômica do candidato. Desta forma, a Guarda Nacional colocava nas mãos do senhoriato o controle da população local. CARVALHO, J. M. de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p145.

³³⁵ MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Op. Cit.

A notícia da desistência de concorrer a Câmara foi relatada juntamente com o pedido de que os arranjos necessários para a entrada na Guarda Nacional fossem feitos. Sobre este aspecto, o empresário Joaquim José Teixeira Leite tranquilizava o amigo dizendo que sua solicitação já tinha sido passada ao sogro, o barão de Campo Bello.³³⁶ Todavia, para que a nomeação de Joaquim Jr. fosse bem aceita pela boa sociedade vassourense e, assim, alcançasse respaldo e legitimidade sociais, era preciso seguir os trâmites constituídos e consultar as partes envolvidas. Desta forma, a resposta final, que acabou sendo positiva, ainda estava por vir e Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. foi nomeado para tenente-coronel da Guarda Nacional no ano seguinte.

A passagem de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. pela Guarda Nacional foi bastante longa. Em 1855, foi empossado comandante do vigésimo terceiro batalhão da instituição e teve sua nomeação noticiada no *Jornal do Commercio*, como escreveu o sogro a filha Mariana em carta de parabenização. Mais tarde, foi condecorado Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial. Tais títulos lhe conferiam prestígio social e influência política local que tendeu a se consolidar após o falecimento do barão do Capivary, quando se apresentou como seu sucessor em termos de riqueza e cabedal

³³⁶ Laureano Correia e Castro, Barão de Campo Belo, casado com Ana Correia e Castro, e irmão do Barão do Tinguá (Pedro Correia e Castro), possuía as condecorações de Cavalheiro da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa. Sua filha, Ana Esméria Correa e Castro, contraiu matrimônio com Joaquim José Teixeira Leite (filho do Barão de Itambé), importante empresário e sócio da Casa Comissionária Teixeira Leite & Sobrinhos. Foi também um dos incentivadores da construção da estrada de ferro D. Pedro II, além de membro da Câmara Municipal de Vassouras e da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. De seu casamento com Ana Esméria nasceram Francisca e Eufrásia Teixeira Leite, além de um menino falecido ainda criança. Dados fornecidos por: FALCI, Miradan & MELO Hildete. “Riqueza e Emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero.” In: *Estudos Históricos*. RJ, n 29, 2002; “Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança” In: [www://abphe.org.br/congresso2003/textos](http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos); CASADEI, Thalita de Oliveira. *Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza* Op. Cit., p33.

político. Em 10 de janeiro de 1866, o advogado Caetano Alves de Souza Figueiras lhe escrevia em busca de apoio à sua candidatura à Assembléia Provincial.³³⁷

O último mandato legislativo do barão de Capivary foi, na Assembléia Provincial, em 1845. A partir da recusa de seu filho de seguir a carreira no legislativo, a participação política dos Ribeiro de Avellar era feita por meio da indicação de candidatos, “seus protegidos” como se referiu o amigo Teixeira Leite, e da candidatura de parentes e amigos próximos que lhes garantiam a defesa e a preservação de seus interesses.³³⁸ Deste modo, mesmo quando já apresentava o cansaço da idade avançada, o barão de Capivary recebia demonstrações de sua importância e influência política na região:

Vassouras, 10 de novembro de 1851,

Meu prezado amigo foi designado o dia 30 do corrente mês para a eleição da nova Assembléia Provincial. É natural que V. Exc venha fazer parte do colégio eleitoral. Se vier muito prazer terei em que V. Exc venha hospedar-se nesta sua casa.

Muito estimorei que V. Exc tenha continuado a gozar de saúde e creio que sou com estima de V. Exc

Amigo muito obrigado,

*Francisco José Teixeira Leite.*³³⁹

Após a morte de sua primeira esposa em 1850, o barão de Vassouras vendeu a fazenda Cachoeira e comprou um palacete na cidade de Vassouras onde se estabeleceu, definitivamente, para se dedicar a suas atividades políticas, de comerciante e banqueiro.³⁴⁰

De sua nova residência, escreveu ao velho amigo oferecendo-lhe estada durante a reunião

³³⁷ Carta de Caetano A de Souza Figueiras para o tenente coronel Joaquim Ribeiro de Avellar. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 499.

³³⁸ Consultar tabela p. 12 deste capítulo.

³³⁹ Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. Vassouras, 10 de novembro de 1851. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38. Na ocasião, seu irmão João Evangelista Teixeira Leite era presidente da Câmara de Vassouras.

³⁴⁰ A casa do Barão de Vassouras pertencia anteriormente a Franco José Maria de Assis. Sua aquisição foi feita em 1849 por 4\$000,000 réis. Ver: TELLES, Augusto C da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” Op. Cit., p.89, nota 18.

do colégio eleitoral que se realizaria, em 30 de novembro próximo, para a escolha dos deputados da Assembléia Provincial. Infelizmente, as cartas que se seguiram com a resposta e os acertos finais para o pleito não sobreviveram ao tempo, ou, pelo menos não estavam entre aquelas doadas ao Arquivo Nacional. Contudo, a força política e o poder social da casa Avellar estavam mantidos, conforme demonstram a consideração e interesse do barão de Vassouras. Entretanto, se por um lado estes atributos eram originários da tradição familiar dos Avellar (pioneiros na região) e das boas relações com seus pares (tanto em termos locais quanto nacionais); por outro eles estavam estruturados numa extensa riqueza a qual era reconhecida por vastas propriedades de terras e escravos. Portanto, uma administração eficiente da Casa do Pau Grande era condição para a manutenção da riqueza e do prestígio familiar do núcleo Ribeiro de Avellar, mas também para a preservação de influência e poder na região do vale do Rio Paraíba Médio. Assim, após a morte do barão em 1863, seu filho, o jovem Joaquim Jr. herdaria seu sobrenome, fortuna e cabedal político.³⁴¹

A constituição das terras do Pau Grande como uma sociedade familiar atravessou o século XVIII e sobreviveu ao Império. Foram cinco gerações que se sucederam no comando de sua administração. Durante todo este tempo, foram implementadas diferentes maneiras de preservar e expandir o patrimônio familiar. A seguir, conduzirei o leitor a este dia-a-dia da administração da fazenda, buscando entender como estes patriarcas do oitocentos tocaram os negócios familiares e a vida material da casa do Pau Grande. O fio que conduz minha narrativa é o entendimento das estratégias de preservação e ampliação da

³⁴¹ A manutenção do poderio político dos Ribeiro de Avellar após o falecimento do barão de Capivary pode ser comprovado pela continuidade de pedidos de apoio político nas diversas eleições como por exemplo. Carta do advogado Caetano Alves de Souza Filgueiras para o tenente coronel Joaquim Ribeiro de Avellar solicitando-lhe seu voto em favor de sua candidatura a Assembléia Provincial do 5º. Distrito, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1866. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 499.

riqueza utilizadas pelos Ribeiro de Avellar ao longo do século XIX. As respostas para tal proposição, muitas vezes, se confundem com a própria história da região. Suas terras, na década de 1830, começam a ser cobertas de prósperos cafezais cujas produções se integram à economia da capital.

O convite já foi feito. Resta-nos agora adentrar pela porta da frente...

Capítulo 5 - Os primeiros tempos: a administração de Luis Gomes Ribeiro.

Dos Pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chamam do Alferes. Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai pousar no mato ao pé de um morro que chamam Cabaru. Desse morro se vai ao famoso rio Paraíba, cuja passagem é em canoas. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte d'além, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias.³⁴²

Em 1711, André João Antonil, ao traçar o “roteiro do Caminho Novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas” no livro *Cultura e opulência do Brasil*, fez o primeiro registro referente às terras do Pau Grande que se tem notícia. Em sua descrição, ressaltou a localização geográfica - próxima à roça do Alferes (mais tarde, vila de Paty do Alferes) e ao rio Paraíba - e destacou seu cultivo incipiente em contraste com as “larguíssimas roçarias” de Garcia Rodrigues, pioneiro no desbravamento e posse das matas às margens do Caminho Novo. O primeiro proprietário da sesmaria em Pau Grande foi o Sargento-mor Martim Corrêa de Sá que obteve sua concessão em 14 de março de 1714, sendo, provavelmente, o dono da “roça que agora principia”, citada por Antonil.³⁴³ Cem anos depois, em 1816, quando o francês Saint-Hilaire voltou a região, encontrou um cenário bastante diferente: as terras do Pau Grande haviam se transformado num importante engenho de açúcar.

Durante o período que separa as passagens dos dois viajantes, as matas que vieram a constituir a fazenda do Pau Grande passaram pela mão de diferentes proprietários. Todavia, desde 3 de julho de 1748, passou a vigorar como uma sociedade familiar com a

³⁴² Grifos meus. ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. SP: Melhoramentos/MEC, 1976, p 184.

³⁴³ MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit., p8.

participação de descendentes dos Ribeiro de Avellar.³⁴⁴ A primeira administração coube aos irmãos Manoel e Francisco Gomes Ribeiro (o moço), sobrinhos do capitão Francisco Gomes Ribeiro (o velho, proprietário da sesmaria de Manga Larga, vizinha ao Pau Grande), que receberam uma carta de sesmaria de uma légua de terras em Pau Grande em 1750. Nove anos depois, Manoel morreu deixando o sobrinho, o padre Marcos Ribeiro, como seu herdeiro único. Após o falecimento dos sócios Marcos (1760) e Francisco (1763), os irmãos Antônio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz herdaram as terras do Pau Grande juntamente com o cunhado Antônio dos Santos. Desta forma, em fins do século XVIII, os três migrantes portugueses possuíam a sociedade comercial Avellar&Santos a qual incluía a sesmaria do Pau Grande além de outros negócios de origens diversas, constituindo, portanto, uma terceira geração de proprietários do ramo Gomes Ribeiro de Avellar.

Na divisão de tarefas referente a Avellar&Santos, José Rodrigues da Cruz ficou responsável pela administração da fazenda do Pau Grande e, nos mais de trinta anos em que ocupou esta função, promoveu um alargamento dos limites territoriais da sesmaria, investiu nas produções de gêneros alimentícios para abastecimento interno e de cana de açúcar para exportação, acabando por transformar a propriedade no importante engenho, descrito por Saint-Hilaire. A valorização das terras e as melhorias realizadas podem ser calculadas a partir do alto preço pelo qual foi lavrada a escritura de compra e venda. No documento, datado de 1797, os outorgantes José Rodrigues da Cruz e Antônio dos Santos vendiam uma terça da fazenda do Pau Grande ao outorgado Luis Gomes Ribeiro por 90:586\$550, incluía-se na transação bens de raiz, maquinário especializado, mão-de-obra escrava e outros meios

³⁴⁴ Concessão de meia légua de terras em Pau Grande aos irmãos Manuel e Francisco Gomes Ribeiro (o moço) e ao sócio Antônio da Costa Araújo. A carta de sesmaria foi requerida pelos três sócios em 9 de outubro de 1748. Entretanto, na ocasião de sua assinatura, em 3 de outubro de 1750, foi registrada uma légua de terras no nome dos dois irmãos portugueses. MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit., p8.

de produção necessários para o funcionamento de um engenho de grande porte. Portanto, a quarta geração da sociedade familiar do Pau Grande foi composta por Luis Gomes Ribeiro e pelo espólio do comerciante Antônio Ribeiro de Avellar, falecido em 7 de julho de 1794, que possuía os dois terços restantes os quais correspondia a 3.635,5 alqueires de terras (ou 9.999, 6 hectares) e 221 escravos, número já bastante considerável para a época.³⁴⁵

*

Sobre o período em que Luis Gomes Ribeiro esteve à frente da administração da fazenda Pau Grande (1797-1810), restaram, em ótimo estado de preservação, cópias de cinco livros de contas nos quais foram registrados os ritmos de compra e venda de produtos no Pau Grande, bem como os gastos com empréstimos, aquisição de bens, reformas, pagamento de pessoal, etc. Apesar de serem lançadas despesas desde 1794, é possível perceber que tais livros foram preenchidos *a posteriore*, provavelmente por volta de 1810, quando houve um desentendimento dos sócios no que concernia a prestação de contas e a participação nos lucros da fazenda. Cada um dos cadernos apresenta, no alto da primeira página, um título diferente que serve para orientar os que se seguem. Desta forma, a lógica pela qual a documentação descrita foi organizada favorecia a nomeação do tipo de despesa ou recebimento, em detrimento de uma ordenação cronológica – mensal, semestral ou anual, que facilitasse o fechamento da contabilidade, como pode ser observado abaixo:

³⁴⁵ inventário de Antônio Ribeiro de Avellar, Juízo de órfãos, inventariante: Antônia Maria da Conceição. Arquivo Nacional, 3J, SDJ (027b), caixa 1135 galeria A, nº 9606. Junto ao inventário encontra-se arrolado os seguintes documentos: a escritura de venda da terça parte da fazenda Pau Grande que faz o capitão Antônio dos Santos e sua mulher, José Rodrigues da Cruz e sua mulher a Luis Gomes Ribeiro por hipoteca. (1797, pp85-87) e a escritura de venda em que o capitão Antônio dos Santos e sua mulher, José Rodrigues da Cruz e sua mulher vendem para Antônio Ribeiro de Avellar uma terça parte da fazenda do Pau Grande. (1788, pp 79-84). Na ocasião da morte de Antônio Ribeiro, a propriedade possuía engenho de farinha de milho, engenho de arroz, fornos, quatro lances de engenho de cana, casa de caldeira, casa de purgar, casa de encaixa com dois lances de sobrado, casa de aguardente, oratório, roda de mandioca, além do engenho e plantação de cana de açúcar.

“Caderno nº 1” - *“Contas de despesas da fazenda do Pau Grande apresentadas pelo sócio em duas terças partes e gerente Luis Gomes Ribeiro nos quatorze anos que não de 1797 a 1810 ”*

“Caderno nº2” – *“Contas apresentadas por Luiz Gomes Ribeiro, sócio e gerente da fazenda do Pau Grande de 1797 a 1810”*

“Caderno nº 3” - *“Importância de vários efeitos vendidas a pessoas abaixo mencionadas nos anos seguintes/ Contas apresentadas a D. Antônia Maria da Conceição por seu genro e sócio Luis Gomes Ribeiro.*

“Caderno nº 4”- *Mantimentos e mais coisas fornecidas a D. Antônia Maria da Conceição por seu genro e sócio Luis Gomes Ribeiro durante sua administração no Pau Grande de 1797 a 1810 ”.*

“Caderno nº5” – *Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda”*

Tal documentação é um ótimo testemunho da vida material e das finanças da fazenda do Pau Grande, durante o primeiro quartel do século XIX, quando aquela propriedade tornou-se a principal residência e meio de sustento da família Ribeiro de Avellar. Neste sentido, pode-se dizer que a administração de Luis Gomes Ribeiro (1797-1810) representou um marco na história familiar a qual estamos estudando. Trata-se de uma temporalidade na qual os principais negócios familiares deixaram de ser urbanos para tornarem-se rurais, voltados para a lavoura e o cultivo da terra. Como já foi mencionado no capítulo anterior, Antônio Ribeiro de Avellar viu-se obrigado a desfazer uma série de negócios importantes e lucrativos na capital devido ao seu envolvimento no processo da Devassa; a sociedade Avellar & Santos foi desfeita; José Rodrigues da Cruz vendeu sua parte no Pau Grande e investiu nas terras vizinhas de Ubá; Luis Gomes Ribeiro abandonou os negócios de ouro e diamantes em Serro Frio para dedicar-se à produção de açúcar tendo, para isso, comprado dois terços das terras do Pau Grande.

Ao que tudo indica, a família Ribeiro de Avellar assentou residência na casa-grande da fazenda do Pau Grande, em 24 de janeiro de 1795. Este dia foi registrado, no caderno nº 5 de Luis Gomes Ribeiro, de forma sucinta como era, aliás, seu estilo narrativo nestas anotações: “dinheiro que paguei a três barcos para a condução de trastes quando veio ao Pau Grande – 3.360”.³⁴⁶ Infelizmente, com as informações de que disponho, não foi possível saber se a transferência dos Ribeiro de Avellar para o Vale do Paraíba já estava sendo planejada por Antônio Ribeiro de Avellar, antes de seu falecimento. Um fator que pode apontar nesta direção é que, ao morrer, deixou a maior parte de sua fortuna empregada em bens rurais, principalmente terras e escravos.³⁴⁷ Neste caso, as obras na sede da fazenda seriam anteriores as anotações de Luis G. Ribeiro e o início de seus registros coincidiriam com o período em que lhe foi confiada a administração da fazenda pela viúva, D. Antônia Maria da Conceição. Um segundo caminho de interpretação seria que a mudança foi decidida após a morte do patriarca. Neste caso, D. Antônia ao ver o nome familiar abalado pelo processo da Devassa e sem ter como gerir os negócios, decidiria vender os imóveis na Corte e se mudar com as duas filhas casadas e os filhos menores para o interior.

Entretanto, pode-se afirmar que a mudança do núcleo Ribeiro de Avellar para o Pau Grande foi realizada de forma planejada, pois desde agosto do ano anterior Luis Gomes Ribeiro já havia passado a comprar objetos e a reformar a sede da fazenda lançando suas despesas em seu livro de “contas de fazenda e dinheiro”.³⁴⁸ As obras mais urgentes foram feitas antes mesmo da chegada da viúva com os filhos e outros ajustes, inclusive,

³⁴⁶ Caderno nº5. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (24 de janeiro de 1795). (Coleção Particular 2).

³⁴⁷ FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grossa Aventura*. Op. Cit.

³⁴⁸ Caderno nº5. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (Coleção Particular 2).

decorativos, acabaram por ser implementados após a entrada dos novos moradores como, por exemplo, a ornamentação do oratório:

19 de agosto de 1794. *Fazendas, mantimentos e objetos de casa fornecidos por Antônio José da Costa Barbosa, João Rodrigues Pereira de Almeida e uma firma ilegível - 431.845.*

7 de setembro de 1795. *Dinheiro que paguei aos oficiais que trabalharam no oratório: Manoel da Cruz Silva, 6 dias a 480 – 2.880; João Francisco, 6 dias a 360 – 2.160; Joaquim Manoel, 10 ½ dias a 280 – 2.940; Anselmo Seguis, 6 dias a 400 – 2.400. Total = 10.380.*

29 de outubro de 1795. *Que paguei ao celeiro de concertos – 17.330.*

10 de dezembro de 1795. *Seis peças de papel pintado para o oratório comprado a Francisco José Rodrigues a 1.440 – 8.640.*

6 de janeiro de 1796. *Seis caixilhos para as janelas da sala – 7.680.*

16 de julho de 1796. *Importe de duas sacras para o oratório – 840.*

O primeiro lançamento de gastos feito por Luis Gomes Ribeiro foi realizado cerca de quarenta dias após a morte do sogro e referia-se a “fazendas, mantimentos e objetos” comprados para a residência do Pau Grande. Seguiram-se, então, gastos com a reforma do celeiro e da casa-grande contratando para tal os serviços de pintores e caiadores.³⁴⁹ Também foi montado um rico oratório ornado com papel de parede, vidros e sacras.³⁵⁰ Para abastecer a futura residência da família Avellar, foram compradas mercadorias vindas da

³⁴⁹ Sobre a contratação de profissionais lê-se: 29 de agosto de 1795. Dinheiro que paguei ao caiador – 3.260.; 29 de outubro de 1795. Dinheiro que paguei ao pintor – 57.120; 30 de janeiro de 1796. Dinheiro ao pintor para pintar as casa – 4.800. Citações feitas em: Caderno nº5”. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (Coleção Particular 2).

³⁵⁰ Sobre o oratório também informa: 28 de setembro de 1795. Seis libras de alvaiade para rebocar o oratório – 600; 4 de dezembro de 1795. Vinte e quatro vidros para o oratório - 4.800. Citações feitas em: Caderno nº5”. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde

Corte e fornecidas por João Rodrigues Pereira de Almeida, parente e rico comerciante, com quem Antônio Ribeiro de Avellar havia tido sociedade na companhia comercial Avellar & Santos.³⁵¹ Desta forma, o que as descrições de Luis Gomes Ribeiro demonstram é que, apesar de abrir mão da vida na cidade devido às circunstâncias sociais não muito favoráveis decorrentes do processo da Devassa, a família Ribeiro de Avellar não pretendia fazer o mesmo no que se referia a sua vida material e ao cultivo de objetos de prestígio que correspondessem ao seu lugar social diferenciado. Não são raros os registros da aquisição de bens de consumo restritos a uma camada privilegiada da sociedade colonial e da importação de modos de vida sofisticados da Corte para a província.³⁵²

16 de junho de 1797. *Chapéu de copa alta para mucamas – 3\$300.*

9 de fevereiro de 1801. *Aluguel de uma sege em que foram passear a chácara de B. Francisca.*³⁵³

17 de abril de 1801. *Despesas com a família quando foi para a cidade em 23 de dezembro de 1798 – 23\$390, da qual carrego a metade para a minha também.*

1805. *Conta do ourives José Gonçalves da Silva – 164\$960.*

1 de dezembro de 1805. *Dinheiro que dei ao mestre das meninas Joaquim, Luiz e Mariana por ensino de 7 meses em 1801, a ler todos três e por mês a 3\$200 – 22\$400.*

1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (Coleção Particular 2).

³⁵¹ A irmã de Antônio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz, Ana Joaquina da Conceição, era casada com José Pereira de Almeida, irmão de João Pereira de Almeida. Consultar nota 23, parte 1.

³⁵² Citações feitas em: Caderno nº 5”. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (Coleção Particular 2). No inventário de D. Antônia Maria da Conceição também se encontra grandes quantias investidas em ouro (559\$400) e prata (371\$575). Inventário Antônia Maria da Conceição, Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar. Vassouras: Faculdade Severino Sombra/ CDH, caixa 76, fevereiro de 1828.

³⁵³ O nome completo da referida personagem era: Beralda Francisca, parente e sobrinha de Luís Gomes Ribeiro.

1 de dezembro de 1805. Dinheiro que paguei a Pedro do Couto Ribeiro para ensinar a ler a suas filhas Joaquim, Luis e D. Mariana desde 15 de setembro de 1801 a 15 julho de 1803 – 66\$664.

2 de janeiro de 1806. Pago ao ourives José Gonçalves da Silva em 1804 – 13\$770.

19 de agosto de 1806. Um par de esporas de prata para o Sr. Joaquim _ 6\$000.

11 de fevereiro de 1807. Fazendas compradas a João Rodrigues Pereira de Almeida em 1804 – 106\$910.

22 de fevereiro de 1810. Cinco covadas de cambraia verde escura comprada a Antônio da Torre em 1798 a 1\$440 – 7\$200.

Os investimentos na ornamentação de escravos domésticos e na aquisição de jóias, tecidos caros e *segues* eram diferenciais comuns utilizados pelas famílias urbanas endinheiradas da colônia fora do âmbito doméstico. O pintor August Debret, importante observador desta ótica da ostentação pública, imortalizou, em uma de suas pranchas intitulada “um employé du govern: sortant de chez lui avec as famille”, a parentela organizada de forma hierarquizada e acompanhada de pajens e mucamas ricamente aparatados.³⁵⁴ Conquanto, também não lhe passou despercebida, seu contraste com a “simplicidade” da vida familiar doméstica, outro tema recorrente no conjunto de suas pinturas. Portanto, as anotações do genro sobre as despesas de D. Antônia Maria da Conceição mostram que a família Ribeiro de Avellar compartilhava do *habitus* difundido entre as famílias mais abastadas da capital. Entretanto, se destacava como uma fatia diferenciada no interior deste mesmo grupo ao valorizar a alfabetização de seus membros. Numa época na qual os conhecimentos da leitura e da escrita eram ainda muito restritos, inclusive entre as “melhores famílias”, os membros da casa Ribeiro de Avellar dominavam

³⁵⁴ “Um employé du govern: sortant de chez lui avec as famille” In: DEBRET, Jean Baptist. *Voyage Pittoresque et historique au Brésil*. Planche 5, 2^{ème} partie, tome deuxième.

tais saberes os quais adquiriam um aspecto ainda mais significativo por se estenderem às mulheres.³⁵⁵

Dez anos depois da mudança definitiva da família para as terras do Pau Grande, Luis Gomes Ribeiro iniciou a construção de uma nova sede que possuía, no centro de sua composição, uma capela dividindo ao meio as duas formações de casas assobradadas.³⁵⁶ Assim, estava mantida a sociedade nos negócios da fazenda, porém, separava-se a parentela no que concernia ao espaço doméstico. Luis Gomes Ribeiro viveria com a esposa, Joaquina Mathilde, e seus filhos em uma das casas.³⁵⁷ Enquanto, a outra residência ficaria para D. Antônia, seus filhos solteiros, a filha Rosa Joaquina, o genro José Maria Salter de Mascarenhas e netos.³⁵⁸

Para a imponente fachada, erguida em estilo de quinta portuguesa, foram importados de Lisboa, através da casa comercial Pereira de Almeida: 18 grades de ferro (360\$000) e 500 vidros (55\$000), ficando o custo total da obra em mais de 5 contos de réis.³⁵⁹ Esforços não foram poupados para que a nova residência fosse servida de todo luxo

³⁵⁵ Segundo informações do genealogista Roberto Menezes de Moraes, as filhas mais velhas do casal Joaquina Mathilde, Maria Angélica e Rosa Joaquina também eram letradas. Ver: MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na fazenda Pau Grande*. Op. Cit. Sobre a constituição de um *habitus* social e suas disputas intra-grupo consultar: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Op. Cit.; *The Stablished and the Outsiders*. Op. Cit.

³⁵⁶ Consultar anexo 1. Planta VIII – Casa da Fazenda do Pau Grande – Avelar. TELLES, Augusto da Silva. “Vassouras – estudo da construção residencial urbana”. Op. Cit., p113.

³⁵⁷ Quando a nova sede começou a ser construída, Luis Gomes Ribeiro e Joaquina Mathilde ainda não possuíam filhos. Entretanto, Maria Isabel de Assumpção (futura Baronesa do Paty, 1807-1866) e Paulo Gomes Ribeiro de Avellar (futuro Barão de São Luis) nasceram na fazenda Pau Grande.

³⁵⁸ Rosa Joaquina se casou ainda quando o pai era vivo, no Rio de Janeiro, com José Maria Salter, fidalgo português e tenente coronel da cavalaria do Exército. Tiveram os seguintes filhos: José, Joaquim, Luiz, Anna, Maria, Antônia Mascarenhas Salter. Após a partida de Luis Gomes Ribeiro para a fazenda Guaribu, o ramo Mascarenhas Salter passou a residir na outra casa que compunha a sede da fazenda.

³⁵⁹ Caderno nº 5”. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (26 de dezembro de 1805). (Coleção Particular 2). Na mesma fonte, ainda foram citados os seguintes gastos: “caixotes para os ditos (1\$000); despacho em Lisboa, consulado e portejo (16\$762); carroto para embarque, condução para bordo e mais despesas (31\$562)”. Os altos gastos com construção também foram cuidadosamente lançados no caderno de contas: 31 de dezembro de 1804 - despesas com a nova propriedade de casas até 1805 (4:776\$899); 31 de dezembro de 1808 - despesas com a nova propriedade de casas desde fim de dezembro de 1805 até esta data de 1808 (769\$830);

e requinte. Contratou-se, na corte, o construtor Manoel Ignácio Ferreira Pinto que possuía em seu currículo os projetos do prédio da marinha, do altar-mor do Mosteiro de São Bento e da Igreja Nossa Senhora da Mãe dos Homens. Recomendou-se, portanto, que a capela que interligaria as duas casas fosse uma réplica, em menor escala, desta última igreja, localizada na rua da Alfândega. No que se refere à organização do espaço de trabalho, as usinas e as diversas senzalas ficaram alinhadas em semicírculo diante da habitação do senhor. A destilaria, as caldeiras e a moenda funcionavam no interior de uma enorme construção de madeira e barro, próxima ao rio.³⁶⁰

A obra da nova sede, bem como sua aproximação geográfica dos espaços dedicados ao trabalho e à produção, são componentes da cultura material que apontam para uma larga expansão dos negócios. Pouco tempo depois da mudança da família Avellar para o Pau Grande, tornou-se possível custear uma obra de grandes dimensões (mais de 5 contos de réis) e necessário acompanhar de perto os trabalhos que exigiam maior dedicação.³⁶¹ Além de vasta escravaria, o engenho contava com muitos “camaradas”, expressão pela qual Luis Gomes Ribeiro se referia àqueles que executavam trabalhos temporários ou por jornada. A partir de suas descrições das diferentes funções dos “camaradas”, é possível vislumbrar a

Dezembro de 1808 - despesas na nova propriedade de casas, capela e outras obras fora do ajuste com Manoel Ignácio Ferreira Pinto (124\$560).

³⁶⁰ Dados fornecidos por: HILAIRE, Saint August. Hilaire, Saint. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. RJ: Cia Editora Nacional, 1938, tomo 1, p 38. Na visita de Saint-Hilaire não foram citados os outros maquinários destinados ao beneficiamento de arroz, milho e mandioca que haviam sido arrolados no inventário de Antônio Ribeiro de Avellar. Nestes cerca de vinte anos que separam os dois documentos pode ter havido uma maior especialização na produção de cana de açúcar em detrimento de outros gêneros de subsistência. Outra hipótese é que a ausência de informação por parte o francês se deva a maior importância dada a cana por ser um produto de exportação.

³⁶¹ “O universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as idéias, as relações sociais, as instituições. (...) Desse modo, a questão da cultura não pode ser dissociada daquela da materialidade”. REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. In: Anais do Museu Paulista – história e cultura material. SP: USP editora, Nova Série, V 4, jan/dez, 1996, pp274. Sobre a utilização da cultura material como fonte histórica ver, ainda: BUCAILLE, R. & PESEZ, J.M. “Cultura Material” In: ROMANO Ruggiero (dir). Enciclopédia EINAUDI, n16, Homo-Domesticção e Cultura Material. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989.

complexidade das relações sociais, de dependência e de trabalho naquele engenho de grande porte. Para cada funcionário contratado, Luis Gomes Ribeiro mantinha, “sob o rígido controle da pena”, a função executada, o tempo de serviço e o valor do pagamento ao final da tarefa: José Rabello (feitor de roça, 6 meses, 19\$200); Antônio (feitor de terreiro, 6 meses, 26\$665); Antônio José da Silva (cirurgião, 9 meses, 74\$997); José Dias da Silva (tropeiro, 1 ano, 80\$200); José da Silva (falquejador, 165 dias, 52\$800); Manoel Panasco (aguardenteiro, 1 ano, 25\$600); José Antônio (feitor nas moendas, 1 ano, 25\$600); Miguel da Silva (serralheiro, 170 dias, 54\$400); Antônio José do Nascimento (servir na fornalha); José Gomes Mafra (feitor no tendal); João Francisco (derrubador de árvores, 26 dias, 5\$200), para citar alguns exemplos.³⁶²

Para controlar o pagamento dos empregados temporários, bem como os gastos com fornecedores, a venda dos diferentes produtos e as despesas com a manutenção da fazenda, era preciso uma organização e controle rígidos. Neste sentido, ser um homem letrado era fundamental para a administração dos negócios e auxiliava a manutenção da riqueza familiar, função social masculina por excelência. Com este intuito, durante o tempo em que esteve à frente da sociedade familiar casa do Pau Grande, Luis Gomes Ribeiro deixou registradas as produções de açúcar e aguardente, bem como os rendimentos anuais da propriedade:³⁶³

³⁶² Caderno n° 5”. Contas de Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810/ Contas de fazenda e dinheiro fornecido a D. Antônia Maria da Conceição por conta do terço que tem na fazenda. (26 de dezembro de 1805). (Coleção Particular 2).

³⁶³ A presente tabela foi construída a partir de dados contidos no “*Caderno n°2*” – “*Contas apresentadas por Luiz Gomes Ribeiro, sócio e gerente da fazenda do Pau Grande de 1797 a 1810*”. (Coleção Particular 2).

	AÇÚCAR	AGUARDENTE	RECEITA TOTAL
1797	4:661\$540 (1960@e30ss)	1:818\$540 (60 pipas)	6:480\$080
1798	15:327\$420 (3716@e2ss)	3:631\$920 (130 ½ pipas)	18:959\$340
1799	35:012\$590 (7249@e15ss)	2:928\$120 (115 pipas)	37:940\$710
1800	44:040\$183 (3.531@e6ss)	1:463\$860 (68 pipas)	44:529\$643
1801	48:916:476 (3707@)	2:450\$800 (92 ½ pipas)	52:492\$661
1802	54:854\$299 (1392@e4ss)	1:813\$440 (56 pipas)	56:667\$739
1803	65: 555\$224 (3760e24ss)	4:790\$355 (108 pipas)	70:345\$579
1804	76:263\$980 (não consta)	2:436\$318 (80 pipas)	78:700\$298
1805	83:038\$634 (não consta)	2:089\$040 (107 ½ pipas)	85:127\$675
1806	88:793\$404 (não consta)	2:910\$517 (96 pipas)	90:910\$517
1807	92:736\$834 (1932@)	1:661\$624 (67 pipas)	94:398\$458
1808	95:343\$792 (824@18ss)	3:463\$277 (98 pipas)	98:807\$069
1809	99:701\$139 (730@3ss)	1:686\$030 (34 pipas e 105 medidas)	101:387\$169
1810	102:747\$529 (1035@26ss)	2:997\$920 (63 pipas e 132 medidas)	105:745\$449

Portanto, os valores ascendentes das receitas anuais demonstram que, durante sua administração, a sociedade retirava a maior parte dos lucros do comércio do açúcar e da aguardente para consumo interno e exportação, além de estar em franca expansão nos negócios. A venda das mercadorias era feita para diferentes compradores, tanto das localidades circunvizinhas como Barra do Inhomirim e Pillar, quanto da capital. Considerando-se a frequência e a quantidade de açúcar, os mais importantes compradores eram: José Gomes Ribeiro (filho de Luis Gomes Ribeiro), o capitão Cláudio José Ribeiro de Avellar, pertencentes à parentela, além do capitão José da Costa Barbosa e João Rodrigues Pereira de Almeida, irmão de ex-sócio e cunhado de Antônio Ribeiro de Avellar, José Pereira de Almeida.³⁶⁴ Muitos destes homens negociavam, também, as pipas de aguardente que, em algumas remessas, tiveram registrado Benguela e Lisboa como destinos

³⁶⁴ Os citados foram escolhidos por comprarem grande volume de açúcar e aguardente, além de terem sido clientes da Fazenda Pau Grande durante longos anos. As listagens fornecidas ainda envolvem os nomes de Joaquim José Pereira de Faro, Joaquim Gomes da Cruz, Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, José Rodrigues, João Manuel dos Santos, José Rodrigues do Amaral, Antônio Pereira de Carvalho, Gabriel José Pereira Bastos, João Machado Botelho, José Henriques da Posse, José Ignácio do Pillar; estes dois últimos reconhecidos pela localidade onde habitavam. O fato do nome de João Rodrigues Pereira de Almeida constar entre os compradores demonstra que, após a ida dos Ribeiro de Avellar serra acima, os contatos e alianças comerciais entre as famílias ainda se mantinham, mesmo que em outros moldes. “Caderno nº2” – “Contas

finais. A “condução dos açúcares e aguardente” era realizada por tropeiros e seus gastos entravam nas despesas da fazenda, devendo ser incluídas no preço final dos produtos. No ano de 1800, por exemplo, o gasto registrado com tropas foi de 1:923\$277, ou seja 4,36% do faturamento total.

Todos os cinco cadernos de contas da fazenda do Pau Grande, pertencentes a Luis Gomes Ribeiro, se limitam ao período entre os anos de 1794 e 1810. No ano seguinte, a sociedade foi desfeita. Com a maioria dos filhos homens de Antônia Maria da Conceição, começaram as acusações de que o tio e cunhado havia agido levianamente no que referia à prestação de contas da fazenda e à sociedade em uma mina que possuía com o sogro nas Gerais.³⁶⁵ A sobrevivência de documentos tão antigos entre os guardados familiares talvez se justifique por serem eles próprios motivo de forte querela no interior da parentela.³⁶⁶ Neste sentido, explica-se também a necessidade de reproduzi-los através de cópias manuscritas. Apesar da briga, havia a preocupação de manter a coesão no interior da família extensa e, caso alguma dúvida futura recaísse sobre o episódio, os cadernos seriam mantidos como prova aos descendentes.

Ao retirar-se da sociedade, Luis Gomes Ribeiro, acompanhado da mulher Joaquina Mathilde e dos dois filhos mais velhos, Isabel e João, adquiriu as terras do Guaribu fundando um novo engenho. A princípio, moraram no “Guaribu Velho” até que ficasse pronta a sede definitiva da fazenda. Os negócios familiares da casa do Guaribu, como passou a ser chamado este ramo da família após a saída da fazenda e a quebra da sociedade

apresentadas por Luiz Gomes Ribeiro, sócio e gerente da fazenda do Pau Grande de 1797 a 1810”. (Coleção Particular 2).

³⁶⁵ MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit, p19.

³⁶⁶ Somente em 1817 foram assinados os papéis definitivos de dissolução da sociedade e realizados os trâmites de compra e venda das partes cabíveis. Tal documentação passou ainda por um processo de ratificação em 1839. Ver: Escritura de ratificação de detrato de sociedade, venda de terras e ajuste de contas relativos à fazenda Pau Grande pactuada entre Luis Gomes Ribeiro e sua mulher e a senhora Antônia Maria da Conceição e filhos no ano de 1817. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 9.

no Pau Grande, foram administrados por Luis Gomes Ribeiro até seu falecimento, em 1839. Na ocasião, deixou esposa e treze filhos dentre os vinte e um nascidos: Maria Isabel (baronesa do Paty do Alferes), Cláudio (barão do Guaribu), Joaquina Rosa, Margarida Herculana, Quintiliano, Paulo (barão de São Luís), Luiza Inácia, Francisco, Felisberta Balbina, Cláudia, João (visconde da Parahyba), Manoel (comendador) e José Gomes Ribeiro de Avellar (comendador). Os títulos conquistados por muitos dos membros demonstram que, apesar do fim da sociedade, foi possível ao ramo Gomes Ribeiro manter um poderio econômico e político na região.

O ajuste de contas definitivo foi feito, em 15 de julho de 1836. Na ocasião, Domingos Alves da Silva Porto, ex capelão do Guaribu e, naquele momento, comissário de café de Joaquim Ribeiro de Avellar, foi até a fazenda pedir que o casal Gomes Ribeiro assinasse a quitação da legítima de Joaquina Mathilde na partilha de bens de sua mãe. Tal documento a excluía do inventário de D. Antônia Maria da Conceição por considerar que todos os bens de direito já lhe haviam sido dados em vida.³⁶⁷ Mesmo com o documento assinado, Luis Gomes Ribeiro fez alguns pedidos de recontagem de bens durante o correr do inventário da sogra no intuito de aumentar o monte-mor e passar a ter algum direito sobre o mesmo.

Esses momentos subseqüentes à separação da moradia e à quebra da sociedade devem ter sido tensos. Estavam no ar as possibilidades de desunião da parentela e de quebra na solidariedade familiar entre os Avellar. Todavia, conforme a lógica social vigente, os desentendimentos do presente não deveriam atingir as gerações futuras sob pena de enfraquecer o poder e a importância da família tanto reduzida, quanto extensa. Este pensamento compartilhado pela classe senhorial do Império foi explicitado pelo

contemporâneo João Alfredo Correia de Oliveira: “a família que se desune é uma força que por si mesma se destrói”, é a repetição do crime de Caim, “a traição que a cobiça arma à natureza”.³⁶⁸ Desta forma, a paz entre os membros da parentela, principalmente entre os patriarcas, era vista como a chave para a manutenção do prestígio, riqueza e importância político-social da casa familiar.³⁶⁹

Os vínculos sociais, financeiros e afetivos, mantidos ou constituídos a partir de então, endossam minha crença de que, pelo menos em parte, o desentendimento pode ser contornado. Por exemplo, D. Mariana Luiza da Glória Avellar, irmã do futuro barão de Capivary, doou, em vida, seiscentos mil réis a afilhada e sobrinha neta, Marianna Isabel de Lacerda Werneck, e deixou em testamento uma cadeia de ouro com figa ao sobrinho Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, respectivamente, neta e filho de Luis Gomes Ribeiro.³⁷⁰ Da mesma forma, Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar, sobrinho e amigo pessoal do barão de Capivary, constava entre seus possíveis inventariantes, posição que requeria confiança e amizade.

A continuidade das relações entre os membros da parentela também pode ser apontada na celebração do casamento de Felisberta Balbina de Avellar, outra filha de Luis Gomes Ribeiro, com o tio materno Francisco Ribeiro de Avellar.³⁷¹ Um dos filhos deste

³⁶⁷ MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit., p20.

³⁶⁸ OLIVEIRA, João Alfredo de. *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes” In: ALENCASTRO, Luis Felipe (org). *História da vida privada no Império*. SP: Cia das Letras, 1997, p388. João Alfredo de Oliveira era genro e sobrinho do terceiro barão de Goiana, conselheiro, ministro e senador do Império.

³⁶⁹ Inventário Antônia Maria da Conceição, Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar. Vassouras: Faculdade Severino Sombra/ CDH, caixa 76, fevereiro de 1828.

³⁷⁰ Mariana Isabel de Lacerda Werneck, casada com Dr. Francisco de Assis e Almeida, era filha de Maria Isabel de Assumpção (Baronesa do Paty do Alferes) e sobrinha de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar (Barão de São Luis). Disposições de testamento de D. Marianna Luiza da Glória Avellar. (Coleção Particular 2).

³⁷¹ “Deixo por meus testamenteiros em primeiro lugar o herdeiro Joaquim Ribeiro de Avellar, em segundo lugar a minha nora D. Mariana Velho Ribeiro de Avellar, em terceiro lugar o meu amigo José Teixeira Leite, em quarto lugar o meu amigo e sobrinho Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar”. Ver: Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).

casal, Antônio Gomes Ribeiro de Avellar, foi mais um a contrair matrimônio com uma prima, filha de José Gomes Ribeiro, mantendo a família coesa e o patrimônio circulando no interior da parentela. As correspondências também são testemunhos interessantes que ajudam a endossar a hipótese da manutenção das relações. Através de sua escrita informal e de caráter quase emergencial é possível perceber uma certa atmosfera de intimidade em algumas delas:

*Meu tio e senhor,
Soubemos ontem que tem passado mal e mesmo tia Maria. Vai um portador para nos mandar notícias que estimarei muito que seja de extrema melhora. Minha filha e genro fazem também uma visita e muito nos recomendamos a todos.
Sua sobrinha e comadre obrigada,
Maria*

Nas poucas palavras que escreveu ao tio, em papel de carta timbrado com as iniciais de baronesa do Paty do Alferes, a sobrinha optou por identificar-se somente pelo primeiro nome e avisava da visita que sua filha e genro o fariam em breve.³⁷² Sem querer optar pelo caminho da matização dos conflitos, que obviamente existiram no dia-a-dia das relações familiares, não só entre os ramos aqui tratados, mas também internamente, no nível da família nuclear, acredito que tenha sido vitoriosa a opção pela preservação das boas relações no interior da parentela. Seus componentes se viam interligados como num jogo de xadrez o qual a mudança de uma só peça desencadeia uma nova configuração e a movimentação das mesmas é pensada na sua relação com o todo.

Cortar relações entre estes importantes ramos da casa familiar dos Ribeiro Avellar, certamente, significaria uma diminuição significativa das possibilidades de acordos de casamento, manutenção da riqueza e do patrimônio. Além disso, criaria uma

vulnerabilidade no que concerne ao poder político e social dos envolvidos. Tal atitude drástica colocaria em xeque, ainda, a importância da casa Ribeiro de Avellar na sua relação com as outras famílias de prestígio do Império. A decisão tomada era aprovada socialmente e foi, magistralmente, definida nas palavras de Nabuco de Araújo:

*Não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas, a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga e rica e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas.*³⁷³

Portanto, com a fundação da fazenda do Guaribu ficava extinta a segunda geração de administradores da casa do Pau Grande e inaugurava-se uma terceira geração que iria tocar os negócios tendo a frente Joaquim Ribeiro de Avellar, futuro barão de Capivary. Mas, essa é uma outra história.... Vamos a ela....

³⁷² Trata-se de Maria Isabel de Assumpção casada com Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão do Paty do Alferes.

³⁷³ Nabuco de Araújo *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. Op. Cit., pp 400, 401.

Capítulo 6 - O comissário e o barão: a administração de Joaquim Ribeiro de Avellar.

Entre os anos de 1811 a 1863, Joaquim Ribeiro de Avellar, futuro barão de Capivary, foi o filho escolhido para estar à frente da casa do Pau Grande inaugurando uma nova fase na vida material e na manutenção do patrimônio familiar. Após a conclusão do inventário de D. Antônia Maria da Conceição, em 1839, foi assinada uma escritura que mantinha aquela propriedade como uma sociedade familiar, denominada de Avellar & Cia, agora composta pelos irmãos: Mariana Luiza, Ana Angélica, Maria Angélica e Joaquim Ribeiro de Avellar.³⁷⁴

A temporalidade acima descrita coincidiu com outro período de expansão da riqueza familiar através da substituição da cultura da cana de açúcar pela plantação do cafeeiro. Na verdade, a fazenda acabou por acompanhar uma tendência geral, descrita por Stanley Stein em seu estudo sobre Vassouras e o vale do Paraíba fluminense.³⁷⁵ O café chegado à região trazido pelas tropas que transitavam pelo Caminho Novo, acabou se desenvolvendo como uma cultura de exportação, a partir da década de 1830, fazendo com que, em pouco tempo, seu cultivo deixasse de ser uma aventura arriscada. Entusiasmado com tal fenômeno, João Joaquim Ferreira Aguiar relatou, em 1836, que algumas fazendas da região possuíam cerca de quinhentos a oitocentos mil pés de café, acumulando uma exportação de 300 mil arrobas no total.³⁷⁶

³⁷⁴ MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit., p20. Anos depois, em 1854, Maria Angélica e o barão do Capivary assinaram um documento se comprometendo em seu artigo quinto que a fazenda Pau Grande não poderia ser partilhada e, em caso de morte dos sócios, deveria ficar para Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Escritura particular de sociedade ente Barão de Capivary, Joaquim Ribeiro de Avellar, Maria Angélica da Conceição Avellar para a administração da fazenda Pau Grande, (18/9/1854). Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 475.

³⁷⁵ STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit.

³⁷⁶ Apud FERREIRA DE AGUIAR, João Joaquim. *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. In: Idem, *Ibidem*, p30, nota 57.

No entanto, no que concerne às terras do Pau Grande, é difícil precisar quando se iniciou o plantio de café em larga escala, contudo algumas pistas foram deixadas. Nas anotações de Luis Gomes Ribeiro para o ano de 1803, consta que o comerciante José Barbosa da Fonseca lhe vendeu uma arroba de café, juntamente com outros produtos de uso diário, o que indica que a fazenda ainda não o produzia. A situação continuava a mesma no final da década de 1820. No inventário de D. Antônia Maria da Conceição (1828), não foram relacionados instrumentos de trabalho, bens de raiz ou plantações referentes ao seu cultivo de café. Tal constatação indica que, até aquele momento, o cafeeiro ainda não havia se tornado o principal sustentáculo da riqueza familiar, logo, a fazenda continuava vigorando como um engenho, por excelência. Ao contrário, no inventário do barão de Capivary (1863), encontram-se listados milhares de árvores de diferentes idades, levando-me a concluir que a substituição de culturas deve ter sido iniciada na década de 1830:

Bens do Pau Grande

50:000\$000 pés de café de 23 a 24 anos

50:000\$000 pés de café de 18 e 19 anos

40:000\$000 pés de café de 9 e 10 anos

42:000\$000 pés de café de 12 a 13 anos

30:000\$000 pés de café de 6 anos

10:000\$000 pés de café de 3 anos

30:000\$000 pés de café de 2 anos.

*Total 252:000\$000 em pés de café.*³⁷⁷

³⁷⁷ Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116). Tal periodicidade corrobora a tese de Fragoso e Fiorentino a qual a montagem do complexo açucareiro fluminense se deu, principalmente, entre 1790 e 1820, em uma conjuntura de queda do preço do café no mercado internacional. Em 1792, a produção foi de 160 arrobas; em 1817 de 318.032 arrobas; em 1820 de 539.000 arrobas; em 1826 de 1.304.450 arrobas; em 1830 de 1.958.925 arrobas e 3.237.190 arrobas para o ano de 1835. FRAGOSO, J. & FIORENTINO, M. *Arcaísmo como Projeto*. 4ª. ed, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

Levando-se em consideração que as mudas de café precisavam de três anos para frutificar e seis anos para se tornarem árvores produtivas, pode-se afirmar que a substituição do plantio de cana pelo cafeeiro ocorreu de forma gradativa.³⁷⁸ Neste caso, durante alguns anos, as vendas de açúcar e aguardente continuaram mantendo e sustentando a economia do Pau Grande até que a nova cultura fosse estabelecida em termos de plantio, colheita, beneficiamento e comercialização.³⁷⁹ O fato é que trinta e cinco anos após ter herdado de sua mãe a fazenda do Pau Grande em sociedade com as irmãs Maria Angélica, Anna Angélica e Marianna Luiza, o barão do Capivary havia acumulado um patrimônio estimado em 858:670\$300.³⁸⁰ Dentre os bens arrolados no inventário constavam um total de 709 escravos e mais louças, pratarias, vasto mobiliário e animais de carga e de criação, além das seguintes propriedades: Cachoeira (122 escravos, 160.000 pés de café), Posse (104 escravos, 200.000 pés de café), São Joaquim (93 escravos, 168.000 pés de café), Glória (100 escravos, 100.000 pés de café), Papagaio (77 escravos, 200.000 pés de café) e, a já conhecida fazenda Pau Grande (213 escravos). Mesmo se levando em conta a variação

³⁷⁸ Assim que era plantado, o cafeeiro ficava protegido do sol por pés de milho, pedaços de madeira e cascas de árvore. Ao completar três ou quatro anos, os arbustos começavam a produzir e tinham que ficar limpos de ervas daninhas. A mão de obra escrava era organizada em turmas ou eitos sob a direção de feitores. Entre os meses de setembro e março, o solo tinha de ser capinado contra pragas e para soltar a terra de modo que o máximo de água da chuva pudesse ser absorvido. Em abril ou maio, quando o tempo estava seco e fresco, era iniciada a colheita que chegava até 250 litros diários por escravo. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura* Op. Cit., pp 47 a 50.

³⁷⁹ Tal suposição é comprovada pelo documento: Demonstrativo da safra de açúcar, café e aguardente, produzidos pelo Barão de Capivary. S/L, 1830. Arquivo Nacional, *Fundo Fazenda do Pau Grande*, notação 459.

³⁸⁰ Para se ter uma idéia da enorme fortuna, em seu diário de 1862, D. Pedro II afirmou que seus gastos naquele ano foram de oitocentos contos de réis. Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116). “Declara portanto que no presente inventário foram os bens do inventariado avaliados na importância de 858:670\$300 que unidos à quota pertencente ao inventariado (Joaquim Ribeiro de Avellar Jr) da sociedade 197:238\$336 e acrescentados à importância de duas letras aceitas pelo comendador José Gomes Ribeiro de Avellar no valor ambas de 58:465\$000 que elevam o monte-mor deste inventario a quantia de 1.114.373\$636”. Entretanto, no que concernia a dívida passiva, foi arrolado o valor total de 504:973\$636 aos seguintes credores: Banco Teixeira Leite & Carvalho (140:000\$000), Francisco Teixeira Leite (130:000\$000), Banco Jordão da Bemposta (50:000\$000), Leonarda Maria Velho da Silva (16:000\$000), Viúva Luciano Teixeira Leite (16:000\$000), José Eugênio Teixeira Leite (14:000\$000) e diversos da Praça do RJ (138:973\$636).

dos preços na primeira metade do século XIX, é inegável que houve um grande enriquecimento por parte do barão de Capivary.

Como é possível explicar a grande ampliação da fortuna de Joaquim Ribeiro de Avellar? Um primeiro aspecto a ser apontado é o pioneirismo da família na aquisição de sesmaria na região.³⁸¹ Na segunda metade do século XVIII, o vale do Paraíba ainda era uma fronteira agrícola aberta, facilitando aos pioneiros, como era o caso dos Ribeiro de Avellar, a aquisição e ampliação de imensas porções de terras que, futuramente, com a expansão da cafeicultura, seriam impensáveis.³⁸² Gozando dos poderes econômico e social recorrentes da posição de grande proprietário, Joaquim Ribeiro de Avellar e muitos de seus parentes puderam se juntar aos patriarcas das “melhores famílias” na composição da Câmara Municipal de Paty do Alferes e, posteriormente, de Vassouras para fortalecerem seu poder por meio de troca de favores e solidariedades.³⁸³ Neste sentido, o barão reunia em sua pessoa três elementos importantes que lhe asseguravam poder econômico e prestígio social: uma família há muito instalada na região e que participou, inclusive, de seu processo de ocupação; o pertencimento a uma geração pioneira na implementação da cultura do café e na montagem de um centro político para o vale do Paraíba fluminense,

³⁸¹ O poder econômico e político conquistado pelas famílias pioneiras na região do vale do Paraíba fluminense foi apontado por STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit. e, no caso da família Werneck, por SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Op. Cit.

³⁸² As interpretações de Emília Viotti da Costa e Celso Furtado colocam que a expansão cafeeira no vale do Paraíba fluminense foi influenciada pela crise da mineração e acabou por gerar a substituição da pequena propriedade de alimentos pelo latifúndio cafeeiro. Já João Luís Fragoso rompe com este ponto de vista ao defender que muitas das grandes famílias do vale fluminense estavam ligadas ao comércio de grosso trato da capital e tinha na aquisição de terras uma forma de adquirir prestígio. COSTA, E. Viotti. *Da senzala à colônia*. 2ª. ed, SP: Livraria de Ciências Humanas Ltda, 1982. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 23ª. ed, SP: Ed. Nacional, 1989. FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Op. Cit.

³⁸³ Segundo Eduardo Silva, em meados do século XIX, “a riqueza do município de Vassouras encontrava-se altamente concentrada nas mãos de algumas poucas famílias de grandes proprietários que acumulavam terras, escravos, poder político-militar e prestígio social. Por esta época, pouco mais de oitenta fazendas cobriam a parte mais produtiva do município.” Silva, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Op. Cit., p.57. É preciso considerar ainda que dentre estas poucas fazendas, muitas pertenciam aos mesmos fazendeiros como o barão de Paty do Alferes que deixou sete fazendas e mais de mil escravos ou o barão de Capivary com seis propriedades nas quais serviam mais de setecentos escravos.

seja em Paty ou em Vassouras. Estes aspectos, certamente, se revertiam em um maior número de agregados e dependentes, imensas porções de terra, plantéis numerosos, grandes safras e riqueza. Entretanto, outros elementos explicativos para o enriquecimento do barão de Capivary, ainda, devem ser considerados.

É certo que, na década de 1840, o café já havia se tornado uma produção lucrativa, contudo não a ponto de, em curto espaço de tempo, aumentar tão expressivamente a fortuna de seus produtores. Como afirma Sheila de Castro Faria, uma empresa agrícola cafeeira rendia anualmente de 5% a 10% de lucro, o que não explicaria tamanha ampliação de fortuna. Além disso, um importante elemento para o alargamento do patrimônio era o recebimento do dote.³⁸⁴ Muitos maridos se utilizavam dele para aumentar o contingente de escravos e de terras da unidade familiar podendo, então, fazer crescer a produção e a renda. Todavia, este não pode ter sido o caso de Joaquim Ribeiro de Avellar porque nunca contraiu matrimônio oficial. Resta-me, então, considerar outras atividades nas quais o barão possa ter tido algum investimento lucrativo, mesmo que temporariamente.

Depois que o café era descascado, separado e ensacado, um grande número de escravos conduzia-o, em tropas, no lombo de burros, sob o comando de um arrieiro, até uma casa comissionária no Rio de Janeiro onde seria vendido e embarcado para Europa e Estados Unidos. Entretanto, somente os fazendeiros mais ricos do Vale possuíam tropas. Em primeiro lugar, era grande o volume de cativos e animais designados para tal tarefa. Desta forma, os senhores que possuíam tropa deveriam ter sob seu controle um grande número de escravos para que as atividades cotidianas da fazenda continuassem a ser tocadas sem o ressentimento daqueles envolvidos nos carregamentos. Um segundo aspecto era o alto investimento exigido na manutenção física da tropa. Há que considerar que, fora

da época de escoamento da safra, o gado deveria ser cuidado e alimentado. A solução encontrada pelo barão de Capivary, na década de sessenta, para esta problemática foi o aluguel de pastos do Sr. Antônio da Silva Rosa e a compra de milho e outros mantimentos tanto do particular João Nicolau Pereira da Silva, quanto da casa comercial Santos & Rodrigues. Desta forma, mantinha as terras mais férteis do Pau Grande ocupadas com o plantio da rubiácea, tida como mais lucrativa.³⁸⁵

Um terceiro aspecto que restringia a propriedade das tropas somente aos fazendeiros mais ricos era o elevado custo da contratação de um arrieiro, profissional responsável pela segurança e condução dos animais. Entre os anos de 1859 e 1861, Cláudio Pinto prestou tais serviços ao barão de Capivary conduzindo seu café da fazenda Pau Grande até a casa comissionária de Domingos Alves da Silva Porto e retornando serra acima com as mercadorias encomendadas. A contratação deste profissional se fazia necessária pelo risco de saques, assaltos, fugas de escravos e perda de animais e/ou de café durante o trajeto. Por isso, a reposição das mulas era uma preocupação constante e um importante fator de encarecimento da tropa. Em 1849, o barão de Capivary adquiriu duas bestas de Lipodêncio José Gomes através de letra provisória de cem mil réis a ser paga, com juros, em seis meses.³⁸⁶ Sete anos depois, o barão de Paty do Alferes, outro grande fazendeiro da região, reclamava que haveria de comprar vinte e cinco animais, de um pequeno lavrador, a cento e

³⁸⁴ FARIA, Sheila de Castro. "Fortuna e família em Bananal no século XIX" In: CASTRO, Hebe M.M. de & SCHNOOR, Eduardo (org). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995, p75.

³⁸⁵ Conforme registram os seguintes documentos pertencentes ao Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande: *Cartas de Santos & Rodrigues ao Barão de Capivary sobre o fornecimento de milho ao arrieiro das tropas do titular*. Marcos Costa, 15 de julho de 1859 a 27 de março de 1861. (notação 78); *nota fiscal de João Nicolau Pereira da Silva a José Gomes Lisboa pelos mantimentos adquiridos pela tropa do Barão de Capivary*. Pati, 21 de março de 1863 (Notação 256); *Faturas e recibos de Santos & Rodrigues ao Barão de Capivary pela compra de mantimentos para a tropa sob a responsabilidade do arrieiro de Cláudio Pinto*. Marcos da Costa, 4 de setembro de 1859 a 18 de setembro de 1861 (Notação 417); *Recibos de Antônio da Silva Rosa ao Barão de Capivary pelo arrendamento de pastos dos animais da tropa do Barão*. Taquaraçu, 16 de setembro de 1863 a 31 de outubro de 1863 (Notação 126).

dez mil réis cada, para repor sua tropa. E, os gastos não paravam por aí. Segundo ele, tal aquisição implicaria, ainda, em maiores investimentos com a compra de milho. Dois anos depois, José Maria Velho da Silva, sogro de Joaquim Ribeiro, mandava numa carta endereçada a filha o seguinte recado para o genro:

Rio 24 de janeiro de 1858

A respeito das bestas não fiz cerimônia e, se as não mandei, foi por que achando um dos cavalos doente preferi como mais urgência manda-lo. Deixo a parelha de bestas aqui por ser necessária e não ter urgência imensa de descanso. Quanto à parelha que veio do Rio Grande, como não é boa, entendi melhor vendê-la e ficaram por esse feito, pois é inútil conservar animais que não prestam bem. (...)

Teu pai muito amado

Velho

Suas palavras destacam outros problemas provenientes da manutenção de uma vasta tropa: o cansaço dos animais, sua necessidade de descanso depois de desgastante viagem e a compra de parelhas doentes. Mesmo assim, apesar das queixas apresentadas pelos grandes cafeicultores, acredito que a posse destes animais de carga em quantidade era um elemento hierarquizador na restrita fração dos proprietários de terra. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes, tinha uma opinião bastante reveladora: “sem tropa não se pode ser fazendeiro serra acima”.³⁸⁷

Portanto, àqueles proprietários e homens livres e pobres que não tinham condições de arcar com a manutenção de uma tropa restavam a venda do café aos maiores fazendeiros, por preços menores do que os conseguidos na capital, ou o pagamento pelo

³⁸⁶ Letra provisória de Lipodêncio José Gomes (sic *Lyodoro*) pela aquisição de bestas vendidas pelo Barão de Capivary. s/l, 1 de dezembro de 1849. *Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 339.*

³⁸⁷ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Apud* STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit., p 109. As tropas eram conduzidas pelos arreadores, encarregados da direção dos escravos tropeiros (20% da força masculina da fazenda), cuja responsabilidade era a entrega segura do café ao armazém do comissário. Para isto eram contratados imigrantes portugueses.

transporte dos grãos, o que, certamente, saía mais raro. Negociação semelhante deveria ocorrer com algum café proveniente de roças de escravos por meio da chamada “brecha camponesa”.³⁸⁸ Joaquim Ribeiro de Avellar, enquanto abastado produtor, certamente, tirou vantagens financeiras destas situações. Na ocasião de sua morte, em 1863, possuía oitenta bestas e cem bois destinados à carga os quais, certamente, lhe renderam boas oportunidades de acumulação de capital.³⁸⁹ A grande dimensão deste montante de animais pode ser sentida se comparada à tropa do mesmo barão de Paty do Alferes. Em 1855, este conterrâneo era proprietário de um total de cento e cinco bestas que foram empregadas no escoamento de trinta mil arrobas de café que levaram quatro dias para descer a serra com destino ao Rio de Janeiro.³⁹⁰

A manutenção e a ampliação da riqueza eram, portanto, preocupações que se estendiam para além das etapas de plantio, colheita, secagem e separação do café, estavam aí incluídos aspectos como a escolha dos melhores capatazes, feitores, escravos, arrieiros, além dos negócios relativos às tropas, ao comissariado e aos empréstimos financeiros. Isso sem considerar as relações pessoais, os laços de compadrio e redes de solidariedade que haviam de ser traçados no sentido de constituir uma teia de poderes que envolvessem familiares, agregados e pares sociais. Deste modo, tudo o que se referia à *fazenda e aos*

³⁸⁸ Este espaço de cultivo próprio conquistado pelo escravo é chamado de *brecha camponesa* e era utilizado para que os cativos produzissem tanto para sua subsistência, como para o pequeno comércio. Além disso, tal permissão proporcionava um “alívio” as pressões internas do sistema escravista. A *brecha camponesa* juntamente com a formação de famílias, as festas, os casamentos podem ser entendidas dentro de uma esfera de negociação que compunha a lógica escravista da sociedade brasileira tanto quanto os espaços de conflito vividos com extrema violência através das revoltas, fugas e assassinatos de senhores. Sobre a importância da brecha camponesa na negociação entre senhores e escravos ver: REIS, José João & SILVA. *Negociação e Conflito*. Op. Cit.

³⁸⁹ Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116).

³⁹⁰ SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Op. Cit., pp.164, 165. O grande custo da manutenção das tropas somado a má conservação das estradas eram as principais queixas dos “Barões do café” que, assim, justificavam seus pedidos de que a estrada de ferro chegasse até Vassouras.

negócios era controlado por Joaquim Ribeiro de Avellar, qualquer descuido podia significar grandes prejuízos:

Rio, 26 de junho de 1847

Os ensacadores estão abarrotados , já não tem dinheiro para o café, não aliviará o mercado antes de agosto. Ficam-lhe creditados um conto, quatrocentos e dois mil réis e duzentos e quarenta = produto líquido 557 arrobas e 9s de café como verá da conta da venda n.º. 9. (...) Esta carregação compunha-se de café variado em cor, vermelho, esbranquiçado e alguns grãos pretos. Uma porção mais inferior do que a outra. Quando cá estiver, meu amigo, e chegar café seu, verá se tudo sai igual de lá.

*Domingos Alves da Silva Porto.*³⁹¹

Estar a par das condições do mercado era pré-condição para obter um bom faturamento anual e garantir a manutenção da riqueza familiar. Joaquim Ribeiro de Avellar tinha como seu encarregado na Corte o comissário Domingos Alves da Silva Porto que, por meio de cartas e envio de notas numeradas, lhe informava sobre: o preço do café, a qualidade dos grãos, o nível dos estoques, etc. O volume de correspondências era tamanho que não podia depender exclusivamente do sistema de correio, tendo sido entregue aos destinatários por escravos e outros emissários encarregados:

Rio 20 de julho de 1843.

Recebi a sua carta de 17 do corrente avisando-me de ter sido entregue quando remeto pelo preto do Japão. Houve troca nas contas dos remédios, porém a seu crédito levei já 12\$750 réis da diferença que havia em seu favor. Remeterei os 2 jogos de pedras, pedras de amolar e ferro e sabão. (...)

*Seu sincero e obrigado,
Domingos Alves da Silva Porto.*³⁹²

³⁹¹ Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1847. (Coleção Particular 2).

³⁹² Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1843. (Coleção Particular 2).

Referindo-se cotidianamente ao barão como patrão e amigo, a tarefa principal do comissário era cuidar e controlar da saúde financeira dos negócios de Joaquim Ribeiro de Avellar, pelo menos no que se referia às transações realizadas na Corte. Com este objetivo, Domingos Alves procurava o melhor preço para o café, providenciava encomendas, comprava mercadorias e as remetia para a fazenda, pagava credores e empregados na Corte, emprestava dinheiro a juros em nome do barão, recebia pagamentos de devedores, descontava letras de câmbio e notas promissórias, comprava e controlava rendimentos de ações, efetuava pagamento de doações e mercês.³⁹³ Os avisos dos envios de encomendas e outras negociações eram descritos rapidamente em uma narrativa bastante pontual demonstrando que os códigos de entendimento e as relações de confiança entre os dois personagens já tinham sido há muito estabelecidos:

Rio 15 de junho de 1846

*(..) os seus sapatos estão prontos, e só espero portador para
lhes mandar. O Queirós é muito demorado nas obras. Pela lancha
lhe mandarei o ferro e o sal já foi.
Saúde lhe deseja quem é com estima*

*Domingos Alves da Silva Porto.*³⁹⁴

Num mundo onde as relações de trabalho eram configuradas pela propriedade de outrem e pelas redes de solidariedade e dependência, as tarefas do comissário acabavam por se espalhar pelo campo dos favores pessoais, desde assuntos de grande importância como cuidar da compra do título de barão, tratar dos estudos do jovem Joaquim na Europa,

³⁹³ Vários documentos pertencentes ao fundo da Fazenda Pau Grande, pertencente ao Arquivo Nacional, foram assinados e avalizados por Domingos Alves da Silva Porto em nome do barão de Capivary. Como exemplo cito o pagamento de dois contos de reis aos senhores Antonio José M. Bento e Bernardo Joaquim de Oliveira por ordem de Joaquim Ribeiro de Avellar (Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 113 -RJ, 15/7/1843) e a assinatura de diversos recibos a Antônio Ferreira Neves referentes ao pagamento de letra provisória em favor do mesmo (Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 111 – RJ, 7/8/1841 a 13/6/1847).

arranjar seu casamento com Marianna Velho da Silva, de família bastante prestigiada na Corte. Até a escolha de objetos pessoais como sapatos, perucas, louças, etc. Nestes casos, o comissário ressaltava que, certos produtos poderiam ser trocados, contanto que fossem enviados de volta com urgência, caso não ficassem ao gosto do freguês. Negócios e personalidade constituíam-se, portanto, como esferas complementares na sociedade imperial.³⁹⁵

Os laços pessoais que ligavam o comissário a casa dos Avellar se estendiam a grande parte da parentela, inclusive o ramo dos Velho da Silva que freqüentavam seu estabelecimento para remeter encomendas, documentos, pagamentos, além de receber e mandar cartas para a filha e o genro na fazenda:

*Vi esta manhã em casa de Domingos Alves, indo procurar o Chico Chagas, a carta do Sr. Barão por este correio em que diz que nada havia da moléstia. (cólera)
Há dia se encontrou o Juca com o Chagas na rua do Ouvidor, foi depois visitá-lo em casa de Domingos Alves e eu não fui logo por que choveu sem cessar 2 dias.*³⁹⁶

Estabelecido comercialmente na Travessa do Paço, centro do Rio de Janeiro, Domingos Alves trabalhava em sua casa comissária auxiliado pelo sobrinho Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira. Em sua cartela de clientes grassavam algumas das famílias mais importantes da cafeicultura e da política Vassourense, tais como: Ribeiro de Avellar, Correia e Castro e Werneck. Dentre os proprietários que apresentavam maior volume de

³⁹⁴ Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1846. (Coleção Particular 2).

³⁹⁵ ZEPHYR, Frank. *Laços familiares, negócios e espaço urbano: Rio de Janeiro, 1840-1888*. Palestra proferida na Fundação Casa de Rui Barbosa, 24 de junho de 2005.

³⁹⁶ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Glória, 4 de março de 1854. (Coleção Particular 2).

negócios estavam, o barão de Capivary, o comendador Antônio Correia e Castro (irmão do barão do Tinguá) e Felício Augusto de Lacerda (político e proprietário em Vassouras, ligado ao núcleo Werneck).³⁹⁷ As despesas com a manutenção destas e outras grandes empresas cafeeiras ocorriam, cronologicamente, antes das receitas. Desta forma, Domingos Alves adiantava os recursos necessários e, posteriormente, abatia a dívida do montante de café vendido.

Rio, 16 de outubro de 1846

*No dia 12, recebi por ordem da senhora sua irmã a Senhora dona Rosa mais oitocentos mil réis, que ficam lançados em seu crédito. (...) O café tem baixado mais de preço e não há esperança por hora de que suba. Saúde lhe deseja quem é com estima
Amigo e obrigado,*

*Domingos Alves da Silva Porto.*³⁹⁸

Como afirma João Luis Fragoso, a baixa liquidez e as dificuldades de crédito do sistema pré-capitalista instituíam o endividamento dos cafeicultores como parte do processo reprodutivo do sistema agrário escravista-exportador. Contudo, as dívidas adquiridas com comissários ou outros financistas não representavam uma deficiência da capacidade

³⁹⁷ No cadastro de clientes de Domingos Alves da Silva Porto foram citados: Felício Augusto de Lacerda, comentado anteriormente, (sete mandatos como vereador em Vassouras, cavaleiro da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem da Rosa), comendador Antonio Correia e Castro (vereador em Vassouras/ 1828, 1833, comendador do Hábito de Cristo), Laureano Correia de Castro Jr. (sobrinho do Barão do Tinguá), Antonio Baptista Correia e Castro, Francisco Correia e Castro, Manoel Felisardo Nogueira (cônego, Cavaleiro da Ordem de Cristo, recebeu D. Pedro II em sua casa quando esteve em Paty do Alferes), José Barbosa dos Santos (vereador em Vassouras/ 1861, 1864), Manoel Gomes Ribeiro Leitão (genro de Joaquina Mathilde e Luis Gomes Ribeiro), Antonio Gomes Ribeiro de Avellar, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. (filho do Barão de Capivary), José Eustáquio Soares de Meireles, João Baptista Soares de Meireles, Matheus Gomes do Val, Ignácio Álvares da Silva, José de Souza Werneck Jr., capitão Ignácio Pinheiro de Souza Werneck, José Gomes de Moraes, Carvalho Braga & Cia, Major José Joaquim Botelho, José Ribeiro Leite Zamith, D. Maria Feliciano Gomes Pereira, Luis Gomes de Souza Telles, Floriano Leite Ribeiro. Ver Inventário de Domingos Alves da Silva Porto. Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira; Antônio de Souza Marques (Inventariantes), Caixa 4068, N°. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858.

³⁹⁸ Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1846. (Coleção Particular 2).

produtiva da empresa, o seu não pagamento é que era perigoso e indicava falência.³⁹⁹ Os juros anuais cobrados eram da ordem de 12 a 18% ao ano.⁴⁰⁰ No que se refere aos negócios do barão de Capivary, entre dezembro de 1857 e fevereiro de 1859 houve um saldo positivo de 26:218\$362. Já no período de fevereiro a dezembro do mesmo ano, os valores alcançados ficaram na ordem de 2:961\$963.

Tais índices significavam que nos anos de 1857, 1858 e 1859, o barão de Capivary havia apresentado o “transporte de crédito” maior do que o “transporte de débito”, não acumulando dívidas com o comissário.⁴⁰¹ A amizade e confiança entre ambos fizeram de Domingos Alves o administrador dos negócios do barão na Corte, além de seu principal financista. Entretanto, outras agências financeiras e particulares efetuavam negociações com o barão com a supervisão de Domingos Alves que assinava e controlava os recibos e pagamentos. Este foi o caso da casa comissionária Soares & Mello que, em 1851: “recebemos do Exc. Sr. barão de Capivary para entregar a Domingos Alves da Silva Porto seiscentas arrobas de café e para dispor cento e doze arrobas e trinta e uma libras do dito.” (Iguaçu, 22 de maio de 1851).⁴⁰²

A década de 1850 foi bastante favorável aos cafeicultores que viveram o ápice da produção fluminense entre os anos de 1855/56, totalizando 9.400.000 arrobas de café colhidas, o equivalente a 80% da produção nacional e 50% da mundial.⁴⁰³ Aproveitando

³⁹⁹ FRAGOSO, João Luis. Cap 1.

⁴⁰⁰ Entre os anos de 1850 a 1864, as casas comissionárias do Rio de Janeiro costumavam adiantar dinheiro aos fazendeiros mediante ao pagamento de juros de 12 a 18% ao ano. STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit., p.22.

⁴⁰¹ *Inventário de Domingos Alves da Silva Porto*. Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira; Antônio de Souza Marques (Inventariantes), Caixa 4068, N°. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858.

⁴⁰² *Cartas de Soares & Melo ao Barão de Capivary sobre a remessa e venda de café produzido pelo barão de Capivary e seu filho Joaquim Ribeiro de Avellar e o envio de mercadorias solicitadas*. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 81.

⁴⁰³ Dados fornecidos por: PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de café da província fluminense*. Op. Cit., pp14,15.

esta boa fase das exportações, o barão investiu na compra de ações, em seu nome e de seu filho, da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II e do Banco Comercial e Agrícola, e contribuiu para diversas obras religiosas (Igreja Nossa Senhora da Glória, Matriz de São José do Recife e Asilo de Santa Leopoldina) e leigas (construção do Teatro Lírico e do Teatro de Niterói).⁴⁰⁴ Todos estes pagamentos eram ordenados pelo fazendeiro, executados por Domingos Alves que os arrolava no montante de dívidas anuais e prestava contas por meio do envio de notas numeradas. Ainda fazia parte do trato entre o comissário e o barão, o cálculo dos rendimentos das ações compradas em 1857 e seus lançamentos nas receitas dos livros de contas dos anos posteriores. Também foram computados no “transporte de crédito” outros ganhos tais como: empréstimos a juros, notas promissórias e rendimentos com a venda do café, todos sob responsabilidade de Domingos Alves.

Rio, 19 de agosto de 1843.

(...) Efetuei o desconto da letra dando também a do Chagas em garantia, com a condição de me reforçarem de quatro em quatro meses. Imediatamente dei os quatro contos de réis ao Moreira Pinto e paguei ao Pinto Guerra. (...)

*Domingos Alves da Silva Porto.*⁴⁰⁵

Apesar de prestar serviços para importantes cafeicultores do Vale e de ter custeado uma vida confortável na Corte, usufruindo dezoito escravos (avaliados em 13:046\$362), sege, vasto mobiliário e uma chácara às margens da Lagoa Rodrigues de Freitas, conhecida como Fazenda dos Macacos, Domingos Alves da Silva Porto deixou um pequeno monte-

⁴⁰⁴ *Inventário de Domingos Alves da Silva Porto. Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira; Antônio de Souza Marques (Inventariantes), Caixa 4068, Nº. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858. Dados de gastos realizados em 1857.*

mor. Sua única herdeira, Brazilia Augusta da Silva Marques, recebeu 3.939\$852, já descontados o valor de 16:986\$214 de dívidas a serem pagas a Fazenda Nacional.⁴⁰⁶ Assim como outros homens de negócios da primeira metade dos oitocentos, o comissário seguiu uma lógica econômica de Antigo Regime a qual boa parte dos lucros obtidos era investida em bens de prestígio e capital simbólico. Como conclusão, é possível afirmar que na administração dos negócios do barão de Capivary, conviviam a valorização do prestígio, baseada na compra de títulos e de mercês, e as aplicações em ações de empresas promissoras e “modernas” como ferrovias e instituições bancárias. O que aos nossos olhos pode parecer contraditório, para aqueles agentes sociais não era. Os lucros obtidos com ações, hipotecas e empréstimos eram reinvestidos em mais terras, escravos e café, transformando o barão de Capivary em um dos fazendeiros e políticos de maior poder na época.

Para entender a trajetória de enriquecimento de Joaquim Ribeiro de Avellar é preciso considerar, ainda, sua condição de fazendeiro-capitalista, ou seja, de empresário que não vivia, exclusivamente, da produção agrícola. Faziam parte de suas estratégias de ampliação de fortuna, os empréstimos a juros e a falência alheia como, aliás, era comum entre seus pares até, pelo menos, meados de 1860.⁴⁰⁷ Os vestígios de sua atividade usurária são muitos e podem ser rastreados na série de cartas trocadas com os irmãos Teixeira Leite, nas correspondências de Domingos Alves e através dos inúmeros recibos e notas

⁴⁰⁵ Carta de Domingos Alves Porto para o Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1843. (Coleção Particular 2).

⁴⁰⁶ Inventário de Domingos Alves da Silva Porto. Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira; Antônio de Souza Marques (Inventariantes), Caixa 4068, N°. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858.

⁴⁰⁷ FRAGOSO, João Luís & Rios, Ana M. Lugão. “Um empresário brasileiro nos oitocentos” In: CASTRO, Hebe Maria Mattos & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Op. Cit., pp197-224. Dentre os membros da casa Ribeiro Avellar, João Fragoso cita também como usurários o visconde da Paraíba (João Gomes Ribeiro Avellar) e seu sobrinho Luís Gomes Ribeiro de Avellar. Ver: FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Op. Cit.

promissórias que hoje se encontram no Fundo da Fazenda Pau Grande, doado ao Arquivo Nacional. A lógica econômica, compartilhada com muitos outros fazendeiros enriquecidos, era a seguinte: os lucros obtidos com empréstimos e hipotecas e juros eram reinvestidos em mais bens agrícolas tais como terras e escravos. Desta forma, o cafeicultor aumentava o seu cabedal de riqueza sem abandonar a sua posição de grande proprietário e nem abrir mão do prestígio a ela reverenciado.⁴⁰⁸

Em 13 de julho de 1850, Francisco Nicolau Michaeli, morador de Covanca, afirmava que havia dado para “sofrer penhora tudo quanto tinha a favor do Sr. Joaquim Ribeiro de Avellar” em função de dívida contraída com o mesmo.⁴⁰⁹ Em primeiro de março do mesmo ano, Domingos Antônio Bittencourt assinava uma letra promissória de cento e doze mil contos de reis ao barão e se comprometia a pagá-la em doze meses, com juros de um por cento ao mês.⁴¹⁰ Os valores emprestados podiam assumir grandes montas como no caso de Manoel Joaquim das Chagas o qual, em 1844, assinou o seguinte documento particular dando todos os seus bens como garantia de pagamento:

Devo pagar ao Exc. Sr. comendador Joaquim Ribeiro de Avellar a quantia de setecentos e cinqüenta mil contos de reis (R.750\$000) cuja quantia pagarei ao dito Sr. ou a quem este me apresentar da forma seguinte a saber, a quantia de trezentos e setenta e cinco mil reis em fins do mês de novembro do corrente ano e outros trezentos e setenta e cinco mil reis no mês de novembro de mil oitocentos e quarenta e cinco, para cujo pagamento obriço os meus bens presentes e futuros e para clareza passei a presente

⁴⁰⁸ Idem, Ibidem.

⁴⁰⁹ Carta de Francisco Nicolau Michaeli para o major César Cadolino e Joaquim Ribeiro de Avellar referentes à cobrança de dívidas, hipoteca e arrematação de bens. Cavanca, 7 de fevereiro de 1841 a 13 de julho de 1850. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 39.

⁴¹⁰ Letra provisória de Domingos Antônio Bittencourt de empréstimo pedido ao Barão de Capivary. Pau Grande, 1 de março de 1850. “Devo que pagarei ao Exc Sr Barão de Capivary a quantia de 112 mil contos de reis procedidas de outra quantia de igual quantia que ao fazer deste recebi do mesmo Exc Sr em notas valentes neste Império cuja quantia pagarei ao dito Exc Sr ou a quem este me apresentar desta douda a seis meses obrigando-me a pagar o premio de um por cento ao mês até ao total embolso, e para clareza passei o presente por mim somente, assinado e (sic) ao Sr Boaventura Rodrigues de Rezende que como tantas assinadas.” Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 177.

por mim somente assinada de Fazenda Pau Grande, 29 de setembro de 1844.

*Manoel Joaquim das Chagas.*⁴¹¹

Para tentar traçar um panorama da atividade usurária de Joaquim Ribeiro de Avellar é preciso analisar, separadamente, os empréstimos feitos no interior do círculo familiar daqueles efetuados a pessoas conhecidas. Tendo em vista os documentos pesquisados, é possível afirmar que os primeiros empréstimos por ele concedidos foram a membros da parentela. Em setembro de 1838, Manoel Gomes Ribeiro de Avellar recebeu cinco contos de réis do tio para serem pagos em um ano. Seu irmão, José Gomes Ribeiro de Avellar, se endividou em duzentos e setenta e dois mil, em dezembro do mesmo ano.⁴¹² Não foi possível rastrear o pagamento ou renegociação destas dívidas ao longo do tempo. Contudo, é interessante apontar que, estes personagens foram citados no inventário do barão como seus devedores ao lado de outro sobrinho, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, demonstrando que os laços de dependência financeira constituídos se mantiveram até o falecimento do patriarca:

Declaro que nos meus livros está aberta uma conta desse meu sobrinho José Gomes Ribeiro de Avellar que não tenho clareza dela, o meu herdeiro entregará a ele para benefício dos filhos.

Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar deve dinheiro à falecida Emmerenciana.

Manoel Gomes Ribeiro de Avellar tem hipoteca de todos os seus bens a outros credores que arrematei ficando com a fazenda e 50 contos. Meu

⁴¹¹ Grifos meus. Letra promissória de Manoel Joaquim das Chagas pelo empréstimo concedido por Joaquim Ribeiro de Avellar. Pau Grande, 29 de setembro de 1844. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 367.

⁴¹² Cartas de José Gomes Ribeiro de Avellar Jr. a Joaquim Ribeiro de Avellar sobre empréstimo. Fazenda Japão 5 de dezembro de 1838. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 60. Letra provisória de Joaquim Ribeiro de Avellar referente a empréstimo efetuado a Manoel Gomes Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1838. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 366.

*herdeiro fará alguma equidade conforme as circunstancias em que se achar.*⁴¹³

Como se vê, alguns membros da parentela puderam contar com a benevolência do barão no que concernia a prazos e cobrança de juros. Ao sobrinho José garantiu o esquecimento de parte de suas dívidas em favor de seus filhos, entre os quais estava seu afilhado, José Gomes Ribeiro Jr. No caso do outro sobrinho Manoel Gomes Ribeiro, dono da fazenda da Glória, Joaquim arrematou a hipoteca de todos os seus bens, passada a terceiros, todavia, não a executou. Até sua morte, Manoel Gomes continuou morando com a família nas terras da Glória. O barão, porém, advertiu ao filho que tratasse a situação com justiça e moderação, mas, por outro lado, incorporou a fazenda aos bens testados.

A solidariedade familiar e a ajuda mútua foram fatores vitais na manutenção do patrimônio da classe senhorial. Por meio de intrincada teia de relações pessoais buscava-se evitar que o patrimônio de membros da parentela se dispersasse e escapasse do controle familiar.⁴¹⁴ Tais atitudes que permitiam um maior espaço para a negociação de dívidas também eram encontradas entre alguns velhos amigos. Em carta de 22 de julho de 1849, endereçada a Francisco José Teixeira Leite, o barão de Capivary pedia que sua dívida fosse parcelada em letras menores e teve seu desejo atendido.⁴¹⁵ Em outra ocasião, o barão de Vassouras lhe escrevia:

Vassouras, 2 de fevereiro de 1863.

Meu amigo e Exc,

(...) Pelo Sr. Laureano José Coelho recebi a de V.Exc. de 17 falando-me para emprestar a ele hipotecando-me ele todos os bens. Eu não gosto de

⁴¹³ Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).

⁴¹⁴ Os empréstimos a familiares eram constantes na dinâmica social em questão. Em 18 de fevereiro de 1858, o afilhado José endividou-se em duzentos e setenta mil réis com o Barão e, em 21 de março de 1862, Joaquim Gomes. M. Avellar pedia nove contos de réis emprestado ao tio alegando que preferia recorrer à ele do que ao banco de Vassouras. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 60.

⁴¹⁵ Cartas de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. 22 de julho de 1849. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38.

emprestar por hipoteca mas estou persuadido que este Sr. é capaz, basta ser seu recomendado. (...) Minha fortuna está nas mãos dos cafeicultores e com a falta de café nada recebo, porém se V.Exc. quizer servir a ele eu posso dar o dinheiro e V.Exc. me paga em crédito pelo tempo que lhe convier.

*Francisco José Teixeira Leite.*⁴¹⁶

Numa sociedade de famílias como era a sociedade oitocentista, imperava a lógica personalista e hierárquica. Para obter crédito com o financista Francisco Teixeira Leite, Laureano José Coelho pediu uma carta de apresentação ao barão que escreveu ao chegado amigo garantindo a idoneidade do cafeicultor. A recusa de Teixeira Leite pode ter ocorrido porque não julgou a transação segura ou, realmente, pelos motivos descritos: não gostava de operar com hipotecas, pois, em caso do não pagamento da dívida, teria que ficar com a fazenda de café que levaria algum tempo para ser convertida em dinheiro.

Apesar da recusa, o financista enviava, em sua carta resposta, uma solução para o impasse. Disponibilizaria o crédito ao barão caso ele quisesse efetuar pessoalmente o empréstimo e não tivesse capital móvel disponível como, aliás, era bastante comum. A forma como anunciava a notícia, demonstra ser esta prática, perfeitamente, cabível no universo das relações financeiras e pessoais de ambos os envolvidos. Afinal, para o amigo fazendeiro, a hipoteca era um negócio vantajoso porque abria a possibilidade de acumular terras e escravos de forma rápida.

Infelizmente, a resposta de Joaquim Ribeiro de Avellar a proposição de Teixeira Leite no que se referia aos negócios com o Sr. Laureano José Coelho não sobreviveu ao tempo. No entanto, os recibos e notas promissórias assinadas pelos devedores do barão ao longo de quase vinte anos, demonstram que ele exerceu a atividade de fazendeiro-financista

⁴¹⁶ Cartas de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary. 2 de fevereiro de 1863. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38.

desde, pelo menos, o início da década de 1840 até seu falecimento em 1863.⁴¹⁷ Os prazos para cobrança variavam conforme a pessoa e o montante do empréstimo. Os juros mantiveram uma regularidade de 1% ao mês sobre o valor total até que a dívida fosse integralmente saldada. Paralelamente, Joaquim Ribeiro de Avellar também emprestava dinheiro por hipoteca ou mesmo arrematava hipotecas feitas a terceiros aumentando, assim, consideravelmente sua riqueza.

Em 1828, o patrimônio de Joaquim Ribeiro de Avellar em terras era constituído pelos sítios da Posse Grande e Papagaio além de dois quintos da fazenda Pau Grande, herdados de sua mãe Antônia e de sua irmã Emmerenciana. Cerca de vinte e cinco anos depois, havia acrescido a seus bens as fazendas Cachoeira, São Joaquim e Glória, além de: “uma data de terras no lugar denominado Coqueiros (5:000\$000), duas datas de terra no Sardual (4:060\$000), uma data de terras no arraial de Paty (3:000\$000), uma data de terras na Covanca (2:500\$000), uma casa de sobrado no arraial de Paty (2:000\$000)”.⁴¹⁸ Outra grande parte de sua fortuna estava investida em setecentos e nove escravos (623:960\$000), mais de oitocentos mil pés de café, animais de carga, animais de criação, ouro, móveis, louça e pratarias.⁴¹⁹ O barão tinha como prioridade investir em bens agrícolas, explicando,

⁴¹⁷ Alguns exemplos de empréstimos concedidos pelo barão de Capivary: Letra provisória e recibo de Emílio Mariano dos Santos pelo empréstimo contraído com o Barão de Capivary. 20 de junho de 1860 a 8 de maio de 1862. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 187; Letra promissória assinada por Ignácio Joaquim de Albuquerque pelo empréstimo feito por Joaquim Ribeiro de Avellar. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1842. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 234; Letra provisória assinada por Felipe José da Cruz pelo empréstimo contraído com o Barão de Capivary. Pau Grande, 30 de janeiro de 1847. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 191; letra provisória de Joaquim Rodrigues Manso pelo empréstimo concedido pelo Barão de Capivary. Pau Grande, 7 de abril de 1863. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 289.

⁴¹⁸ Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116).

⁴¹⁹ No inventário os animais de carga e de criação recebem a seguinte avaliação: oitenta bestas (3:000\$000), cem bois de carga (4:000\$000), vinte e cinco vacas (3:500\$000), doze bezerros de diferentes tamanhos (750\$000), cem porcos (120\$000), trezentos porcos para crias (150\$000), duzentos leitões (200\$000), duzentos e cinquenta carneiros (750\$000), um cavalo russo (100\$000), um outro escuro (100\$000), uma besta rosa (100\$000). Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116).

assim, que a quase totalidade da riqueza inventariada estivesse em terras, escravos e cafezais. O que estava em jogo, em última instância, não eram os lucros em si, pois os empréstimos a juros rendiam muito mais em menos tempo. O foco principal era fortalecer a posição de senhor de terras e de homens buscando a reafirmação de um ideal aristocrático e a legitimação de uma hierarquia social excludente. Sua principal tarefa como patriarca era ampliar a patrimônio e fortalecer o nome familiar no interior da reduzida classe senhorial.⁴²⁰ Ao falecer em sua fazenda, em 2 de julho de 1863, pode-se dizer que tinha realizado esta missão com sucesso.

⁴²⁰ FRAGOSO, J. & FIORENTINO, M. *Arcaísmo como Projeto*. Op. Cit.

Capítulo 7 - O fazendeiro cortesão: a administração de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr.

Os dias que sucediam a morte de um patriarca, os ritos fúnebres, a abertura do testamento, até o inventário e a partilha dos bens eram momentos que colocavam em xeque a solidariedade familiar, como valor supremo.⁴²¹ Desse modo, justifica-se a recorrente preocupação demonstrada nos testamentos de manter a união familiar estável. A repartição dos bens, a concessão da terça, a avaliação do patrimônio, o reconhecimento das dívidas passivas, a apresentação de cobranças, a concessão de alforria a escravos, deixavam em suspenso os montantes a serem herdados. Por outro lado, ainda podia haver surpresas como o reconhecimento de filhos ilegítimos e a inclusão dos mesmos na partilha o que, certamente, trazia atrito entre os herdeiros.⁴²²

Não é possível saber ao certo como foram estes momentos de consternação, após a morte do barão de Capivary. Tendo falecido em casa, na companhia da família, aos setenta e três anos, seu corpo foi velado e enterrado na capela da fazenda. Ao testar, pediu a seu herdeiro e inventariante que providenciasse os ritos funerários, porém determinava: “não quero com pompa, só bastará que os meus amigos acompanhem a sepultura”. Dentre os

⁴²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. Op. Cit., pp 385-437.

⁴²² Segundo João José Reis, chegar a velhice depois de uma longa vida e poder organizar a própria morte era um privilégio de poucos, a chamada “bela morte”. Após o falecimento, passava-se a preparação do defunto para o velório e a organização do funeral. O corpo deveria ser banhado e ter o cabelo, barba e unhas cortados. Dentre os mais ricos era comum a compra de acessórios novos para a ocasião como sapatos e meias. A seguir, era necessário “armar a casa” para o velório. “Na entrada da casa, capelas, ramos fúnebres ou panos cortinados avisavam os transeuntes sobre a presença da morte. No Rio se colocava um pano preto decorado em ouro se o defunto fosse casado, lilás e preto se solteiro, branco ou azul com dourado se criança. Havia outras formas de anunciar a morte, como os gritos das carpideiras. (...) As famílias mais abastadas, também avisavam por meio de cartas-convite, distribuídos por escravos, fâmulos ou pessoas especialmente contratadas.” REIS, José João. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. SP: Cia das Letras, 1991, p128. Do mesmo autor ver, ainda: “o cotidiano da morte no Brasil oitocentista” In: ALENCASTRO, Luis Felipe. *História da Vida Privada no Brasil- Império: a corte e a modernidade nacional*. SP: Cia das Letras, 1997, pp 95-142. Sobre a concepção de velhice na sociedade oitocentista ver: MUAZE, Mariana de A. F. “As várias faces da velhice” In: LEMOS, Maria Teresa & ZABAGLIA, Rosângela A.(org) *A Arte de Envelhecer: saúde, trabalho, afetividade, estatuto do idoso*. SP: Idéias & Letras/RJ: UERJ, 2004, pp 95-116.

pedidos religiosos incluía: “mandará dizer as missas que julgar bastante por minha alma e mandará dizer mais 200 missas por alma de meus pais e manas.”⁴²³ O acontecido mereceu destaque na sessão de Titulares do Almanaque Laemmert: “barão de Capivary, Joaquim Ribeiro de Avellar, grande do Império, estrela quatro, e um dos mais ricos fazendeiros, faleceu em sua fazenda do Paty do Alferes, no mês de julho de 1863”.⁴²⁴ Na semana seguinte, D. Leonarda Maria Velho da Silva e, seu filho, Dr. José Maria mandavam publicar no Jornal do Commercio o convite para “a missa de sétimo dia a ser celebrada no dia 10 do corrente, às 8 e ½ hs na Igreja da Ordem Terceira do Carmo”, Rio de Janeiro.⁴²⁵

A abertura do testamento, realizada logo após a sua morte, ocorreu sem muitas surpresas. Todos os trâmites necessários foram providenciados em família. O inventário do barão foi aberto por José Maria da Silva Velho, advogado e irmão de Marianna Velho de Avellar que, em carta a mãe relatava: “grande satisfação nos deu a vinda dele e pelo serviço que aqui nos fez deixou-nos inteiramente tranqüilos sobre inventários”.⁴²⁶ Seguindo a vontade do falecido, expressa em testamento, a terça da herança coube a seus netos Maria José, Luisa, Julia, Antônio Ribeiro, filhos de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e Mariana Velho Ribeiro de Avellar. A decisão, de comum acordo com o filho e a nora, já tinha sido feita há alguns anos. Em carta datada de 18 de fevereiro de 1858, José Maria Velho da Silva, respondia as dúvidas de Mariana sobre a possibilidade de transformar seus filhos em herdeiros diretos do sogro:

⁴²³Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).

⁴²⁴Almanaque Laemmert. Officina dos Irmãos Laemmert, RJ: 1863. In: www.crl.edu/content.asp?I1=4&i2=18&I3=33&I4=22.

⁴²⁵ Jornal do Commercio, 7 de julho de 1863. Biblioteca Nacional (sessão de periódicos).

⁴²⁶ Carta de Mariana Velho de Avellar para Leonarda Velho da Silva. Pau Grande, 11 de julho de 1864. (Coleção Particular 2).

Minha querida Marianinha

Fiz estudar mais profundamente a questão da doação e aí vai o resultado o qual é definitivo. Não há meio mais seguro de firmar os interesses das meninas segundo as generosas intenções de seu santo avô e livre de toda e qualquer contestação, senão por testamento e dentro da terça, ou no todo, ou em parte. Dessa maneira pode estabelecer todas as cláusulas que a sua consciência lhe ditar em benefício das netas e netos.

Muitas saudades do Joaquim, muitos beijos a boa Mariquinhas e a galantíssima Luisa.

Recomenda-me ao Sr. Barão e a todos.

Teu pai amado,

Velho⁴²⁷

A correspondência demonstra que, o barão tinha uma saúde frágil que há muito o limitava em suas atividades cotidianas. Não são raros os desejos de reabilitação enviados pelo casal Velho da Silva, em suas cartas a filha, ou pelos irmãos Francisco e Joaquim José Teixeira Leite. Entretanto, mesmo antes de sua doença se tornar irreversível, já havia a preocupação de assegurar às futuras gerações parte do patrimônio, principalmente, no que se referia às netas que, assim, teriam a garantia de bons casamentos. O total da terça deixada em herança foi calculado em 178:173\$317 que, após os descontos de dívidas passivas, impostos e outras despesas, foram convertidos em trinta e cinco apólices da dívida pública para cada um dos beneficiados a serem recebidos nas datas de seus respectivos casamentos ou maioridade, no caso de Antônio Ribeiro.⁴²⁸

⁴²⁷ Carta de José Maria Velho da Silva a Marianna Velho de Avellar. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1858. (Coleção Particular 2).

⁴²⁸ Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242) e testamento do Visconde de Ubá, Pau Grande, 23 de outubro de 1888. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 509).

Considerando as pessoas livres beneficiadas pelo testamento do barão de Capivary, além de seu filho Joaquim e dos netos menores, constavam, ainda, o compadre José de Oliveira Barcellos, que recebeu 3:000\$000 em terras que já eram de seu usufruto, a agregada Anna Isabel do Parahyso Ribeiro que manteve seus escravos e terras arrendados além de receber 50\$000, e seus afilhados. No que se referia a estes últimos, testou 600\$000 a cada uma das sete pessoas que batizou. A justificativa dada, pelo próprio barão, para o pagamento de quantia que considerou módica era que, durante sua vida, havia concedido muitas ajudas financeiras a todos os afilhados, principalmente, àqueles com quem possuía vínculos parentais. Citou em particular os casos de Maria Jacintha, Maria e Mariana as quais já havia beneficiado os maridos com diversos favores.

No que se refere aos escravos, dentre o imenso plantel que possuía, o barão contemplou com a alforria as pardas, Ilíada, Prudentina e Florinda, e a crioula Leonídia, conforme promessa feita a sua finada irmã D. Mariana. Contudo, havia outra escrava a quem fez questão de alforriar e enfatizar sua proteção pessoal. América Luiza da Conceição teve destaque no testamento do barão do Capivary por ser a única escrava que, além do direito à liberdade, recebeu usufruto de porções de terra e diversos escravos. O antigo dono fez questão de ser bem específico em relação aos bens que ela herdaria, para evitar um possível descumprimento de sua vontade:

Teodora (cabra), Isabel (crioula), Luisa (parda), os quais vieram da Cachoeira. Deixo mais a mesma Armínia, Augusta (crioula, filha de Niza), Maria (filha de Ventura), Generosa (filha de Luducena), Fausta (filha de Henriqueta, já falecida). Adão (crioulo), Julio Paulo, Guido, Fortuna e Pedro, os quais estão na Cachoeira. Deixo mais a mesma América, Francisca e Maria, com os dois filhos, Generosa (parda) e Adão (crioulo), comprados de minha afilhada Antonica. Deixo mais a mesma América, Margarida Bahiana e os filhos que estão na Cachoeira e assim mais dois

*partidos de café, um que está na Cachoeira, que lhe chamam “Café do Matheus” e o outro no caminho da Tetea.*⁴²⁹

Ordenava, ainda, ao filho Joaquim que deixasse a forra morar na fazenda Pau Grande, provendo-a de casa e terras para cultivo. Dispunha dentre os bens a serem herdados crianças escravas que, se passassem da primeira infância, se tornariam uma mão de obra futura. Os mais de vinte escravos herdados foram avaliados em 7:800\$000 e, por determinação do doador, não poderiam ser vendidos. Conforme as condições colocadas no inventário, após a morte de América, os cativos retornariam a seu herdeiro majoritário Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Desta forma, “não podia a mesma América vender os escravos deixados e só servir-se deles durante a vida”. Para evitar que o filho contestasse sua vontade perante a Justiça, lembrava-o dos favores que lhe devia, sobretudo por tê-lo reconhecido como filho legítimo. Assim, dizia:

*Recomendo a meu herdeiro que proteja sempre que puder a Joaquim de Oliveira Barcelos, assim como que não se descuide de proteger a América, pois tudo isto que faço é por um verdadeiro capricho e espero que o meu herdeiro se lembre de tudo quanto me deve, para não faltar a um pedido meu.*⁴³⁰

Dentre os benefícios concedidos à América Luiza da Conceição estavam 10:000\$000 que foram pagos, mensalmente, em dinheiro, até o seu falecimento ocorrido no início do século XX.⁴³¹ O longo período de tempo compreendido entre a morte do barão, em 1863, e o final dos pagamentos demonstra que a escrava ainda era jovem quando recebeu a alforria. A grande preocupação do barão com o sustento e bem-estar de América

⁴²⁹ Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).

⁴³⁰ Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).

⁴³¹ Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116). O inventário foi aberto em 10 de setembro de 1863 sendo encerrado, somente, em 1917. Desta forma, é possível encontrar os recibos assinados por América Luiza da Conceição referente ao recebimento de pensão. Após a morte do visconde de Ubá, em 1888, o compromisso

Luiza, provavelmente, se devem a um tipo de relação mais íntima mantida entre Joaquim e a escrava. Pode-se conjecturar que se tratavam de pai e filha ou, mesmo de amantes. Acredito mais efetivamente na segunda hipótese, pois o barão pedia o repatriamento dos bens ao filho Joaquim após a morte da forra, não se preocupando com os futuros descendentes da liberta. Caso se tratasse de sua filha, provavelmente, isso não ocorreria já que os bens herdados seriam uma garantia de futuro para os netos ilegítimos.

Após o cumprimento de todas as disposições colocadas no testamento e a abertura do processo de inventário, Joaquim Ribeiro de Avellar passou a administrar sozinho uma fortuna de 611:979\$952, sendo 407:986\$634 de patrimônio pessoal e 178:173\$317 relativo à terça de seus filhos.⁴³² Tais números o mantêm num patamar privilegiado dentro da classe senhorial vassourense. O político e antigo amigo da família, Joaquim José Teixeira Leite, por exemplo, deixou, em 1868, uma fortuna avaliada em 767:937\$876 e era considerado um dos homens mais ricos de Vassouras, na época.⁴³³ O perfil da riqueza herdada por Joaquim Ribeiro de Avellar, em meados da década de 1860, caracterizava-se, sobretudo, por manter um grande capital investido em escravos, terras e cafezais. Entretanto, esta tendência largamente utilizada por seu pai, não perdurou até o fim da administração do futuro visconde de Ubá, como será demonstrado ao longo deste capítulo.

Ao testar, em 1888, o visconde de Ubá declarava o seguinte:

foi assumido pela viscondessa que, ao falecer em 1898, deixa o encargo para o filho Antônio Ribeiro de Avellar.

⁴³² A transmissão de patrimônio no mundo luso-brasileiro era regida pela Ordenações Filipinas de 1603. No Brasil, após a independência houve a adoção da legislação civil portuguesa que se baseia numa concepção negativa da mulher na sociedade. Mantinha-se a tradição do direito romano onde quem administrava os bens dos filhos menores era o pai até que estes atingissem 25 anos, constituíssem matrimônio ou se emancipassem. Ver: MELO, Hildete & Marques Teresa C de N. “A partilha da riqueza na ordem patriarcal” In: *Revista de Economia Contemporânea*, Volume 5, Nº 2, jul/dez, 2001 e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A questão da tutoria e emancipação” In: *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. Op. Cit., pp 31-47.

⁴³³ Ver: FALCI, Miradan Britto & MELO, Hildete Pereira de. “Riqueza e Emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero”. In: *Estudos Históricos*, RJ, nº 29, 2002 e FALCI, Miradan Britto & MELO,

*A minha fortuna na data deste testamento e a seguinte: 235 contos de réis no Banco do Brasil, 115 apólices de 1 conto cada que, juntas a 502 apólices que dei a meus filhos para entrar de herança, devo professar a quantia de 800 contos de reis, tendo além disso mais o seguinte: Casas e terrenos em Petrópolis e na cidade do RJ, fazenda sem elemento servil e uma dívida com hipoteca.*⁴³⁴

A situação financeira do visconde de Ubá, no final da década de 1880, demonstra que houve uma conversão da maior parte da sua fortuna para apólices da dívida pública e dinheiro, depositado em conta corrente no Banco do Brasil, contabilizando mais de 800:000\$000. Seriam, ainda, acrescidos a esse montante casas e terrenos em Petrópolis e na Corte, fazenda sem elemento servil e dívidas de hipoteca. Analisando os bens que compuseram seu monte-mor, é possível perceber que rompera o ciclo de investimentos típico do fazendeiro-capitalista, o qual seu pai participou ativamente. Entretanto, o patrimônio continuava sendo entendido, a um só tempo, como necessidade econômica e afirmação simbólica.

Nos últimos anos de sua vida, os lucros obtidos na agricultura e na concessão de empréstimos e hipotecas foram depositados em conta corrente e investidos em apólices da dívida pública. Ou seja, em bens não agrícolas. Não havendo, portanto, reinvestimentos em terras, escravos e cafezais, como era de costume. Todavia, o visconde de Ubá não estava sozinho. Outros importantes fazendeiros também efetuaram esta conversão, tais como o comendador Manuel de Aguiar Vallim, o barão de Itapetinga e o barão de Nova Friburgo.⁴³⁵ Quais teriam sido, então, as principais estratégias de manutenção do

Hildete Pereira de. “Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma herança” In: *Abphe.org.br/congresso2003/textos/abphe-2003*.

⁴³⁴ Testamento do Visconde de Ubá, Pau Grande 23 de outubro de 1888. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 509).

⁴³⁵ FRAGOSO, João Luís & Rios, Ana M. Lugão. “Um empresário brasileiro nos oitocentos” In: CASTRO, Hebe Maria Mattos & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate*. Op. Cit, pp197-224.

patrimônio e da riqueza familiar utilizadas pelo visconde de Ubá ao longo dos vinte e cinco anos em que esteve a frente dos negócios?

Com certeza, não se pode falar de uma única estratégia de conservação do patrimônio que tenha sido praticada, pelo futuro visconde de Ubá, durante este longo período de tempo. Ao receber a responsabilidade sobre a gerência da fortuna familiar após a morte do pai, em 1863, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. teve de lidar com uma série de transformações de caráter político, econômico que afetavam em cheio os negócios numa sociedade pré-industrial. A lei do Ventre Livre, a nova fundação do Banco do Brasil, o crescimento das instituições financeiras e das sociedades anônimas, a Guerra do Paraguai, a discussão sobre a utilização da mão de obra imigrante, a percepção do fim próximo da escravidão, foram alguns aspectos que estiveram em pauta, durante a segunda metade dos oitocentos e que tinham de ser levados em consideração na hora de escolher os investimentos mais adequados.⁴³⁶

Em face de todas estas questões, certamente, pode-se vislumbrar diferentes formas de aplicação do capital que variaram conforme a interpretação pessoal dos acontecimentos políticos e econômicos vividos. A grande engenharia estava, portanto, em entender as “mudanças dos ventos” e fazer os melhores investimentos a tempo. Seu parente, o visconde da Paraíba, por exemplo, apesar de ter sido um dos grandes cafeicultores da comarca de Paraíba do Sul, visinha a Vassouras, dividia os bens testados em terras, dinheiro para ser investido em jóias e escravos.⁴³⁷ Entretanto, fazia questão de alertar:

⁴³⁶ FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão – 1850/1880. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaio sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, pp143-166.

⁴³⁷ Segundo João Luís Fragoso, o Visconde de Paraíba (família Ribeiro de Avellar) juntamente com o primeiro Barão de Santa Justa (família Alves Barbosa) possuíam um plantel de 1.219 cativos, ou seja, 8,2% da população escrava do município de Paraíba do Sul, em 1872. (Fragoso, 1990, p. 654).

*Declaro que meu testamenteiro deve a minha neta, no dia em que casar, Rosa filha de minha filha Rosa a quantia de 12 contos e 500 mil réis para ela comprar brilhantes. Declaro que não deixo mais legados porque amo muito a meus filhos e vejo que seu futuro como lavradores é medonho.*⁴³⁸

Fazenda Boa Vista, 13 de junho de 1876.

Como se vê, as percepções sobre o futuro da economia agrária podiam variar dentro da mesma parentela, família ou ao longo da vida de um grande proprietário. As lacunas para explicar as formas de administração da riqueza familiar utilizadas por Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. são grandes. No entanto, é possível inferir algumas constatações importantes. Certamente, a atividade agrícola foi a sua principal fonte de renda durante os vinte e cinco anos em que esteve à frente dos negócios. Afirmando isso baseada em sua contabilidade para os anos de 1870 a 1876, na qual eram lançados os lucros com a venda do café (“café exportado”) e com a atividade usurária (“devedores pagaram”), sendo a primeira muito maior em volume de rendimentos do que a segunda, como pode ser conferido no quadro abaixo.⁴³⁹

ano	Café exportado	Devedores Pagaram	Café + pg devedores	Total das despesas/ mês	Sobra	Outros	Total líquido
1870	162:587\$000	28:344\$000	191:931\$000				
1871	147:901\$406	45:146\$341	193:047\$747	84:845\$061	108:202\$686*		108:202\$686*
1872	324:048\$287			73:235\$811			250:812\$476*
1873	181:797\$610	92:460\$383	274:257\$993*	94:948\$080	179:309\$913*	92:460\$323*	86:849\$590
1874	218:099\$092			161:976\$354. (70:000\$000 - viagem a Europa)		12:000\$000 (obras casa de Petrópolis)	56:122\$738*
1875	183:697\$382			177:186\$042	6:511\$340*		6:511\$340*

⁴³⁸ Grifo meu. Testamento do Visconde da Paraíba. Arquivo Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Comarca de Paraíba do Sul, Fazenda Boa Vista 13/6/1876. O Visconde da Paraíba (7/1/1805 – 12/1/1879) casou-se em 15 de janeiro de 1831 com Carolina Rosa de Azevedo com quem teve cinco filhos: Manoel, Rosa, João, Luís e Carolina Azevedo Avellar.

⁴³⁹ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notações 798 e 801. A tabela foi construída a partir de dados fornecidos pelo documento, o (*) indica que o número fornecido na tabela não constava na fonte primária. No entanto, os valores fornecidos em outros campos permitiram o seu cálculo.

1876	215:716\$736			166:426\$565	39:837\$171	30:000\$000 (obras casa de Petrópolis)	9:837\$171
1879	199:448\$266 (28.123@)						
1880	116:188\$629 (20.405@)						

É interessante reparar que, até, pelo menos, 1873, os empréstimos a juros, tinham seus lucros considerados como parte do rendimento familiar anual e entravam nas despesas mensais juntamente com os ganhos gerados na produção do café. Essa assiduidade da atividade usurária até o início da década de setenta também foi corroborada por outro documento do futuro visconde de Ubá, o qual ele apresenta a relação dos devedores da fazenda Pau Grande nos anos de 1869 e 1870. Tratava-se de um “balanço por quantias principiando das maiores para as menores” o qual incluía quarenta e três pessoas entre parentes, figuras de importantes famílias locais, além de dívidas de espólios que, juntas, totalizavam 762:042\$000, quantia nada desprezível para a época. As dívidas variavam entre 167:259\$000, que constavam no nome da viúva de José Gomes Ribeiro de Avellar, e 263\$142 emprestados a Gustavo Pires do Couto.⁴⁴⁰

Além disso, são diversos os recibos de hipotecas e letras promissórias em seu benefício encontrados no fundo Fazenda Pau Grande.⁴⁴¹ A mais antiga é anterior a seu casamento com Mariana Velho da Silva:

⁴⁴⁰ Relação de devedores da fazenda Pau Grande 1869-1870. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 795. (ver anexo 1).

⁴⁴¹ No Fundo Fazenda Pau Grande do Arquivo Nacional também são encontrados os seguintes documentos que comprovam sua atividade usurária: Letra promissória de Firmino Caetano de Fraga de dívida contraída com o tenente coronel JRA. Paty, 1 de setembro de 1864 (notação 640); Termo de validação de bens do espólio de Francisca das Chagas Xavier Leitão para serem executadas pelo tenente coronel Joaquim Ribeiro de Avellar e Soares & Mello que foram apresentados pelo depositário Manoel Francisco de Oliveira Xavier. s/l e s/d, (notação 808); Translado de escritura de cessão, transferência e quitação de dívida com hipoteca que faz Joaquim de Oliveira Barcelos a Joaquim Ribeiro de Avellar. Valença, 1 de fevereiro de 1862, (notação 811); Certidão de escritura e obrigação com hipoteca de bens de raiz e escravos referente a fazenda da Glória

*Devo que pagarei ao Sr. Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. a quantia de cento e cinqüenta mil reis que me emprestou em notas do banco cuja quantia pagarei a ele dito ou em sua ordem desta data a oito meses.*⁴⁴²

Francisco Thomé Gonçalves

O caso de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. se apresenta um pouco distinto daqueles encontrados por Fragoso, inclusive, no interior da mesma família, como no caso do visconde da Paraíba.⁴⁴³ Segundo o autor, era comum que as primeiras gerações de fazendeiros-capitalistas da região do vale fizessem investimentos esporádicos no campo das atividades usurárias para aumentarem, em pequeno espaço de tempo, seu patrimônio. Havendo uma tendência de que seus filhos abandonassem este campo, nas gerações subseqüentes. No exemplo aqui estudado, percebe-se a continuidade de tal atividade por duas gerações seguidas. Além disso, as entradas de seus lucros nos rendimentos mensais, somada ao montante de recibos e hipotecas em diversas épocas, demonstram o exercício um tanto regular desta prática.⁴⁴⁴

A segunda parte desta documentação contábil, fornece, mês a mês, o faturamento de Joaquim Ribeiro de Avellar para os anos de 1871 a 1876. A partir dela, é possível inferir que, nos anos sessenta e setenta, empregou grande parte de seu capital na compra de imóveis urbanos (Petrópolis e Corte), realização de viagens com a família e aquisição de

do Mundo, fazenda Bom Jardim e terras em Piabanha que faz Luís Querino da Rocha e seus credores Furquim & Irmãos, Joaquim Ribeiro de Avellar e outros. RJ, 28 de julho de 1862, (notação 812).

⁴⁴² Nota promissória de Francisco Thomé Gonçalves pelo empréstimo pedido a Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Ribeirão, 19 de fevereiro de 1845. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 218. Pode-se citar ainda: letra promissória de Firmino Caetano de Fraga de dívida contraída com o tenente coronel Joaquim Ribeiro de Avellar, Paty, 1 de setembro de 1864. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 640; Translado de escritura de cessão, transferência e quitação de dívida com hipoteca que faz Joaquim de Oliveira Barcelos a Joaquim Ribeiro de Avellar, Valença, 1 de fevereiro de 1862, Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 811, dentre outros.

⁴⁴³ FRAGOSO, João Luís. Homens de Grossa Aventura. Op. Cit.

⁴⁴⁴ Apesar da prática regular da atividade usurária, Joaquim Ribeiro de Avellar era considerado um fazendeiro e não um “capitalista”, em sua região. Isso se deve ao fato de que a maior parte de seus rendimentos vinham dos negócios rurais, como já foi explicitado no texto. Ver: Município de Vassouras e Freguesia de Nossa

bens de consumo. Pode-se dizer, portanto, que tais escolhas apontam uma mudança no campo de investimento em relação às gerações anteriores. Joaquim Ribeiro administrou os bens agrícolas herdados – terras, escravos e cafezais -, principal fonte de riqueza familiar, contudo, aplicou grande parte de seus lucros em casas e terrenos urbanos nas principais cidades do Império, tal qual ficou registrado em seu inventário.⁴⁴⁵

Poucos meses depois do falecimento do barão de Capivary, em 1863, Joaquim Ribeiro de Avellar adquiriu uma bela casa em Petrópolis de Dom André Lamas, ministro do Uruguai. Anteriormente, para as longas estadas familiares em Petrópolis, era comum o aluguel de imóveis ou a reserva de hotéis, preferencialmente, o Hotel Bragança, conforme demonstram as correspondências analisadas.⁴⁴⁶ A nova residência de veraneio se localizava na rua dos Mineiros, atual Silva Jardim, e foi descrita pela sogra Leonarda Velho de Avellar, em carta a esposa, nos seguintes termos: “chegados a este teu palácio, encontramos tudo tão bom que parecia o céu. Bonita e limpa casa, na sala estavam dois vasos que continham as mais belas e odoríferas flores, os quartos muito bem arranjados, e tudo em grande asseio.”⁴⁴⁷ A moradia também abrigou as princesas imperiais durante suas núpcias o que era, certamente, uma prova do alto padrão de conforto que oferecia. Em seu diário, a

senhora da Conceição do Paty do Alferes In: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. In: www.crl/content.asp, 1878, pp313, 317.

⁴⁴⁵ FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes Negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão” In: FORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp143-164. Neste texto, os autores demonstram que “os investimentos em prédios urbanos tenderam a aumentar na década de 1870 (...) e as aplicações rentistas conheceram um incremento relativo muito superior ao das exportações”. p145. Portanto, se por um lado, a aquisição de imóveis urbanos tinha um caráter de “vitrine social”, conforme afirmei, por outro, tratava-se de um bom investimento.

⁴⁴⁶ Carta da Leonarda Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar. Petrópolis, sábado, 3 de dezembro, às 9h da noite. (Coleção Particular 2). Na década de 1850, a família também costumava se estabelecer na residência alugada por Leonarda e José Maria Velho da Silva.

⁴⁴⁷ Carta da Leonarda Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar. Petrópolis, 11 de outubro de 1863. (Coleção Particular 2).

princesa Isabel relatava: “a casa é muito bonitinha e está muito bem arranjada.”⁴⁴⁸ O favor serviu para estreitar as relações há muito estabelecidas entre as duas famílias:

*A Imperatriz, com quem estive ontem, te mandou muitas saudades e a Joaquim e Mariquinhas. Disse que estava muito ansiosa em ver a nossa Marianinha de quem muito gostava. Deus permita que não seja só de palavra... A gratidão que estão a vocês, sobre aquela coisa de que já falei, só ela ficou. Eu teria muito, muito prazer pelos mesmos motivos, e quem não gosta que os seus sejam grandes.*⁴⁴⁹

*Por cá ele (Joaquim) também tem ganho muito boa reputação no mais que já tinha pelas suas condescendências com a casa de Petrópolis todos falam no cavalheirismo dele a todos a respeito, e com ele cavalheiramente se despiu de sua casa favorita.*⁴⁵⁰

Na contabilidade de Joaquim Ribeiro de Avellar, para os anos de 1870 a 1876, os custos da manutenção da família em Petrópolis mereceram destaque. Para facilitar seus cálculos, criou o item “despesas com a família em Petrópolis” independente do que chamou de “despesas deste mês”. Tal forma de organização demonstra que peso destes gastos, no orçamento doméstico, girava na ordem de 37% do total das despesas mensais e incluíam: visita a modistas e alfaiates, compra de calçados, roupas, tecidos e chapéus, além de obras na casa e pagamento de serviços de jardineiro e cocheiro. A decisão de reservar um item específico para o cálculo das despesas em Petrópolis exaltava a cidade como um espaço

⁴⁴⁸ AULER, Guilherme. A Princesa e Petrópolis. RJ: Petrópolis, 1953, p23. A mesma residência abrigou, ainda, o Imperador, em 1888, quando se encontrava adoentado. Após a morte do Visconde, o casarão ficou aos cuidados do genro, Dr. Francisco de Carvalho Figueira de Mello. Em 20 de abril 1903, ele a vendeu para a Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion.

⁴⁴⁹ Grifos meus. O motivo de gratidão da Imperatriz pode ter sido o empréstimo da casa para as núpcias, como foi anteriormente comentado. Carta de Leonarda Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar, Rio de Janeiro 11 de novembro de 1864. (Coleção Particular 2). A afirmação anterior remete a primeira parte desta tese onde apresento a proximidade da família Velho da Silva com D. João VI e com os Imperadores. Tal tradição se mantém durante a segunda metade do século XIX quando Maria José de Avellar Tosta (primogênita de Mariana e Joaquim Ribeiro de Avellar) ocupa o cargo de Dama Efetiva da Princesa Isabel, titulação preenchida pela avó para a Imperatriz Tereza Christina e pela bisavó para D. Carlota Joaquina. Ver: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. In: www.crl/content.asp, 1888, p45.

⁴⁵⁰ Grifos meus. Carta de Leonarda Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar, Rio de Janeiro 3 de março de 1865. (Coleção Particular 2).

privilegiado para a aquisição de bens de consumo e a legitimação de um habitus refinado o qual a família Ribeiro de Avellar fazia questão de compartilhar.

Através da análise das correspondências e da contabilidade, verifica-se que os Ribeiro de Avellar iam a Petrópolis com bastante frequência e, muitas vezes, permaneciam por mais de um mês. As temporadas na localidade serrana figuravam como um momento de reunir a parentela -, pois era um local intermediário entre a fazenda e a Corte - estabelecer contatos com diversos núcleos familiares da classe senhorial do Império, e participar de uma vasta teia de sociabilidade necessária para a manutenção do prestígio daquela casa familiar. Era uma oportunidade de ampliar as relações sociais para além daquelas mantidas com a boa sociedade vassourense e atualizar-se no tocante à moda, comportamento, cultura e política. As mesmas intenções também explicam outro investimento realizado por Joaquim Ribeiro de Avellar: a compra de uma residência na Corte.

*Visconde de Ubá – Paty do Alferes, fazenda Pau Grande e Rua do Catete 152.*⁴⁵¹

Estes eram os endereços de Joaquim Ribeiro de Avellar informados pelo Almanak Laemmert, em 1888, ano de seu falecimento. O imóvel da cidade se tratava de um sobrado de dois andares, adquirido de D. Emília Pinheiro Potestade, em 9 de junho de 1870, sob o registro de rua do Catete 114.⁴⁵² Com a reformulação do numerário da capital, ocorrida em

⁴⁵¹ Almanaque Laemmert. Officina dos Irmãos Laemmert, RJ: 1863. In: www.crl.edu/content.asp, p58.

⁴⁵² MACIEL, Inocêncio da Rocha. *Relatório do Encarregado do Tombamento das Terras da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. 30/11/1872, p23. Consta ainda, na mesma rua, o nome de José Maria Velho da Silva, sogro de Joaquim Ribeiro, como proprietário dos imóveis 2 e 2A (canto da rua de St. Amaro). Tratava-se, provavelmente, de remanescentes da fortuna deixada por D. Leonarda Maria da Silva Velho, proprietária da chácara Santo Amaro, loteada para a construção da rua de mesmo nome, conforme tratado na primeira parte deste trabalho. Tais números foram, posteriormente, vendidos para João Martins Cornélio dos Santos que os doou para servir como sede do Asilo São Cornélio, atual Faculdade Souza Marques. No inventário de D. Leonarda Velho da Silva constavam: Casa da rua do catete 114 (21:330#000); Casa rua St

1874, passaram a constar no nome de Joaquim Ribeiro o sobrado nº152 e a casa térrea nº154 (antigo 116).⁴⁵³ O novo investimento havia sido pago em prestações até maio de 1876, conforme declarou em sua contabilidade pessoal: “8:000\$000 eram referentes ao último pagamento da casa da cidade”.⁴⁵⁴ A escolha do futuro visconde de Ubá em investir na compra de imóveis urbanos mostrava o quanto estava antenado com o mercado que apontava altas consecutivas deste investimento.⁴⁵⁵

As obras na casa do Catete tiveram início algum tempo depois de sua aquisição. Tratava-se da construção de uma nova ala e remodelação de alguns cômodos. Nos meses de agosto a novembro de 1875, o total de despesas de Joaquim Ribeiro de Avellar foi da ordem de 88.734\$887, os quais 45% foram aplicados em obras na casa e encomendas de Paris (40.000\$000) e 11% para a “manutenção da família e Petrópolis” (9.750\$000). No ano seguinte, as despesas declaradas se concentraram de abril a novembro. Compreendiam tanto aspectos estruturais da reforma a exemplo da “colocação de gás na casa da cidade” (1:200\$000), quanto decorativos como: a compra de móveis (30:142\$000), papel de forrar parede (2:039\$150), fazendas para móveis e forração da sala (2:255\$633) e novas encomendas de Paris (11:725\$000).⁴⁵⁶ Os investimentos em obras também foram feitos na residência de Petrópolis entre os anos de 1870 e 1874. Para tanto, foram despendidos 70:000\$000 que incluíam as construções de uma nova ala (30:000\$000), sala de espera e

Amaro 8 (10:000\$000); Casa rua St Amaro 12 (12:000\$000). Coleção Roberto Meneses de Moraes, 16 de março de 1871.

⁴⁵³ CAVALCANTI, J. Cruvello. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro: 1878*. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, coleção Memória do Rio 6 – II, p1000.

⁴⁵⁴ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda - 1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798. (consultar anexo 2)

⁴⁵⁵ “Entre 1797 e 1870 os grandes segmentos de investimentos mantiveram-se os mesmos. As aplicações em imóveis urbanos oscilaram entre 24% e 36%, chegando, em 1870, a 37,8%, superior à verificada em 1797/1799. Isto refletia não apenas o crescimento da cidade – que de 1821 a 1972 passou a cerca de 100.000 para 274.972 habitantes –, mas também a permanência das aplicações rentistas.” FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão” Op. Cit. p144.

cocheira (20:000\$000). No tocante a “casa da cidade”, Joaquim Ribeiro contabilizou seus gastos da seguinte forma: “Trastes, reforma e uma ala na casa da cidade (68:000\$000) + engenheiro e todas as demais despesas (120:000\$000) + outra advertência (24:000\$000)”.⁴⁵⁷

Tais índices, mais do que somente números, confirmam minha afirmação de que, no ambiente urbano, as exigências sociais com bens de prestígio e artigos de refinamento, e afirmavam um *habitus* civilizado e uma lógica social hierárquica.⁴⁵⁸ Tanto Petrópolis, quando a Corte, adquiriam, portanto, uma função de “vitrine social” para as famílias do vale. Com a família Ribeiro de Avellar não era diferente. Comprar residências e mantê-las nestas localidades, mesmo que financeiramente muito custosas, eram entendidas como um investimento em diferencial social, prestígio e cabedal familiar.⁴⁵⁹ Também fazia parte deste *habitus*, compartilhado pelas “melhores famílias” do Império, a prática de viajar. Certamente, esta foi um dos investimentos privilegiados por Joaquim Ribeiro de Avellar que levava a família não só aos ambientes urbanos acima citados, mas também Juiz de Fora e Europa.

As viagens foram outro locus de investimento de capital para o futuro visconde de Ubá. Em junho de 1873, declarava: “terminou neste mês as minhas dívidas, tendo deixado no Banco do Brasil 30:000\$000 para pagamento de vales quando for pedido crédito”.⁴⁶⁰ Dois meses depois partia com a esposa Mariana e os filhos Maria José (na época, já casada), Luiza, Júlia, Antônio Ribeiro, José Maria e Elisa viajaram para Petrópolis.

⁴⁵⁶ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda -1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798. (consultar anexo 2)

⁴⁵⁷ Idem, Ibidem.

⁴⁵⁸ ELIAS, N. *Processo Civilizador*. Op. Cit.

⁴⁵⁹ MAUAD, Ana Maria. “Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado” Op. Cit., pp181-231.

⁴⁶⁰ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda - 1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798. (consultar anexo 2)

Contudo, desta vez, não se tratava de uma estada de veraneio na região serrana. De lá, rumaram para a capital, onde tomaram o vapor em direção a Europa. A viagem durou quase um ano. Nos pertences de Joaquim Ribeiro de Avellar, encontram-se recibos de hotéis e restaurantes em Genebra (8/4/1874), Zurique (12/8/74), Paris (setembro de 1874), Bruxelas (4/10/1874), Flandres (23/10/74), Bonn e Londres.⁴⁶¹ A ocasião também era bastante propícia para assistir teatros, óperas, visitar museus, além de “ir às compras”, afinal, estavam no centro da “civilização ocidental”.⁴⁶²

Durante a estada dos Ribeiro de Avellar no velho continente, a contabilidade da fazenda não foi preenchida, sendo impossível obter informações numéricas sobre o andamento dos principais negócios da casa do Pau Grande, seja a venda de café ou os empréstimos a juros. Entretanto, ao final de suas anotações, Joaquim faz um retrospecto afirmando que, entre os anos de 1870 e 1878, a fazenda havia produzido uma média mensal de 23.983 arrobas de café. Segundo ele, o produto dos cafeeiros, nestes nove anos, rendeu 1.653:656\$000. Contudo, os gastos, no mesmo período, incluindo todas as benfeitorias e passeios, atingiram o valor de 1.197:563\$000, contabilizando um saldo de 456:093\$000.⁴⁶³ O total das despesas com viagens e obras foi de 332:000\$000, ou seja 20% do total do faturamento da fazenda.

Desta forma, as viagens para a Europa, assim como a aquisição de imóveis em cidades socialmente importantes, tais como Petrópolis e o Rio de Janeiro, faziam parte de uma nova lógica de investimentos e aplicação do capital. Ao invés de terras, os lucros obtidos passavam a ser investidos em outros bens de prestígio que eram geridos pela

⁴⁶¹ Recibo e notas de viagem para Europa. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 690.

⁴⁶² Em Paris, o casal comprou em uma só loja: “7 chemises d’hommes, 2 pantalons, 3 caleçons, 2 chaussettes, 8 mouchoirs de poche, 4 chemises dês femmes, 3 bas de femmes, 2 camisoles de nuit, 1 sous-tailles”. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 690.

educação, instrução, etiqueta, viagens, freqüência em salões, saraus, espetáculos de teatro lírico, etc. No fundo, havia uma pretensão de aproximar, se possível igualar, os códigos de comportamento das províncias enriquecidas àqueles das capitais, não só do Império, mas de todo “mundo civilizado”. Estes investimentos, a médio e longo prazo, abriam caminho para a efetivação de bons acordos de casamento para os filhos, relacionamentos com famílias importantes e oportunidades de melhores colocações na burocracia pública ou na vida política. Contudo, há que se olhar também pela lógica dos costumes: um novo código de comportamento que valorizava o lazer, os momentos em família e os períodos de férias, estava em ascensão, na segunda metade do oitocentos.⁴⁶⁴

A outra opção de investimento que aparece em destaque no testamento do visconde de Ubá foi a compra de apólices da dívida pública. Em 1868, converteu o valor da terça deixada pelo barão de Capivary aos netos - Maria José, Luisa, Julia, José Maria e Antônio Ribeiro. -, em apólices nominais de 1:000\$000 cada.⁴⁶⁵ Na década de 1870, volta a fazer o mesmo investimento. Foi possível identificar a aquisição 57:142\$614 em papéis do Banco do Brasil, entre julho de 1873 e março do ano seguinte.⁴⁶⁶ Tanto o estudo de Fragoso e Maria Fernanda Martins, quanto o de Bárbara Levy, demonstram que a opção escolhida por Joaquim Ribeiro foi bastante lucrativa, pois num “intervalo de vinte e um anos (1864 a 1885) as apólices públicas aumentaram mais de quatro vezes, enquanto o comércio de exportação cresceu menos de duas vezes”.⁴⁶⁷ Entretanto, ao finalizar a contabilidade de

⁴⁶³ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 801.

⁴⁶⁴ MARTIN-FUGIER, Anne. “Os ritos da vida privada burguesa” In: PERROT, Michelle. *História da Vida privada – da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. SP: Cia das Letras, 1991, pp193-262.

⁴⁶⁵ Notas das apólices que comprou para os filhos. 29 de janeiro de 1868. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 797.

⁴⁶⁶ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798. (consultar anexo 2)

⁴⁶⁷ FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão”. Op. Cit, pp144. Ver também: LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro*

quase dez anos (1870-1879), em meio a números e contas, Joaquim fez uma espécie de auto-avaliação:

*Sendo sempre avulto das minhas despesas e não tendo bem em lembrar no que gastava o dinheiro, comecei em 1871 a tomar nota dos meus gastos e verbas. (...) Assim, em 1879, acabei com todas as loucuras e espero em diante melhor aproveitar os meus recursos de Fazenda Velha. (...) Em 1874, porém, fui a Europa e, em 1875, principiei, infelizmente, a fazer obras puramente de recreio, o que me fez gastar o que não esperava e do que estou bem arrependido.*⁴⁶⁸

Protegido pela intimidade de seu caderno de assentamentos, o que talvez lhe permitisse uma sinceridade oportuna, Joaquim confessava, por escrito, que havia sido pouco cuidadoso com suas despesas. Dessa forma, classificou as obras das casas de Petrópolis e da corte como de “recreio” e mostrava-se arrependido de seus excessivos gastos. Esse espaço de reflexão, inserido em suas anotações financeiras, parece estar ali para lembrá-lo de que, na década seguinte, os lucros seriam reduzidos pela própria condição de suas terras, já desgastadas, a qual definiu como “fazenda velha”. A nova situação merecia uma administração mais austera dos lucros e da própria fazenda.

Ao comparar os bens rurais herdados por Joaquim Ribeiro de Avellar, em 1863, com aqueles testados, em 1888, percebe-se que somente havia restado a fazenda Pau Grande, há muito sob o comando de sua família. Infelizmente, não é possível saber ao certo quando as fazendas – São Joaquim, Papagaio, Cachoeira e Posse – haviam sido vendidas. Qual teria sido a razão para o visconde de Ubá ter vendido as terras herdadas do pai? Quando estas propriedades foram passadas a terceiros? A hipótese de necessidades financeiras não se mantém depois da análise dos gastos familiares realizados nas décadas de sessenta e

através de suas sociedades anônimas. RJ: UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do RJ, 1994. p71-92. Segundo a autora, o que levou ao crescimento destes papéis foi, sobretudo, a Guerra do Paraguai, que levou o Estado Imperial a emitir mais apólices para custear as despesas bélicas.

setenta. Ao que tudo indica, a venda das terras e a diminuição do número de escravos faziam parte de uma nova opção de investimento diferente daquela utilizada pela geração de seu pai que, ao contrário, se baseava na acumulação de terras e cativos.

Entretanto, no que concerne a propriedade da Glória o panorama é outro. Vamos a ele. Em seu testamento, o barão de Capivary declarava, entre os bens deixados a seu herdeiro, a fazenda da Glória. Tais terras haviam sido adquiridas de seu sobrinho Manoel Gomes Ribeiro de Avellar através da execução de dívidas por hipoteca, em 20 de julho de 1859.⁴⁶⁹ A dívida no valor de cento e cinquenta contos de réis havia se iniciado há quatorze anos atrás através da compra, pelo barão, de letras e hipotecas passadas a terceiros pelo sobrinho. Ao proceder desta forma, Joaquim Ribeiro de Avellar protelava a ruína de um membro da parentela, procurava proteger o patrimônio familiar, ao mesmo tempo em que investia indiretamente em terras, no caso das dívidas não serem sanadas. Contudo, mesmo com a execução de todos os bens de Manoel e sua esposa Carlota de Paula, a dívida não foi saldada totalmente. Em suas últimas palavras, o barão pedia que o filho tratasse do assunto com cuidado: “meu herdeiro fará alguma equidade conforme as circunstâncias em que se achar”. Atendendo ao pai, Joaquim Ribeiro deixou a viúva de Manoel Gomes Ribeiro de

⁴⁶⁸ Grifos meus. Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda – 1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 801.

⁴⁶⁹ “Pelo outorgante (Manoel Gomes Ribeiro de Avellar) foi dito que tendo o outorgado (barão de Capivary) tido a bondade de me endossar por mero favor diversas letras aceitas pelo outorgante recaindo a favor de seus credores e não as tendo ele podido paga-las no tempo dos seus vencimentos, nem parte dos prêmios vencidos foram elas gradualmente pagas pelo outorgado a qual a bem disso também lhe havia prestado diversos serviços em notas correntes para acudir a vários pagamentos. (...) Paga a garantia do outorgado lhe hipotecava a sua fazenda da Glória que se acompanha de casas de vivenda e outros edifícios, plantações de café e outros, mas contendo a dita fazenda 812 braças de frente e 1.500 de fundo e parte em lado com as terras que pertencem a José Gomes Ribeiro de Avellar.” Em 2 de julho de 1859, a penhora na fazenda da Glória relacionava: 94 escravos, móveis, 6 vacas, 2 burros de carga arados, 4 bestas, 4 bezerros, 4 burros de sela, 2 cavalos, casa dividida em engenho de serra, moinho, peões, senzalas, além de 1.000 pés de café de 2 a 10 anos e 40.000 de mais de 20 anos. Carta civil de adjudicação de jóias, dívidas, apólices e ações do Banco do Brasil e outras companhias a favor do exequente o tenente-coronel Joaquim Ribeiro de Avellar. Corte, 4 de maio de 1868. (Coleção Particular 2)

Avellar ficar morando nas terras da Glória com os filhos. Todavia, o assunto ainda não tinha sido dado por encerrado.

Após o falecimento de Francisco de Paula da Silva Jr, sogro de Manoel, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr., herdeiro do barão de Capivary, passou a cobrar o restante da dívida, em juízo, sobre a herança a ser recebida. Findo o processo de maio de 1868, os filhos de Manoel Gomes Ribeiro de Avellar resolveram recomprar a fazenda da Glória com a parte que lhes coube da herança do avô. Francisco de Paula Gomes Ribeiro de Avellar, Luis de Paula Gomes Ribeiro de Avellar e sua mulher D. Francisca Cândida Gonçalves Avellar, João Gomes Ribeiro de Avellar Werneck e sua mulher D. Paula Francisca Gomes de Avellar Werneck e D Mariana da Glória de Paula Avellar se reuniram para readquirir a fazenda, contudo, não obtiveram sucesso.⁴⁷⁰ A propriedade foi retomada, pelo não pagamento das prestações, por Joaquim Ribeiro até que, nos anos oitenta, sua filha Luiza passou a administrar a fazenda após a morte do marido Antonio Ubelhart Lemgruber.

A aquisição da propriedade por Luiza tinha sido feita com os recursos dela e dos irmãos, José Maria e Antônio Ribeiro, sobre a herança do avô – barão de Capivary –, além da partilha, em vida, dos bens do sogro que cabiam ao marido, já falecido:

*Pau Grande 27 de maio de 1884,
Meu prezado irmão,
(...) Mamãe já lhe deve ter contado a respeito da partilha de meu
sogro em vida na verdade foi um ato de muito abnegação.
Tenciono seguir daqui para a Glória sábado 31, vou com VoTonha e
Antonio Ribeiro e conto estar de volta sábado 7 de junho.
Estou satisfeita pois mamãe deve vir passar aqui um mês antes de ir para a
Corte.(...)
Sua irmã afetuosa*

⁴⁷⁰ Escritura de compra e venda da fazenda da Glória. Freguesia de Paty do Alferes, comarca de Vassouras. 20/11/1868. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 819.

*Lulu.*⁴⁷¹

Algum tempo depois escreveu, mais uma vez, ao irmão José Maria dizendo:⁴⁷²

(...) A fazenda da Glória vai bem, a colheita creio que era de dez mil arrobas e tem uma fortuna de mantimentos para vender, estou com muita vontade de ver se entrega este ano 30.000\$000 aos órfãos.

Lulu

A fazenda foi a forma encontrada por Luiza para investir a parte da fortuna do marido que coube a si e aos filhos. Contudo, a moça não utilizava a fazenda da Glória como moradia principal. Auxiliada por seu irmão mais velho, Antônio Ribeiro, o cunhado Tosta e o seu pai, passava alguns meses na Glória na companhia de parentes, mas também desfrutava largas temporadas com os filhos no Pau grande e em Petrópolis. Em carta de julho de 1884, comemorava a produtividade da propriedade numa década em que a crise do café já havia se alastrado pelo vale do Paraíba.⁴⁷³ A forma entusiasmada com que redigiu ao irmão deixa transparecer que, apesar de desgastada, as terras da Glória estavam gerando bons lucros com a venda de café e de mantimentos, o que aponta para a produção de alimentos onde, anteriormente, priorizava-se a rubiácea.

Portanto, pode-se concluir que, no que concerne a propriedade da Glória, sua venda inicialmente realizada aos primos e, posteriormente, a filha Luiza se deveu mais a questões

⁴⁷¹ Carta de Luisa Velho Ribeiro de Avellar para seu irmão José Maria Velho Ribeiro de Avellar. Pau Grande, 27 de maio de 1884. (Coleção Particular 2).

⁴⁷² Carta de Luisa Velho Ribeiro de Avellar para seu irmão José Maria Velho Ribeiro de Avellar. Pau Grande, 10 de julho de 1884. (Coleção Particular 2).

⁴⁷³ Carta e minuta de Luiza de Avellar Lemgruber para M.U. Lemgruber & Cia a respeito de pagamentos de despesas da Fazenda da Glória. Petrópolis 25 de maio de 1883 – Pau Grande 1 de julho de 1883. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 542. Cartas de M. U. Lemgruber & Cia para Joaquim

familiares do que financeiras. Em se tratando da fazenda Cachoeira, foi possível saber que, em 1872, ainda era administrada por Joaquim Ribeiro de Avellar, tendo sido lançada a compra de milho para a alimentação dos escravos desta propriedade, na contabilidade do Pau Grande.⁴⁷⁴ Quanto às outras terras herdadas, não foi possível obter informações sobre até quando permaneceram em posse do futuro visconde de Ubá ou de sua família.

Mesmo assim, estes escassos indícios somados à análise da produção de café do Pau Grande e aos gastos de Joaquim Ribeiro de Avellar, durante a década de 1870, me levam a criticar a cronologia e a análise sugeridas por Stanley Stein em seu estudo clássico sobre Vassouras. Segundo este autor, após 1864, o vale do Paraíba fluminense passaria a viver uma decadência econômica, bastante agravada na década seguinte. Os motivos que desencadearam esta difícil situação seriam: alto custo de mantimentos para escravos, esgotamento do solo, fechamento da fronteira agrícola, baixa produtividade devida aos cafeeiros muito antigos e envelhecimento da mão de obra. Estes fatores teriam provocado uma queda crescente na produtividade, a falta de capital para reinvestir em terras e mão de obra e um, conseqüente, endividamento dos fazendeiros.

Nos negócios familiares da casa Pau Grande, entretanto, a década de setenta aparece, sobretudo, como um período de prosperidade econômica e de buscas de alternativas para a produção. Foram colhidas de 1870 a 1878, somente no Pau Grande, 215.854 arrobas de café, com lucro de 1.653:656\$000, índices nada desprezíveis na época.⁴⁷⁵ Estes resultados favoráveis vieram acompanhados de uma alta do preço do café

Ribeiro de Avellar e Luiza de Avellar Lemgruber sobre autorização de saque. Rio de Janeiro, 15/6/1883 – 18/6/1883. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 543.

⁴⁷⁴ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798.

⁴⁷⁵ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 801.

entre 1872 e 1873.⁴⁷⁶ Neste período, a fazenda Pau Grande operava com larga quantidade de mão de obra escrava, contudo, também contratava trabalhadores livres. Os valores pagos pelo trabalho de jornaleiros tenderam a crescer numericamente durante toda a década. Isto se deve, em parte, aos índices inflacionários do período, mas também aponta para um aumento da contratação deste tipo de serviço.⁴⁷⁷ Em fevereiro de 1875, Joaquim Ribeiro destinou 25\$000 para o pagamento de italianos, conforme registrou em seu caderno de assentamento. Infelizmente, mais informações não foram anotadas para que se pudesse saber o futuro desta experiência. Mesmo assim, há indícios fortes de que elas ocorreram regularmente durante toda a década.

A gestão de Joaquim Ribeiro de Avellar também aparece como uma época de investimentos na compra de máquinas de beneficiamento de café. Entre seus papéis pessoais, constavam vários recibos de importação: aparelho agrícola movido a vapor da França (1874)⁴⁷⁸, sementes e máquinas enviadas pelo navio Union de Chargeurs (1874), além de vinte e oito volumes de máquinas vindas da Europa na galera Lusitânia (1876).⁴⁷⁹ Alguns destes maquinários, verdadeiros símbolos da tecnologia empregada para o desenvolvimento agrícola, foram fotografados numa tentativa de construir uma memória do

⁴⁷⁶ SLENES, Robert W. *Grandeza ou decadência?* Op. Cit. Segundo o autor, “no período de 1850- 1881, e especialmente na década de 1870, a evolução da população escrava nas regiões de grande lavoura não sugere um quadro de declínio e muito menos de decadência” p114. Desta forma, propõe uma cronologia interpretativa diferente de Stein. A crise da economia escravista e cafeeira do vale do Paraíba fluminense estava em fase de crescimento de 1850 e 1872 e teve a sua decadência marcada mais acentuadamente na década de oitenta.

⁴⁷⁷ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 798.

⁴⁷⁸ Cartas de Vilmorin Andrieux & Cie para Jules de Villepoix enviando fatura (...) encomendas de Joaquim Ribeiro de Avellar, na fazenda Pau Grande. Paris 9/3/1875 – 19/3/1875. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 557.

⁴⁷⁹ Notas de importação de máquinas, sementes, gêneros e materiais europeus. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 801.

ambiente rural em conformidade com a civilização européia.⁴⁸⁰ Os produtos importados eram conseguidos com diferentes empresas especializadas pois, diferentemente de seu pai, Joaquim Ribeiro operava com diversas casas comissionárias.⁴⁸¹ Tantas novidades o fizeram receber o convite do José Ildefonso de Souza Ramos para expor no campo da Agricultura, Indústria e Belas Artes da Exposição Nacional, o que também indicava uma excelência dentre os produtores de rubiácea.⁴⁸²

Os fortes indícios de que houve, nos anos setenta, investimentos em tecnologia na Fazenda Pau Grande com a compra de sementes especiais e maquinário também contribuem para refutar a versão de que o vale do Paraíba fluminense entrou em decadência devido à mentalidade atrasada de seus fazendeiros no que concernia a utilização de recursos tecnológicos e a substituição da mão de obra. Robert Slenes demonstrou que a questão tecnológica era pensada de formas diversas pela classe senhorial do vale. Para os fazendeiros com menor número de cativos, a adoção de tecnologia poderia significar uma maior necessidade de mão de obra devido ao aumento de produtividade, e, portanto, maiores gastos em uma época de alta do preço do cativo. Por outro lado, os donos de maiores plantéis de escravos, como era o caso de Joaquim Ribeiro de Avellar, buscavam adotar novos métodos e maquinários de beneficiamento de café porque proporcionavam um

⁴⁸⁰ José Lins do Rego ao visitar a fazenda Pau Grande, no início do século XX, afirmou que, na ocasião, existiam fotografias de máquinas utilizadas no beneficiamento do café penduradas por várias paredes da casa. Ver: MORAES, R. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit, p27.

⁴⁸¹ Dentre os correspondentes de café que negociavam com Joaquim Ribeiro de Avellar estavam: Furquim Lahmeyer & Cia (Rua dos Beneditinos nº 30), Teixeira Leite e sobrinhos (Rua Municipal nº 20) e Alves e Avellar (Rua dos Beneditinos nº 30), todos com sede na corte. Lista de fornecedores da fazenda Pau Grande no RJ para 1869. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 790.

⁴⁸² STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba*. Op. Cit. Na mesma linha de pensamento se encontra o trabalho de COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. Op. Cit. e SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Op. Cit.

melhor aproveitamento da mão de obra.⁴⁸³ Não se tratava de “mentalidade atrasada” e sim da busca da melhor forma de aproveitamento das terras e mão de obra disponíveis.

Desta forma, acredito que os problemas de esgotamento dos solos, além do envelhecimento dos cafezais e da mão de obra, apontados por Stein, existiram concretamente. Contudo, seus efeitos foram sentidos, mais seriamente, na fronteira dos anos oitenta. A declaração de Joaquim Ribeiro em seu livro de assentamentos demonstra bem esta nova sensação. Os altos gastos característicos do início da década se contrastam com suas palavras de arrependimento e com a promessa de melhor utilização dos recursos, em uma nova fase que denominou de “fazenda velha”. Joaquim Ribeiro percebia as limitações do plantio do café como atividade econômica de longo prazo no vale fluminense. Seus investimentos em apólices do Banco do Brasil comprovam isso.

Em fins dos anos oitenta, o visconde já estava em idade avançada. Neste período, tanto as terras das fazendas, quanto a permanência da escravidão como instituição já apresentavam sinais claros de desgaste. Além disso, a família havia passado por momentos trágicos. Em 1885, faleceram dois filhos do casal Joaquim e Mariana Velho Ribeiro de Avellar com intervalo de um dia somente. José Maria, recém formado em Direito pela faculdade do Recife, morreu de tuberculose aos vinte e dois anos e Eliza, casada com o médico Souza Fontes, faleceu de moléstia deixando seu primeiro filho Luis Ribeiro Sousa Fontes com menos de um ano de idade. Tal baque talvez tenha contribuído para que o visconde tomasse a decisão de se desfazer da maioria de suas terras, incentivado pelo fato de que a somente um de seus herdeiros maiores, Antônio Ribeiro, demonstrava algum gosto pelos negócios da agricultura.

⁴⁸³ SLENES, Robert W. *Grandeza ou decadência?* Op. Cit.

Em que pese à questão do elemento servil, ao final de sua vida, abatido por desgostos pessoais, percebendo a radicalização do movimento abolicionista e o crescimento das revoltas de escravos, o visconde procurou traçar uma outra estratégia de utilização de mão de obra em seus cafezais. Deixou documentado em seu inventário que, no dia 8 de março de 1888, havia lavrado escritura pública na qual libertaria todos os seus escravos em data marcada para 31 de dezembro de 1889. Aproveitava a ocasião para afirmar que:

*também que é minha vontade que seja extinto o prazo da mesma se antes de vencido ele verificar-se o meu falecimento, e for consequência que fiquem desde logo completamente livres os referidos escravos e dispensados os ingênuos de todos os serviços. Esta declaração que faço é de pleno acordo com minha mulher que, nesta data, faz também igual declaração de sua parte.*⁴⁸⁴

Em fins dos anos oitenta, a abolição já era um tema discutido pela classe senhorial que a considerava inevitável. A polêmica estava, contudo, na maneira a qual o Império iria promovê-la. Em 20 de março de 1888, numa assembléia de fazendeiros da região de Vassouras, a corrente que defendia a indenização para os proprietários de cativos era, sem dúvida, majoritária.⁴⁸⁵ Joaquim Ribeiro, apesar de, ainda, possuir um bom número de escravos, adotou uma postura não “indenizacionista”.⁴⁸⁶ Em concordância com a esposa, sua meeira nos bens, marcava uma data próxima para a abolição de seus escravos que, poderia ser antecipada, em caso do seu falecimento. Contudo, a Abolição o surpreendeu.

As atitudes do visconde de Ubá no final de sua vida demonstram que possuía uma certa visão do momento político e econômico pelo qual passava o Brasil, em fins da década

⁴⁸⁴ Testamento do Visconde de Ubá, Pau Grande 23 de outubro de 1888. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 509).

⁴⁸⁵ COSTA, E. Viotti. *Da senzala à colônia*. Op. Cit., p201.

de oitenta. Enquanto o barão de Capivary cumpriu a importante função de multiplicador da riqueza e da fortuna familiares, seu filho soube como mantê-las. Havia convertido a maioria de seus investimentos em espécie e títulos da dívida pública e buscou aproveitar, ao máximo, os negócios do café e o trabalho cativo enquanto os caminhos definitivos da abolição da escravidão ainda não haviam sido traçados. Seus investimentos em tecnologia e trabalho por jornada, na década de setenta, corroboram esta afirmativa. A decisão de alforriar escravos, ao final do ano de 1889, também deve ser entendida neste sentido. As palavras de sua filha Luiza ao irmão José Maria, estudante de Direito em Pernambuco, demonstram receio quanto ao crescimento do movimento abolicionista nos últimos anos, no entanto, não denotam preocupação no sentido de grandes perdas financeiras.

Petrópolis 22 de maio de 1884

(...) Nós aqui vamos com saúde, somente o Quincas da Júlia tem estado doentinho, porém não é caso desesperado.(...) Vejo o que você me diz sobre as muitas sociedades abolicionistas e penso que termo está para breve e cada vez estamos mais sobre um vulcão. Seja o que Deus quiser. Como seu pai não deve nada, nos acomodamos melhor e nos resignamos a sorte do país e de todos.

Lulu ⁴⁸⁷

O título de Visconde, com grandeza, conquistado em 1887, veio coroar o prestígio da família Ribeiro de Avellar e da casa do Pau Grande. Sua primogênita Maria José, baronesa de Muritiba, era dama e amiga pessoal da princesa Isabel, tendo partido junto com a família Imperial para o exílio, em 1889. A proximidade do círculo dos Imperiais foi

⁴⁸⁶ Não foi possível saber o número de cativos em posse de Joaquim e Mariana Ribeiro de Avellar, em 1888. No entanto, para o ano de 1886, foram matriculados na Coletoria de Vassouras, em 10 de agosto, 349 escravos e 121 sexagenários. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 902.

⁴⁸⁷ Carta de Luisa Velho Ribeiro de Avellar para seu irmão José Maria Velho Ribeiro de Avellar, Pau Grande, 22 de maio de 1884. (Coleção particular 2).

adquirida através das influências dos sogros, mas também cuidadosamente cultivada pelo casal Mariana e Joaquim. Além de manter moradias na corte e em Petrópolis, Joaquim Ribeiro integrou a comissão para angariar fundos e cuidar das obras de construção da igreja matriz⁴⁸⁸ e foi sócio fundador do Asilo Santa Isabel, ambos em Petrópolis.⁴⁸⁹ Seu filho, Antônio Ribeiro Velho de Avellar, bacharel em Direito, sucederia o pai na administração da fazenda, tendo consolidado importante cabedal político ocupando os cargos de: promotor e juiz de direito na comarca do município de Paraíba do Sul, além de presidente da Câmara de Vassouras, deputado estadual e vice-presidente do Estado do Rio.⁴⁹⁰ Com exceção do filho caçula Joaquim que casou com a prima Mariana de Albuquerque, e de Antônio Ribeiro que morreu solteiro, todas as filhas do visconde e da viscondessa de Ubá consolidaram matrimônios entre famílias abastadas do Império.

Ao testar, preocupou-se em deixar sua fortuna organizada de modo a não criar disputa entre os herdeiros e manter a família unida. No entanto, certamente, houve uma queda se comparado àquele que lhe foi transmitido. Contudo, o estudo do núcleo familiar Ribeiro de Avellar vem demonstrar que, a decadência financeira descrita, pela historiografia clássica, como característica de toda classe senhorial do vale do Paraíba fluminense, a partir dos anos setenta, não deve ser generalizada. Esse estudo demonstra que alternativas pessoais de investimento foram capazes de escrever outras histórias. Apesar de ainda ser considerado um homem rico, seus herdeiros eram seis no total (três filhas, dois filhos e um neto) o que determinava uma grande divisão do monte-mor, descontado o

⁴⁸⁸ Também compunham a dita comissão em 18 de janeiro de 1883: Barão do Catete (pres), Conde da Estrela, Antônio de Calasans Raythe, Barão da Lagoa, Barão do Flamengo, Cônego José Mendes Paiva, Cônego Francisco de Castro Abreu Bacelar, José Francisco Bernardes, Francisco Tavares Bastos e Luís Antônio Martins. Ver: AULER, Guilherme. *A Princesa e Petrópolis*. RJ: Petrópolis, 1953, p53. E recibo N°1 de Joaquim Ribeiro de Avellar referente a donativo para a construção d Igreja Matriz de Petrópolis. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 665.

⁴⁸⁹ Recibo de pagamento de sócio fundador do Asilo Santa Isabel em Petrópolis. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda do Pau Grande, notação 594.

benefício da terça que coube a sua esposa, Mariana Velho Ribeiro de Avellar. A maior herança que sua fortuna possibilitou aos filhos, sem dúvida, foi prestígio social, educação, instrução, bons relacionamentos e bons casamentos. Uma herança imaterial que lhes garantiu acesso a profissões liberais, atividades políticas e a continuidade no reduzido grupo das “melhores famílias”.⁴⁹¹

⁴⁹⁰ STULZER, Frei Aurélio. *Notas sobre a História da vila de Paty do Alferes*. Op. Cit, p84.

⁴⁹¹ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial*. Op. Cit.

PARTE III – O triunfo da família oitocentista:

Capítulo 8 – Fotografia e Memória na Coleção Ribeiro de Avellar.

*Nenhum grupo social tem a sua perenidade assegurada, há que se trabalhar neste sentido...*⁴⁹²

A julgar pela quantidade de correspondências, fotografias e livros de anotações que sobreviveram ao tempo, não seria mera aventura dizer que, a tarefa de tornar as memórias das casas Ribeiro de Avellar e Velho da Silva perenes foi realizada com sucesso. Se por um lado, o casamento de Mariana e Joaquim foi pensado como uma forma de dar novo fôlego ao ciclo de vida familiar, unindo riqueza e prestígio, em uma só parentela. Por outro, a Sra. Velho de Avellar soube desempenhar, com maestria, o papel de guardiã de uma dada memória familiar para a sua geração e para as futuras, produzindo, selecionando, organizando e investindo de afeto cartas, retratos e cadernos de anotações. *Documentos* que se tornam *monumentos* na medida em que revelam valores, sentimentalidades e comportamentos que possibilitam recuperar não só um *habitus* de grupo⁴⁹³, mas também as formas de representação social que atuaram como elemento de coesão interna - no âmbito da família e da parentela - e externa - no seio da classe senhorial a qual pertencia.⁴⁹⁴

Mariana Velho de Avellar, futura viscondessa de Ubá, trazia no seu sobrenome, também passado a seus filhos, a aliança entre duas casas familiares de renome. A

⁴⁹² MAUAD, Ana Maria. “Resgate de Memórias” In: CASTRO, H & SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Op. Cit, p104.

⁴⁹³ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” In: Enciclopédia Einaudi, Vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

⁴⁹⁴ MAUAD, Ana Maria. “Resgate de Memórias” In: CASTRO, H & SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Op. Cit, pp 99-138. Para um estudo do *habitus* como elemento de coesão e diferenciação social consultar: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Op. Cit ; ELIAS, N. *Os Alemães*. Op. Cit ; ELIAS, N. *The Stablished and the Outsiders*. Op. Cit .

documentação selecionada por ela para ser guardada, demonstra uma preocupação de que os laços afetivos e de solidariedade fossem estendidos no interior da nova parentela, ampliada com sua aliança matrimonial. Tal afirmação pode ser comprovada não só pela prática da troca e circulação de retratos entre os novos e velhos parentes, mas também pela forma com que os agentes se relacionavam nas cartas, sempre pontuadas de gentilezas, recomendações e sentimentalidades enviadas por diferentes membros e não somente pelos remetentes. No entanto, seu esforço não se resumiu a isso.

Uma análise da composição de seus guardados revela que comportavam: cartas particulares do sogro (recebidas de Domingos Alves, amigos e parentes), correspondências de cunho pessoal que havia recebido de seus pais, parentes e filhos, além daquelas que enviou aos pais e ao filho José Maria, todas recuperadas após os falecimentos dos mesmos. Tal aspecto demonstra uma preocupação, consciente ou inconsciente, de resgatar pertences pessoais de familiares falecidos com o intuito de impedir que a própria memória familiar fosse perdida. Portanto, a forma com que, pessoalmente, Mariana arquitetou e construiu sua coleção demonstra uma intenção em manter reunidos diferentes registros que se entrelaçam pelo fio do tempo familiar.

Nesta última etapa do trabalho, pretendo discutir transversalmente o papel destes diferentes registros na construção de uma dada memória familiar, mas também na composição de um *habitus* de família que era compartilhado pela classe senhorial oitocentista. Desta forma, cabe pensar como o registro visual e o escrito estabeleciam um diálogo de valores e intenções? Que novos indícios o registro fotográfico, quando analisado enquanto produto cultural, fruto de trabalho social de produção *sígnica*, pode fornecer para

a análise histórica?⁴⁹⁵ De que maneira a fotografia pode servir como suporte para avaliar os códigos de representação das esferas públicas e privadas? Ou seja, em última instância, compreender como os diferentes discursos nos revelam as formas de ser e agir da sociedade oitocentista e explicar em que medida essa experiência social configura o quadro de uma cultura que se orienta segundo um certo *habitus* aristocrático.

A fotografia foi, sem dúvida, uma forma privilegiada de representação da sociedade oitocentista. Suas principais expressões foram o retrato fotográfico e a fotografia de vistas que delinearam um amplo circuito social da fotografia na corte do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX. As imagens de vistas, pautadas numa lógica cultural ocidental, oscilaram entre o ideal de cultura que tinha como cânone maior à civilização européia, especialmente a França, e a noção de natureza pródiga, exuberante.⁴⁹⁶ O Rio de Janeiro, capital do Império, foi registrado a partir destes dois olhares distintos, ora complementares, ora controversos, mas que delimitaram um certo olhar sobre o espaço público carioca.

Muito embora a fotografia se diferencie da pintura na sua própria essência, é inegável que estava, neste momento, bastante atrelada à estética romântica e aos cânones do paisagismo europeu.⁴⁹⁷ Contudo, não deixou de registrar, mesmo que de forma accidental,

⁴⁹⁵ Na análise do registro fotográfico é preciso que se considere que “toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar”. Consultar: MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: fotografia e história, interfaces*. In: *Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História*, vol 1, nº 2, dez. 1996, RJ, Relume-Dumará, 1996, pp. 73-98.

⁴⁹⁶ A delimitação a respeito da fotografia oitocentista aqui apresentada segue as análises de: MAUAD, Ana Maria. “Entre Retratos e Paisagens: as imagens do Brasil oitocentista”. In: MARCONDES, Neide e BELLOTO, Manoel (orgs). *Turbulência Cultural em Cenários de Transição: Século XIX Ibero-americano*. SP: Edusp, 2005, pp 13-49.

⁴⁹⁷ A historiadora Vânia C. de Carvalho faz um estudo detalhado o qual analisa os pontos de interseção e de particularidade dos modos de representação da pintura e da fotografia oitocentista. No que concerne a natureza, percebe três principais tipologias de representação: “natureza selvagem”, “paisagem agrária” e “paisagem urbana”. Em cada uma delas, os dois diferentes tipos de registro dialogavam entre si no que dizia

elementos próprios da sede da Monarquia nos trópicos⁴⁹⁸ como o trabalho escravo, sujeira das ruas, o comércio ambulante, carroças e outros objetos rústicos que dividiram o espaço fotográfico com bondes modernos, prédios neoclássicos, praças e passeios públicos, marcas de uma influência européia entendida como símbolo do progresso.⁴⁹⁹ As imagens de vistas e panoramas foram amplamente divulgadas nas exposições universais e contribuíram para uma educação do olhar, nacional e estrangeiro, em relação ao Império. A grande circulação do registro fotográfico nestes eventos internacionais justifica sua inclusão como um espaço privilegiado do circuito social da fotografia oitocentista.⁵⁰⁰

A outra forma de expressão da fotografia no século XIX, o retrato fotográfico, será utilizado, ao longo desta terceira parte, como suporte para a análise dos papéis sociais desempenhados, tanto no interior do núcleo Ribeiro de Avellar, quanto no tocante à restrita classe senhorial oitocentista, a qual fazia parte. Desta forma, me proponho a perseguir o fio histórico tecido entre os componentes desta família, em particular, através de diversificado material de cunho pessoal. Contudo, no caso dos retratos fotográficos, a denominação pessoal não é sinônima de privado, pois, assim, como as imagens de vistas, estas

respeito à iluminação, composição e plástica. Desta forma, defende que “a autonomia conquistada pelo código fotográfico não estaria radicalmente desvinculada das transformações ocorridas no interior do código pictórico”. Contudo, a fotografia se constituiu como uma linguagem própria que desencadeou uma mudança na visualidade da sociedade oitocentista. CARVALHO, Vânia Carneiro de. “A representação da Natureza na pintura e na Fotografia Brasileiras do Século XIX”. Op. Cit .

⁴⁹⁸ A noção de monarquia tropical como algo que mistura símbolos brasileiros com elementos das monarquias do velho continente foi apresentada por: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. Op. Cit

⁴⁹⁹ Segundo Pedro Vasquez, devido à proibição, por parte dos portugueses, que se pintassem vistas e paisagens do Brasil durante a colonização havia, ainda, no século XIX, uma carência por imagens de vistas. VASQUEZ, Pedro Karp. “O fotógrafo e a cidade & o fotógrafo e a paisagem” In: *O Brasil na fotografia oitocentista*. SP: Metalivros, 2003. Para consulta de fotografias de vistas do Rio de Janeiro, Gilberto Ferrez fez um trabalho primoroso reunindo uma grande quantidade de imagens de Marc Ferrez em: *O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do rio de Janeiro 1865-1918*. 2ª. ed, Ed Libris, 1985.

⁵⁰⁰ Segundo Maria Inês Turazzi, nas exposições universais, a fotografia atuava como um veículo a serviço do deslumbre da monumentalidade e das realizações materiais das nações capitalistas, atuando como verdadeiras “vitrines do progresso”. TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos – a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. RJ: FUNART & Rocco, 1995. Sobre o circuito social da fotografia, consultar: FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. SP: Edusp, 1998. Para uma discussão mais específica em relação ao Brasil Império, ver: MAUAD, Ana Maria. “Entre Retratos e Paisagens: as imagens do Brasil oitocentista.” Op. Cit.

fotografias conquistaram uma ampla circulação social. Além de preencherem os álbuns de família, cada vez mais em moda a partir dos anos cinqüenta, as fotos também eram trocadas entre parentes e amigos, enviadas dentro de cartas para destinatários distantes ou remetidas com fins de apresentação, como fez Elisa Ribeiro de Avellar, filha caçula, para aproximar o futuro noivo do irmão José Maria, estudante de Direito em Pernambuco: “receberás quase ao mesmo tempo uma cartinha do meu querido Luiz mandando-te o retrato dele”.⁵⁰¹

O primeiro fundamento do retrato fotográfico oitocentista é, sem dúvida nenhuma, a pose. As limitações técnicas⁵⁰² as quais exigiam a imobilidade do fotografado diante da lente de um profissional, potencializadas pelas exigências de cunho social e cultural, faziam com que, como afirmou Maria Inês Turazzi, o *tempo de exposição* se tornasse também um *tempo social* “necessário para que o indivíduo representasse o seu papel num determinado cenário, onde a composição desse espaço e a captação desse momento eram atributos especiais do fotógrafo”.⁵⁰³ Portanto, ao contratar os serviços de um estúdio fotográfico, o cliente se dirigia para o salão da pose onde ocorreria um verdadeiro ritual simbólico. Objetos, roupas, adereços, apoiadores, cenários, posição, intenção, ângulo, tudo era minuciosamente calculado objetivando retratar um determinado estilo de vida e padrão de sociabilidade condizentes com os novos valores de classe a qual se pretendia instituir e perpetuar.⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Carta de Elisa Velho de Avellar ao irmão José Maria Velho de Avellar. Rio, 5 de setembro de 1884. (Coleção Particular 2). No presente documento, Elisa relatou o envio da fotografia do futuro marido ao irmão, estudante de direito em Pernambuco, como forma de aproximação entre os futuros parentes.

⁵⁰² Em 1839, o tempo de exposição necessário para a realização de um daguerriótipo era de quinze minutos ao sol. Menos de um ano depois havia passado para treze minutos a sombra. Em 1842, estava em menos de um minuto e, antes de 1850, a duração da pose já não era mais um obstáculo para a realização de um retrato. TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos*. Op. Cit .

⁵⁰³ Idem, Ibidem, p14.

⁵⁰⁴ MAUAD, Ana Maria. *Imagem e auto-imagem do Segundo Império*, In: ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada no Brasil*. Op. Cit.

No entanto, a relevância que a fotografia adquiriu entre a boa sociedade imperial não se restringiu ao âmbito de sua produção pura e simples. Não bastava a *mise-em-scene* no momento da foto. O consumo, a circulação e os atributos para a leitura visual destas imagens também eram de fundamental importância.⁵⁰⁵ A invenção dos *carte de visite*, no início da década de 1850, desencadeou um barateamento do preço das fotografias, através da produção de quatro ou oito imagens de uma só vez.⁵⁰⁶ A partir de então, houve um aumento da demanda social por imagens fotográficas e o hábito da troca de retratos entre os parentes e amigos mais chegados passou a ser recorrente para o fortalecimento das reciprocidades e laços de amizade e compadrio. A grande incidência de *carte de visites* iguais, encontrados tanto em álbuns, quanto avulso nos guardados da viscondessa, demonstram a larga produção de imagens desta família e que, muitas vezes, nem chegavam a ser distribuídas na sua totalidade.

Rapidamente os versos de tais imagens também se apresentaram como veículos de hierarquização. As assinaturas de profissionais condecorados, por D. Pedro II, com o título de *Photographo da Caza Imperial*, bem como daqueles premiados nas exposições nacionais e internacionais, passaram a contar como mais um recurso de diferenciação e prestígio social. A prática do troca-troca de retratos acabou por lançar a moda do colecionismo. Constituindo-se, portanto, em um importante meio de socialização e de manutenção de reciprocidades numa sociedade de maioria iletrada. Os álbuns de família possuíam diferentes formatos, cores, tipos de revestimento e vinham com ranhuras em formatos específicos para facilitar o encaixe das fotos.⁵⁰⁷ Os mais elaborados eram adornados com

⁵⁰⁵ FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. SP: Edusp, 1998. Ver, ainda, ULPiano, T. Bezerra de Meneses. “Fontes visuais, cultura visual, história visual”. Op. Cit.

⁵⁰⁶ FABRIS, Annateresa. “A invenção da fotografia” In: *Fotografia: usos e funções no século XIX*. Op. Cit.

⁵⁰⁷ A fantástica multiplicação das *cartes-de-visite* e dos *cabinet-portraits* implica no problema de seu acondicionamento. Inicialmente, o acondicionamento era feito numa salva ou bandeja deixadas aos visitantes.

bordas douradas, desenhos policromados e até tocavam música ao serem abertos. Expostos nas mesas das salas de estar das casas das melhores famílias, esses álbuns eram folheados e vistos pelos familiares, amigos e outros curiosos que tivessem acesso a casa.⁵⁰⁸ Dentre os pertencentes ao casal Ribeiro de Avellar foram encontrados dois grandes álbuns com forração de couro e monograma em prata aplicada. E outros dois em madeira, sendo o maior ornamentado com metal dourado nas bordas e monograma no centro, e o menor detalhadamente esculpido, tendo um animal de caça como figura central.

No século XIX, a sociedade européia, e a brasileira de forma periférica, vivenciaram cada uma a seu tempo e maneira, um conjunto de transformações ligadas ao modelo capitalista de produção.⁵⁰⁹ Nesta nova configuração, a concepção individualista do mundo foi fundada de forma definitiva.⁵¹⁰ O sujeito moderno se viu cada vez mais desvinculado de coletivos que, anteriormente, o identificavam, tais como clã e família. No capitalismo, são os homens enquanto indivíduos que produzem os bens, se relacionam entre si e constituem sociedades. O indivíduo se torna o ponto de partida e a sociedade passa a ser vista como seu

Com seu aumento passaram para cestas e, finalmente, para os álbuns que dava uma leitura em série as imagens, além de inscrever uma organização própria, previamente elaborava. “Reafirmava-se, portanto, a idéia do retrato como cenário e artifício. Tratava-se de um jogo que se iniciava no estúdio do fotógrafo, prosseguia com os retoques e acréscimos pictóricos e terminava nos álbuns de família, complemento indispensável à decoração das salas de visita das residências.” Carlos Eugênio Marcondes de (org). *Retratos quase inocentes*. SP: Nobel, 1983, p27.

⁵⁰⁸ Tal prática da sociedade oitocentista já foi largamente discutida pela historiografia: MAUAD, Ana Maria. *Imagem e auto-imagem do Segundo Império*, In: ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada no Brasil*. Op. Cit; VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na fotografia oitocentista*. Op. Cit; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org). *Retratos quase inocentes*. Op. Cit .

⁵⁰⁹ “Qualquer invenção é condicionada, por um lado, por uma série de experiências e de conhecimentos anteriores e, por outro, pelas necessidades da sociedade”. FREUND, Gisele. *Fotografia e Sociedade*. Lisboa: Vega, 1974, p 41.

⁵¹⁰ O ingresso na modernidade desperta uma gramática de novos sentimentos. Tal experiência foi amplamente narrada pela literatura oitocentista. Vários escritores descreveram a multidão nas grandes metrópoles do século XIX. Baudelaire em Paris, Edgar Allan Poe, Dickens e Engels em Londres, todos recorrentemente se dispuseram a relatar a vivência do *flâneur*, onde, já transformado em indivíduo, o homem se mistura na imensa massa de passantes, experimentando, assim, ao mesmo tempo, inúmeras sensações (liberdade, prazer, pavor, diluição) de pertencimento e não pertencimento a um coletivo. BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire” e “O flâneur” In: *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. SP: Brasiliense, 1989. Sobre o indivíduo moderno ver também: BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. SP: Cia das Letras, 1995.

conjunto.⁵¹¹ Neste contexto, a invenção da fotografia, em fins da década de 1830, pode ser entendida como resposta à necessidade do homem de dar expressão a sua individualidade num mundo em transformação.⁵¹²

Desde o princípio, portanto, a imagem fotográfica se funda como uma “imagem de consumo”, envolvida num circuito comercial ditado pela lógica do mercado.⁵¹³ Seu principal consumidor, foi o “homem moderno” na sua incessante busca por identidades. Neste sentido, a fotografia se torna também uma forma de “escrita de si” que, assim como a correspondência permitia a elaboração de memórias e identidades, individuais e coletivas.⁵¹⁴ Definia-se, assim como lugar de memória. O ato fotográfico era um momento de negociação entre o biografado (retratado) e o biógrafo (retratista) o qual detinha os conhecimentos técnicos e artísticos para transformar em realidade revelada sobre o papel emulsionado o tipo de representação social desejada por seu cliente. A escolha da pose a ser perenizada no tempo era, portanto, realizada pelos dois sujeitos históricos envolvidos na cena fotográfica: retratado e retratista.

Se na Europa a invenção e disseminação da imagem fotográfica estiveram ligadas à ascensão da sociedade burguesa, ao nascimento do indivíduo moderno e a consolidação de um modo de produção capitalista, no Brasil, esta realidade não se verificou. No âmbito

⁵¹¹ ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁵¹² Price e Well se inspiram na definição de cultura de Raymond Williams para defender que não existe nada na tecnologia em si mesma que determine o seu uso ou lugar cultural, estes serão gerados na prática social. Ou seja, as novas tecnologias são produzidas dentro das relações de produção e consumo estabelecidas, contribuindo para articular, e não provocar, mudanças nas relações e nos padrões de comportamento. PRICE, Derrick and WELL, Liz (org). *Photography: A Critical Introduction*. 2.^aed, London and NY: Routledge, 2000, p13.

⁵¹³ FABRIS, Annateresa. “A invenção da fotografia: repercussões sociais” . Op. Cit .

⁵¹⁴ A escrita de si integra um conjunto de modalidades a que convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. “Através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está construindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado.” (...) A chave para seu entendimento é, portanto, a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais. GOMES, A de Castro (org). “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo” Op. Cit., p11. Apesar do retrato fotográfico não ser calcado em uma instância verbal, proponho que seja considerada uma modalidade de “escrita de si”,

privado, na intimidade das casas da classe senhorial, os valores da civilização européia passavam por um processo de resignificação que buscava conciliar modernidade e ideal aristocrático, liberalismo e escravidão, indivíduo e família patriarcal. Reproduzia-se, portanto, uma estratégia pública, utilizada pelo próprio Estado Imperial, que procurou manter uma negociação constante, cotidiana, das fronteiras no tocante a escravidão, cidadania e estado de direito.⁵¹⁵ A família oitocentista sobreviveu enquanto cânone fundador que conjugava patrimônio, riqueza, parentela e valores patriarcais. Contudo, se viu exposta às novas influências do individualismo, romantismo e do discurso médico-científico.⁵¹⁶ Da mistura entre esses novos e velhos sentidos surge o que é próprio do Brasil oitocentista.

Como essas disputas são negociadas no interior do núcleo Ribeiro de Avellar é o que me proponho a analisar nos capítulos que se seguem através da recuperação de um *tempo privado da intimidade doméstica* e de um *tempo social* próprios a esta família. Estas temporalidades serão analisadas a luz do cruzamento entre as imagens fotográficas, as cartas íntimas e os outros documentos familiares com o intuito de tecer uma trama intertextual de informações que possibilitem analisar o conjunto de relações familiares e sociais vivenciadas pelo núcleo familiar em questão e compartilhadas com outros membros da classe senhorial a qual estavam inseridos. Desta forma, é possível entrever as relações entre o visível e o invisível nas imagens, o dizível e o indizível na escrita epistolar e oficial.

porque possui um forte referencial autobiográfico, um caráter de construção de certa imagem escolhida e calculada para ser eternizada.

⁵¹⁵ CASTRO, Hebe. “Resgate: uma janela para o oitocentos” Op. Cit., p236.

⁵¹⁶ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *A Descoberta da infância - A construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. RJ: PUC, 1999.

Capítulo 9 - O Governo da Casa: o tempo privado da intimidade familiar e a administração doméstica.

Minha querida filha,

Já estávamos muito cuidadosos e ansiosos pela falta das tuas notícias, e já estávamos fazendo tenção de lá mandar uma pessoa em busca de notícias até que finalmente chegou o teu portador a que foi recebido com aplausos e nos trouxe sossego, muito te agradeço-o tê-lo feito. Mandei limpar e arranjar a casa para receber o teu primo José Gomes e o Virgílio foi hoje para lá espera-lo porque me disse que eram essas as tuas ordens.

Como fiquei quando de ti me apartei só Deus o soube e os meus companheiros de casa que foram testemunhas, porém não fale em saudades jamais em cartas minhas para ti porque lembrada deves estar que em uma carta daí de abril me pedistes que eu te não falasse em saudades mas em tuas cartas privação esta que muito corta no coração de uma mãe, porém o que não fará uma mãe extremosa por uma filha que preza? Tudo quanto ela lhe pede até mesmo sacrifícios, e o mais pertence a Deus. Muito estimo que a minha linda Mariquinhas ficasse boa e que tenha passado bem, enquanto afresco temos tido desde 2^a. feira dia seguinte a tua partida excelente frescor e belo tempo hoje está até frio. Também estimo que a bonita Mariquinha esteja boa e teu marido a quem muito me recomendo, assim como a teu sogro, as Sra D. Antônia e todas as mais senhoras um apertado abraço. (...)

A Imperatriz com quem ontem estive te manda muitas saudades, a Maria Cândida e todas as outras senhoras.

Por cá não há novidades que mereça, as honras de serem mencionadas, senão que casa a filha do rei Honório com um sobrinho que veio agora formado de São Paulo, figura hedionda, e disse-me ontem a Imperatriz que chora dia e noite porque não quer casar com o tal primo. Muito estimo que passem todas por lá muito bem e Adeus. Sua mãe muito extremosa,

Leonarda.⁵¹⁷

Assim que contraíram matrimônio, em 17 de novembro de 1849, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e sua esposa, Mariana Velho de Avellar, ficaram morando no bairro de Botafogo, na casa que havia sido do Marechal Caetano Pinto, a qual sofreu reforma e

⁵¹⁷ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 29 de novembro de 1853. (Coleção Particular 2)

ganhou nova decoração para abrigar os recém-casados.⁵¹⁸ Ao que tudo indica, permaneceram residindo ali durante os primeiros anos de casados. Seus quatro primeiros filhos, Joaquim, Maria José, Mariana e o segundo Joaquim, nascidos em 1 de setembro de 1850, 7 de agosto de 1851, 8 de outubro de 1852 e 14 de setembro de 1854, respectivamente, eram naturais na Corte.⁵¹⁹ Elisa, a quinta filha do casal, nasceu na cidade de Petrópolis, em 10 de setembro de 1855. A partir de então, todos os outros herdeiros - Luiza, Júlia, Antônio Ribeiro, José Maria e Joaquim - vieram ao mundo nas terras do Pau Grande, com exceção de Josephina e da segunda Elisa que também eram da capital.⁵²⁰

Os lugares de nascimento e batismo dos filhos são uma pista interessante para a análise dos locais de moradia e da trajetória matrimonial de Mariana e Joaquim Ribeiro de Avellar. Na verdade, o que desejo perscrutar através destes e de outros dados é quando Marianna Velho da Silva assumiu a responsabilidade pelo governo da casa não somente no sentido da sua administração, mas também em relação ao controle do tempo privado e da administração doméstica familiar. Durante os primeiros anos de casados, enquanto José Maria Velho da Silva ainda prestava serviço no Paço como mordomo-mor da Caza Imperial⁵²¹, o casal Ribeiro de Avellar passava longas temporadas em sua residência no Rio de Janeiro. Financiados pelos negócios paternos ligados ao café em expansão, puderam se manter confortavelmente na capital, usufruindo uma vida ligada à etiqueta da Corte e

⁵¹⁸ Carta de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1849. (Coleção Particular 2)

⁵¹⁹ Das quatro crianças citadas, somente Maria José Velho de Avellar, futura baronesa de Muritiba, sobreviveu a primeira infância e chegou a idade adulta. O primogênito Joaquim faleceu, em 23 de novembro de 1850, de moléstia no fígado, Mariana morreu antes de completar 2 meses, em 30 de junho de 1854, e o segundo Joaquim foi acometido de crise convulsiva em 6 de março de 1856 com um ano e meio.

⁵²⁰ As datas de nascimento dos outros sete filhos são as seguintes: Luiza (Pau Grande, 9 de janeiro de 1857), Júlia (Pau Grande, 14 de março de 1858), Antônio Ribeiro (Pau Grande, 10 de maio de 1859), Josephina (RJ, 24 de outubro de 1860), José Maria (Pau Grande, 10 de agosto de 1863), Elisa (RJ, 13 de novembro de 1867) e Joaquim (Pau Grande, 29 de fevereiro de 1872).

⁵²¹ Em 14 de janeiro de 1855, José Maria Velho da Silva aposenta-se do cargo de Mordomo-Mor da Caza Imperial e se muda da Imperial Quinta da Boa Vista para o palacete Babyônia.

freqüentando eventos sociais nos quais a família Velho da Silva tinha boa circulação. Ainda bastante atrelados às teias da família extensa, em pouco tempo, os recém casados foram apresentados à boa sociedade e conseguiram consolidar relações sociais entre as melhores famílias da Corte, como pode ser constatado em algumas passagens do conjunto de epístolas deixadas, inclusive naquela que abre este capítulo:

*(...) O Visconde e a Viscondessa lhe perguntam sempre por notícias tuas, de teu marido e meninas.*⁵²²

*(...) A imperatriz, Dona Josefina e Maria Cândida te mandaram muitas saudades. (...) Fui ver a Bambina a qual achei muito boa, muito animada, um pouco mais gorda e me perguntou por ti com muito interesse, e me pediu de dar-te muitas saudades.*⁵²³

Os primeiros filhos nasceram próximos à família materna, num ambiente já conhecido por Mariana e servido por uma escravaria doméstica, certamente, orientada por D. Leonarda. A preferência pela cidade do Rio de Janeiro, talvez, também possa ser explicada pela disponibilidade de médicos de confiança da família Velho da Silva, num período em que o discurso médico-científico e a institucionalização da profissão estavam em ascensão no Império.⁵²⁴ Não há dados objetivos que confirmem esta suposição para as ocasiões dos partos. Entretanto, no tocante a outras situações, há cartas e recibos de pagamento que demonstram que era hábito de ambas as famílias recorrerem a um médico profissional,

⁵²² Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Santa Thereza, 3 de fevereiro de 1854. (Coleção Particular 2)

⁵²³ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 19 de abril de 1854. (Coleção Particular 2)

⁵²⁴ Em seus estudos, Jurandir Freire Costa fez uma relação entre o processo de urbanização, as transformações no universo familiar e a normatização da vida social brasileira, através da medicina social e da higiene. Neste processo, em ascensão na segunda metade do oitocentos, a família teria sido enquadrada, por meio da medicina, a uma nova ordem a qual a figura feminina foi convertida em mãe higienizada e esposa ideal no âmbito privado. Neste contexto, houve a recriminação de práticas bastante difundidas anteriormente como a utilização de parteiras. COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Op. Cit. Em seus estudos, Jurandir Freire Costa faz uma relação entre o processo de urbanização, as transformações no universo familiar e a normatização da vida social brasileira, através da medicina social e da higiene.

sendo alguns deles amigos bastante chegados, como o Dr. Meireles e o Dr. Souza Fontes, cujo filho acabou desposando Elisa, filha caçula de Marianna e Joaquim.

As cerimônias de batismo dos quatro mais velhos foram realizadas na capela da residência dos avós, localizada na Imperial Quinta da Boa Vista, onde Mariana e Joaquim haviam se casado.⁵²⁵ Entretanto, mesmo nos primeiros anos de casamento, foi necessário se dividir entre a demanda social da capital e os negócios da fazenda do Pau Grande, localizado na província, comarca de Paty do Alferes. O estudo dos espaços territoriais habitados pelos agentes históricos aqui estudados demonstra que, entre os anos de 1853 e 1860, Mariana e Joaquim Ribeiro de Avellar tenderam a passar os primeiros meses do ano até abril/maio na fazenda, o que coincidia com os períodos da segunda carpa do terreno e da colheita do café.⁵²⁶ Tal indício aponta para o fato de que Joaquim Ribeiro de Avellar já possuía responsabilidades no que concerne a administração da fazenda paterna, contudo não o comando dos negócios. Ao contrário, o período de outubro a novembro foi o de maior incidência de estada do casal na Corte, do que se conclui que a constante movimentação foi uma marca desta família.⁵²⁷ É interessante destacar que os espaços sociais se interligam aos tempos da produção.

⁵²⁵ O levantamento dos nomes, datas e local de nascimento dos doze filhos do casal foram realizados a partir das cartas, inventários e testamentos referentes à família Ribeiro de Avellar. O quarto filho do casal, Joaquim Ribeiro de Avellar (segundo Joaquim) também foi batizado na capela da casa dos avós em 16 de dezembro de 1854, tendo como padrinhos seu tio materno, José Maria da Silva Velho, e sua tia-avó paterna, D. Maria Angélica Ribeiro de Avellar, conforme ficou registrado em sua certidão de batismo. No que concerne a terceira filha, Mariana, a análise da série de cartas acusa uma viagem familiar para a corte em novembro de 1853, provavelmente para que a consagração do batismo fosse feita. Consultei ainda as certidões de batismo de Joaquim Velho de Avellar (segundo) e Maria José Velho de Avellar. (Coleção Particular 2).

⁵²⁶ STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Op. Cit., pp43-45.

⁵²⁷ Hebe Mattos coloca que o recurso à mobilidade social era comum entre os homens livres ricos e pobres da sociedade imperial, pois se fundava no pleno exercício do direito à liberdade. A hierarquização entre eles era feita, principalmente, através da propriedade de terras e de homens que possibilitava a poucos o “não trabalho”. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Op. Cit. A constante migração sofrerá uma desaceleração quando o casal Ribeiro de Avellar entrega o aluguel da casa do Rio de Janeiro em 1858. No entanto, o processo se reiniciou com o aluguel de uma outra casa em Petrópolis (1860) e as compras das residências de Petrópolis (1863) e da Corte (1870).

A quinta filha do casal, a menina Eliza, foi a primeira a nascer fora da Corte. Menos de um mês após o parto ocorrido em Petrópolis, Marianna Velho de Avellar se retirou com a família para a fazenda do Pau Grande. Em correspondência datada de 4 de outubro de 1855, D. Leonarda comenta que a epidemia de varíola grassava no Rio de Janeiro tendo sido, certamente, um dos motivos para o afastamento da Capital: “Graças a Deus que estás livre de baldeações e de viagens. Entre gente cristã e sossegada vós teres cômodos e livre dos sustos porque felizmente a *bixa* está visto que se intervém pelas planícies.”⁵²⁸ A partir de então, todos os filhos nascidos e batizados foram dados à luz na casa-grande da fazenda do Pau Grande e consagrados em sua capela.⁵²⁹ Tal aspecto aponta para uma maior permanência do casal Ribeiro de Avellar na província, pelo menos, a partir de 1855. Entretanto, para que uma afirmação mais precisa seja feita, outros aspectos devem ser considerados e cotejados com as evidências extraídas das análises das localidades de nascimento e batismo dos filhos.

Na correspondência que abre este capítulo, datada de 1853, D. Leonarda apresentou algumas pistas importantes para que se possa desvendar esta questão da moradia. Primeiramente, avisou a Mariana que sua casa já estava preparada para receber o primo José Gomes Ribeiro de Avellar - filho de Luis Gomes Ribeiro e Joaquina Mathilde - e que o escravo Virgílio havia se dirigido para lá a fim de acomodá-lo e obedecer às ordens dadas. Em carta subsequente, o conselheiro José Maria dá notícias de seu hóspede: “Estou aqui hoje passando revista nos seus papéis para achar alguns meus que estavam em seu

⁵²⁸ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Glória, 4 de outubro às 6 da tarde. (Coleção Particular 2)

⁵²⁹ A única exceção foi de Josephina que nasceu no Rio de Janeiro, durante a estada de Mariana para consolar a mãe após o falecimento do comendador José Maria Velho da Silva. A menina veio a morrer em 8 de novembro de 1860, com quatorze dias.

poder (...). José Gomes pouco tem parado na sua casa e nem todas as noites lá fica”.⁵³⁰ Em 14 de janeiro de 1855, novas notícias: “na tua casa não há novidade. Paramos na porta há 3 dias e falamos com o velho, quando voltávamos de ir pagar visita ao M. de Itanhaem”.⁵³¹ Ou seja, em todas as passagens fica claro que os pais de Mariana possuíam a chave da residência alugada para qualquer eventualidade e que a mesma ficava fechada por longos períodos - pelo menos a partir de 1853 - , sendo aberta para receber amigos e parentes em passagem pela corte ou quando a família Ribeiro de Avellar descia a serra para temporadas.

A análise serial das epístolas também aponta para o fato de que as primeiras cartas são datadas do ano de 1853. Se por um lado, tal constatação pode ser mera coincidência tendo em vista que muitas correspondências não resistiram ao tempo. Por outro, talvez seja uma evidência da maior permanência de Mariana e Joaquim na fazenda do Pau Grande. Sobretudo porque a troca regular de epístolas só se faz necessária pela distância entre as partes correspondentes, como fica claro no conteúdo das mesmas.

Ao juntar estas evidências com uma análise do conteúdo das cartas colocadas em sequência temporal percebe-se que o tom saudosista e melancólico de D. Leonarda é bem forte nos primeiros anos das trocas de correspondências (como no exemplo que abre o capítulo) e vai se apaziguando posteriormente, retornando, com grande força, em ocasiões específicas como a morte do conselheiro José Maria Velho da Silva, do Barão de Capivary, ou dos filhos que Mariana e Joaquim perderam nos primeiros anos de vida. As constantes lamentações da mãe pela falta da filha eram tão freqüentes que, Mariana chegou a escrever-lhe pedindo que não o fizesse. Tal forma de expressar os sentimentos demarca longas

⁵³⁰ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 4 de dezembro de 1853 (Coleção Particular 2).

⁵³¹ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 14 de janeiro de 1855 (Coleção Particular 2)

ausências da primogênita que só foram experimentadas por D. Leonarda a partir do momento que Mariana começou a residir na fazenda por temporadas maiores.

No entanto, a residência na Corte ainda seria mantida durante mais algum tempo. O conselheiro José Maria fez referência a ela em carta de 17 de novembro de 1856.⁵³²

Minha querida Marianinha
No Botafogo já estão algumas Lages para a frente da casa, e segundo me disse o Concièrge o dono da casa manda pintar os degraus da escada o que duvido. Se assim não for o mandarei pintar como me recomendou o Avelar.
Teu pai e amigo
Velho
PS: Muito obrigada pelo café que agora sabes, assim como da tua carta, que muito estimei.

Além disso, na contabilidade de Domingos Alves da Silva Porto para os anos de 1857-1858, foram lançados e descontados da receita do barão de Capivary, os valores respectivos aos aluguéis de uma casa para Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. na corte.⁵³³ A análise das epístolas confirma a prática de visitar a capital, pelo menos uma a duas vezes ao ano: “nas tuas cartas (...) me vai falando na vinda e peço a Deus que não sobrevenha a nenhum transtorno. Mais ainda me alegra a notícia que me dás de vires aqui logo que desembarques porque aqui está na sua própria casa”.⁵³⁴ Com estas doces linhas, o casal Velho da Silva aguardava sua filha, genro e netos, com ansiedade. Enquanto os ilustres visitantes aproveitavam para realimentar seus laços de parentesco e amizade, ao mesmo tempo em que buscavam freqüentar o que de mais moderno havia na corte: lojas, cafés,

⁵³² Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 17 de novembro de 1856. (Coleção Particular 2)

⁵³³ *Inventário de Domingos Alves da Silva Porto. Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira; Antônio de Souza Marques (Inventariantes), Caixa 4068, N.º. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858.*

⁵³⁴ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Glória, 4 de março de 1854. (Coleção Particular 2)

espetáculos teatrais, óperas, estúdios fotográficos, gelaterias, saraus, livrarias, dentre outras vitrines da civilização.⁵³⁵

Outros aspectos, no entanto, também contribuíram para que, por algum tempo, as idas da família a capital se tornassem mais raras, o que justificaria a futura rescisão do contrato de aluguel, em 1858. Em 1853, o barão de Capivary foi acometido de grave doença e ficou acamado: “muito sinto o estado em que me dizes que está teu sogro, magro e abatido e desejo muito sucesso amanhã que melhore de saúde e de forças para viver muitos anos”.⁵³⁶ Sua melhora só foi sentida em abril do ano seguinte: “foi com prazer que recebi a tua estimada de domingo de Páscoa, por me dizeres que teu bom sogro ficava convalescendo”.⁵³⁷ O estado de saúde dos parentes figurava como um dos assuntos mais freqüentes das séries epistolares aqui analisadas. No entanto, não era somente o barão que inspirava cuidados. Todos os sócios da fazenda já se encontravam em idade avançada, nas décadas de 1840/50. Tia Ana Angélica, por exemplo, já havia falecido em 25 de fevereiro de 1848, aos 64 anos, deixando seus bens ao irmão barão. A outra irmã, Marianna Luiza da Glória, doente, testou sua quinta parte da fazenda Pau Grande ao sobrinho Joaquim Ribeiro de Avellar, que após sua morte, passou a constar como sócio, juntamente com outra tia Maria Angélica.⁵³⁸

⁵³⁵ Luis Felipe Alencastro tem um interessante artigo onde discute o papel do Rio de Janeiro como capital política, econômica e cultural do país, apresentando-o como um grande palco onde se misturavam as modas européias e outros protótipos da civilização e do progresso com a escravidão largamente disseminada. ALENCASTRO, L. F. “Vida Privada e Ordem Privada no Império” In: *História da Vida Privada no Brasil*. Op. Cit., pp12- 95.

⁵³⁶ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio 4 de dezembro de 1853. (Coleção Particular 2)

⁵³⁷ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio 19 de abril de 1854. (Coleção Particular 2)

⁵³⁸ Aqui estou supondo que D. Marianna Luiza da Glória tenha falecido entre os anos de 1848 e 1854. Para tal, baseio-me em indícios bastante escassos. É possível saber que, em março de 1848, ainda estava viva e já possuía testamento, porque assinou um documento particular no qual vendia três escravas ao irmão. Seu intuito era anular a cláusula de seu testamento que alforriava tais cativas, sem precisar mudar o documento. No que concerne ao ano de sua morte, as pistas são ainda mais raras. No entanto, é interessante se destacar que Marianna Luiza é a única parenta que não foi citada em nenhuma das cartas analisadas, a não ser uma

Como se pode observar, tanto a análise das localidades de nascimento e batismo dos filhos, quanto às análises serial e individual das cartas, apontam os primeiros anos da década de cinquenta como um divisor de águas para Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e sua família. Provavelmente, a maior permanência na fazenda se deu a partir de 1853, quando as cartas de D. Leonarda tomaram um tom mais saudosista e o barão de Capivary foi acometido por doença grave necessitando, portanto, do filho para administrar de perto os negócios. Nesta possibilidade de interpretação, o nascimento do filho Joaquim no Rio de Janeiro, em 1854, se explicaria por uma vontade de ficar próxima de D. Leonarda, dos recursos médicos e da estrutura doméstica mais intimista que a casa materna podia lhe proporcionar. Todavia, o aumento gradual da prole, a herança recebida da tia que colocava o marido como um dos sócios do Pau Grande⁵³⁹, e as novas responsabilidades com a fazenda devido ao estado de saúde frágil do patriarca, demarcaram a maior fixação do casal no espaço rural. A segunda metade da década de 1850 foi marcada pela menor assiduidade das viagens. Tal costume familiar seria retomado a partir de dezembro de 1860, quando a família alugou uma casa em Petrópolis e posteriormente constituiu residência própria. Alguns anos depois, seria a vez da Corte.

única vez, aliás, de forma bastante indefinida: “dá muitas saudades ao Joaquim e as nossas queridas meninas. Recomende-me ao Sr Barão, primas, tias e primo e a Luisa doente. Como vão elas? Até sempre. Teu pai e amigo, Velho”. Grifo meu. Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Santa Thereza, 3 de fevereiro de 1854. (Coleção Particular 2)

De qualquer forma, no inventário do barão de Capivary, datado de 20/2/1863, o barão afirma que sua irmã Marianna havia deixado sua parte na fazenda ao filho. E, na contabilidade de Domingos Alves da Silva para os anos de 1857, 1858, anexadas a seu inventário, Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. já aparecia como fazendeiro independente do pai, possuindo conta e rendimentos próprios. Tal constatação me faz supor que, antes de 1857, Joaquim Ribeiro de A. Jr. já havia herdado as terras da tia Marianna Luiza. (Coleção Particular 2) Sobre os bens recebidos por Joaquim Ribeiro de Avellar, consultar: Inventário do Barão de Capivary, 1863. Inventariante: Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 116).

⁵³⁹ No inventário do barão de Capivary, ficou registrado que, na época da morte de D. Marianna Luiza, foi feita uma avaliação dos bens da casa do Pau Grande. Os valores estipulados foram os seguintes: total da sociedade - 328.730\$560, valor referente ao barão de Capivary - 197.238\$336 (3/5 da sociedade), 65.746\$112 (1/5 da sociedade) a cada um dos outros sócios: D. Antônia e Joaquim Ribeiro de Avellar Jr.

O retorno de Joaquim Ribeiro de Avellar à província acabou por significar a conquista de uma certa autonomia em relação aos negócios paternos já que passou a vigorar como um dos sócios da fazenda possuindo, inclusive, contabilidades de débito e crédito próprias com o comissário Domingos Alves da Silva Porto.⁵⁴⁰ A presença mais definitiva na região também foi sinalizada por sua ascensão a comandante do 23º batalhão da Guarda Nacional em Vassouras. Sua convocação para o posto de tenente-coronel havia saído antes de seu casamento, assim como o título de barão de seu pai, como parte das exigências da família Velho da Silva, durante as negociações matrimoniais. A nova posição, alcançada em 1855, trazia-lhe maior ascendência política e militar na região. Nesta nova etapa, o casal mostrava-se de certa forma mais independente da família extensa, contudo, a tutela paterna se estenderia até a década de 1860. No entanto, a figura central no agenciamento da fortuna, riqueza e cabedal político familiar, responsabilidades ligadas ao universo masculino por excelência, continuaria sendo o Barão de Capivary até a sua morte.⁵⁴¹

Com Mariana Velho de Avellar não foi diferente. Mesmo já tendo experimentado o casamento e a maternidade, etapas bastante significativas na vida da mulher oitocentista, o estabelecimento na fazenda do Pau Grande de forma mais definitiva, demarcou uma nova fase marcada pela convivência direta com a família extensa à qual havia se filiado e, ao mesmo tempo, afastada da influência cotidiana da mãe. Entretanto, assim como o marido, nos primeiros anos, atuou de forma coadjuvante na administração doméstica até o falecimento da sócia D. Maria Angélica, em 1863, mesmo ano do barão. A partir de então,

⁵⁴⁰ Consultar: Testamento do Barão de Capivary, Pau Grande 20 de fevereiro de 1863. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242). E, Inventário de Domingos Alves da Silva Porto. Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Luiz Bartholomeu da Silva Oliveira; Antônio de Souza Marques (Inventariantes), Caixa 4068, N.º. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858.

⁵⁴¹ Gilberto Freyre dedicou um capítulo em seu livro *Sobrados e Mocambos* para discutir a relação entre os papéis masculinos no interior da família patriarcal. Ver: “O Pai e o Filho” In: *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit. É interessante lembrar que os últimos sócios da quinta geração da fazenda, o barão de Capivary e sua irmã D.

exerceu o comando do “governo da casa” como figura feminina principal, controlando o tempo privado da intimidade familiar e a conduzindo a administração doméstica.

Desde sua mudança para a província, Marianna Velho de Avellar, educada na corte com as maiores minúcias de etiqueta e comportamento, fez questão de introduzir na fazenda todo o requinte e conforto experimentados pelas melhores famílias do Paço, das quais fazia parte. Sob sua direção foram encomendados móveis, tapetes, roupas de cama, mesa e banho, louças, pratarias, objetos de asseio, conjuntos de chá da Companhia das Índias e um aquecedor francês com chaminé articulada para as noites frias.⁵⁴² Sua vasta coleção de fotografias demonstra como mantinha boas relações na Corte, tendo inclusive retratos da princesa Isabel e do conde D’Eu dedicados à ela e ao marido, além de outros membros da nobreza como o Marquês de Itanhaem e esposa, a Baronesa de Ourem, a Baronesa de Fonseca Costa e familiares do Visconde de Pirassununga. Como forma de se manter atualizada com os códigos de comportamento e o *habitus* da Corte, se aconselhava com a mãe ao se preparar para algum evento e, pelo menos uma vez por ano, viajava para o Rio de Janeiro e Petrópolis, onde freqüentava renomados estúdios de fotografia, lojas, teatros e cafés, mantendo a triangulação entre estas cidades, consideradas pólos da civilização, e a província, onde passou a habitar a maior parte do tempo.

9.1 - Marianna Velho de Avellar: senhora do universo doméstico

Assim seguiu-se mais uma geração na casa do Pau Grande... Como esta nova fase de

Maria Angélica, morreram no mesmo ano, fazendo com que Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. passasse a vigorar como único herdeiro de toda a casa do Pau Grande.

⁵⁴² MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit., p23. Tais investimentos em objetos também podem ser comprovados pela análise da cultura material proveniente da

vida particular e familiar foi vivenciada por Marianna Velho de Avellar? Para responder esta pergunta, primeiramente, é preciso apontar que, devido a própria *mise-en-scene* que fundava o ato fotográfico no século XIX, inexistem fotografias que orientem uma descrição do cotidiano oitocentista na sua esfera íntima. Em virtude das limitações técnicas, as fotografias de interiores eram muito raras ficando circunscritas às residências dos Imperiais ou de famílias muito abastadas. Sendo dois exemplos raros os registros de Marc Ferrez os quais a Princesa Isabel e Maria José Velho de Avellar, filha da Viscondessa e sua amiga de infância, são fotografadas, no Palácio Isabel, lendo e tocando piano. Mesmo assim, o mais comum era imagens que enfocassem a disposição, o luxo e o requinte do mobiliário.⁵⁴³



*Princesa Isabel com Mariquinhas, Marc Ferrez, 1886.*⁵⁴⁴

fazenda do Pau Grande como móveis, objetos, louças e peças de cama e mesa que hoje se encontram em mãos dos herdeiros.

⁵⁴³VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na Fotografia Oitocentista*. Op. Cit.

⁵⁴⁴ *De Volta à Luz – fotografias nunca vistas do Imperador*. SP: Instituto Cultural Banco Santos & RJ: Fundação Biblioteca Nacional, p. 88.



*Palacete não identificado, Marc Ferrez, 1895.*⁵⁴⁵

O vai e vem de mucamas, o trato com os escravos, os serviços domésticos, o abastecimento da casa grande, o cotidiano infantil, as relações humanas entre livres e escravos, o dia-a-dia da família, estas são imagens que não ficariam eternizadas pelas lentes dos fotógrafos. Por conseguinte, nosso imaginário sobre esta face da temporalidade doméstica oitocentista é pautada por pinturas e gravuras de artistas que auxiliam na sintonia com uma dada sensibilidade coletiva compartilhada socialmente. Contudo, diferentemente da pintura aristocrática onde o artista tinha um contato direto e uma relação pessoal com o mecenas e/ou comprador de sua obra, a fotografia, desde o seu nascimento, aparece envolvida numa produção e comercialização ditada pela lógica do mercado.

Após assumir a responsabilidade pelo governo da casa, Marianna Velho de Avellar se apresentava senhora deste universo doméstico da fazenda Pau Grande. As cartas revelam um cotidiano repleto de estratégias de sociabilidade e convivência, num ambiente permeado pela diferença social, que a instituição da escravidão trazia enraizada. Neste aspecto, alguns pontos, diretamente ligados ao bom funcionamento da casa, ao ordenamento do tempo

familiar e à administração do cotidiano doméstico, devem ser considerados. Seu lugar no interior da família e da sociedade estava diretamente relacionado à destreza e ao sucesso com que desempenhasse as funções ligadas ao governo da casa.

No trato com a escravaria doméstica, por exemplo, a Sra. Ribeiro de Avellar manteve a missão de apurar os serviços: “mamãe, empresta-me (...) seu cozinheiro Luiz não só para tratar a todos como devo e tenho vontade, como também para os meus “bichos de cozinha” aprenderem com ele alguma coisa de quitutes de que há tanto estou privada.”⁵⁴⁶ Os “escravos de dentro” mais antigos e portadores de alguma especialidade de trabalho eram os mais freqüentemente emprestados pela casa dos Velho da Silva aos Ribeiro de Avellar, em Petrópolis ou na fazenda: “Deus e Nossa Senhora lhe darão alívios e tudo quanto deseja, minha boa mãe, pelo bem e alívio que me deu emprestando-me a sua grande escrava que, quando se comporta bem, não há dinheiro que pague.”⁵⁴⁷ Os pedidos de empréstimo apontavam a valorização do “bom escravo” aos olhos do senhor e sua importância como peça fundamental para o perfeito funcionamento do cotidiano doméstico. Infelizmente, os agentes que desfiavam a narrativa aqui disponibilizada estavam pouco ou nada interessados em relatar as formas de reação dos escravos, não somente em relação às trocas provisórias, mas também aos empréstimos mais duradouros ou outras situações que atingissem em cheio suas vidas. Nenhum relato de desobediência da escravaria doméstica foi encontrado nas cartas.

O fluxo contrário também ocorria e os acertos eram tratados por Marianna, principalmente no que se referia aos cativos para serviços pesados e amas de leite. No

⁵⁴⁵ FERNANDES, Rubens Jr & LAGO, Pedro Corrêa do. *Século XIX na Fotografia Brasileira: coleção Pedro Corrêa do Lago*. RJ: Francisco Alves & SP: FAAP s/d, p179.

⁵⁴⁶ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 13 de novembro de 1862. (Coleção Particular 2).

primeiro caso não havia necessidade de grandes especificidades e sim de força física. No segundo, as exigências eram bem maiores e podiam ser preenchidas, sobretudo, devido à grande escravaria da fazenda que aumentava a probabilidade de haver uma escrava nas condições de gravidez requeridas:

*Mamãe me fará muito favor dizer ao Juca que (...) lhe ofereço Felisberta que já me criou duas filhas, é o contrário de Bernarda quanto a boa casa, mas é muito cuidadosa e limpa só é mais senil, o que julgo é que está mais atrasada do que Carolina*⁵⁴⁸.

Sem dúvida, o treinamento e o trato com os escravos de dentro estavam entre as tarefas que mais tomavam tempo no cotidiano doméstico, tanto de Marianna, quanto de sua mãe. Entretanto, por se tratarem de compromissos diários só aparecem narrados nas cartas em ocasiões que fugiam a regularidade esperada, tais como os pedidos de empréstimos, doenças ou algum contratempo. Em uma de suas longas estadas em Petrópolis, D. Leonarda cancelou sua visita à Pau Grande para voltar ao Rio de Janeiro e instruir a nova mucama. Desculpando-se com a filha do imprevisto, comentava: “a criada que tenho é uma rapariga de 24 anos que nada sabe e nos dias que cá ficou tanto ela como os pretos fizeram boas asneiras, é preciso ir ver aquela gente para não perder estes poucos escravos que tenho”.⁵⁴⁹ Na gerência do lar, era preciso driblar os imprevistos e manter o pesado e volumoso serviço funcionando: “veja mamãe que no meio de toda esta confusão adoeceu-me uma lavadeira e fui obrigada a mandar Felipa lavar e por Bernarda a engomar”.⁵⁵⁰

⁵⁴⁷ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis 13 de novembro de 1862. (Coleção Particular 2).

⁵⁴⁸ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 25 de maio de 1862. (Coleção Particular 2).

⁵⁴⁹ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis 3^a. f 22 de dezembro. (Coleção Particular 2).

⁵⁵⁰ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis 15 de fevereiro de 1862. (Coleção Particular 2).

Em caso de doença de algum escravo importante em sua função, todas as providências eram tomadas. Em 26 de junho, o conselheiro José Maria Velho da Silva enviava a filha uma carta com as orientações do médico Dr. Peixoto para o tratamento e recuperação do escravo Sebastião, oficial de pedreiro: não apanhar chuva, sereno ou sol, fazer passeios, não comer muita gordura, não consumir bebida alcoólica e, se possível, tomar leite. O ar do campo era considerado, pela medicina da época, mais saudável e salutar do que o da cidade, em geral, dado a epidemias. Desta forma, Sebastião permaneceu na fazenda por um mês com a recomendação de que, apesar de bem cuidado, é bom que “não haja mimos com ele, senão fica perdido. Dei-lhe algum trabalho para não se desacostumar, pois que o seu primeiro defeito é preguiça”.⁵⁵¹

A narrativa uniforme e harmônica com a qual os agentes aqui considerados relatavam seus problemas com a gerência da escravaria minimizava os conflitos cotidianos, reproduzindo o discurso dominante na sociedade escravista. Entretanto, a escolha das tarefas a serem executadas, os locais de habitação, a quantidade de horas trabalhadas, a permissão para cultos religiosos, a possibilidade de viver em família, tudo isso se transformava em espaços de negociação diários entre senhores e cativos. Entretanto, era preciso conhecer as regras do jogo desta construção social específica para poder tirar melhor proveito dela. Sendo assim, muitas vezes, as fugas ou pequenos atos de rebeldia escrava não tinham como principal finalidade romper com o sistema, e sim se valorizar perante o mesmo. Da mesma forma, da parte do senhor, era importante manter um equilíbrio instável entre os privilégios concedidos. Tal atitude mantinha o escravo inseguro

⁵⁵¹ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. 26 de junho, s/d. Sobre alimentação e saúde dos escravos ver: KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. SP: Cia das Letras, 2000, em especial o capítulo cinco.

quanto aos benefícios alcançados e lembrava-o que se tratava de algo que poderia ser retirado.⁵⁵²

Pela própria natureza da escrita epistolar travada durante mais de quinze anos entre mãe e filha, não coube entre as correspondentes uma narrativa detalhada sobre as atividades diárias. Ambas eram mulheres, mães e donas de casa. Portanto, sabiam muito bem do que seu cotidiano era composto, mesmo se tratando de espaços físicos diversos como a cidade e a província de Paty de Alferes. Ao contrário, pareciam querer aproveitar o momento mais reservado, de escrita íntima, para se desligarem de tais obrigações. Os principais assuntos tratados estavam relacionados com a vida em família: saúde e desenvolvimento dos filhos, bem-estar do marido e parentes, diversões e passeios, viagens, serviços à Igreja e pedidos de encomendas que, aliás, eram constantes. Estes assuntos, se por um lado valorizavam o papel da mulher enquanto mãe e esposa, também fortaleciam sua importância social no que tange a sociabilidade e a religião, definindo, assim, uma auto-representação condizente com o novo *habitus* oitocentista.

Além da administração e trato com os escravos domésticos, dentre os serviços referentes ao governo da casa sob sua supervisão, estavam a contabilidade e a confecção de roupas para os cativos da fazenda. No ano de 1869, a Sra. Ribeiro de Avellar, na ocasião já dona de todo patrimônio de Pau Grande, juntamente com o marido, registrou a distribuição de três lotes de mudas de roupas para escravos: o primeiro com duzentas, o segundo com sessenta e o terceiro com cem.⁵⁵³ Nesta tarefa, D. Marianna Velho de Avellar não estava sozinha. A prima de seu marido, D. Maria Isabel de Lacerda Werneck, Viscondessa do Arcozelo, casada com Joaquim Teixeira e Castro, médico português radicado no Brasil, e

⁵⁵² Chalhoub, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. SP: Cia das Letras, 1990. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. Op. Cit.

dona das fazendas Monte Alegre, Piedade e Freguesia, também delimitou, em seu diário escrito em 1887, esta tarefa como uma de suas atividades: “todas as pretas, e crianças das três Fazendas tomaram roupa” (20 de fevereiro), no inverno, “todos os pretos de M. Alegre tomaram jponas e as pretas paletós de baeta” (24 de julho).⁵⁵⁴ Todavia, o pagamento dos tecidos coube a Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. que o lançou na contabilidade da casa de Pau Grande: “fazenda para os pretos – 1:956\$385”.⁵⁵⁵

O troca-troca de favores no que se refere à escravaria doméstica era uma constante e também se alastrava à família extensa. Estas prestações de serviços também buscavam fortalecer os laços entre as casas familiares unidas através do casamento de Marianna e Joaquim. Em carta datada de 8 de agosto de 1864, D. Leonarda contava que havia conseguido comprar uma excelente escrava por 1:550\$000, o que incluía o pagamento da siza⁵⁵⁶ e demais impostos, para D. Antônia Mascarenhas Salter: “ela cozinha, tem me feito há 2 dias o meu jantar e eu não tenho ficado com fome, estimo que o meu paladar igualmente se combine com o de nossa amiga. Engoma sofrivelmente roupa de homem, lava, e mesmo na cozinha faz suas massas.” Dentre as qualidades da mucama enumerava, ainda, sua robustez, alegria e gratidão por a tê-la adquirido. Conforme contou, foi pessoalmente fazer a compra na “casa de comissão”, onde a escrava havia sido mandada depois que seu antigo dono, o português Manoel Peixoto, se decidiu por regressar a

⁵⁵³ Viscondessa de Ubá, contabilidade de gastos a mesa de 1/7/1869 a 31/12/1869. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 843.

⁵⁵⁴ MAUAD & MUAZE. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, Escrita da história*. Op. Cit. O original do diário da Viscondessa do Arcozelo se encontra no arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

⁵⁵⁵ Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda, fevereiro de 1876. Arquivo Nacional, Fundo da Fazenda Pau Grande, notação 798.

⁵⁵⁶ O imposto da meia siza foi criado por D. João VI, através do alvará régio de 3 de junho de 1809. Tratava-se de uma taxa de 5% paga ao tesouro que insidia sobre a compra, venda, adjudicação e arrecadação de escravos ladinos. FERNANDES, Guilherme Vilela. “Tributação e escravidão: o imposto da meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1850)”. In: www.almanack.usp.br.

Portugal.⁵⁵⁷ Por fim, pedia a filha que mandasse notícias: “desejo muito saber a impressão que ela causa a sua nova senhora, e te rogo que o primeiro dia em que a preta cozinhar que vás assistir o jantar para me dizeres o que observas”.⁵⁵⁸ Tal situação, em especial, demonstra que as mulheres também eram passíveis de adquirir pessoalmente escravos, principalmente, no tocante aos domésticos, dos quais estavam mais aptas a avaliar os serviços.

Tamanha convivência com a escravaria doméstica não passava incólume. Os inúmeros registros fotográficos oitocentistas nos quais crianças pousam, acompanhadas de suas amas de leite, demonstram não só como a presença negra era aceita e valorizada na criação infantil, mas também sua importância na vida privada e doméstica na classe senhorial. A Viscondessa não fugiu a regra e entregou a nutrição de seus filhos a amas de leite minuciosamente escolhidas dentre a escravaria da fazenda. Durante a gravidez da cunhada Carolina oferecia-lhe o mesmo serviço: “se achar dificuldade em ama eu lhe ofereço Felisberta que já me criou duas filhas”.⁵⁵⁹ Contudo, esta mesma presença negra tão comum ao cotidiano doméstico dos Ribeiro de Avellar, como demonstram as cartas, não foi escolhida para ser registrada pela lente de nenhum fotógrafo, nem mesmo de Manoel de Paula Ramos, profissional itinerante, que por diversas vezes esteve na fazenda. No registro fotográfico, preferiu-se o silêncio.

⁵⁵⁷ Segundo Mary Karasch, o mercado de escravos ladinos do Rio de Janeiro funcionava, principalmente, através das casas de comissão ou consignação, casas de leilão, lojas de varejos e anúncios em jornais. As casas de comissão tinham licença para comprar e vender diversos produtos, cobrando uma comissão, e podiam ser de dois tipos. Aquelas que vendiam qualquer tipo de artigo, inclusive escravos, geralmente envolvidas no comércio interprovincial com os fazendeiros de café, e as que se dedicavam, somente, a artigos de luxo como ouro, terras, imóveis e escravos. Sobre o mercado de escravos ver: KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*. Op. Cit, em especial o capítulo dois.

⁵⁵⁸ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 8 de agosto de 1864. (Coleção Particular 2).

⁵⁵⁹ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 25 de maio de 1862. (Coleção Particular 2).

Nos escritos que remeteu aos pais, Marianna enviava constantes recomendações às escravas mais antigas que, provavelmente, ajudaram a criá-la:

(...) muitas e muitas saudades Babá, Nana, Rita, Deolinda, a Sabina e Bartholomeu que de todos sinto saudades e muitas. (Petrópolis 2 de dezembro de 1860)

(...) Recomendo-me muitas saudades a Babá e a Nana, não esquecendo a velha Rita e a Deolinda.. (Petrópolis 22 de janeiro de 1861)

(...) Joaquim se recomenda a mamãe e eu faço a Babá e a Nana, a Ritinha e a Deolinda.(Petrópolis 10 de maio, s/a.)

Sobre Deolinda, Marianna ainda escreveu a mãe dizendo-se bastante feliz pela recuperação da vista da escrava que havia estado doente. Comemorava o acertado tratamento médico que seus pais lhe pagaram podendo, então, retomar seus afazeres habituais, inclusive, de costura que requer uma visão bastante apurada.⁵⁶⁰ Outra passagem interessante para caracterizar os sentimentos em relação aos escravos de dentro foi escrita, em 3 de dezembro, por D. Leonarda, durante uma de suas estadas em Petrópolis:

Depois de termos escrito as inclusas para mandar pelo correio amanhã e estando a janela vendo chover, vimos com surpresa e com sobressalto chegar o Daniel, que as nossas apressadas perguntas foi logo respondendo que não havia novidade e que todos estavam bons. Mas, como não há gostos perfeitos, dando-nos, em seguida, a má notícia da morte do pobre Simão. Ficamos bem tristes por esse muito bom escravo por quem Mariquinhas quando pequenina gostara dele e, finalmente, por ter sido meu vallet de chambre nos dias que passei em Botafogo.

*O Joaquim, de certo, havia de sentir e ainda mais por estar acostumado com ele. Deixemos porém esta página triste e vamos passar a coisas alegres.*⁵⁶¹

⁵⁶⁰ “(...) Fiquei muito satisfeita com as notícias que me dá da última (Deolinda) enfiar uma agulha com o olho tapado e só com a vista doente, é milagre e acertou de tratamento e esse restritamente aplicados”. Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva, Petrópolis 16 de novembro de 1862. É interessante ressaltar que no inventário de D. Leonarda Maria Velho da Silva, Deolinda foi citada como uma de suas escravas avaliada em 800\$000. Inventário de D. Leonarda Maria Velho da Silva, Rio de Janeiro, 16 de março de 1871. (Coleção Particular 2)

⁵⁶¹ Grifo meu. Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis, sábado, 3 de dezembro, às 9h da noite, s/a. (Coleção Particular 2)

Paralelamente ao espaço sempre presente da violência, a escravidão como instituição tecia espaços, tanto de barganha, quanto de conflito, num cotidiano delimitado pela hierarquização social. O âmbito privado, certamente, facilitava o aparecimento de sutis filigranas de sentimentos, intimidades, gratidões e trocas de favores que, se bem cultivados pelos escravos, poderiam proporcionar importantes brechas no sistema, seguidas da melhora da condição de vida do cativo, que fosse reconhecido pelo senhor como um bom executor de seu papel social.⁵⁶² Novamente os exemplos que tenho para citar são de amas de leite, o que demonstra ser esta uma função que envolvia sentimentos bastante ambíguos de ambas as partes tais como: medo e confiança, ódio e amor, autoritarismo e gratidão.

A sobrinha mais velha de Marianna, filha de seu irmão José Maria da Silva Velho (Juca) com Carolina Monteiro Velho, primogênita do Conde da Estrela, chamava-se Maria Izabel e havia sido criada por Felisberta, escrava da fazenda Pau Grande, fornecida pela tia. O nascimento da segunda herdeira do casal, também chamada Marianna, ocorreu em 1866, e, mais uma vez, recorreu-se aos seus favores que, atendendo prontamente as solicitações, enviando-lhes a escrava Bernarda. Para dar notícias, em 4 de agosto de 1866, Juca escrevia:

(...) Marianinha vai passando admiravelmente e a Bernarda vai preenchendo muito bem o seu mister, ela vai nos enchendo as medidas e nos agradando muito. Ela é muito respeitosa e com gratidão te agradece as constantes e favoráveis notícias que, por meu intermédio, lhe envio de seu filho, ela te agradece muito e muito os cuidados que te merece o seu Feliciano. Continue Bernarda assim, como espero, que fico descansado.

Manda-nos notícias de Felisberta de quem somos tão amigos, pois não cansamos de nos recordar da sua sisudez, brio e das provas de interesse e de amizade que ela nos deu enquanto esteve tomando conta de Maria Izabel: que bela criatura! Dá-lhe lembranças nossas muitas a ela, e diz-lhe que sempre nos lembramos dela com prazer. (...)

Seu mano e amigo sincero
*José Maria.*⁵⁶³

⁵⁶² REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. Op. Cit.

⁵⁶³ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Corte, 4 de agosto de 1866. (Coleção Particular 2).

Os elogios de Juca à escrava misturavam duas qualidades significativas: competência nas tarefas de criação e gratidão pela patroa que, em última instância, indicavam subserviência e nenhuma resistência às ordens dadas. A hierarquia senhor-escravo havia sido mantida. Em troca, Marianna Velho de Avellar prometia que Feliciano, filho de Bernarda, deixado na fazenda ainda bebê, receberia todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Portanto, tais negociações de nada têm a ver com a vigência de relações harmoniosas, pelo contrário. A forma encontrada por Bernarda de tentar garantir a sobrevivência de seu rebento era exercer prontamente suas tarefas de ama de leite. A negação da mesma deflagraria um espaço de conflito. Entretanto, tais relações também envolviam sentimentos que, após grande tempo de convivência, construíam uma sensação de bem querer como as expressadas por Juca ao pedir notícias de Felisberta, ama de leite de sua outra filha Maria Izabel. Ou, ainda, em passagem de 20 de março de 1867 quando a menina enviava um corte de vestido de presente para “sua mãe Beta”.⁵⁶⁴ Tais atos demonstram a complexidade da construção histórica dos afetos na vida privada da sociedade escravista.

Outra tarefa que fazia parte do governo da casa era o controle das despesas domésticas. Em seu livro de assento, a Sra. Ribeiro de Avellar deixou registrado que nos meses de julho e agosto de 1869, foram consumidos em sua casa: oito vacas, oito e meio capados, trinta e um frangos, um leitão, quinze galinhas, seis carneiros, dois patos, três lombos e dois perus. Para o restante do segundo semestre contabilizou: “nove vacas, quinze capados, trinta e cinco frangos, dois leitões, cinco galinhas, sete carneiros, uma vitela,

⁵⁶⁴ “Pelo Sabino receberás um corte de vestido que a Maria Izabel manda de lembrança a sua mãe Beta”. Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Corte 20 de março de 1867. (Coleção Particular 2)

quatro patos, quatro capões, quatro lombos e um peru”.⁵⁶⁵ Os meses de julho e agosto foram separadamente anotados correspondendo aos maiores consumos mensais, sendo as datas a seguir as de mesa mais farta:

31 de julho - 1 carneiro, 2 frangos e 1 lombo.

1º de agosto - 1 capado, 1 lombo, 1 galinha.

2 de agosto - 1 vaca.

4 de agosto - 1 peru.

7 de agosto - 1 vaca, 1 peru e 6 frangos.

Os cuidados com a contabilidade doméstica respaldam algumas considerações interessantes quanto à dieta alimentar da família como, por exemplo, que o frango e o boi eram as carnes mais comuns no consumo diário. Como contraponto, o peixe não foi apontado como um dos pratos servidos, nem fresco e nem salgado. Provavelmente, o alto preço no mercado interno acabava por determinar uma falta do hábito familiar, associado a sua pouca disponibilidade em localidades serranas, como Paty do Alferes ou Petrópolis. Entretanto, quando a Marianna chegava a Corte, oferecer-lhe peixe na refeição era um mimo: “os esperamos e farei toda a diligência da dar-lhe um bom peixe fresco”.⁵⁶⁶ Já os dias seguidos em que foram servidas iguarias mais nobres como peru e carneiro, provavelmente, são indícios da presença de alguma visita, quando se fazia questão de receber com fartura. Sendo que na última data citada, dia 7 de agosto de 1869, foram comemorados os dezoito anos da primogênita Maria José Velho de Avellar, Mariquinhas, motivo pelo qual foi servida lauta refeição com três cobertas diferentes.

Diferentemente da Viscondessa do Arcozelo, o livro de assento de Marianna Velho de Avellar possui esparsas anotações e não há, em nenhuma delas, uma preocupação com os

⁵⁶⁵ Caderno de Anotações da Viscondessa. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 843.

⁵⁶⁶ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis, sábado, 3 de dezembro, 9h da noite. (Coleção Particular 2)

preços individuais das mercadorias a qual pudesse indicar uma contabilidade própria dos gastos domésticos ou sua negociação direta com comerciantes locais, dando a impressão que esta não era uma de suas funções principais.⁵⁶⁷ Da mesma forma, no livro de contas da fazenda Pau Grande, deixado para Joaquim Ribeiro de Avellar, para os anos de 1871 a 1876, não foram lançados, em separado, os dados de consumo doméstico. As compras de tais gêneros apareceriam misturadas aos gastos referentes ao abastecimento de toda a fazenda como as aquisições de milho, arroz, toucinho, sal, sabão, banha, carne e açúcar, citadas quase que mensalmente, mas, certamente, também destinadas à casa-grande. Talvez por se tratarem de produtos consumidos em maior quantidade na propriedade, as compras fossem administradas pelo marido que assim conseguia melhores preços.

Todavia, outros fatores devem ser analisados. Nas cartas que escrevia aos pais, Marianna Velho de Avellar demonstrava ter uma certa autonomia em relação à administração de dada quantia em dinheiro. Em uma das encomendas de vestuário que fez para a família, escreveu dizendo: “peço-lhe minha mãe que não se incomode com a conta da modista porque para isso economizo em tudo e só gasto quando é necessário”.⁵⁶⁸ Da mesma forma, emitia opiniões sobre os valores pagos pelos produtos: “fiquei admiradíssima do preço (dos botões), porque por 25\$000 eu já achava barato, por serem bonitos”.⁵⁶⁹ Por vezes, por meio de cartas, também fazia encomendas e negociava diretamente com a Ramalho Rocha & Cia, estabelecimento de venda, localizado na Corte, o qual as famílias Velho da Silva e Ribeiro de Avellar eram fregueses.⁵⁷⁰

⁵⁶⁷ MAUAD & MUAZE. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. Op. Cit.

⁵⁶⁸ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 28 de outubro de 1864. (Coleção Particular 2).

⁵⁶⁹ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 11 de julho de 1864. (Coleção Particular 2).

⁵⁷⁰ Carta de Antônio da Costa Ramalho para D. Marianna de Avelar, Rio de Janeiro 18 de julho de 1868. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 867. Em janeiro e fevereiro de 1875, Joaquim Ribeiro

Em relação ao tema do abastecimento doméstico de gêneros alimentícios, uma correspondência de seu pai, datada de 24 de março de 1857, deixava uma boa pista. Nela, fazia elogios ao armazém de comestíveis de dois moços da Corte dizendo que D. Leonarda “tomou a freguesia e está satisfeita”. Em seguida, concluía: “pedem eles que sejam preferidos para fornecer a tua casa quando estiver na cidade. Se eles continuarem a servir bem e queres, fica-te perto para teu fornecimento de dispensa”.⁵⁷¹ É possível perceber em ambas as referências que Marianna exercia um papel de importância no manejo e gerenciamento do mundo doméstico ao qual fazia parte. Assumindo plenamente a condição de mulher oitocentista, administrava uma dada quantia em dinheiro para encomendas e comprava artigos necessários ao cotidiano familiar. Contudo, o agenciamento do mundo da riqueza e a responsabilidade, pela preservação do patrimônio cabiam ao marido, a quem suas decisões estavam subordinadas.

Ao registrar seu cotidiano nas recorrentes cartas que escrevia a familiares, construía uma auto-representação de dona de casa zelosa e procurava conciliar a tarefa do gerenciamento doméstico com as exigências sociais. Assim, deixava transparecer um dia-a-dia cheio de atividades que, por vezes, pareciam cansá-la:

Tenho tido hoje muito trabalho com a arrumação de meu fato, isto é com a roupa que devo ficar, e com a que devo levar para a fazenda. (Petrópolis, 2 de dezembro s/a).

Amanhã escreverei com vagar, não podendo ser hoje porque tendo sido um dia muito atrapalhado para mim, acabei por ter visitas até depois das dez horas da noite. (Petrópolis, 22 de março s/a).

de Avellar também encomenda fazendas com o comerciante Ramalho nos valores de 725\$000 e 761\$000, respectivamente. Caderno de assentamento financeiro. 1870/1876. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 798.

⁵⁷¹ *Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar Petrópolis, sábado 24 de março 1857. (Coleção Particular 2).*

Adeus minha boa mãe, não sou mais extensa porque ainda tenho que escrever ao Juca e, ao mesmo tempo, despachar um portador da Fazenda, e sobretudo ter de receber visitas que vem tomar chá. (Petrópolis, 2 de fevereiro de 1862).

Agora me sinto tão tranqüila e (...) tão satisfeita por me ver sozinha depois de tanto barulho que me sinto no céu. (Petrópolis, 15 de fevereiro de 1862).

A minha última com data de 4 foi escrita apressadamente, porque naquele dia tinha tido a tarefa de mandar lavar as casas e por conseguinte estava cansadíssima. Nem sabia o que escrevia. (Petrópolis, 7 de março de 1863).

Além do treinamento e trato com os escravos domésticos, a Sra. Ribeiro de Avellar tinha de lidar com uma série de empregados livres que lhe prestavam serviços freqüentes e compartilhavam de sua vida em família. Na fazenda, todos os filhos em idade escolar estudaram com governantas que lhes ministravam as primeiras letras, matemática e línguas estrangeiras. Mantinha-se uma tradição da instrução, assim como havia ocorrido nas últimas duas gerações de mulheres, tanto do núcleo Velho da Silva, quanto Ribeiro de Avellar, ainda, bastante incomum no restante da população feminina do Império. O ensino também era aperfeiçoado por Marianna no que dizia respeito à leitura e à escrita e, ainda, recebia um verniz mais apurado quando a família ia para Petrópolis. Nesta cidade a existência de professores qualificados em diversas disciplinas era bem maior do que na província. Importantes somas de dinheiro foram investidas no ensino do piano, teoria musical, aritmética, geometria e registradas em recibos referentes às aulas dadas por Antônio Francisco Martins⁵⁷², José Albano Cordeiro⁵⁷³ e Leonida Deter.⁵⁷⁴

⁵⁷² Recibo de Antônio Francisco Martins a Joaquim Ribeiro de Avellar, Petrópolis, 1 de novembro de 1862. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação. 582.

⁵⁷³ Recibo de José Albano Cordeiro a Joaquim Ribeiro de Avellar, Petrópolis, 7 de dezembro de 1861. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 693.

⁵⁷⁴ Recibo de Leônidas Deter a Joaquim Ribeiro de Avellar, Petrópolis, 15 de agosto de 1875. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 728.

Entretanto, outros professores como Cordeiro⁵⁷⁵, Arnaud⁵⁷⁶, Bevilaqua e Mme. Toussaint também foram citados nas cartas como tendo ocupado alguma função de ensino especializada:

*Quis Deus que Joaquim precisasse ir de momento a fazenda de onde voltou esta manhã e de sorte que me desmanchou a viagem. Ainda agora ele de todo me dissuadia dizendo-me que o Bevilaqua principiava a dar lições a Mariquinhas e ontem a Mme Toussaint, de maneira que era necessário que eu estivesse presente. Disse-me que eu fosse (que devo dizer sempre a verdade, ele nesse ponto não me tolhe), mas que me demorasse somente quatro dias. Ora, diga-me mamãe o que ia eu lá fazer em tão poucos dias! Assim, decidi não ir.*⁵⁷⁷

A passagem acima também permite analisar os papéis familiares representados no interior do núcleo Ribeiro de Avellar, assim como seu funcionamento. Em primeiro lugar, colocam o acompanhamento da instrução dos filhos, bem como sua educação moral e física como tarefa eminentemente materna. No entanto, é importante salientar que a situação descrita se trata de uma exceção ao cotidiano. Nela, a Sra. Ribeiro de Avellar havia planejado uma viagem sozinha a Corte para visitar a mãe e a avó doente. Para tanto, deixou todas as ordens dadas para a execução das tarefas domésticas. A ida repentina de Joaquim para Pau Grande por motivo de trabalho mudou seus planos. A casa, tanto entendida como domicílio doméstico, quanto como célula familiar que privilegiava os filhos, não podia ficar, ao mesmo tempo, sem seus dois expoentes principais. Em outra ocasião onde também estava de viagem marcada, Marianna demonstrou a mesma preocupação: “Eu persisto

⁵⁷⁵ “O Cordeiro parece-me que não vem mais porque já há dois sábados seguidos que não vem. Escreveu-nos dizendo que estava convidado a examinar em vários colégios e que não seria possível vir tão cedo. Então, Joaquim escreveu-lhe que lhe agradecia muito o tempo que lecionou Mariquinhas, que quer dizer o mesmo que despedi-lo”. Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 2 de dezembro, s/a. (Coleção Particular 2).

⁵⁷⁶ “O Arnaud vem passar o verão em Petrópolis, para isso tomou casa. Veio ontem com a mulher que aqui está, ela veio ver a casa. Ele está com vontade de ficar morando aqui, o que estimo porque livro-me de muita massada. Vem, dá sua lição e vai-se embora”. Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis 7 de dezembro de 1862. (Coleção Particular 2).

⁵⁷⁷ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 30 de outubro s/a. (Coleção Particular 2).

sempre na idéia de estar ali segunda ou terça feira. Logo que Joaquim aqui chegar, eu parto”.⁵⁷⁸

Ambas as citações apresentam situações cotidianas que demonstram um revezamento temporário de funções com o intuito de manter o bom funcionamento da ordem doméstica e familiar. No entanto, a aparente objetividade do relato não deve ofuscar a capacidade da narradora de construir representações sobre práticas cotidianas que apesar de se diferenciarem de um patriarcalismo clássico, acabam resignificando-o seguindo os padrões de comportamento em voga na classe senhorial, durante a segunda metade do oitocentos. O discurso de Marianna, a princípio, se volta para dizer que não havia nenhuma proibição por parte do marido a sua viagem. A este respeito, inclusive, confessa a mãe: “ele nesse ponto não me tolhe”. Contudo, em seguida, se contradiz quando reproduz as palavras de Joaquim dizendo que “era necessário que eu estivesse presente”, durante as aulas dos filhos.

Ao fim e ao cabo, a vontade masculina se impunha à feminina sem contestação, o que prova a manutenção de um padrão de autoridade patriarcal, mas que, no oitocentos, se apresentava com outras feições. A urbanização, a europeização de valores, o romantismo, institucionalização do saber médico e da higiene, a ascensão do indivíduo, são processos que, juntos, cada um em sua medida, deram novos contornos à família. E, auxiliaram na retirada da mulher do confinamento doméstico liberando-a para o convívio social, a instrução e o consumo de bens. Contudo, seu principal papel social continuou circunscrito ao âmbito privado: a maternidade. A esta mãe, higiênica, amante dos filhos, aliada da

⁵⁷⁸ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 27 de novembro s/a. (Coleção Particular 2).

medicina e do ensino, se opõe às figuras sociais da prostituta e da mulher mundana.⁵⁷⁹ A violência e o autoritarismo, antes necessários à manutenção das hierarquias no interior do núcleo familiar patriarcal, haviam se apaziguado.⁵⁸⁰ O controle dos impulsos foi internalizado. Marianna desistiu da viagem para dedicar-se às suas obrigações maternas. Sem, no entanto, perceber ser esta uma imposição masculina.⁵⁸¹

A autoridade do marido também era invocada, pela própria Marianna, em situações conflituosas que envolvessem o trato com homens livres, prestadores de serviço doméstico. Foi o caso do cozinheiro francês Giraud que, durante o ano de 1862, trabalhou na residência alugada de Petrópolis. Sua demissão foi relatada da seguinte forma:

*Agora vou contar-lhe a despedida ontem de Giraud que foi hoje depois do jantar. Apresentou um jantar composto de tão má carne que ninguém pode comer. Joaquim que com ele anda enfasiado há muito tempo e que o conservava para não lutar com maiores dificuldades e por falta de ânimo, porém ficou tão escandalizado que o chamou em continente e despediu-o.*⁵⁸²

A autoridade masculina compunha a cena doméstica, familiar e social no século XIX. Sua supremacia perante a mulher e a esposa era reafirmada tanto em situações privadas como a descrita acima, quanto nas poses das fotografias. Nas fotos individuais,

⁵⁷⁹ Sobre as funções da mulher na sociedade brasileira oitocentista ver: ALMEIDA, A. M. de. *Mães, Esposas, Concubinas e Prostitutas*. Op. Cit; *Pensando a Família no Brasil – da colônia à modernidade*. Op. Cit; COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Op. Cit; FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit; *A Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. Op. Cit.; LEITE, M. M. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro do século XIX*. Op. Cit.; D'INCAO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa" In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres*. 2ªed, SP: Contexto & UNESP, 1997, pp223-240.

⁵⁸⁰ CHARTIER, R. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica". In: *PAGU*. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

⁵⁸¹ O processo civilizador para Norbert Elias se constitui na interiorização das pulsões as quais os indivíduos deixam de serem controlados por alguma força externa, violenta, e passam a internalizar as proibições, transformando-as em uma segunda natureza, um *habitus*. No que concerne aos impulsos orgânicos como cuspir, escarrar e arrotar, por exemplo, a castração destas pulsões vitais viria com a constituição de sentimentos como nojo, vergonha, embaraço que autocerceiam os indivíduos. Ver: ELIAS, N. *Processo Civilizador*. Op. Cit.

⁵⁸² Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis 13 de novembro de 1862. (Coleção Particular 2)

sobressaíam as ovas e os bustos, dando a preferência pela figuração em primeiro plano o que valorizava o sujeito retratado. Na coleção estudada, as fotos masculinas compunham 34% do total. Nas imagens de casal, o marido também comandava a cena, auxiliado pela pose e posição dos atores nos planos. A postura feminina era, geralmente, secundária e reproduzia os lugares sociais ocupados.

Além de professores particulares, cozinheiros especializados, a rotina doméstica também envolvia a presença de governantas. No entanto, as “madames”, como eram chamadas, acompanhavam a educação diária dos filhos em idade escolar, tanto na fazenda, quanto na cidade. No entanto, os problemas que envolvessem estas mulheres eram resolvidos diretamente por Marianna, sem a necessidade de interferência do marido. Em duas cartas que escreveu a mãe, a Sra. Ribeiro de Avellar narrou situações conflituosas no trato com as instrutoras. No primeiro deles, a governanta a qual não fornece sobrenome estava grávida e não havia lhe dado a notícia. Então, perguntou-lhe: “Que me diz madame sobre o seu novo estado de aumento de família?” A reação da moça foi de choro e desespero o que, muito certamente, significava ser ela solteira. A solução proposta pela própria foi de que: “quando fosse ocasião de parto ela iria para casa, aí teria a criança, e que a poria em casa de alguma ama e então voltaria para as suas obrigações”.

Conforme sua narrativa, Marianna consolou-a, prometeu fazer-lhe um enxoval, entretanto, disse-lhe que: “havia inconveniência muito grande estando ela grávida continuar a acompanhar a educação de minhas filhas”⁵⁸³, e deu-lhe um mês para se retirar. No cerne de sua preocupação, confrontavam-se dois ideais de mulher: a mãe de família que pretendia proteger suas filhas de más influências externas e aquela que depois de um “mau passo”, engravidara, e se tornara um mau exemplo para a convivência na intimidade doméstica

familiar. Afinal, uma das máximas da educação moral oitocentista, anunciada em todos os manuais e artigos de jornais femininos, era o papel do exemplo na formação do caráter. Os efeitos maléficos do mau exemplo eram cantados por ditados populares com grande circulação: “ainda que de muitos um somente seja ruim, este basta para causar corrupção nos demais, como o fermento em toda a massa”.⁵⁸⁴ Ao fim da carta, referindo-se tanto a madame, quanto a Giraud, demitidos no mesmo dia, confessou aliviada: “estou livre de duas cargas muito pesadas”.⁵⁸⁵

Se por um lado, as governantas solteiras podiam apresentar estes e outros inconvenientes, as casadas pareciam não satisfazer de todo:

*Há muitos dias que tenho querido responder a sua carta, porém não o tenho feito por mil inconvenientes, sendo um deles ter-se Madame Audemans ido para a cidade ver o marido, que lhe escreveu dizendo que estava doente, pareceu não passar de um leve incomodo, mas ela quis logo ir em seu auxílio, dizia ela. Fiquei logo muito aborrecida...*⁵⁸⁶

Sem dúvida, a governanta que mais tempo conviveu com a família Ribeiro de Avellar foi Madame Doyen, uma senhora francesa, casada, que também acompanhou a família em sua viagem a Europa, em 1874, tendo voltado ao Brasil e residido na fazenda Pau Grande

⁵⁸³ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva Petrópolis, 13 de novembro de 1862. (Coleção Particular 2).

⁵⁸⁴ “Conselhos para a Educação” In: *Jornal das Famílias*. Rio de Janeiro, 1863. O apelo ao exemplo como artifício da educação e sua eficácia teria uma explicação justificada pela própria natureza infantil. Assim, acreditava-se que a indução da prática reiterada e constante levaria as crianças a uma repetição natural das ações por elas presenciadas. No entanto, a ênfase na importância do exemplo na educação infantil atuava como um veículo duplo. Quero dizer que, para uma educação moral bem-sucedida, não bastava somente disciplinar o mundo infantil, controlando suas paixões, moldando seu caráter e acompanhando seu crescimento desde o nascimento. Era urgente controlar, também, o mundo dos adultos. Na justificativa do exemplo para a infância, a moralidade familiar também deveria ser revista, sob pena de trazer más influências. Consultar: MUAZE, Marianna de A. F. “Educação Moral: a arte de bem formar o caráter dos cidadãos do Império” In: *A Descoberta da infância*. Op. Cit.

⁵⁸⁵ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva Petrópolis, 13 de novembro de 1862. (Coleção Particular 2).

⁵⁸⁶ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis 10 de maio s/a. (Coleção Particular 2).

até a sua morte.⁵⁸⁷ Depois de muitos anos de convivência, Marianna Velho de Avellar a considerava, ao lado de Maria Joana Lopes, sua melhor amiga. A vinda de Madame Caroline Doyen Mercier para a fazenda Pau Grande teve a indicação de um casal amigo, Sr. Luiz Carlos e Sra. Maria Antônia, com quem morava na Corte. O irmão de Marianna, José Maria, foi pessoalmente conhecê-la e registrou suas primeiras impressões: “simpática, bonitos modos e conversando muito assisadamente despedida de macaquices francesas, singela e natural”.⁵⁸⁸

No dia 18 de março de 1867, José Maria acompanhou Madame Doyen até a estação e a embarcou para o Pau Grande de trem, na companhia de Sabino, escravo de grande confiança da família Velho da Silva. Após pernoitarem em hotel de Petrópolis, com as despesas pagas por D. Leonarda, seguiram até Pedro do Rio, de onde a comitiva partiria de coche até a fazenda. Durante a parada, Madame Doyen encontrou D. Leonarda que, estando em Petrópolis, foi a seu encontro. No dia seguinte ao seu retorno, escreveu uma carta de caráter reservado a filha: “O que tenho para falar-te da minha viagem até Pedro do Rio, senão que gostei da Madame e desejo que ela te pareça tão bem como assim me pareceu. Muito atenciosa tem respeito com dignidade”.⁵⁸⁹ As impressões da mãe confirmavam as do irmão. No que concerne as de Marianna e Joaquim, é possível supor pelos mais de vinte anos que compartilhou da convivência familiar. Depois de haver ensinado todos os filhos da Viscondessa, com exceção de Mariquinhas, Madame Doyen foi incorporada pela família como amiga e agregada. Muito querida por todos, recebia fotografias com dedicatórias de

⁵⁸⁷ Sobre o cotidiano de uma educadora estrangeira no Brasil e seu olhar crítico sobre a educação e a sociedade Imperial ver: BINZER, Ina von. *Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5ªed, RJ: Paz e Terra, 1982.

⁵⁸⁸ Carta de José Maria da Silva Velho para Marianna Velho de Avellar. Morro de Santa Tereza, 14 de março de 1867. (Coleção Particular 2).

⁵⁸⁹ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis 20 de março de 1867. (Coleção Particular 2).

filhos e netos da Viscondessa e viajava para tratamento médico nas águas de Caxambu com o Visconde e sua prima, D. Antônia Ludovina Mascarenhas:

Corte, 25 de outubro de 1884.

*Hoje está Vó Tonia e seu pai de viagem para caxambu. Vai também com eles a nossa boa Mme Doyen que tem andado ultimamente mais incomodada do estômago e intestinos e eu creio bem que ela tirará resultado deste passeio.*⁵⁹⁰

A rotina familiar da Sra. Avellar, portanto, não se diferenciava muito de outras mães de família de sua classe. Dividia seu tempo entre os ensinamentos dos escravos domésticos; as responsabilidades com os filhos no que dizia respeito aos cuidados com a saúde, formação de caráter, instrução e vestuário; o gerenciamento e abastecimento do lar; e o trato com empregados livres ligados à esfera doméstica. Todavia, havia um momento, quase que diário, em que Marianna ficava só com seus pensamentos e redigia suas cartas, numa espécie de imersão pessoal. Momento em que dava voz a uma dimensão individual permitindo-se algumas intimidades e confissões:

Ontem deixei-a com o coração espedaçado de saudades. (Petrópolis, 2 de dezembro de 1860)

Eu vou passando já muito pesada e de agora em diante cada vez mais. Desta vez principio mais cedo e quantos mais for sendo mais hei de ir sofrendo, pois já estou cansada. Que remédio senão sofrer com resignação estes males que, aliás, não são pequenos. (Pau Grande, 21 de janeiro 1859)

Entretanto, ao buscar organizar sua relação individual com o tempo da vida, aquela mulher oitocentista não conseguia fugir da dimensão familiar, que transbordava seus

pensamentos e palavras registrados no papel, pois era definidora de sua própria existência. Às impressões pessoais sobressaíam à vida familiar: o cotidiano do marido e dos filhos, as ocupações com o governo da casa e a família extensa. Nas correspondências, os papéis sociais no interior da parentela se mostravam bastantes definidos e deixavam pouco ou nenhum espaço para questionamentos. Muito embora, na prática cotidiana, alguns valores estivessem em constante transformação. O grande desafio da família oitocentista era, portanto, conciliar ideal aristocrático e modernidade, patriarcalismo e individualismo, escravidão e liberalismo. Desta matemática de resignificações surge o que lhe é singular.

9. 2 - Vidas que se cruzam: escrita epistolar e intimidade doméstica

A escrita epistolar, como já foi colocado anteriormente, é um momento original de criação pessoal e construção de memória individual e familiar. Para Marianna Velho de Avellar, a troca de correspondências, seus atos de escrita e leitura, eram práticas que ritmavam suas manhãs, tardes e noites. Durante o ano de 1869, Marianna Velho de Avellar escreveu trezentos e quarenta e sete cartas, quase uma por dia, das quais um número significativo foi para a mãe e o irmão. O calendário organizado por ela mesma ficou assim:

*janeiro 29; fevereiro 36; março 36; abril 17;
maio 24; junho 26, julho 25; agosto 22;
setembro 19; outubro 41; novembro 26; dezembro 63.*⁵⁹¹

No século XIX, a materialidade da escrita escolhida tinha muito a dizer em termos de representação social e estava associada ao tipo de escrita íntima. No conjunto de cartas

⁵⁹⁰ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho da Silva. Corte, 25 de outubro de 1884. (Coleção Particular 2).

⁵⁹¹ Contabilidade da viscondessa de Ubá, 1869. Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 843.

estudado, o suporte é muito variado. Encontram-se cartas contendo marcas d'água com as iniciais MVA ou monogramas, depois que foi condecorada Viscondessa de Ubá (1887), existindo também aquelas para períodos de luto, envolvidas com bordas pretas. Por outro lado, há outras mais simples em papel quadriculado ou mesmo lisas, sendo a maioria de dimensão 25x20cm, dividida ao meio. Houve ocasiões em que parecia encabular-se por não dispor do que julgava adequado e dizia: “minha boa mãe, em primeiro lugar desculpe o papel”.⁵⁹²

Porém, nem sempre as cartas eram escritas com a calma desejada. A precariedade do correio na época, principalmente na fazenda, fazia com que freqüentemente se contassem com amigos e conhecidos que viajavam ou mesmo escravos de confiança para servirem de portadores. Tais situações, muitas vezes, apressavam o ato da escrita. Recebia-se a carta, lia-se, e imediatamente respondia-se para que o mesmo portador pudesse remetê-la de volta a tempo: “mamãe adeus não sou mais extensa porque o portador só espera a minha carta para partir e eu não desejo demorá-lo”.⁵⁹³

As cartas trocadas entre Marianna e seus familiares no Rio de Janeiro eram dirigidas aos correspondentes em questão, no entanto, estava subentendido que poderiam ser lidas para todos da casa. Não são raras as descrições de que ansiosos por notícias, assim que a carta chegava, pessoas se acomodavam ao redor do receptor para que lesse em voz alta ou repassasse as novidades importantes. Abrir um envelope era sempre um ato que gerava uma certa ansiedade temperada de novidade e preocupação. A comunidade de convívio

⁵⁹² Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 22 de janeiro de 1861. (Coleção Particular 2).

⁵⁹³ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 15 de julho de s/a. (Coleção Particular 2) Sobre a precariedade do correio também comenta: “Mamãe para cá não há mais correio, o ministro suprimiu não só este como muitos outros e portanto só poderei escrever por algum bilheteiro que apareça, eu dirigirei as minhas cartas para a Rua dos Ourives e mamãe pode mandar as suas para a casa de Luiz Bartholomeo”.

doméstico era freqüentemente reverenciada nas cartas através de extensas listas de pessoas, nominalmente, lembradas durante as despedidas e recomendações: “te peço que me recomende muito ao Sr. Barão, (...) e também a vovó Tonha, tia Annica, tia Maria moça e tia velha, a José Mascarenhas, Joaquim e ao Boaventura. As nossas caras meninas muitos abraços e beijos”.⁵⁹⁴ Da casa familiar dos Velho da Silva a expectativa também provinha dos agregados: “a Adelaide quando vê que estou escrevendo para ti vem logo pedir-me para mandar muitos recados a sinhá.”⁵⁹⁵

O costume de recomendar-se também auxiliava no fortalecimento dos laços de amizade e compadrio no interior da família extensa. No entanto, havia correspondências que eram de caráter confidencial. Nestes casos, no alto da página, no canto esquerdo, havia o aviso de “reservada” ou, ainda, recomendava-se para que fosse destruída após a leitura em particular: “imediatamente que recebi a sua última carta rasguei-a conforma a sua ordem”.⁵⁹⁶ Estes foram alguns dos códigos que puderam ser desvendados através da análise das correspondências, mas, certamente, muitos outros me escaparam. A preservação ou não de uma dada epístola remete àquilo que deveria permanecer em segredo e somente ser, rapidamente, compartilhado pelos correspondentes. Remete àquilo que seria propositalmente descartado de uma dada memória familiar em constante construção.

As atividades de leitura de Marianna Velho de Avellar se diversificavam por outros campos. Pelas residências de Petrópolis e da província, circularam várias revistas e jornais voltados para o público masculino e feminino, cujos recibos, comprovam suas assinaturas:

⁵⁹⁴ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis, 4ª feira 13 de dezembro s/a. (Coleção Particular 2).

⁵⁹⁵ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Glória, 6 de maio, às 11 da manhã. (Coleção Particular 2).

⁵⁹⁶ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 15 de março ao meio dia, s/a. (Coleção Particular 2).

Diário do Rio de Janeiro (1861-1864)⁵⁹⁷; *Jornal Mercantil de Petrópolis* (1866-1867)⁵⁹⁸, *A Actualidade* (1864)⁵⁹⁹; *A Semana* (1864)⁶⁰⁰, *O Futuro* (1863)⁶⁰¹ e *Semana Illustrada* (1864).⁶⁰² Os três últimos periódicos citados, podem ser caracterizados como jornais de instrução e recreio com grande circulação no Império, a partir da segunda metade ao século XIX. Tendo as mulheres da classe senhorial como público alvo, estes hebdomadários eram verdadeiros difusores do novo *habitus* o qual tinha como espelho o modelo de comportamento da burguesia européia em ascensão.

Suas páginas apresentavam sessões diversas: coluna social, moda e moldes de roupas, jogos e máximas infantis, cuidados com a higiene e a saúde da família, receitas culinárias e dicas caseiras, poemas, textos literários e crônicas. As principais temáticas consideradas tanto pelas iconografias, quanto pelos artigos, incentivavam um novo ideal de família que buscava legitimar: a valorização da educação e da instrução infantil, uma rígida etiqueta social, o novo papel da mulher vinculada à maternidade, o amor familiar e os cuidados com a preservação do lar e da intimidade doméstica.⁶⁰³ Dedicada a estas leituras, Marianna passava algumas de suas horas de descanso e, assim, parecia buscar inspiração e elementos que realimentassem seu papel social de guardiã do lar e da família.

É fato que a leitura é sempre um ato de apropriação, invenção e produção de significados. Em seus diferentes instantes, o leitor tem a liberdade de interpretação e para cada uma de suas leituras, desenvolve um ato singular. Entretanto, as experiências

⁵⁹⁷ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 173.

⁵⁹⁸ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 757.

⁵⁹⁹ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 774.

⁶⁰⁰ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 774.

⁶⁰¹ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 356.

⁶⁰² Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 418.

⁶⁰³ Outros periódicos mais voltados para o público feminino também podem ser citados tais como: *O Álbum Semanal*, *Novo Correio das Modas*, *Jornal das Senhoras*, *Correio das Damas*, *Jornal das Famílias* e *A Estação*. Sobre os jornais de instrução e recreio e seu papel na divulgação de um novo *habitus* familiar no Império, consultar: MUAZE, Marianna de Aguiar Ferreira. *A Descoberta da infância*. Op. Cit.

individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas através da cultura. Portanto, esta própria singularidade é atravessada por práticas comuns a cada comunidade.⁶⁰⁴ Não se pode afirmar ao certo, mas é provável que os livros, assim como as cartas, pudessem ter diferentes práticas de leitura. Alguns textos deviam ser lidos particularmente, silenciosamente, na intimidade dos quartos ou em momentos de recolhimento nas varandas da casa grande. Outros eram lidos em grupo, em voz alta, um costume bastante comum no século XIX. Nestes casos, podiam ter um caráter pedagógico, como aquelas em que os filhos da Viscondessa praticavam com suas governantas e professores particulares, e de divertimento, a luz de velas, à noite, com toda a família para passar o tempo ou, socialmente, em saraus e reuniões de amigos.

Pode-se dizer que, na segunda metade do século XIX, o Império era uma sociedade de iletrados. Sua capital, o Rio de Janeiro, atingiu a melhor marca do país no que concerne ao número de pessoas livres alfabetizadas (29,8%), seguida pelo Paraná (27,4%), Rio Grande do Sul (26,0%) e Pará (24,4%), conforme registrado pelo censo de 1872.⁶⁰⁵ Logo, a família estudada merece destaque não só por fazerem parte da elite sócio-econômica do Império, como também por se tratarem de pessoas letradas na sua maioria. Nas duas famílias, há pelo menos três gerações as mulheres recebiam instrução. No caso dos Velho da Silva, este conhecimento se estende também ao domínio do francês, língua na qual várias cartas foram escritas. A educação infantil e o hábito de redigir epístolas eram incentivados desde cedo:

⁶⁰⁴ Sobre as práticas de leitura ver: CHARTIER, Roger (org). *Práticas de Leitura*. Op. Cit e, do mesmo autor, *A Aventura do Livro - do leitor ao navegador*. Op. Cit.

⁶⁰⁵ ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada no Brasil*. Op. Cit, tabela 6, pg 475.

*Te agradeço a remessa das cartas das meninas porque gosto de ver as letras delas narrando seus sinceros sentimentos e recebi no momento que cuidava das delas, fiquei bem satisfeita.*⁶⁰⁶

Na fazenda, as alcovas, localizadas no segundo andar, serviam como biblioteca e possuíam mais de dois mil volumes de livros, armazenados em estantes de ferro, que continham títulos clássicos, na sua maioria de autores franceses, tais como la Fontaine, Molière, Victor Hugo, George Sand.⁶⁰⁷ No interior da classe senhorial a instrução feminina iria se constituir em uma condição para o bom desempenho das funções sociais da mulher. Através das disciplinas ligadas à matemática, as senhoras estariam aptas a comprar e negociar produtos necessários ao uso doméstico e familiar, fazendo bom emprego da riqueza familiar que, em última instância era administrada e controlada pelo marido. O conhecimento de línguas, literatura, música abrir-lhes-ia uma importante janela para o convívio e a sociabilidade, assim como a execução de alguma arte como pintura, desenho ou a destreza em um instrumento, sendo o piano o mais admirado. Tal bagagem cultural lhes daria melhor respaldo para acompanhar a educação e instrução dos filhos, escolher-lhes os livros adequados para as idades e sexos, fazer-lhes a programação das atividades diárias e dar-lhes orientação moral. Entretanto, a instrução feminina era limitada. Não devia avançar sobre certos limites socialmente definidos a ponto de fazê-la cogitar o abandono da esfera doméstica.

A mesma educação que libertava a mulher também a atrelava às tarefas ligadas ao governo da casa. Estas comportavam desde as responsabilidades pela administração do lar até aquelas relacionadas à maternidade e a educação dos filhos. Neste sentido, o conceito de casa se amplia e pode ser interpretado tanto como lugar de habitação, domicílio doméstico;

⁶⁰⁶Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1869. (Coleção Particular 2).

quanto como família entendida como indivíduos que a compõem. Através de diferentes sonoridades de tempos individuais, a Sra. Ribeiro de Avellar compunha e regia, cotidianamente, o acorde do tempo privado familiar.

⁶⁰⁷ MORAES, Roberto Meneses de. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Op. Cit., p 27.

Capítulo 10 – O Tempo da Intimidade: a vida em família

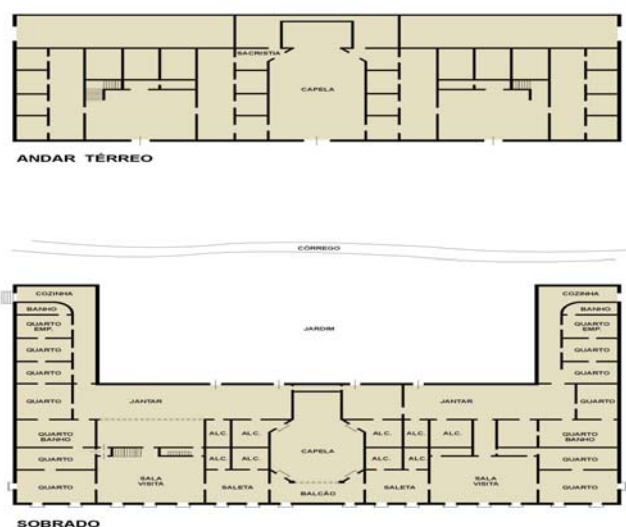
10.1 - Espaços de Morada e Formas de Viver em Família

Dentre as muitas braçadas de terra que compunham a fazenda Pau Grande, a casa-grande impunha uma arquitetura grandiosa. Construída num terreno em decline, levemente recostado numa colina, o sobrado possuía dois andares e era entrecortado por uma magnífica capela que o dividia simetricamente. No andar térreo ficavam; o altar, local da igreja reservado aos escravos, algumas alcovas, quartos de guardar e as duas escadas em espiral, uma de cada lado, que levavam ao patamar principal.

No segundo piso, eram dispostas, geminadamente, sete janelas de frente que iluminavam o primeiro quarto, a sala de visitas e a saleta. Dando para esta última, havia quatro alcovas, onde eram guardados, dentre outras coisas, os livros da família. Pela frente, as duas casas se comunicavam através do balcão da igreja onde, de cima, a família assistia à missa em lugar de destaque. Tal disposição pretendia sacramentar uma hierarquia negociada cotidianamente e colocava este como mais um espaço de micro-poder. Nas laterais, havia mais quatro quartos principais, uma sala de jantar, um quarto de banho, um banheiro de serviço, um quarto de serviço e uma cozinha. As cozinhas se localizavam no fundo dos longos corredores.⁶⁰⁸ Suas janelas davam acesso para o lado de trás do sobrado o qual, no alto da colina, passava um córrego de água que fazia seu abastecimento interno. Nelas havia, ainda, outras duas escadas que levavam ao andar térreo por onde os escravos

⁶⁰⁸ Segundo Guerrand, as cozinhas podem ser chamadas no século XIX de espaços da rejeição. Foi o último reduto da casa a ser adentrado pela racionalidade burguesa, espaço onde os patrões pouco penetravam. GUERRAND, Roger-Henri. “Espaços Privados” In: PERROT, Michelle (org), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Op. Cit., pp 325-411.

domésticos circulavam sem acessar a área social. Os cômodos laterais, assim como as salas de jantar recebiam ventilação de um lindo jardim interno que ficava nos fundos da casa.⁶⁰⁹



Planta da Fazenda Pau Grande

Tratar da vida doméstica em família implica penetrar no âmbito do domicílio, espaço privilegiado da convivência e da intimidade oitocentista. A casa é o domínio privado por excelência, mas, também, uma célula moral e política da sociedade.⁶¹⁰ Por seus espaços arquitetônicos aqui descritos circularam os personagens históricos estudados durante grande parte de suas vidas. Naquela morada ocorreram nascimentos, mortes, casamentos, batizados, enterros, festas e outros eventos que demarcaram diferentes temporalidades familiares entrecortadas por várias gerações. Contudo, a vida em família esgarçava-se para além de um mesmo espaço e do estudo de sua composição em termos numéricos. Cabe

⁶⁰⁹ Telles, Augusto C. da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana”. Op. Cit, planta VIII. As informações sobre as disposições dos cômodos e outros detalhes foram fornecidas por uma antiga moradora da fazenda que não quis ser identificada. A ela meus sinceros agradecimentos pelas longas conversas e entrevistas.

perguntar como o “viver em família” era experimentado cotidianamente? Quais foram os diferentes papéis familiares vivenciados na intimidade familiar? Estas são algumas questões que pretendo abordar neste capítulo.

Desde a fundação da nova casa da fazenda, em 1808, pode-se dizer, pela própria disposição arquitetônica dos espaços de morada, que houve uma preocupação de instalar os núcleos familiares em locais próximos, no entanto, diversos. Nota-se um desejo de preservação da intimidade. Os recintos foram definidos por função (sala de estar, sala de jantar, quarto de banho, capela), a presença de corredores evitava a comunicação entre os aposentos, havia o acesso específico entre as áreas de serviço e a cozinha foi localizada dentro da casa. No caso da cozinha francesa que abastecia as duas salas de jantar é provável que tenha sido feita na segunda metade do século a partir de uma reordenação dos espaços internos regido pelos novos padrões de sociabilidade e civilidade importados da Europa.⁶¹¹

Só para lembrar o leitor, num primeiro momento, quando a família Ribeiro de Avellar migrou para a fazenda Pau Grande, D. Antônia Maria da Conceição passou a habitar o lado esquerdo da casa acompanhada dos filhos solteiros. Seu genro, Luis Gomes Ribeiro, outro sócio da propriedade, casado com Joaquina Mathilde, morava do lado oposto. Após a briga familiar, Luis Gomes Ribeiro mudou-se para a fazenda do Guaribu e sua antiga residência passou para a outra filha casada, Rosa Joaquina, seu marido, José Maria Salter de Mascarenhas e filhos. Daí por diante, esta distribuição espacial dos núcleos familiares atravessou gerações.

⁶¹⁰ PERROT, Michelle. “Maneiras de Morar” In: PERROT, Michelle (org), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Op. Cit., pp 307- 324.

⁶¹¹ Sobre morada e espaços de intimidade na segunda metade do século XVIII e início do XIX, consultar: ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e Vida Doméstica” In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. SP: Cia das Letras, 1997, pp 83-154.

Quando o Barão de Capivary gerenciou a fazenda, continuou residindo do lado esquerdo, assim como sua mãe, acompanhado do filho e das três sócias irmãs: D. Anna Angélica, D. Maria Angélica e D. Marianna Luiza. A outra metade ficou sendo habitada; pelos sobrinhos Joaquim, José, Anna Balbina, Maria Serafina e Antônia Ludovina de Mascarenhas Salter, todos solteiros. A arquitetura, portanto, propiciava uma convivência familiar reduzida em núcleos menores.⁶¹² Sem, no entanto, descartar uma disposição que preservasse a proximidade entre os diferentes grupos da parentela. Afinal, havia passagens constantemente abertas entre os dois lados da casa-grande, nas áreas destinadas à sociabilidade: igreja e sala de jantar.

A arquitetura aqui descrita reflete alterações espaciais importantes que apontam mudanças nos padrões de intimidade e privacidade experimentados pela família oitocentista ao longo do século XIX. Mantém-se a família extensa no mesmo ambiente geográfico, facilitando, assim, a permanência de laços afetivos, dependências pessoais e troca de favores já estabelecidos no interior da parentela. Contudo, organiza-se o ambiente doméstico tendo como base o núcleo familiar mais reduzido. Desta forma, é possível afirmar que a família oitocentista, enquanto instituição social, experimentou uma certa ambivalência de valores a qual a arquitetura seria apenas mais uma de suas expressões. Estava em jogo uma constante negociação entre o sujeito e a comunidade familiar que, ora tendia a ressaltar os códigos de representação individual, circunscritos ao modelo nuclear de família, ora tendia àqueles que favoreciam a parentela como cânone social essencial.

⁶¹² Gostaria de enfatizar que não estou fazendo uma associação direta entre o número de pessoas que coabitavam o mesmo domicílio e o tipo de família (nuclear ou extensa). Como chamei atenção na introdução, estas categorizações são dotadas de sentido a partir da forma com a qual os agentes familiares se relacionam no interior da parentela. E, portanto, devem levar em consideração sentimentalidades, vínculos pessoais, estratégias de casamento, mecanismos de manutenção do patrimônio e outros fatores.

10. 2 - Memória e Narrativa Visual nos Álbuns da Viscondessa.

A fotografia se configura numa janela privilegiada para se compreender estes códigos de representação familiar na esfera privada. Juntamente com outros tipos de texto de caráter verbal e não-verbal, compõe a textualidade de uma determinada época. Sua importância nesta pesquisa se explica não só por compor uma parte significativa dos guardados familiares da Viscondessa de Ubá (231 retratos distribuídos em 3 álbuns e 69 imagens avulsas), como também por refletir a própria dicotomia entre indivíduo e família, apontada anteriormente. Historicamente, desde a sua invenção, a fotografia esteve ligada a uma dimensão individual a qual o homem moderno necessitava reforçar uma identidade singular numa sociedade em constante transformação.⁶¹³ Não parece à toa ter sido o retrato individualizado a sua versão mais difundida no século XIX, principalmente, depois do surgimento do *carte-de-visite*.

O ato de posar diante da objetiva de um fotógrafo estabelecia uma negociação entre o retratista e o retratado. Ao primeiro cabia o conhecimento técnico: a busca do melhor ângulo, iluminação, enquadramento, foco, nitidez e harmonização dos planos, segundo padrões estéticos ainda ligados às artes plásticas. Ao adentrar o “salão da pose”, era preciso deixar de lado todas as preocupações cotidianas e se concentrar naquele momento único. Os objetos do cenário e os fundos fornecidos pelo estúdio compunham a atmosfera desejada pelo cliente.⁶¹⁴ A indumentária, em geral, pertencia àquele que contratava os serviços, todavia, havia ateliês que possuíam vestimentas genéricas, abertas atrás para que se

⁶¹³ Como afirmou Raymond Williams, “não existe nada na tecnologia em si mesma que determine o seu uso ou lugar cultural, estes são gerados na prática social”. *Apud* PRICE, Derrick and WELL, Liz (org). *Photography: A Critical Introduction*. Op. Cit., p 13.

⁶¹⁴ “a *mise-em-scène* do estúdio do século XIX variou ao longo do tempo; cada década, no período da *carte de visite* e, mais tarde, no do *cabinet-size*, teve seus acessórios especialmente característicos. Nos anos 60, eram a balaustra, a coluna e a cortina; nos 70, a ponte rústica e o degrau; nos 80, a rede, o balanço e o vagão; nos

amoldassem aos mais diferentes manequins femininos, masculinos e infantis. Tudo pronto, era chegada a hora da pose! O gesto, a expressão facial, a direção do olhar, assim como objetos pessoais, vestimenta e penteado eram calculados para produzirem uma imagem condizente com os símbolos de classe com a qual gostaria de ser identificado.⁶¹⁵

Posar diante da câmera era um ato de “invenção de si”. O indivíduo era colocado em destaque apresentando-se como principal personagem do espaço da figuração da foto.⁶¹⁶ Não parece à toa que 78% dos retratos que pertenceram à coleção da família Ribeiro de Avellar fossem imagens individuais e, somente, 22% fossem compostas por duas ou mais pessoas. Dentre os sujeitos retratados 34% eram adultos homens, 31% adultos mulheres e 13% crianças. No caso das fotografias masculinas, a preferência era pelo enquadramento de busto (71%) o qual valorizava ainda mais o sujeito através da aproximação da objetiva. Para as mulheres e crianças, a fotografia de corpo inteiro superou de longe todos os outros recortes. Em ambos os casos, há o predomínio da representação individualizada no espaço da figuração do retrato oitocentista.

Em janeiro de 1839, o "Jornal do Commercio" anunciava a invenção do daguerriótipo.⁶¹⁷ Logo depois Louis Compte, abade que acompanhava o navio L'Orientale,

90, palmeiras, cacatuas e bicicletas, e, no início do século XX, o automóvel”. MAUAD, Ana Maria. “Resgate de Memórias” In: CASTRO, H & SCHNOOR, E. *Resgate*. Op. Cit., p 107.

⁶¹⁵ A pose é o símbolo maior do retrato oitocentista. Inicialmente, devido às limitações técnicas que sujeitavam o fotografado a um demorado tempo de exposição, o imobilismo, a pose, a postura estudada, eram necessários para possibilitar a fixação da imagem. No entanto, mesmo com os avanços técnicos, o jogo social fundado pela pose se mantém. “De modo que o tempo de exposição numa fotografia não pode ser visto como um mero dado técnico, configurando-se como um dado sociológico e histórico, pois o tempo de exposição é também o tempo social necessário para que o indivíduo represente seu papel num determinado cenário, onde a composição desse espaço e a captação desse momento são atributos especiais do fotógrafo”. TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos*. Op. Cit., p14.

⁶¹⁶ “A análise histórica da mensagem fotográfica tem na noção de espaço a sua chave de leitura, posto que a própria fotografia é um recorte espacial que contém outros espaços que a determinam e estruturam, como, por exemplo, o espaço geográfico, o espaço dos objetos (interiores, exteriores e pessoais), o espaço da figuração e o espaço das vivências, comportamentos e representações sociais.” Ver MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: fotografia e história interfaces” Op. Cit., p81.

⁶¹⁷ A imagem do daguerriótipo “era formada sobre uma fina camada de prata polida (material fotossensível) aplicada sobre uma folha rígida de cobre (suporte) e, depois montada em elegantes estojos (...) nos quais a

desembarcou no Rio de Janeiro fazendo três vistas: a construção do Paço Imperial, o chafariz do Mestre Valentim e o Mercado da Praia do Peixe. Assistindo a demonstração, D. Pedro, na ocasião com treze anos, se encantou com a invenção e, um ano depois, adquiriu para si um aparelho de daguerriotipia. Assim, tornava-se o primeiro brasileiro - e possivelmente o primeiro monarca do mundo - a colecionar e tirar fotos. O daguerriótipo logo seduziu, pela fidelidade da imagem, aqueles que podiam pagar seus altos preços. Tratava-se de uma peça única cujo valor era indiscutivelmente mais baixo do que os pagos pelos retratos a óleo de conceituados artistas como Barandier que adornavam as paredes das salas das famílias mais abastadas. Na ocasião, foram inventados outros processos fotográficos, todavia a maior circulação da imagem fotográfica se deu a partir do *carte-de-visite*, criado por Disderi.

O formato indicado como *carte-de-visite* constituía-se de fotos montadas sobre um cartão rígido de cerca de 10 x 6,5 cm e tornaram-se populares em todo o mundo durante a década de 1860, quando milhões deles foram produzidos. Este invento configurava uma mudança na orientação do olhar e do consumo porque além de baratear o produto, criou a facilidade em dispor de retratos suplementares para presentear. Muito embora a invenção do *carte de visite* tenha proporcionado uma queda no preço de produção da imagem, a fotografia se manteve no Brasil oitocentista endereçada aos chefes de família que detinham o capital para investirem em consumo de bens simbólicos. Logo, a clientela freqüentadora dos estúdios fotográficos era formada tanto por proprietários de terras, quanto por famílias abastadas e de classe média que habitavam os centros urbanos. Segundo Ana Maria Mauad, entre 1840 e 1900 a cidade do Rio de Janeiro concentrou cento e vinte fotógrafos

imagem vinha protegida por um *pass-partout* de metal dourado filigranado, sob uma lâmina de vidro, tendo a parte oposta àquela da imagem forrada em veludo trabalhada.” VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na*

profissionais, alguns deles acumulavam as funções de pintor e retratista. E, a partir de 1855, já havia lojas de material fotográfico na Corte que anunciavam seus produtos no Almanaque Laemmert. Tais dados apontam para uma grande demanda do produto e demonstram que havia um mercado em crescimento em relação aos bens de representação simbólica.⁶¹⁸

A moda do colecionismo fotográfico também será uma das responsáveis pelo aumento do consumo da fotografia, na sua maioria, no formato *carte-de-visite*. Por aqui, inclusive, esse hábito se consolidou como um importante meio de fortalecimento das reciprocidades familiares e laços de amizade no interior da classe senhorial. Depois de trocados, os retratos eram encaixados nos álbuns de família de diferentes formatos e cores, com revestimentos nobres, como couro, e cantoneiras em ouro ou prata. Alguns tinham até um dispositivo de caixinha-de-música que os fazia tocar uma valsa quando abertos.⁶¹⁹ Dentre os pertences dos Ribeiro de Avellar foram encontrados dois grandes álbuns com forração de couro e monograma em prata aplicada e outro em madeira ornamentado com metal dourado nas bordas e as iniciais no centro.

Contudo, se por um lado, tudo o que foi dito até o momento enfatiza a importância do indivíduo no retrato fotográfico, não só no espaço da figuração da foto, mas também como seu principal inventor, aperfeiçoador, produtor e consumidor. A análise serial das imagens e a disposição com a qual foram organizadas nas páginas de seus imponentes álbuns de

Fotografia Oitocentista. Op. Cit., p27.

⁶¹⁸ MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante na cidade do Rio de Janeiro (1900-1950)*, Niterói: UFF, PPGH, tese de doutorado, 1990. E, MAUAD, Ana Maria. “Entre Retratos e Paisagens, imagens do Brasil oitocentista” In: MARCONDES, Neide & Belloto, Manoel (orgs.) *Turbulência cultural em centros de transição: o século XIX Ibero-Americano*, São Paulo: Edusp, 2005, pp.27-28.

retratos, demonstram uma narrativa visual conduzida através do fio da família extensa. A escolha, colocação e organização das imagens nos álbuns constituíam-se um ato de construção de memória, onde uma determinada pessoa ou grupo, no caso aqui descrito a viscondessa de Ubá, determinava o que seria ou não preservado da ação do esquecimento. Sua escolha, feita no quadro das múltiplas escolhas possíveis, foi um ordenamento que inserisse os indivíduos no seu grupo familiar, disponibilizando lado a lado, nas mesmas páginas ornamentadas, maridos e mulheres, pais e filhos, primos, afilhados, irmãos. Assim, construía uma determinada representação do grupo familiar para ser propagada no tempo e reiterada pelo ato de recordar.

As manutenções do nome e da tradição familiares integravam o conjunto de patrimônios e riquezas definidores do *habitus* de classe da classe senhorial oitocentista. Por isso, a construção de uma dada memória coletiva familiar era condição fundamental não só para a coesão interna do grupo, como também para que este se diferenciasse dos demais numa escala social hierárquica na qual a sociedade imperial se fundava.⁶²⁰ O retrato fotográfico foi largamente utilizado como um material de memória coletiva e desempenhou o papel simbólico de legitimação da família.⁶²¹ Neste sentido, sua análise possibilita ir muito além da simples descrição e decodificar valores e idéias, recuperando as formas de agir e pensar no interior do grupo familiar num dado tempo e espaço. Para tanto, proponho que os retratos sejam analisados levando em consideração uma série de elementos: o circuito social da fotografia, as lógicas técnicas e estéticas de sua produção, as estratégias de produção de sentido nas quais se inserem a negociação da pose, a hierarquização dos

⁶¹⁹ Tal prática da sociedade oitocentista já foi largamente discutida pela historiografia: MAUAD, Ana Maria. *Imagem e auto-imagem do Segundo Império*, Op. Cit.; VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na fotografia oitocentista*. Op. Cit.

⁶²⁰ ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Op. Cit; *The Stablished and the Outsiders*. Op. Cit.

personagens no espaço da figuração da foto e a ambientação ilusória montada e, finalmente, a narrativa composta nos álbuns pela disposição e ordenamento das imagens.

O primeiro álbum pertencente à Viscondessa possuía dois tipos de disposição: um *cabinet-size* ou quatro *carte-de-visites*, por página. Sua composição foi realizada ao longo de mais de trinta anos contendo fotografias desde a década de 1860 até 1890. Certamente, o ato de preencher um álbum, que não pretendia obedecer a uma cronologia, requeria sua reelaboração constante à medida que as novas imagens chegavam de presente ou eram tiradas pela família.



D. Pedro, Emílio Biel, Cannes 31 de março de 1890.

Na primeira página, por exemplo, foi disposto um *cabinet-size* do Imperador no exílio, tirado em Cannes, em 31 de março de 1890. A letra e a assinatura do Imperador demonstravam aos leitores visuais da coleção a proximidade dos Ribeiro de Avellar com a Família Imperial. As imagens seguintes, no mesmo formato, eram da Imperatriz Tereza Christina (1874) e de D. Pedro, utilizando farda militar, logo após a Guerra do Paraguai

⁶²¹ Sobre o papel da fotografia na construção da memória coletiva familiar ver: MAUAD, Ana Maria. “Resgate de Memórias” Op. Cit.

(1870). Em seguida, vinham os *carte-de-visite* da família Imperial contendo novas fotos dos Imperiais, das princesas, do Conde D'Eu, do Príncipe do Grão Pará e primogênito da Princesa Isabel, de Blanche D'Orleans e da Princesa Januária, irmã de D. Pedro II, muitas delas dedicadas e assinadas. Na página sete, dividindo espaço com a Princesa Januária, Condessa de Áquila, vinham o Márquez e a Marquesa de Itanhaém, membros da nobreza de grande proximidade com os Imperiais e grandes amigos da família Velho da Silva, tendo sido padrinhos de casamento de Marianna e Joaquim Ribeiro de Avellar. Dadas as devidas apresentações, demonstrando estar no topo na escala social do Império, as páginas seguintes eram preenchidas por imagens de membros da família extensa.



Fotografia do Álbum 1 aberto, narrativa visual regida pelo ideal de família extensa.

Deparava-se, então, com as imagens do Conselheiro José Maria Velho da Silva e D. Leonarda que ficavam no alto, seguidos por uma foto do casal Marianna e Joaquim e de outra da viscondessa sozinha, no estúdio de Joaquim Insley Pacheco, tirada no mesmo dia que a fotografia da mãe. Na folha ao lado, havia duas fotos do Barão do Capivary, uma de sua irmã e outra de Joaquim Mascarenhas Salter, todas tiradas por Manuel de Paula Ramos em uma das ocasiões em que estivera na fazenda. Ao pousar o álbum sobre a mesa ou o colo, quem o visualizava podia ver qualificado, ao mesmo tempo, as principais personagens das duas casas familiares: à esquerda, os Velho da Silva e à direita, os Ribeiro de Avellar.

Adiante, eram apresentados novos *cabinet-size* ocupando uma página para cada fotografia. A narrativa visual retornava a Família Imperial enfocando, mais especificamente, o casal D'Eu em imagens dotadas de uma certa atmosfera intimista. Nas duas primeiras, a princesa Isabel pousava para o fotógrafo F.Chardonnet, abraçada com o filho, em seu estúdio em Lyon. A seguir aparecia sob a lente de Henschel & Benque acompanhada do marido e do primogênito. Nesta imagem o Príncipe Pedro era alçado à centralidade da foto para quem a Princesa Isabel olhava diretamente. Havia ainda uma imagem da Princesa com Mariquinhas em uma belíssima fotografia de Numa Blanc Fils na qual a posição das mãos e o efeito *flou* desenham um coração que envolvia as retratadas, reafirmando uma amizade que vinha desde a infância. E, finalizando, um busto do Conde D'Eu com a seguinte dedicatória:

Ao coronel Joaquim Ribeiro de Avellar em sinal da cordial estima e particular amizade. Com as mais afetuosas lembranças oferece Gaston D'Orleans, 1877.



*Princesa Isabel e Mariquinhas, Numa Blanc, s/d.
Coleção particular 1*



*Conde D'Eu, Henschel & Benque, 1877.
Coleção particular 1*

Ao continuar a folhear tal objeto da memória familiar, o leitor era levado a uma profusão de imagens; dos filhos, netos, parentes, amigos e compadres além de outros pares da nobreza imperial como: a Baronesa de Fonseca Costa, a Baronesa de Ourém e a Condessa de Aljezur. Ao fim e ao cabo, estava apresentada a rede de sociabilidade e amizade com a qual queriam se ver identificados. Entretanto, os significados fornecidos à imagem são de competência de quem as observa e decodifica. A compreensão desejada depende das regras culturais compartilhadas pelos indivíduos envolvidos na sua produção, consumo, troca, organização e recepção.

A leitura das imagens e sua organização permitem afirmar que a representação familiar havia mudado de registro. Apresentava-se, singularmente, através de indivíduos antenados

com um novo *habitus* aristocrático e a um padrão de civilização essencialmente urbano. O valor da família era expresso através das qualidades dos sujeitos expressas em sociedade: educação, refinamento, bom casamento, moral, etiqueta, dentre outros. Valores que, em última instância, eram fornecidos, cultivados e agenciados no interior da família. A família oitocentista enquanto cânone sofria mudanças e resignificações, contudo se mantinha enquanto principal registro através do qual os indivíduos entendiam seu lugar e papel de atuação no mundo.

Outras práticas sociais também são capazes de atestar a importância da parentela na classe senhorial oitocentista. Apesar de ser um ato individualizado, recomendar-se sinceramente aos novos parentes, nas cartas enviadas, seria uma forma de confirmar os laços de fidelidade, consagrados através da união matrimonial que agregou dois diferentes grupos consangüíneos. Com a conseqüente consolidação das relações, buscava-se o fortalecimento da família como um todo:

*Igualmente te peço que me recomende muito ao Sr. Barão, agradecendo-lhe por mim tantos obséquios que me fez e também a vovó Tonha, tia Annica, tia Maria moça e tia velha, a José Mascarenhas e Joaquim e ao Boaventura.*⁶²²

*Meus respeitos ao Sr. Barão, a Sra. D. Antônia e a todos os teus parentes e acredita que são de coração.*⁶²³

*Dá-lhe muitas saudades assim como a Joaquim e muitos beijinhos as meninas e saudades a todas as senhoras tuas parentas.*⁶²⁴

Através da aquisição gradual de intimidade e sentimentalidade entre membros de parentelas anteriormente distintas se desejava o fortalecimento interno da casa familiar

⁶²² Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis, 4^a feira, 13 de dezembro. (Coleção Particular 2).

⁶²³ Carta de José Maria da Silva Velho para sua irmã, Marianna Velho de Avellar. Catete, 4 de dezembro de 1855. (Coleção Particular 2).

⁶²⁴ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 27 de maio de 1854. (Coleção Particular 2)

como um todo. Na análise serial das correspondências de D. Leonarda para a viscondessa, por exemplo, percebe-se que o tom distante e cerimonioso, dispensado aos parentes da filha nos primeiros anos, vai sendo substituído por palavras mais calorosas a medida que a convivência se estabelecia: “minhas saudades a D. Antônia e Maria , a Joaquim e José Mascarenhas”.⁶²⁵ A troca de *carte-de-visites* e seu envio a parentes também serviu para estreitar e atualizar os laços familiares no âmbito privado.⁶²⁶ As dedicatórias, que podiam vir na frente ou no verso dos pequenos cartões, eram um mimo delicado dispensado aos entes mais queridos:



Carolina Monteiro Velho, Pacheco Phot., 1864.
Coleção particular Roberto Menezes de Moraes



Mª José de Avellar Tosta, Numa Blanc, 1890.
Coleção particular 1

⁶²⁵ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Petrópolis 12 de agosto de 1866. (Coleção Particular 2)

⁶²⁶ O principal atrativo do *carte-de-visite* era o de oferecer mais por menos. Sua invenção, além de ocasionar uma queda no preço da fotografia, criou a facilidade em dispor dos retratos suplementares para presentear, pouco importando ao público se o mais numérico representaria um menos na qualidade artística e técnica. VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na Fotografia Oitocentista*. Op. Cit., p39.



Foto de Antônio Ribeiro, J.F.Guimarães, 1878.
Coleção particular 1



Verso

Remeter um *carte-de-visite* tinha a dimensão de “dar um pouquinho de si”. Compartilhar o registro de uma imagem presente que o tempo se encarregaria de tornar mais rara por remeter a um passado inalcançável. Dedicá-lo significava tentar traduzir em palavras um dado tipo de afeto.⁶²⁷ Assim procedeu Carolina Monteiro Velho, nora de Marianna Velho de Avellar, ao oferecer sua foto com a filha Maria Isabel para D. Antônia Ludovina, prima de Joaquim Ribeiro, a quem afetuosamente chamou de excelentíssima irmã. Sua imagem ressaltava seu papel como mãe e esposa, principais encargos da mulher oitocentista. No caso de Antônio Velho de Avellar, a denominação de avó também se tratava de uma consideração afetuosa a alguma parenta idosa bastante próxima já que sua única avó, D. Leonarda, havia falecido em 1871. A escolha do formato oval valorizava o indivíduo no espaço da figuração e foi bastante utilizado, principalmente, nas figuras

⁶²⁷ AMARAL, Aracy. “Aspectos da comunicação visual numa coleção de retratos” In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org). *Retratos quase inocentes*. Op. Cit.

masculinas da coleção. Já a Baronesa de Muritiba, filha primogênita da Viscondessa de Ubá, enviou sua imagem fotográfica tirada pelo conceituado fotógrafo Numa Blanc, de Paris, alguns meses depois de partir para o exílio com a Família Imperial.

Os *carte-de-visite*, dedicados ou não, demonstram que as teias familiares traçadas se estendiam não só aos membros da família nuclear com descendência direta, mas também a parentes mais distantes. A distribuição de tais lembranças servia para estreitar laços que já possuíam uma história afetiva pregressa. A importância da fotografia na construção das relações familiares se confirma até mesmo numericamente. Dentre as duzentos e trinta e uma imagens que compõem a série documental dos Ribeiro de Avellar, noventa e duas, ou seja 40% de seu total, são de pessoas da família, extensa ou nuclear. Aliás, tal proporção tende a ser ainda mais elevada porque há retratados não identificados que podem ser de parentes.

Portanto, a troca de *carte-de-visites*, assim como suas dedicatórias, as recomendações epistolares, as visitas e contra-visitas, o envio de presentes, a troca de favores faziam parte de um conjunto de práticas cotidianas que atuavam no sentido de fortalecer as relações afetivas entre os membros da parentela no seu âmbito privado. Contudo, a manutenção da ordem familiar oitocentista se encontrava na fronteira entre o público e o privado. Por um lado, ela não era mais mantida, somente, através da autoridade do *pater familias* e do monopólio da violência sobre todos os membros do núcleo familiar. Havia uma necessidade de criar outras estratégias cotidianas que passassem pela afetividade e pela intimidade entre os componentes do grupo familiar o que demonstrava uma alteração significativa no funcionamento familiar.⁶²⁸ No entanto, estas mudanças nas

⁶²⁸ Sobre o modelo de família patriarcal utilizo as clássicas referências de Gilberto Freyre: *Casa Grande e Senzala*. Op. Cit e *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit para quem o patriarcalismo era sobretudo o produto de

estruturas sentimentais e formas de comportamento privadas tinham como finalidade principal legitimar a importância do grupo familiar no âmbito público sendo uma condição essencial para a manutenção de seu prestígio, riqueza e importância político-social.

Os valores da classe senhorial oitocentista em relação à importância da perpetuação da força do grupo familiar foram claramente explicitados nas palavras de Nabuco de Araújo que serviram de epígrafe para este trabalho: “Não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga e rica e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas”.⁶²⁹ A proteção da parentela e o reforço da solidariedade familiar eram encarados como instrumentos de manutenção da importância social e, portanto, da própria sobrevivência de determinada casa familiar no interior da classe senhorial.

Rio, 28 de fevereiro de 1859

Minha querida filha do coração,

(...) Minha filha, tu tens uma reputação feita, de moça de muito juízo e bem fundada, estimada, geralmente, e muita pela interessante família de Pau Grande e por todas os mais parentes de teu marido. Que posso eu mais desejar neste mundo, vendo meus dois filhos seguir tão digna vereda? Tu feliz a todos os respeitos e teu irmão seguindo-te os teus passos agora. O que lhes peço é que se unam mais do que nunca, que os dois irmãos sejam uma só entidade na sua estima e ligação. Rogo-te que lhe escrevas, que lhes digas algumas palavras animadoras.

Muito meus filhos herdaram de seu estimável e respeitável pai, ele tinha tudo que deu de boas qualidades a seus filhos.(...) Deus abençoe meus filhos, quero dizer também a Joaquim, a Carolina que muito se recomenda.(...)

Tua mãe do coração

Leonarda

Nesta passagem, D. Leonarda aponta a intrínseca relação entre as reputações do indivíduo e da família - tanto a de nascimento, quanto aquela a que foram vinculados por

uma concepção autoritária da natureza das relações entre seus membros. Desta forma, não pode ser igualado à família extensa tendo por base uma composição domiciliar. Em sua tese de doutoramento Silvia Brügger fez uma interessante análise deste conceito para a sociedade de São João Del Rei. Consultar: BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Op. Cit.

matrimônio. Daí a extrema importância da escolha dos casamentos para os filhos. Na realidade, esta decisão afetava a família na sua versão mais ampla. Isso talvez explique o porquê que a prática social de arranjar casamentos sobreviveu durante todo o século XIX, apesar do ideal romântico e do discurso médico-higienizador. Entretanto, tanto as palavras de Nabuco de Araújo, como as de D. Leonarda têm a preocupação de resistir ao individualismo como novo ícone da modernidade oitocentista.

Tanto a escrita epistolar, quanto o retrato fotográfico travaram um diálogo entre a dimensão individual e familiar. Quando Marianna Velho de Avellar escrevia a mãe ou vice-versa estabelecia-se uma troca de informações entre as partes que valorizava o grupo familiar, relatava o crescimento e os estudos dos filhos, atualizava informações sobre saúde de membros da parentela, agradecia por serviços prestados, encomendas e outras reciprocidades. Contudo, dentre as muitas referências ao universo coletivo, sobressaía o sujeito histórico que conduzia a escrita na primeira pessoa do singular revelando uma dimensão individual carregada de alegrias, decepções, queixas e gostos pessoais. O ritmo de sua troca também remetia ao tempo de vida e à vontade individual de cada uma das correspondentes mesmo que este fosse cotidianamente pontuado por uma dinâmica familiar.

10.3 - As idades da vida

Os álbuns fotográficos estudados foram organizados de maneira a valorizarem as teias de relações da família extensa, entretanto ressaltando os papéis individuais dos sujeitos retratados. Pontuando parágrafos importantes desta narrativa visual, as imagens

⁶²⁹ ARAÚJO, Nabuco de. *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes” In: ALENCASTRO, Luis Felipe (org). *História da vida privada no Império*. Op. Cit., p 400.

informam e conformam uma dada representação social sobre importantes aspectos do *habitus* da classe senhorial oitocentista. Entendida desta forma, como apresentou Ana Maria Mauad, a fotografia possui um duplo aspecto. Por um lado é marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado: formas de vida, moda, infra-estrutura, condições de trabalho, etc. Por outro, torna-se um símbolo, aquilo que, numa dada sociedade foi estabelecido como a única imagem a ser perenizada para as gerações futuras.⁶³⁰ Tendo em vista estas considerações, as imagens guardadas e organizadas pela Viscondessa também nos permitem vislumbrar traços importantes sobre as idades da vida e as representações dos papéis sociais no interior do grupo familiar na sociedade oitocentista. A seguir, vou tentar recuperá-las por meio de sua análise intertextual.

Na sociedade oitocentista, o termo infância, que em latim significa “carência da palavra”,⁶³¹ era entendido como sendo composto de duas etapas principais. A chamada primeira infância se iniciava com o nascimento e se estendia até os três anos. Identificada como: a “fase em que se cria”, a “idade em que se exprimem as idéias de necessidade, de debilidade, e do cuidado de que o homem necessita debaixo do teto paterno”.⁶³² Desta maneira, era descrita como biologicamente dependente de amamentação e carente de cuidados específicos, que deveriam ser supridos no ambiente doméstico, com a supervisão dos pais. Nas cartas analisadas, as referências encontradas foram as seguintes:

Gostei muito das circunstanciadas notícias que nos dá das nossas meninas e das suas galanterias e quanto a Marianna acho prudente a sua

⁶³⁰ MAUAD, Ana Maria. *Através da Imagem: fotografia e história, interfaces*. Op. Cit, p 90.

⁶³¹ FARIA, E. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4ª ed, Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de Villeneuve, 1859. Para análise das fases da vida também foram consultados os seguintes dicionários de época: VIEIRA, frei Domingos. *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro e Pará: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H de Moraes, 1871 e PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

⁶³² FARIA, E. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Op. Cit.

intenção de a não desmamar enquanto não vierem as presas que com efeito estão bem demoradas. (D. Leonarda, Rio 27 de maio de 1854)

Luisa vai bem já em espera de desmamar só a espera que lhe saia o último queixal (molaes) que está a sair, Julia passa bem e tem mais dois dentes os quais tem lhe vindo com difluso e muita tope, mas de tudo está melhor. (Marianna, Pau Grande, 21 de janeiro 1859)

Nos dois casos citados a primeira infância estava relacionada ao período da amamentação, desmame e nascimento dos dentes coincidindo, portanto, com as descrições dos dicionários. Nesta época, a criança inspirava muitos cuidados, principalmente com sua educação física, pois o número de óbitos era muito alto em todas as classes sociais. A própria Viscondessa perdeu cinco de seus doze filhos - Joaquim, Marianna, Joaquim, Elisa e Josefina - antes de completarem dois anos. As causas citadas pela mãe foram: moléstia de fígado, coqueluche, convulsão, convulsão e moléstia na espinha, respectivamente. Contudo, a escrita epistolar vem demonstrar que, ao contrário da prática social descrita por Gilberto Freyre para a colônia, a qual não havia grande sentimentalidade no interior do grupo familiar em caso de óbito infantil, entre os personagens históricos em questão a perda de um filho, mesmo em tenra idade, era motivo de muita tristeza para todos:

Catete, 10 de março de 1856.

Minha Marianinha,

Triste é o destino da humanidade na terra. Ora risos, ora pungentes dores, mas enfim aos corações elevados é considerável curvar-se aos mandos da Divindade!

Grande foi o nosso assombro ao termos a infausta notícia que daí nos mandaste, e bem sensível pois constantes votos fazíamos para a sua existência porque esperávamos que fosse muito teu amigo e viesse a ser um dia um homem habilitado e capaz. Muito sofreu esse anjinho e por isso que tantas esperanças fundávamos nele e nos foi arrancado! Paciência! Resignação!

Chora-o minha irmã, dá expansão a tua dor, mas chegado ao termo que a própria natureza indica cobre-se de ânimo e sangue frio e lembra-te que tens ainda deveres sagrados a cumprir. Tens duas filhas que muito e muito de ti precisam. (...) Muito gostava de meu afilhado... (...) Mas peço-te moderação na tua dor e como és forte precisará dominar o excesso que pode redundar em mal para ti.

Minha Marianinha aceitas os meus sentimentos e o Avellar igualmente. Deus se compadeça de vocês. Nossa mãe no estado de abatimento e prostração em

que ficou com este acontecimento não te pode escrever: ela pede-te que sejas mais forte que ela.

Eu já tinha ido para o escritório quando nossos pais receberam a carta, de repente entra no escritório aonde trabalho um moleque com uma carta de nossa mãe em que ela me pedia que viesse consola-la porque estava passando por um golpe agudo e dava-me a notícia. Imediatamente saí da sala, deixei trabalhos e corri para a casa. Tenho estado com ela fazendo lhe companhia e dizendo-lhe algumas palavras para acalmar a sua dor, mas tenho pouco conseguido. Deus nos valha!! A D. Lulu tem sentido bem o que acontece.

Minha Marianinha, fé em Deus e aceita o abraço apertado de

Teu mano e amigo sincero,

Juca

A morte do terceiro filho, segundo varão, abalou a todos. Em sua homenagem, foi mandado pintar um quadro seu segurando um carneirinho. A situação certamente foi aguçada quando, em 20 de dezembro do mesmo ano, Marianna e Joaquim perderam mais uma filha (Marianna). Na ocasião, a Sra. Avellar estava grávida de nove meses de Luiza, sua sexta gestação. Como consolo, o irmão pedia para que se apegasse à função materna, à responsabilidade na criação das outras filhas e, principalmente, a Deus. Reafirmando, assim, o papel feminino no interior do grupo familiar e da sociedade. A análise das imagens fotográficas de crianças na primeira infância também permite complementar tal reflexão. Foram encontradas 22 fotografias contendo crianças de zero a três anos (individuais ou em dupla), o que contabiliza 9,5% de toda a coleção, sendo a metade delas de filhos e netos do Visconde e da Viscondessa de Ubá.

É interessante notar que até quase os dois anos as vestimentas não apresentavam grandes diferenciações entre os sexos. E, somente as crianças pertencentes ao grupo familiar ou filhos de amigos muitíssimo próximos, como Domingos Farani, por exemplo, foram colecionadas pela Viscondessa. Uma análise cronológica dos retratos da primeira infância aponta que, com o passar do tempo, as crianças foram sendo retratadas cada vez mais novas. Até que, nas décadas de 1880 e 1890, tornou-se bastante comum aparecerem

individualmente, ainda bebês, com cerca de quatro meses. Tal representação infantil individualizada era impensada nos anos de sessenta, onde a idade mínima encontrada foi superior a um ano. Abaixo desta faixa etária os bebês eram registrados no colo de suas mães e avós. Nestes casos, seus posicionamentos no espaço da figuração estavam muito mais ligados à representação de maternidade do que à expressão individualizada.



*Elisa, Insley Pacheco, 1869.
Coleção particular Roberto Menezes de Moraes.*



*Não identificados, Carneiro & Gaspar, 1866/70.
Coleção particular Roberto Menezes de Moraes.*



*Jerônimo F de Mello, J.F.Guimarães, 1886.
Coleção particular Roberto Menezes de Moraes.*



*Neto da Viscondessa, J.F.Guimarães, 1884.
Coleção particular 1.*

Após os três anos, alcançava-se a segunda infância que se estenderia até sete anos e continuava a ser caracterizada socialmente pela sua dependência. Esta era a fase de se iniciarem os estudos com algum parente ou governanta ou, como começou a se popularizar na década de 1870, em colégios com sistema de internato ou semi-internato, localizados em Petrópolis ou na Corte. Na coleção, a segunda infância foi representada em 6,5% das fotografias (15 imagens), estando aí incluídas as individualizadas (5 imagens), as acompanhadas por adultos (2 imagens) e por irmãos em idades diferentes (8 imagens). Ao contrário da fase que a precedia, na segunda infância, a representação escolhida para meninos e meninas já se colocava de forma diferenciada, principalmente, na indumentária, penteado e jóias.



*Não identificada, Manoel de Paula Ramos, 1870. Coleção Roberto Menezes de Moraes.
Joaquim e Maria Izabel Monteiro Velho, Pacheco Photogr, 1866. Coleção Roberto Menezes de Moraes.
Princesa Isabel e Pedro, príncipe do Grão Pará, F. Chardonnet, 1880. Coleção particular 1.*

Em somente uma destas imagens, tirada pelo fotógrafo itinerante Manoel de Paula Ramos, a criança foi retratada segurando um brinquedo; no caso uma boneca. Talvez a atmosfera mais intimista, montada na própria fazenda onde morava, tenha permitido tal ato de

relaxamento. Ou, quem sabe, tenha sido o objeto dado para convencer a protagonista a posar para a foto. Este silêncio visual em relação ao brinquedo se contrasta com o cotidiano descrito nas cartas no qual era apontado como um importante companheiro infantil. Nas outras duas fotos, a pose dirigiu a cena fotográfica. Os cenários, mobiliários e fundos escolhidos eram padrão para qualquer idade. Os dois irmãos retratados eram Joaquim e Maria José, sobrinhos de Marianna Velho de Avellar. Ao lado desta imagem, no álbum da família, estavam fotos de seus filhos demonstrando o grau de intimidade reafirmado pela sagração do batismo, pois Joaquim era também afilhado da Viscondessa. A fotografia da Princesa Isabel com seu primogênito também pertencia à família Ribeiro de Avellar e foi tirada em Lyon, durante sua terceira viagem para a Europa a qual residiu por três anos. O posicionamento dos braços da Princesa envolvia o filho e valorizava a afeição entre os personagens.

O número de vezes em que a infância foi fotografada demonstra que havia um processo de valorização desta no interior do grupo familiar e na sociedade como um todo. Tal afirmativa dialogava com os textos íntimos que também revelavam uma maior sentimentalidade e convivência das crianças até os sete anos com os pais e parentes. Depois de concluída esta etapa chegava a puerícia, conceituada como a “idade entre a infância e a adolescência”, que se prolongava dos sete aos quatorze anos.⁶³³ Em seus estudos sobre a sociedade colonial, Gilberto Freyre e de Maria Beatriz Nizza da Silva identificaram a puerícia como a fase dos castigos físicos e do pouco contato das crianças com os pais.⁶³⁴ Contudo, no Segundo Reinado, com o novo *habitus* compartilhado pela classe senhorial, esta prática cotidiana foi publicamente condenada pelos jornais e manuais de educação, o que não quer dizer que tenha inexistido nas intimidades dos lares. No caso dos Ribeiro de

⁶³³ FARIA, E. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Op. Cit.

⁶³⁴ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Op. Cit; SILVA, M. B. N. *História da Família no Brasil Colonial*. Op. Cit.

Avellar, as cartas silenciam atos de violência entre pais e filhos. Ao contrário, colocam uma convivência próxima e demonstram que as crianças constantemente acompanhavam o Visconde e a Viscondessa em viagens a Petrópolis e para a Corte, além dos passeios em família. A forma carinhosa com a qual os avós sempre se referiam aos netos também demonstrava que já se prezava por uma maior convivência e intimidade no interior da parentela:

Seus netos perguntaram-me constantemente se vovó vem amanhã e isto de dia em dia. Logo em seguida perguntaram-me se vovó, quando voltar, trará biscoitos ao que respondo que sim se não fizerem tolices. Mamãe nós nos juntamos todas para lhe pedirmos que volte breve. (...)

Mariquinhas tem estado tristonha desta vez com a sua ausência e sempre tem me perguntado, por várias vezes, quando voltará vovó? Ela, as irmãs, Joaquim e eu lhe pedimos que, em poucos dias, nos anuncie a sua volta.⁶³⁵

Estas relações afetivas mais estreitas incluíam tanto as crianças, quanto os pequenos na etapa da puerícia. No conjunto fotográfico analisado, a puerícia foi retratada em 8,2% de seu total, ou seja dezenove fotos: nove individuais, oito com os irmãos e duas com os avós. Nem bem a puerícia tinha chegado ao fim e os indivíduos já passavam a ser representados como adultos, havendo uma alteração considerável em termos de pose, vestimenta, penteado e objetos escolhidos para compor a cena fotográfica. As meninas, tal qual Lina Pires Ferreira, abandonavam os vestidos abaixo dos joelhos compostos com ceroulas rendadas, e passavam aos trajes de senhoras, como suas mães. Assim como o neto do Conde de Figueiró e da Viscondessa de Campos, os meninos trocavam as calças e casaquinhos curtos pelo conjunto de calça, paletó, colete e gravata. As poses escolhidas terminavam a dar um tom de seriedade. A indumentária e as escolhas para a representação individual na fotografia pareciam querer antecipar a vida adulta.

⁶³⁵ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 27 de fevereiro de 1863. (Coleção Particular 2)



Lina Pires Ferreira, aos 14 anos, M. Garcia, s/d. Coleção particular 1.



José de Vasconcellos e Souza, aos 12 anos. Stahl & Wahnschaffe, 1865/70. Coleção particular 1.

As imagens de José Maria e Antônio Ribeiro, tiradas por Manoel de Paula Ramos, numa das vezes em que esteve na Fazenda, em 1870, demarcam bem as mudanças sofridas no tipo de representação condizente com a puerícia e a adolescência.



José Maria (6 anos), Antônio Ribeiro (11 anos), M. de P. Ramos, 1870. Coleção Menezes de Moraes.

Com a puberdade se iniciava uma nova época de vida, a adolescência, citada nos dicionários como sinônimo de juventude e mocidade. Portanto, a entrada na chamada juventude era algo que variava dependendo das transformações corporais de cada indivíduo. Eduardo Faria, por exemplo, descreve o termo adolescente como: “pertencente à mocidade, mancebo que está na idade da adolescência, ou que ainda vai crescendo, que está no começo, que ainda não alcançou todo o seu vigor”. É possível perceber que, tanto naquela época como hoje, a adolescência já se encontrava relacionada ao pleno desenvolvimento físico do ser humano e à puberdade. Frei Domingos Vieira a restringe dos quatorze aos vinte e cinco anos, “período em que o corpo atinge sua perfeição física”.

Nesta época, era comum iniciarem-se os contatos familiares para os acordos de casamento feitos entre as famílias. Entretanto, podiam levar algum tempo desde os primeiros contatos até a cerimônia efetivamente, como mostrei na primeira parte deste trabalho ao analisar o casamento de Joaquim e Marianna. O novo habitus civilizado compartilhado pela classe senhorial tendeu a aumentar e aproximar a idade dos futuros cônjuges. Para tal contou tanto com a influência do Romantismo, quanto do discurso médico-científico. No caso das quatro filhas do Visconde e da Viscondessa de Ubá, todas contraíram matrimônio entre dezessete e vinte anos de idade. Os noivos garimpados entre as famílias de prestígio e fortuna do Império eram todos bacharéis, moravam na idade, e possuíam, no máximo, quinze anos a mais que as futuras esposas.

Em termos de representação visual, entre a juventude e a idade adulta, as antigas marcas de distinção por faixa etária quase se apagavam. A pose, indumentária, objetos e cenários escolhidos tenderam a se apresentar de forma semelhante no espaço da figuração tanto para jovens, quanto para adultos. As grandes diferenças eram dadas pelas marcas do tempo nos indivíduos: barbas e bigodes fartos, cabelos grisalhos, pele, etc. Sem dúvida

nenhuma, estas duas etapas da vida eram as mais registradas, englobando 50% de todas as fotos individuais analisadas na coleção mantendo um equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino.



*Não identificado, não identificado, 1865.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Não identificado, Mangeon & Van Nyvel, 1866.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Desconhecida, M. de P. Ramos, 1870.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Mme Doyen, M. de P. Ramos, 1870.
Coleção Roberto Menezes de Moraes*

A vida adulta ou varonil, como era comumente chamada, se iniciava em torno dos vinte e cinco anos. No entanto, o limite de idade variava de dicionário para dicionário apesar das definições se manterem: “adulto – que chegou ao período de vida entre a adolescência e a velhice”.⁶³⁶ Nesta fase estavam Joaquim e Marianna de Avellar quando produzidas as cartas e a maioria das fotografias. Sua sucessora era a fase da velhice ou ancianidade marcada, em sua outra extremidade, pela morte e conceituada como “estado do que é velho, último quartel da vida, (...) idade da madureza”.⁶³⁷ Nos dicionários do século XIX, as palavras; velho, velhote, velhusco, ancião, senil e idoso aparecem como sinônimos e são descritos como “que tem muita idade”, “carregado de anos”, “de provecta idade”, “antigo”, “que está adiantado em anos”.

Maria Beatriz Nizza da Silva apresentou um estudo baseado nos mapas de população do final dos setecentos e concluiu que, na época, a velhice chegava para as mulheres aos 50 e para os homens aos 60 anos.⁶³⁸ Estas idades parecem não ter mudado substancialmente até o final do século XIX, pois apesar da institucionalização da medicina como ciência neste período, os avanços reais das práticas médicas e da arte de curar ainda iriam demorar a se fazer notar a ponto de trazer um prolongamento efetivo da vida que influenciasse os conceitos de idoso e velhice. A morte encerrava a ancianidade, entretanto ela era um medo permanente que rondava homens e mulheres durante toda a vida oitocentista. O nascimento, em todas as camadas sociais, era encarado como um momento

⁶³⁶ CALDAS, Aulete. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Imprensa Nacional, 1881.

⁶³⁷ Idem, *Ibidem*.

⁶³⁸ SILVA, M. B. Nizza da. *Vida Privada e Cotidiano no Brasil*. Op. Cit.

de muito risco e expectativa devido aos seus altos índices de mortalidade de crianças e de mães que tinham, inclusive, o costume confessar-se antes do parto.⁶³⁹

Louvo muito e acho muito acertada a resolução de não vires, para a Cidade nesta ocasião apesar dos cuidados que nos dá o teu parto, porém Nossa Senhora há de permitir que ele seja feliz e aí não faltam nem socorros nem o maior interesse por ti e por tudo o que te diz respeito. Deus nos há de proteger. (Conselheiro José Maria. Rio, 18 de fevereiro de 1858)

Acabarei por desejar-te excessivamente que Deus e Nossa Senhora te dêem uma feliz hora, e não parei de implorar a Nossa Senhora que te acompanhe. Remeto-te uma vela do Santo Sepulcro e alecrim bento, a vela para a prima Antônia ascender quando estiveres em bocadinho para passar a primeira roupinha de teu novo nenê, assim verás que penso não só em ti como no que há de vir. (D. Leonarda. Rio, 25 de abril de 1859)

Não só o parto e as primeiras horas de vida eram momentos complicados, mas toda a infância. As condições de higiene pouco favoráveis e a falta de saneamento básico das cidades deixavam as crianças à mercê de doenças variadas. Segundo o Boletim Mensal da Inspeção Geral de Higiene, em 1872, durante apenas um mês, foram registrados, na cidade do Rio de Janeiro: 41 casos de óbitos de crianças entre zero a três meses; 45 casos entre um e três anos, sendo 25 deles na faixa de um a dois anos; 35 casos para a idade entre três e cinco anos e 53 de cinco a quinze anos.⁶⁴⁰ Entretanto, as doenças epidêmicas como febre amarela, varíola, cólera, tuberculose eram as mais letais e tanto podiam atingir crianças, quanto velhos e adultos.⁶⁴¹ O assunto fazia parte do cotidiano das famílias e foi narrado pelo pai José Maria Velho da Silva a sua filha Marianna.

Rio, 24 de janeiro de 1858
Minha querida Marianinha,

⁶³⁹ Segundo Luiz Felipe Alencastro, a confissão era obrigatória pelas normas canônicas somente em três ocasiões: antes do parto, na Quaresma ou antes da extrema-unção. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada no Brasil*. Op. Cit.

⁶⁴⁰ MAUAD, A. M. *A Vida das Crianças de Elite Durante o Segundo Reinado*, In: PRIORE, M. de (org) *História da Criança no Brasil*. SP: Contexto, 2000, p15. Para um estudo sobre os cuidados com a infância na segunda metade do século XIX ver: MUAZE, M. de A. F. *A Descoberta da infância*. Op. Cit.

⁶⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Op. Cit.

*(...) A mulher do pobre João Thomas está finalizando tísica já está sacramentada e sem esperança alguma. Ontem fui vê-la por que só ante ontem é que soube em casa de Isidro aonde fomos jantar. Ele faz muita pena porque está magoadíssimo. A mulher do Farani também está tísica e desenganada. É a moléstia que mais deve assustar por cá e mais do que a febre amarela.*⁶⁴²

As epidemias que atingiam, principalmente, o Rio de Janeiro devido a sua maior concentração urbana e falta de infra-estrutura, amedrontavam a todos e eram constantemente referidas nas cartas. Sobre a varíola, novamente o conselheiro relatava à filha:

*Glória, 4 de outubro às 6 da tarde,
Minha querida Mariquinha,*

*O lado da Cidade mais atacado é o de São Cristóvão, Caju e Engenho Velho. Na Quinta Imperial, tem morrido até ontem 22 pessoas, a maior parte escravos. Procede isto de terem os pretos grande repugnância ao hospital e nenhuma fé no cirurgião Rocha. Quem se curar nas suas casas e perdendo o precioso tempo não morrendo. A casa em que estivemos na Babilônia transformou-se em hospital.*⁶⁴³

Por tudo o que foi dito, chegar à velhice depois de uma longa vida e poder organizar cuidadosamente a própria morte era um privilégio de poucos e que merecia uma estratégia de salvação, geralmente utilizada pelas camadas sociais da elite. Era importante não ser tomado de surpresa pelo último ato entre os vivos e preparar-se conforme os ritos católicos por meio do “rosário à noite, testamento e missa diária”. Portanto, a morte accidental, prematura era encarada como grande desventura que fazia sofrer não só a alma de quem partia como a consciência dos parentes e amigos que ficavam. A morte deveria ser de alguma forma anunciada por meio de doença ou diretamente pelas forças do além. Neste

⁶⁴² Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. (Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1858. (Coleção Particular 2).

⁶⁴³ Carta de José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Glória, 4 de outubro às 6 da tarde, s/a. (Coleção Particular 2).

contexto, as enfermidades eram interpretadas como um desejo de Deus em facilitar a salvação do fiel.⁶⁴⁴

Impossível saber com detalhes, mas a família Ribeiro de Avellar, em 1885, passou por momentos muito difíceis. Num espaço de apenas quatro dias, faleceram na fazenda Pau Grande, Eliza e José Maria Velho de Avellar, aos dezoito e vinte e dois anos, respectivamente. Ela, recém casada e com um filho de cinco meses. Ele, recém formado em Direito, contraiu tuberculose. Ambos foram enterrados na capela da Fazenda. Em suas homenagens, mandou-se pintar dois quadros a óleo, copiados de fotografias, que ficavam expostos na sala da Fazenda juntamente com o do Barão de Capivary e de suas irmãs, ex-sócias da Casa Pau Grande.⁶⁴⁵

A velhice era considerada a fase de avaliação dos atos cometidos em vida. Para tanto, o testamento era um documento de extraordinária importância, pois dava a chance de reparação moral após a morte como, por exemplo, o reconhecimento de filhos ilegítimos e a inclusão dos mesmos na partilha de bens.⁶⁴⁶ Os testamentos também possuíam uma preocupação de cunho religioso, como o cuidado com as almas através da encomenda de missas e de doações à Igreja e as irmandades, não só em memória do testador, mas para os seus entes queridos que também já haviam partido. Dos testamentos advinha também o desejo de proteger e recompensar os membros da família e aqueles que prestaram solidariedade e apoio durante a vida, a enfermidade e a velhice: “mandará dizer às missas

⁶⁴⁴ REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. IN: ALENCASTRO, L. F. Op. Cit.

⁶⁴⁵ Nos funerais de Elisa e José Maria foram gastos 519\$600 e 525\$800, respectivamente. Recibo de compra ao Excelentíssimo Sr. Joaquim Ribeiro de Avellar. (Coleção Particular 2).

⁶⁴⁶ MUAZE, Marianna. “As várias faces da velhice” Op. Cit.

que julgar bastante por minha alma, mandará dizer mais 200 missas por alma de meus pais e manas”.⁶⁴⁷

De início vale a pena lembrar que a identificação de fotografia de idosos em meio às coleções fotográficas trabalhadas é uma tarefa, por vezes, bastante abstrata. Primeiramente, a maioria das fotografias não trás, em seu verso, o ano em que foi tirada, a identificação do retratado ou mesmo sua idade. A indumentária, não muito diversa entre a fase adulta e a terceira idade, dificulta o reconhecimento dos considerados idosos. As maiores pistas ficavam a critério dos efeitos do tempo sobre o corpo dos indivíduos.

As imagens de idosos não se diferenciavam da estética instituída para os outros retratos de adultos. As fotos são na sua maioria todas verticais e em formato *carte de visite*. Há na sua forma uma busca do equilíbrio entre a direção esquerda e a direita, sempre tendendo a uma centralidade que trazia uma certa harmonia ao espaço e colocava o sujeito (ou os sujeitos) em posição privilegiada. Nas fotos com duas ou mais pessoas, a figura masculina sempre adquiria importância central, reproduzindo a lógica de funcionamento do sistema familiar e social da sociedade oitocentista. O mesmo ocorria com as pessoas mais velhas, as quais sempre tinham um papel de destaque nas fotografias; seja do marido com a esposa, da avó com o neto, etc. Esta conclusão me faz lembrar a análise de Gilberto Freyre para quem, nas sociedades patriarcais, o prestígio da idade avançada era grande, devido à legislação que instituía o patriarca como absoluto na administração da justiça e dos bens de família.⁶⁴⁸

Todas as fotografias de idosos que foram reconhecidas são de membros do grupo familiar, com exceção dos retratos dos Imperiais, ou seja possuíam um grau de intimidade,

⁶⁴⁷ Testamento Barão de Capivary. Universidade Severino Sombra, caixa 242.

⁶⁴⁸ FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit.

comprovado nas cartas pesquisadas.⁶⁴⁹ Portanto, parece ser uma prática a troca de retratos em todas as fases da vida, incluindo a velhice. Entretanto, o que a sobrevivência destas fotos sugere é que o registro da ancianidade, sua imagem revelada no papel, tinha uma distribuição mais restrita, sendo voltada somente aos mais íntimos, pois não foram encontradas fotografias de pessoas de fora do núcleo familiar, ou do circuito de compadres e parentes, como ocorreu em registros fotográficos de outras fases da vida.



*Barão de Capivary, M. de P. Ramos, 1863.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Joaquim Mascarenhas Salter, M. de P. Ramos, 1863.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*

Nas imagens masculinas, a altivez dos olhares dos sujeitos retratados que preenchem a fotografia. O enquadramento, a pose (concentrada na parte mediana e inferior que valorizavam a indumentárias) e o posicionamento de objetos tais como luvas, jóias masculinas, comendas, medalhas e condecorações, foram cuidadosamente pensados para demarcarem o *status* destes idosos na sociedade e no interior da família. Fisicamente, os

⁶⁴⁹ Esta pesquisa valeu-se de um total de 96 cartas trocadas entre D. Marianna Velho de Avellar e seus pais José Maria e Leonarda Velho da Silva, entre os anos de 1854 e 1869. (Coleção Particular 2).

dois personagens também de assemelhavam: cabelos brancos, barba cheia, costeleta e bigode. Mas, o que parece coincidência foi interpretado por Gilberto Freyre como característica dos mais velhos na sociedade patriarcal, ou seja atributo simbólico daquela que seria a idade da vida masculina de maior prestígio.⁶⁵⁰ Deixar-se fotografar era uma escolha, um ato consciente, onde a elite oitocentista dialogava consigo mesma e com o resto da sociedade através da produção de imagens.



Viscondessa de Ubá, não identificado, s/d. Coleção particular 1.

No caso da Viscondessa, já viúva, a imagem de busto procurava valorizar seu semblante e exposição individual. Nem por isso, se descuidou do vestuário, penteado e jóias; sempre condizentes com suas intenções de ostentar poder e refinamento. Ao posar para a foto, as mazelas da idade, por diversas vezes descritas nas correspondências íntimas, eram esquecidas em prol da construção de uma imagem de velhice sóbria e austera. Numa

⁶⁵⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit. p 69. Lilia Moritz Schwarcz compartilha desta crença de que a barba, no século XIX, era símbolo de maturidade. Para ela, após a maioridade, D. Pedro II teria deixado a barba crescer no intuito de atuar numa atmosfera simbólica já pré-existente e construir uma imagem mais madura e responsável que fosse condizente com o cargo soberano de Imperador do Brasil. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. Op. Cit., caps 3,4 e 5.

elite que valorizava o poder do patriarca em torno do qual se organizavam a honra da família, sua fortuna e patrimônio, a velhice era respeitada e trazia a expectativa da manutenção da união familiar após a morte.

Como pretendi mostrar, as idades da vida não são conceitos pré-estabelecidos. Elas variam de acordo com o modo que cada sociedade ou grupo social distinto, a sua maneira, as experimentam e vivenciam. No entanto, estão diretamente ligadas às formas sociais de organização familiar e a maneira com que os agentes históricos se percebem e se relacionam no interior do seu próprio grupo familiar.

10. 4 - Os Papéis Familiares no Cotidiano Doméstico

A segunda metade do século XIX foi palco de uma grande mudança interna no que concerne aos papéis familiares. Alguns valores associados ao modelo patriarcal de família caíram por terra, contudo, outros foram resignificados à luz de um novo *habitus*. A mulher foi elevada ao papel social de mãe. A ela caberiam as funções de zelar pela vida doméstica, o governo da casa e a criação dos filhos. Neste sentido, sua educação e instrução se tornaram condições básicas para que pudesse concretizar a tarefa para a qual tinha vindo ao mundo, uma espécie de dom natural, na consideração dos seguidores de Rousseau, ou dado por Deus, para os mais adeptos ao discurso religioso: a maternidade.⁶⁵¹ Assim, o universo

⁶⁵¹ Elizabeth Bandinter e Edward Shorter concordam ao afirmar que as concepções rousseauianas sobre educação física e moral, mesmo que não seguidas à risca na prática cotidiana, foram importantes no sentido de trazer à cena discussões que elevariam a educação da infância a um patamar nunca antes alcançado. Diante disso, os séculos XVIII e XIX, na Europa, tornaram-se palco de uma proliferação de obras que incitam a preservação da moralidade e a educação da infância, e concitam aos pais o amor natural e a convivência cotidiana com os filhos. Mas, se no que respeito à educação física, as sugestões de Rousseau seriam amplamente acatadas, principalmente pelo discurso médico-científico, o mesmo não ocorreria com o tema da moral. Mesmo sem seguir todos os passos de uma educação moral da infância anunciada por Rousseau, os *Manuais de Educação* colocavam a infância como o centro das atenções tanto da família, como do Estado. Na sociedade imperial, a temática da infância e dos cuidados com sua educação seria despertada a partir da segunda metade do século XIX. BANDINTER, E., *Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Op. Cit; SHORTER, E. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar ed, 1975.

feminino, antes encerrado no ambiente doméstico, se ampliou. No novo modelo de comportamento era requerido à mulher que mantivesse uma convivência social com amigos convidados a frequentar a casa. Sua obrigação era a de “bem receber” e criar uma atmosfera agradável aos visitantes. Da mesma forma, no espaço público, valorizavam-se os espaços de convivência e multiplicavam-se as possibilidades de sociabilidade e consumo: confeitarias, lojas, teatros, clubes, etc.

De uma maneira geral, o papel masculino tanto na sociedade, quanto na família oitocentista, se manteve arraigado à esfera da produção como o principal realizador e mantenedor da riqueza e do patrimônio. Continuou como a figura de comando no círculo familiar e na sociedade, seu principal apoio estava no código civil que o colocava como gerenciador dos bens femininos e seu principal responsável perante a sociedade. Entretanto, no interior do núcleo familiar, as tarefas deste gênero se estendiam a zelar pela educação física, educação moral e instrução dos filhos. É claro que a esposa gerenciava os assuntos diretamente relacionados à criação como cuidar da higiene, controlar os horários de estudos, contratar e fiscalizar os professores e tutores particulares. Todavia, conforme o novo *habitus*, fazia parte das funções paternas dar exemplo de boa conduta moral e educação aos filhos, além de supervisionar as orientações femininas.⁶⁵²

Muito embora os papéis masculino e feminino tenham sofrido uma importante reconfiguração, talvez, a maior alteração na dinâmica interna da família esteja na

⁶⁵² No imaginário medieval e moderno, principalmente sob influência católica, vigorava a noção da inferioridade intelectual da mulher, sua propensão a gastar irracionalmente os recursos da casa, sua debilidade nas tarefas de comando e, principalmente, sua tendência à infidelidade. Este caráter diabólico da mulher daria ao homem o cuidado de supervisioná-la e construiriam em determinadas sociedades, como a Portuguesa, um forte sentimento misógino ao menos no plano da cultura erudita. Tais sentimentos se enraízam também na colônia portuguesa no Novo Mundo e sobrevivem, em maior ou menor grau, de forma resignificada, no Brasil oitocentista. Sobre misoginia ver: VAINFAS, Ronaldo. “Patriarcalismo e Misoginia” In: *Trópico dos Pecados*. Op. Cit.

valorização sofrida pela criança.⁶⁵³ A partir da segunda metade do século XIX, o tema da criança e da infância se tornou cada vez mais constante e de interesse das famílias da classe senhorial. Como demonstrei anteriormente, as imagens demarcavam um espaço individualizado para a criança que, também, foi sendo fotografada cada vez em menor idade. O mesmo ocorreria em outras áreas. Os jornais de instrução e recreio, voltados para o público feminino de elite, estavam repletos de máximas, pensamentos e conselhos a seu respeito, bem como dos parâmetros de educação e instrução. Muitas destas publicações, já citadas anteriormente, foram assinadas pela Sra. Avellar que as recebia com regularidade. Através de sua leitura buscava sugestões para o divertimento infantil, informações a respeito de novas histórias, contos morais, jogos educativos, brincadeiras e brinquedos, que pretendiam, de maneira lúdica, formar as crianças.

Acompanhando este movimento, a moda infantil ganhou maior sofisticação de detalhes, indicando que a criança não deveria somente ser bem educada e instruída, mas também parecer e vestir-se como tal.⁶⁵⁴ Em sociedades profundamente hierarquizadas, como é o caso da sociedade imperial, é imprescindível aos membros da elite dominante que o lugar de prestígio que ocupam na pirâmide social condiga com a imagem que o resto da sociedade faz deste lugar; é como se houvesse a necessidade do ser se equivaler ao parecer. Desta forma, cada ocasião e idade mereceriam um tratamento e uma indumentária própria para sua faixa etária. Como resultado, rapidamente passa-se do simplório conjunto de roupas de algodão costuradas e bordadas em casa, para os mais detalhados enxovais,

⁶⁵³ MUAZE, Marianna. de A. F. A Descoberta da infância. *Op. Cit. O processo de “descoberta da infância” na sociedade brasileira começou a pincelar suas primeiras tintas por volta da década de quarenta do século passado, estando diretamente ligado ao contexto sócio-político de consolidação do Estado imperial, aliada à necessidade emergente de formar cidadãos.*

⁶⁵⁴ Norbert Elias faz uma consideração importante sobre a sociedade de corte, seu objeto de estudo, e a outras sociedades em que a hierarquia fazia parte da lógica social. Nestes casos, as elites procuram estabelecer uma compatibilidade entre o ser e o parecer, o que justificava um grande investimento em elementos como a

nacionais ou importados, comprados em lojas especializadas ou feitos em costureiras por encomenda. A Viscondessa, bastante ligada aos detalhes de representação, não deixou de encomendar aos pais o enxoval de sua quinta filha, uma Lafayette francesa, comprada em uma loja de produtos importados, na Corte:

*Sobre as Lafayettes achei lindas e tudo bom, tem poucas peças e nem pude ver tudo bem porque teu pai disse que depois não se arranjava tão bem, o que pude ver é o seguinte: 3 vestidos bons de cambrinha com bordas muito bonitas de tricô forte de cachemire branca bordada, 4 camisolas de 6 meses muito bonitinhas, 16 toucas ricas e até mais ordenanças, pequenos roupões e uma espécie de camisinhas muito curtas, e outras camisas de cambrã cordada tudo muito bonito e de bom gosto. As saias de baixo são poucas. Isso é o que pude ver, o que afianço é que gostei muito e escolhi a minha que era a mais cara.*⁶⁵⁵

D. Leonarda e o Conselheiro José Maria foram ao centro procurar a encomenda de Marianna, na ocasião grávida de três meses. Acharam dois conjuntos de roupinhas para bebês, de igual número de peças, e devido ao excelente preço decidiram remeter os dois para a fazenda. O primeiro, com tecido mais fino, custou 400 francos e o segundo, enviado como presente, foi vendido por 450 francos. Ao final comentava: “Estou que aqui não se fazia mesmo em casa pelo dobro”, novamente valorizava o bom negócio executado e diferenciava a prática de comprar os enxovais em lojas de importados, do costume de fazê-lo em casa, o qual iria cair em desuso entre a classe senhorial ávida por novos produtos a serem consumidos. O novo *habitus* social adotado pela classe senhorial valorizava os cuidados e gastos com representação que passaram a ser considerados fundamentais desde a mais tenra idade até a velhice.

etiqueta e a moda, que faziam do lugar de prestígio que ocupavam algo aparente. ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. Op. Cit; *Processo Civilizador*. Op. Cit.

⁶⁵⁵Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Babylônia, 20 de março de 1855. (Coleção Particular 2).

Tu não julgas que o tenho passado de contrariedades por causa da encomenda do vestido, touca e coero de criança. Amanhã vou ver meios de arranjar ou comprar e mandar-te o quanto ante. (D. Leonarda, Glória, 4 de março de 1854)

Quanto ao vestido de Mariquinhas, mamãe faça o que entender, somente entendo que quanto mais criança parecer melhor, porém se a modista diz que lhe ficará bem o feitio quadrado, mamãe dedica com a vontade dela. (Marianna, Petrópolis, 7 de março de 1863)

Em termos de consumo, o público infantil também figurava como alvo das mais tentadoras ofertas expostas nas chamativas vitrines de algumas lojas de brinquedos da Corte.⁶⁵⁶ Com o tempo, os brinquedos rústicos, de madeira, vão dividir espaço no cotidiano infantil com os importados, os quais muitos possuíam sofisticados sistemas de corda e dispositivos musicais. Em 25 de maio de 1862, Marianna Velho de Avellar, escreveu a mãe perguntando se já havia comprado o brinquedo de corda encomendado para presentear seu afilhado e sobrinho Joaquim Monteiro Velho, na ocasião de seu aniversário. Em caso de dúvida, reafirmava: “quanto ao brinquedo para meu afilhado prefiro brinquedo de corda”. A Princesa Isabel também declarava a Imperatriz Teresa Christina o seu desejo: “mamãe, faça o favor de comprar as bonecas nuas para eu as vestir ao meu gosto”.⁶⁵⁷ As chegadas do Conselheiro José Maria e de D. Leonarda em Petrópolis para visitar aos netos, em geral, também eram acompanhadas da distribuição de brinquedos aos netos, a quem carinhosamente chamavam de “tropa miúda”.

Portanto, a segunda metade do século XIX, seria palco de um processo de “descoberta da infância” que revelaria sua valorização no interior da família e da sociedade como um todo. Entre os postulados do novo paradigma dito civilizado, que a boa sociedade pretendia

⁶⁵⁶ Segundo Ana Maria Mauad, desde 1845, a Corte já contava com doze casas de brinquedos, localizadas nas ruas centrais da cidade, evidenciando que a infância também se efetivava como público consumidor. MAUAD, A. M. “A Vida das Crianças de Elite Durante o Império”. Op. Cit.

instituir, sua educação e instrução eram vistas como elementos distintos, porém complementares. Desta forma, enquanto a primeira estabelecia os princípios morais, éticos e comportamentais básicos à convivência social, criando um *habitus* comum entre os membros da elite, a segunda era incumbida de lapidar as noções dos deveres e direitos do cidadão, além do perpasso dos conteúdos escolares propriamente ditos. Entre os filhos do Visconde e da Viscondessa de Ubá, todos receberam uma instrução caseira através de professores e governantas, com exceção do caçula Joaquim Velho de Avellar que foi matriculado num colégio em Petrópolis, já na década de 1880. As aulas eram ministradas diariamente na fazenda e supervisionadas por Marianna. Quando a família se estabelecia em Petrópolis, o ritmo dos estudos aumentava com a contratação de professores particulares diferenciados para cada disciplina desejada, havendo uma variação por sexo e idade. O estudo dos netos também era uma preocupação para a avó:

Rio, 23 de setembro de 1864.

Minha querida filha,

(...) Rogo-te que me dê sempre notícias dos adiantamentos de meus queridíssimos netos. Se Mariquinhas estuda muito, se continua boa menina, está ainda muito travessa, se vai ficando muito crescida, se também nas virtudes? Se A.R vai seguindo agora com boa saúde e também se vai adiantando-se nos seus primeiros estudos. Se Lulu e Júlia já lêem corretamente. Se Lulu, sempre mimosa e aplicada, está mais adiantada que Júlia e se esta tréplica e viva também vai escrevendo com aquele sossego de Lulu, e lhes diga que eu estou esperando. Se não me escreverem uma carta muita bem escrita, eu não lhes levarei brinquedos quando for visitá-los em Petrópolis.

Dai-me também notícias do robusto José Maria. Que Deus o encha de fortuna de sua graça como a todos os seus irmãos e seus bons pais.

Nesta passagem, D. Leonarda apresentou informações interessantes sobre o ingresso dos netos nos estudos. Antônio Ribeiro, aos cinco anos e meio, estava sendo alfabetizado.

⁶⁵⁷ Carta da Princesa Isabel aos pais. Petrópolis, 3 de março de 1857. Apud *BARMAN, Roderick J.*

Suas irmãs, Júlia e Luiza, seis anos e meio e sete anos e meio, respectivamente, já deveriam ler e escrever corretamente suas primeiras cartinhas. Tais dados nos permitem dizer que, o início da instrução se dava na chamada segunda infância, período em que a criança adquiria maior independência de atitudes e pensamentos. No caso do neto José Maria, com apenas um aninho e portanto na primeira infância, as preocupações de D. Leonarda se voltavam para sua “robustez”, usada por ela como sinônimo de saúde, numa sociedade onde as taxas de mortalidade infantil, principalmente nesta fase da vida, eram altíssimas em todas as classes sociais. Na coleção da Viscondessa, existe somente uma fotografia de seus filhos que faz menção direta ao ambiente de estudos.



*Luisa, José Maria, Madame Doyen, Antônio Ribeiro e Júlia;
Manoel de Paula Ramos, 1870. Coleção Roberto Menezes de Moraes.*

O cenário de poucos recursos, oferecido pelo fotógrafo itinerante, se contrastava com a altivez dos olhares dos sujeitos retratados que preenchem a fotografia. Os objetos escolhidos para serem expostos foram livros e tinteiros que conotavam uma atmosfera de estudo e ilustração. As roupas das meninas formavam um *composée* com a de Madame Doyen. O mesmo grau de harmonia aparece demonstrado na escolha da indumentária masculina, de cor escura, que demarcava as fases da vida: casaca fechada com botões para o menino mais novo, José Maria, ainda na fase da infância, e terno com colete e gravata para Antônio Ribeiro. A composição da foto em grupo mantém um enquadramento centralizado com uma concentração mediana dos objetos no espaço da figuração. Desta forma, todos os personagens nela envolvidos têm importância equilibrada, com a exceção da professora, Madame Doyen, que era a figura central da cena. Entretanto, esta centralidade pode ser explicada por seu papel de destaque na ambiência montada: a de detentora do conhecimento. A atmosfera de estudo e ilustração criada artificialmente para a foto condizia com os postulados do novo *habitus* civilizado valorizados tanto pela classe senhorial, quanto pelo Império.

Manoel de Paula Ramos, foi o único fotógrafo itinerante que deixou seu nome registrado na coleção da Viscondessa de Ubá. Cirurgião-dentista de profissão e fotógrafo amador, Ramos percorria as propriedades do Vale do Paraíba oferecendo seus serviços longe da concorrência das grandes cidades. Pela idade dos personagens retratados, é possível dizer que esteve na fazenda Pau Grande, pelo menos, duas vezes, em 1863 e 1870. Foi responsável por 15% do total das imagens da série estudada, sendo que este número se eleva a 20% se forem consideradas somente as imagens de membros do grupo familiar.

A chegada desta figura inesperada, certamente, significava uma mudança na rotina dos habitantes da fazenda. De carroça ou no lombo de mulas, Ramos transportava um *kit*

básico que constava de um fundo liso, cortinas, esteiras para o chão e aparelho de pose. Em termos de equipamento, carregava bastante volume: câmeras enormes, tripés, chapas de vidro, preparados químicos e tenda de viagem.⁶⁵⁸ O mobiliário básico registrado nas fotografias pertencia às fazendas. Em alguma parte externa da residência, com boa exposição ao sol, montava-se a aparelhagem fotográfica, o cenário e o mobiliário. É interessante se notar que, toda a *mise-en-scene* fotográfica pertencente à cultura visual oitocentista, a qual tinha o estúdio fotográfico como referência, era importada para o espaço fotográfico improvisado por Ramos. O mesmo pode ser dito dos códigos de representação há muito conhecidos pelos agentes históricos em questão, bastante acostumados ao “ato de invenção de si”.

Diferentemente dos renomados estúdios da Corte escolhidos pela família Ribeiro de Avellar, os serviços de Ramos podiam ser conseguidos por preços bem mais módicos. Era uma ótima oportunidade para todos os membros da família se deixarem registrar em diferentes posições e composições de grupo. O casal Avellar se apresentou diante da lente de Manoel de Paula Ramos usando vestimentas que buscavam dar um ar cotidiano, no entanto refinado, a imagem. Os dois dividiram a centralidade da foto, contudo o primeiro plano ficou para Joaquim que apareceu sentado. Marianna repousava as mãos em seu ombro em sinal de companheirismo e obediência condizente com a representação de esposa dedicada vigente na sociedade oitocentista. A seguir, com a mesma indumentária, também sentada, em primeiro plano, posou cercada de livros fazendo uma menção à ilustração e à instrução, completando a outra face do ideal feminino.

⁶⁵⁸ Segundo Maria Inês Turazzi este extenso volume de equipamento perdurou até, pelo menos, a década de



*Marianna Velho de Avellar, M de P. Ramos, 1870.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Sr. e Sra. Ribeiro de Avellar, M de P. Ramos, 1870.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*

Na mesma ocasião, também foi realizada a única imagem de toda a coleção em que o grupo familiar estudado aparece reunido. Pousaram para a mesma foto: o Sr. e a Sra Ribeiro de Avellar, José Maria, Júlia, Luiza e Antônio Ribeiro.



Da mesma forma que na fotografia com Madame Doyen, nem Elisa (na ocasião, com três anos), nem Mariquinhas (que morava na Corte com o marido), participaram da foto. José Maria e Antônio Ribeiro mantiveram a mesma vestimenta utilizada anteriormente. Contudo Júlia e Luiza resolveram colocar roupas novas que, mais uma vez, faziam um *composée* entre elas. A pose foi o verdadeiro símbolo da fotografia oitocentista. Seu estudo e artificialidade conduziam a negociação entre o retratista e os retratados. Joaquim Ribeiro de Avellar comandou a cena, sentado confortavelmente numa cadeira, colocou-se em primeiro plano no espaço da figuração, personagem central no conjunto registrado. Ao seu lado, os filhos foram equilibradamente dispostos: um casal à direita e outro à esquerda. O terceiro plano foi ocupado por Marianna Velho de Avellar a qual ficou exatamente atrás do marido. A pose na qual Marianna e Joaquim se deixaram representar foi bastante semelhante aquela da foto onde aparecem juntos e sozinhos, dando inclusive a sensação de terem sido tiradas uma em seguida da outra.

Em ambos os casos, os lugares ocupados, pelos agentes históricos em questão, no espaço da figuração, reproduziam e legitimavam uma hierarquia vivenciada no interior do núcleo familiar. O pai elevado à autoridade máxima aparecia em primeiro plano. A mão em seu ombro colocada por José Maria denotava respeito, admiração e confiança do filho para consigo. A Viscondessa ao fundo era a única que tinha a visão total de todos os personagens, assim como deveria proceder a uma boa esposa e mãe no espaço doméstico da intimidade familiar. Esta imagem mantém um padrão que pode ser percebido em todas as fotografias tiradas por Ramos. Prevalece o enquadramento de corpo inteiro em 88% das imagens. Os 12% restantes foram de $\frac{3}{4}$ de corpo, portanto, nenhuma fotografia de busto ou

oval, bastante comum na época, foi executada.⁶⁵⁹ Outro traço interessante de ser ressaltado é que, em quase 100% de seus retratos, os personagens olharam diretamente para a câmera.



Elisa Velho de Avellar, M. de P. Ramos, 1870.

Elisa, filha mais nova do casal, não figurou entre os retratados acima analisados. Todavia, teve sua imagem perpetuada no papel emulsionado aos três anos, como figura central da foto, no que talvez tenha sido o seu primeiro registro fotográfico. Mesmo estando ainda na primeira infância, Elisa foi vestida com sua melhor roupa. Assim como com os outros irmãos, foram tomados todos os cuidados com a representação. Enfeitaram-na com colar, brincos de argola e laços de fita nos punhos. Seu vestido mais curto, conforme era requisitado para sua idade, deixava aparente o aparelho de pose o qual servia como aparador para o corpo e a cabeça, evitando movimentos repentinos que pudessem tremer a imagem. Este “descuido” foi cometido em quase todas outras imagens infantis onde o

⁶⁵⁹ No caso das fotografias tiradas em estúdios nacionais, o índice de ovais e bustos foi de 63% para homens e 14% para mulheres.

retratado aparece de pé e parecia ser permitido pela própria atmosfera mais descontraída da fotografia itinerante. Longe da pompa e profissionalismo dos melhores estúdios com os quais estavam acostumados, mantinha-se uma mise-en-scene fotográfica, contudo a precariedade de recursos não parecia importar: esteiras no chão e cortinas com bainhas rasgadas. Neste caso, a oportunidade e a vontade de se deixar fotografar pareciam falar mais forte.



*Júlia e Antônio, M. de P. Ramos, 1870.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Luiza e José Maria, M de P. Ramos, 1870.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*

Lembrando a disposição escolhida nos estúdios da Corte, mais uma vez se retrataram os irmãos juntos em pares: Luiza com José Maria e Júlia com Antônio Ribeiro. As poses escolhidas denotavam uma semelhança proposital entre as imagens, que identificava seus personagens como de igual importância dentro do grupo familiar. As meninas, mais velhas, ocupavam o plano superior do espaço da figuração com vestimentas iguais que estabeleciam uma conexão entre elas. Os meninos, cada um com uma roupa

condizente com sua idade, dispunham-se, sentados, no plano inferior do espaço da figuração. Mais uma vez, as fotografias se comunicavam através de um padrão de representação que pode ser percebido. Assim, como na foto de seus pais, o plano inferior foi ocupado pelo gênero masculino e o superior pelo feminino. Tal disposição visual era mais comum nas fotografias de casal. As mulheres deviam obediência ao pai, marido e, no caso de falecimento dos dois primeiros, aos irmãos. Portanto, os lugares a serem ocupados dentro e fora do grupo familiar eram reproduzidos e legitimados pela experiência visual oitocentista que não se descuidava das hierarquias nem no âmbito doméstico, quando recebiam a visita de algum fotógrafo itinerante.

O conjunto fotográfico realizado por Ramos contém determinados tipos de imagens que não haviam sido realizadas em nenhuma outra situação. Foram os únicos registros encontrados do casal Marianna e Joaquim, assim como do grupo familiar quase completo. Mesmo assim, apesar da intimidade e convivência entre pais, filhos e irmãos, características do relato epistolar, as fotografias silenciavam tais teias de relacionamento e afetividade em prol da manutenção de um padrão de visualidade a ser reproduzido no espaço de figuração da foto. Falava mais alto o *habitus* vivenciado no interior da classe senhorial no qual as preocupações com representação eram essenciais para a manutenção do próprio grupo familiar em determinada escala social. Optou-se pela constituição de uma dada memória familiar que seguisse os padrões da cultura visual oitocentista. Ou, talvez por estarem tão imersos nela, o melhor seria dizer que não se vislumbrava nenhuma possibilidade de que fosse de outra forma.

Capítulo 11 – O Tempo Social: a Família vai à Rua.

11. 1 – O Império do Retrato: Fotografia e Representação social

Petrópolis, 10 de março de 1863.

Minha querida mãe,

Ontem à noite recebi a lata e todas as encomendas as quais todas vieram perfeitas. O chapéu ficou magnífico e em conta. As botinas grossas das meninas ficam os seis pares que vieram; os dois pares que vieram para Mariquinhas não ficam por muito grandes, apesar de terem o número que ela calça, creio que isso de número é conforme o fabricante. Quando mamãe vier podendo ser e lembrando-se para favor trazer 3 ou 4 pares menores mesmo da casa de Guilherme para ela tornar a escolher, porém (...) que sejam lisas, digo sem enfeite e grossas.

Os vestidos de Mariquinhas são bonitos. O colete se voltar é porque não servirá por grande. Mamãe agradeço-lhe infinitamente tanto trabalho e prontidão na remessa das encomendas. Agradeço muitíssimo as excelentes mangas que mandou a Mariquinhas, ela mesma não escreve hoje porque tendo estado incomodada tomou um purgante esta manhã que lhe tem feito grande efeito, por conseguinte sente-se um pouco abatida. Mamãe desculpará esta falta. Agradeço as balas as quais os pequenos fizeram muita festa, e também eu porque estavam muito frescas.

(...) Agradeço muitíssimo o doce de araçá que mesmo ontem à noite comi dele e o achei excelente. Quanto o vestido preto de Mariquinhas já deve ter a resposta. Joaquim partiu ontem para a Fazenda porém mamãe pode comprar o Garibaldi branco. Me fará grande favor ver o resto do dinheiro que o Juca tem depois de pago o calçado para ver minha boa mãe o que falta na minha conta destas altíssimas encomendas para satisfazer.

Adeus minha mãe, peço-lhe que me recomende muito ao Juca que lance sua benção sobre seus netos e sobre

Sua filha muito amiga e muito obrigada,

M de A.⁶⁶⁰

A chegada das encomendas deveria ser como uma festa que rompia um tempo rotineiro e trazia o inesperado, a novidade, o moderno.... Da Corte chegaram mangas, balas e doce de Araçá, mandados pela avó aos netos. Em outras ocasiões, D. Leonarda também remeteu pêras, maçãs, pêssegos, biscoitos, brinquedos de corda e fantasias para as crianças. A pedido vieram chapéus, botinas, calçados, coletes e vestidos para Marianna e os filhos.

Como se percebe, tudo era enviado, devidamente experimentado e, caso não coubesse a gosto, podia ser devolvido ou trocado. Tais adereços estavam entre os gastos familiares com representação e bens simbólicos aos quais a família não parecia fazer economia. Dentre eles podem ser enumerados, as compras das residências de Petrópolis e do Rio de Janeiro, as caras mobílias e objetos de decoração adquiridos para as mesmas, a longa temporada na Europa e as idas a apresentações de teatro, concertos e óperas. A esta lista é impossível deixar de acrescentar as idas aos melhores estúdios fotográficos na Corte e no exterior.

J.F.Guimarães, Insley Pacheco, Alberto Henschel, Mangeon & Van Nyvel, Carneiro e Tavares, foram, nesta ordem, os estúdios nacionais que mais trabalharam para a família Ribeiro de Avellar. Entre os estrangeiros figuraram: Mon G. Lê Gray & Cie, Mourgeon Lucc, Numa Blanc Fils, A.Guesquin, P. Frois, Photographie Modèle, Photographie Walery, J. Couturier e A. Fillon Photo. Sendo que mais de 90% da coleção é formada por *carte-de-visites*. Tanto a escolha de ateliês consagrados, quanto a preferência pelo formato 6 x 9,5 cm, demonstram ser a troca de imagens um dos principais motivos da sua produção. Além disso, aponta para o fato de que esta era um meio fundamental de expressar reciprocidade nas amizades e consolidar os laços afetivos entre os membros da chamada boa sociedade. Enfim, escolher um bom estúdio além de ser uma garantia da imagem técnica, dava prestígio ao fotografado e valorizava o presente. Tais teias de relacionamento eram tecidas nos mais diferentes níveis e distâncias, mantendo o contato com famílias de Vassouras,

⁶⁶⁰ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 10 de março de 1863. (Coleção Particular 2).

Petrópolis, Corte, Juiz de Fora, Recife, Rio Grande do Sul e outras residentes ou a passeio na Europa.⁶⁶¹

Pau Grande, 11 de julho de 1864.

Minha querida mãe,

*Foi com muito prazer que recebi sua carta pelo nosso José Maria, e grande satisfação nos deu a vinda dele e pelo serviço que aqui nos fez deixou-nos inteiramente tranqüilos sobre inventários. Ele fez-nos um grande serviço ainda cá nesta ocasião. Teria sido grande prazer minha boa mãe se a tivesse vindo também com ele; porém aqui daqui há pouco tempo teremos a estrada de ferro até Ubá, e então nos será mais fácil ver-nos assíduas vezes. Mamãe faltou-me mandar o meu retrato para Europa, me parece melhor esperar que Joaquim tire para ir os de toda a família.*⁶⁶²

Nesta carta, a Sra. Avellar colocava em dia uma série de notícias. Falava dos excelentes trabalhos realizados pelo irmão na abertura do inventário do sogro, da saudade da mãe e da expectativa que a chegada da estrada de ferro até Ubá facilitasse o transporte entre a província e a Corte, aumentando o contato entre os parentes. Por fim, revelava sua intenção de apressar o envio dos retratos de sua família para amigos ou familiares na Europa. As fotografias eram individuais mas, deveriam ser remetidas em conjunto, ressaltando o grupo familiar, restando somente o retrato do marido Joaquim para ser providenciado. A forma com a qual a Viscondessa construiu a frase parece responder a alguma cobrança de D. Leonarda. Afinal, quantos retratos teriam sido enviados e de quem? Quais as personagens importantes de serem representadas para a manutenção desta rede de reciprocidade?

A organização cronológica da série de imagens por fotógrafo permite vislumbrar micro-conjuntos de fotografias tiradas no mesmo dia, no mesmo estúdio e, em alguns

⁶⁶¹ Os locais aqui citados foram especificados a partir do levantamento dos estúdios fotográficos onde se produziu os *carte-de-visite* de pessoas não pertencentes ao grupo familiar Ribeiro de Avellar. Dentre eles: Photographia Alemã de Hoenen (São Paulo), R. Contreras (Juiz de Fora), Hees Irmãos e Photographia R. Barão do Amazonas (Petrópolis). A estas informações foi acrescida a análise do conteúdo das cartas.

⁶⁶² Grifo Meu. Carta de Marianna Velho de Avellar para D. Leonarda Velho da Silva, Pau Grande, 11 de julho de 1864. (Coleção Particular 2).

casos, com o cenário idêntico. No ano de 1864, foram produzidos, no estúdio de Insley Pacheco, cinco retratos de membros da família. Compareceram à Rua do Ouvidor 102, vestidos com suas melhores indumentárias: D. Leonarda, Juca e Marianna acompanhada dos filhos Mariquinhas, Luiza, Júlia e Antônio Ribeiro. É bem provável que sejam os mesmos citados na correspondência, pois não era comum a contratação de profissionais mais do que uma ou duas vezes por ano, a não ser em ocasiões especiais, como casamentos e formaturas. Juntamente com J.F.Guimarães (35%), Insley Pacheco (33,3%) era o retratista nacional mais requisitado pelos agentes familiares em questão. Sua escolha, portanto, só confirmava uma tendência.



*D. Leonarda, Marianna de Velho Avellar e Maria José Velho de Avellar, Pacheco Phot, 1864.
Coleção Roberto Menezes de Moraes*

A extensa lista de condecorações recebidas pelo fotógrafo além de dar um ar sofisticado, investia simbolicamente na auto-representação desejada: Photografo da Casa Imperial, premiado na Exposição de 1861 e na Academia das Belas-Artes de 1864. Tanto D. Leonarda, quanto Marianna Avellar e sua filha Maria José ocuparam o centro da

imagem. As roupas escuras e os cabelos presos garantiam sobriedade às personagens. O leque, as jóias, e a vestimenta rebuscada terminam de dar o tom refinado à foto, e eram valorizados pela exposição de corpo inteiro. Apesar da pose ser quase a mesma para nas três imagens, no que concerne a cenografia houve algumas mudanças, no entanto, optou-se por poucos objetos. No caso de D. Leonarda, mesa detalhada e prataria serviam de leve apoio e adorno. Para Marianna e Mariquinhas, foram dispostos: um balaústre, uma cadeira esculpida com uma lira no encosto e uma cortina para dar certo movimento ao fundo. Entretanto, nenhuma destas escolhas era ingênua. As mulheres da família Ribeiro de Avellar almejavam perpetuar uma imagem condizente com os ideais de comportamento da elite imperial. Para tanto, valorizaram a música, um dos hábitos femininos mais bem vistos entre na classe senhorial, representado nos dois retratos pela lira. Da mesma forma, a busca de representações visuais tão próximas para avó, mãe e filha pretendia apontar uma semelhança de caráter, comportamento e prestígio entre três gerações de mulheres da mesma família.



Juca, Pacheco Phot, 1864.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.

Luiza, Júlia e Antônio Ribeiro, Pacheco Phot, 1864.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.

Enquanto o traje feminino adulto se apresentava rico em rendas, enfeites, fitas e detalhes; o masculino se despojava até se transformar numa espécie de uniforme. O cenário escolhido por Juca, irmão de Marianna, foi o mesmo que o da mãe, D. Leonarda, com uma pequena diferença em relação ao seu posicionamento na foto. Imbuído do desejo de distinção social, escolheu o que havia de mais elegante e moderno na indumentária masculina na época, combinando calça, colete, paletó e gravata.⁶⁶³ Em uma das mãos apresentava uma bela cartola e, discretamente, permitia a visualização da corrente de um relógio de bolso, símbolo de distinção e requinte. As crianças, Luiza, Antônio Ribeiro e Júlia, foram fotografadas em grupo e com vestimentas que os identificavam coletivamente. A elas era permitido um pouco mais de cor nos tecidos, além do xadrez e bordados, que contrastavam com o fundo escuro. O posicionamento dos indivíduos no espaço da figuração da foto buscava uma harmonia e tendia a uma linha reta dando uma equivalência de importância entre eles. Tanto o tio, quanto os sobrinhos ficaram de pé, exibindo as luxuosas vestimentas e olhando fixamente para a lente do fotógrafo. Tais escolhas pretendiam contribuir para o tipo de representação desejada e fazia parte de um jogo no qual fotógrafo e fotografado eram cúmplices na invenção de uma certa imagem a ser perenizada no tempo.

Fazendo uma análise da coleção Ribeiro de Avellar que particularize as imagens de familiares, é possível perceber que ir a um estúdio fotográfico não somente era uma prática realizada com assiduidade, como um ato coletivo. Tal afirmativa fundamenta-se no fato de

⁶⁶³ SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das Roupas*. Op. Cit.

que, foram encontrados vários outros micro-conjuntos de imagens enquadrando diferentes membros do núcleo familiar, além do já aqui apresentado.



*Luiza e Júlia. Insley Pacheco, 1867.
Coleção particular 1.*



*Antônio Ribeiro e José Maria. Insley Pacheco, 1867.
Coleção particular 1.*

Em 1867, por exemplo, Luiza (10 anos), Júlia (9 anos), Antônio Ribeiro foram, novamente, na companhia da mãe ao estúdio de Insley Pacheco. Desta vez, levaram com eles José Maria para tirar aquela que parece ter sido sua primeira fotografia, aos quatro anos de idade. Na composição escolhida para as duas fotografias, as crianças foram separadas por sexo e idade: Luiza com Júlia e Antônio Ribeiro com José Maria. Os irmãos fotografados se dispuseram lado a lado e olharam fixamente para a lente do fotógrafo. O gestual denotava uma aproximação entre os retratados e uma posição protetora dos mais velhos para com os menores. No ano seguinte, o ateliê escolhido foi o de E.J.Van Nyvel,

localizado na Rua dos Ourives nº 65. Entretanto, os sujeitos retratados foram Júlia e Antônio Ribeiro compondo uma imagem e Mariquinhas em outra imagem individual.



*Júlia e Antônio Ribeiro, E. J. Van Nyvel, 1868.
Coleção particular 1.*



*Mariquinhas, E. J. Van Nyvel, 1868.
Coleção particular 1.*

Em relação à última foto, é interessante notar que, ao contrário de seus irmãos, Maria José Velho de Avellar, aos dezesseis anos, já posava com gestual, indumentária, adereços e penteado que a identificavam como mulher adulta. Não é possível saber ao certo se os outros filhos não foram fotografados ou, simplesmente, se suas imagens não conseguiram perdurar no tempo. Entretanto, é interessante ressaltar, como ficou registrado numa carta de D. Leonarda para Marianna, que nem sempre as viagens para a Corte eram feitas com todos os filhos. Às vezes, dividiam-se as crianças. Algumas saíam com a mãe e outras ficavam na companhia dos avós ou vice e versa: “quanto à escolha que me propões

não há que hesitar. Bem me entendes... Para sempre todos os seus filhos, porém tendo que escolher, sempre Mariquinhas”.⁶⁶⁴

A próxima vez a qual Mariquinhas se deixou fotografar pelo mesmo profissional foi em 1869, aos dezoito anos, às vésperas de seu casamento com Manuel Vieira Tosta, membro de uma tradicional família da política baiana. Para a ocasião vestiu seu melhor vestido, jóias e pousou para duas imagens muito parecidas: a primeira com enquadramento aproximado e a segunda, mais distanciada, a qual foi retratada de corpo inteiro. Já o noivo, doze anos mais velho e formado bacharel em ciências jurídicas por São Paulo, escolheu o estúdio de Mangeon & Van Nyvel e pousou já casado. O matrimônio da primogênita com o filho do Primeiro Barão de Muritiba⁶⁶⁵, pertencente à elite política do Império, fundava novos laços de solidariedade entre duas parentelas distintas no sobrenome, mas, certamente, que ocupavam o mesmo patamar de riqueza e prestígio social. O pomposo cerimonial, entretanto, exercia uma dupla comemoração, pois foi realizado no mesmo dia em que Marianna e Joaquim Ribeiro de Avellar completavam vinte anos de vida conjugal.⁶⁶⁶ Brindavam-se, assim, a novas e velhas uniões.

⁶⁶⁴ Carta de D. Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Glória, 4 de março de 1854. (Coleção Particular 2).

⁶⁶⁵ Manuel Vieira Tosta, pai de Manoel Vieira Tosta Jr., nasceu na Bahia em 1807. Formou-se em direito em São Paulo e ocupou diversos cargos na política. Foi deputado e senador do Império e presidente das seguintes províncias: Bahia (1842), Sergipe (1843/44), Pernambuco (1848/49) e Rio Grande do Sul (1855). Foi Ministro da Marinha, Ministro da Justiça, Ministro da Guerra e membro do Conselho do Estado. Possuía os títulos de Dignitário da Ordem do Cruzeiro do Sul e da Rosa e a comenda da Ordem de Cristo. Foi Barão (1855), Visconde (1872) e Marquês com Grandeza por direito (1888). Faleceu em 1896.

⁶⁶⁶ Auto de casamento de Manoel Vieira Tosta e D. Maria José Velho de Avellar. Arquivo Nacional, Fundo Família Vieira Tosta, QE, Seção de Guarda SDP, Instrumento SDP 019, caixa 2, documento 1.



*Manoel Vieira Tosta, Mangeon & Van Nyvel, 1870.
Coleção particular 1.*



*Mariquinhas, Insley & Pacheco, 1869.
Coleção Roberto Menezes de Moraes.*



*Mariquinhas, Insley & Pacheco, 1869.
Coleção particular 1..*

Ir ao estúdio fotográfico antes e depois do casamento foi sendo, cada vez mais, integrado a um *habitus* de classe. A fotografia cumpria sua função simbólica de representação individual e familiar e, na década de oitenta, já estava totalmente

popularizada entre as práticas familiares do cotidiano dos mais abastados. Às vésperas de se casar com Luiz de Souza Fontes, formado em medicina, e filho do médico do Imperador Dr. Souza Fontes, Elisa escreveu a seu irmão José Maria, na época, estudante de Direito em Recife, contando:

Rio, 5 de setembro de 1884,

Meu querido irmãozinho,

Quanto estimei receber a sua cartinha; pois há tanto que não nos avistamos e ainda não nos é permitido mitigar um pouco as nossas saudades.

Receberás quase ao mesmo tempo uma cartinha do meu querido Luiz mandando-te o retrato dele.

Ontem fui ao baile da princesa, porém agora não danço pois pouco é o tempo para estar ao lado esquerdo do meu Luiz, que não faz senão me admirar principalmente quando estou de vestido novo.(...)

Estamos a espera de papai para organizarmos um projeto de mamãe, que é de dar uma soirée no dia do meu casamento, que será à tarde.

Adeus, meu prezado José Maria, aceita lembranças do Luiz e um saudoso abraço desta tua irmã que te ama sinceramente.

Elisa.⁶⁶⁷

Tanto as imagens fotográficas, quanto à correspondência, eram utilizadas a fim de estreitar os laços entre aqueles que ainda não se conheciam, mas, em breve, iriam se tornar membros de uma só família. Apenas três dias depois que Eliza escreveu ao irmão, a Sra. Avellar remetia nova carta confirmando o recebimento do prometido. Além disso, aproveitava e enviava a fotografia da filha antes de se casar: “desejo que você tenha recebido o retrato de seu futuro cunhado, pois me disse que também lhe escreveu. Envio a você dentro desta o primeiro de Eliza que veio para casa. Como você está longe é servido em primeiro lugar e os outros terão depois”.⁶⁶⁸ As palavras de Marianna deixam transparecer o quanto a fotografia estava integrada ao dia-a-dia do grupo familiar. A facilidade de reprodução e a crença na “fidelidade ao real” pareciam ser as características

⁶⁶⁷ Grifo Meu. Carta de Elisa Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Rio, 5 de setembro de 1884. (Coleção Particular 2).

que mais seduziam. Ao final, revelava sua preferência por José Maria na distribuição dos *carte-de-visite* da irmã, tendo em vista que estava estudando em outro estado e a muito não a via com frequência.

Corte, 14 de setembro de 1884.

*(...) O casamento será às 5 horas da tarde. Os convidados seguiram até a nossa casa do Catete onde haverá uma *soirée* dada aos noivos. Fora de nós de casa só irão suas primas Machadas e os demais convidados para o *soirée*. Nós estamos contentes, mas estamos descontentes por ter falecido o duque estrada e assim o Tosta e a Mariquinhas estão tristes, assistem ao casamento mas não sei se ao *soirée*.*

Vó Tonia é a madrinha, seu pai por escolha do noivo e Antônio Ribeiro por Eliza.

Hoje vamos jantar na casa do Barão Souza Fontes. Ah! Quanto sinto você não estar presente é essa uma das mágoas que me acompanha, espero que você reze por sua irmã e pela sua felicidade.

Adeus, saudades de todos nós, em abraço de sua mãe muito amiga

M de Avellar.

A cerimônia religiosa foi na capela da casa do Barão de Souza Fontes, seguida de um chá, oferecido no salão da mesma casa, e de uma *soirée* organizada pelos Ribeiro de Avellar, na residência do Catete. Uma semana depois de casados, Elisa e Souza Fontes partiram para Petrópolis por uma semana e, em seguida, pretendiam ir a Fazenda Pau Grande descansar com a família. A intimidade entre irmãos permitiu que José Maria fizesse um comentário engraçado sobre o cabelo de Elisa na fotografia de noivado recebida: “penteado de trepa moleque”. A mãe respondeu-lhe que, depois de casados, a irmã e o cunhado regressariam ao estúdio para fazer a fotografia oficial do casal e, desta vez, “não se penteou por cabeleireiro e estou certa que ficará melhor ainda não a vi porque ela só foi

⁶⁶⁸ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Corte, 8 de setembro de 1884. (Coleção Particular 2)

tirá-lo há três dias”.⁶⁶⁹ As passagens demonstram o próprio circuito de recepção, leitura e ação da imagem fotográfica que superavam o próprio ato de negociação entre retratista e retratado, eternizado no papel emulsionado.⁶⁷⁰



*Elisa e Luiz R de Souza Fontes, J. F. Guimarães, 1848.
Coleção particular1.*

Se por um lado, a ida ao fotógrafo constituía uma prática familiar coletiva e bastante difundida entre os Ribeiro de Avellar, como já foi apontado, havia acontecimentos particulares na vida dos agentes históricos que eram considerados socialmente marcantes, tais como: o casamento, formatura e a primeira comunhão, mais popularizada a partir de

⁶⁶⁹ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Corte, 6 de outubro de 1884. (Coleção Particular 2).

⁶⁷⁰ Ulpiano faz uma proposta de história visual que tem como princípio percorrer o ciclo completo da produção, circulação, consumo e ação das imagens fotográficas. Segundo ele, as imagens não têm sentido em

fins da década de 1880. No caso dos eventos, em geral realizados em ambientes fechados, a ânsia por representação esbarrava na falta de tecnologia para o registro fotográfico. Nestes casos, as fotografias eram tiradas nas ocasiões desejadas, porém em estúdio.

A primeira comunhão enquanto cerimonial tendeu a crescer de importância no último quartel do século XIX. Como nos descreveu Anne Martin-Fugier, a idade para a primeira eucaristia teria sido assunto de debate entre os religiosos católicos.⁶⁷¹ No século XIII, o Concílio de Latrão tomou a decisão de que a criança comungaria pela primeira vez ao atingir a “idade da razão ou discernimento”, isto é quando distinguisse entre o bem e o mal, entre o Pão da eucaristia e o pão comum. Posteriormente, o Concílio de Trento, no século XVI, reforçou esta idéia estabelecendo um período que se estendia dos nove aos quatorze anos. Este evento significava o primeiro ato de vida cristã e a renovação dos votos do batismo.

Em termos de ritual, a primeira comunhão representava o ingresso consciente na comunidade católica, votos que, posteriormente, seriam renovados pelo casamento. Inclusive, ambos se aproximavam em termos de *mise-en-scène* religiosa e indumentária - vestidos e véus de musseline para as meninas e traje negro para os meninos.⁶⁷² Como a tecnologia fotográfica da época não permitia o registro visual de cerimoniais nos interiores das igrejas, tornou-se comum à ida ao estúdio fotográfico para posar com a roupa da primeira comunhão e, posteriormente, distribuir os *carte-de-visite* como recordação. É interessante notar, no entanto, que mesmo com todos os recursos oferecidos pelos ateliês,

si, é a sua interação social que lhe produz sentido e existência social a sentidos e valores que atuam socialmente. MENEZES, Ulpiano T.B de. “Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual”. Op. Cit.

⁶⁷¹ **Martin-Fugier, Anne.** “Os Ritos da Vida Burguesa”. In: **PERROT, Michelle (org),** *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Op. Cit.

⁶⁷² Sobre as imagens dos ritos da vida religiosa ver: MAUAD, Ana Maria. *Imagens de passagem: fotografia e os ritos da vida católica da elite brasileira, 1850-1950*. in: *Cadernos de Antropologia da imagem*. UFRJ, Núcleo de Antropologia e Imagem, nº10, 2000, p137 a 153.

em termos de fundos, cenário e mobiliário, estes não foram utilizados em nenhuma fotografia da coleção no sentido de prover uma ambientação que imitasse o interior de uma capela, prevalecendo os móveis comuns.



*Neta da Viscondessa, J.F.Guimarães, s/d.
Coleção particular 1.*

No dia 27 de maio de 1888, entravam na Igreja Matriz de Petrópolis para receber o Pão eucarístico das mãos do Bispo do Rio de Janeiro o Príncipe Pedro, filho da Princesa Isabel; Antônio de Avellar Lemgruber, filho de Luiza de Avellar Lemgruber e neto da Viscondessa de Ubá; Luiz Waldemar Gruenewald e Guilherme Leonardo Niebus, após terem recebido os ensinamentos do catecismo do padre Francisco Mendes de Paiva. O cerimonial foi descrito no *Correio Assu*, jornal de autoria dos netos do Imperador da seguinte forma:

Assistiram à cerimônia, além de SS. AA, (...) Monsenhor Vigário Geral do Bispado e outros sacerdotes, alguns membros do corpo diplomático. Além do Sr. Conselheiro Rodrigo Silva ilustrado ministro da agricultura, famílias gradas de nossa sociedade e grande massa de povo. Um luzido batalhão de meninos, trazendo no braço um laço de fita auri-verde, e outro de gentis meninos do Asilo de Santa Isabel dirigidas pelas dignas filhas de São Vicente de Paulo faziam, para assim dizer, a guarda de honra aos quatro vencedores do dia. No coro, graciosas senhoras entoaram

*belos e sentidos cânticos adequados a cada uma das partes da brilhante e comovente solenidade.*⁶⁷³



Antônio Avellar Lemgruber, J.F.Guimarães, 1888. Verso dedicado. Coleção particular 1.

A ocasião vinha demonstrar que o prestígio e amizade com a Família Imperial atravessaram gerações. Foram três damas do Paço na família: D. Leonarda - dama da Princesa Carlota Joaquina; D. Leonarda Maria, dama da Imperatriz Teresa Christina; e Maria José Avellar Tosta - dama da Princesa Isabel. Sendo Mariquinhas também uma das melhores amigas da Princesa Imperial, desde a infância, ao lado de Maria Armanda Paranaguá Dória.⁶⁷⁴ O favor de Joaquim e Marianna em ceder sua residência em Petrópolis para a lua de mel das princesas veio selar as relações há muito estabelecidas. Já quase no final do século, os netos, ambos com doze anos, receberam juntos a primeira comunhão. Nem a queda da monarquia foi capaz de romper a estreiteza destes laços já que

⁶⁷³ *Correio-Assu. Anno2. Petrópolis: Typographia Assu, 2 de junho de 1888, Nº29. Arquivo do Museu Imperial.*

⁶⁷⁴ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit.

Mariquinhas e Manoel Tosta acompanharam os Imperiais ao exílio, tendo morado no Château d'Eu, no litoral normando.⁶⁷⁵

Por contar com a participação da família imperial, esta cerimônia privada da eucaristia adquiriu um caráter público e um tom de exemplaridade. Foram poucos os jovens escolhidos para comungar pela primeira vez com o neto do Imperador. Antônio Avellar Lemgruber estava lá na companhia de todos os seus parentes e usufruindo as boas relações que sua família dispunha com os Imperiais. Sob a lente do fotógrafo J.F.Guimarães, ambos os retratados seguravam seus respectivos livros de missa e, no caso do vestuário masculino, uma faixa cerimonial foi colocada para indicar o motivo principal da imagem já que a sóbria casaca não oferecia nenhum destaque ou diferencial à ocasião. Esta imagem foi reproduzida e dedicada, pelo próprio Antônio Avellar Lemgruber, a Madame Doyen e ao tio Joaquim, e hoje pode ser encontrada em dois diferentes álbuns da família.

É impossível deixar de relacionar as mudanças internas pelas quais a instituição familiar estava passando ao longo do século XIX e a valorização de alguns eventos, como casamento, batismo e primeira comunhão, que anteriormente estavam reservados à esfera privada. Aos poucos, os cerimoniais aqui relacionados passam por uma sofisticação e valorização pública, atuando como elemento de prestígio e delimitando os espaços de poder privilegiados para a classe senhorial. Portanto, estas celebrações adquiriram um valor hierárquico externo - pois separavam os membros da aristocracia, que poderiam efetivar tais festas com todo requinte, daqueles que não tinham condições sócio-econômicas para tal. Contudo, ao mesmo tempo, este movimento de cisão é também passível de ser verificado no interior das melhores famílias, onde alguns teriam eventos e comemorações mais pomposas do que outros. Ou seja, aos poucos o padrão de comportamento da classe

⁶⁷⁵ Idem, Ibidem, p298.

dominante passou a atuar não só como uma marca de distinção entre os pares sociais, mas também como parâmetro para as demais camadas da sociedade.

Se por um lado, a fotografia de primeira comunhão se tornou um registro fotográfico freqüente entre os netos da viscondessa nas décadas de 1880 e 1890. O mesmo não ocorreu com os de batismo que permaneceu absolutamente ausente nos álbuns de família. Ana Maria Mauad, em artigo sobre as imagens de ritos da vida católica no Brasil oitocentista, ressaltou que mesmo o silêncio visual (a ausência da imagem) é também uma forma de representação e não significa, de forma alguma, uma desvalorização deste rito. Ao contrário, nos obriga a pensar sobre qual o papel social de tais práticas.

Até a segunda metade dos oitocentos, o batismo era uma cerimônia simples, sem muita pompa e que se dava logo após o nascimento. Este costume religioso era justificado por uma realidade constituída sobre altos índices de mortalidade das parturientes e das crianças. Portanto, o medo da morte rondava o imaginário das mães que batizavam os recém-nascidos logo nos primeiros dias, ou, quando muito, até o primeiro mês de vida. Devido ao resguardo, as mães raramente estavam presentes ao batizado. A escolha dos padrinhos costumava seguir a tradição: o avô paterno como padrinho e a avó materna como madrinha do primeiro filho e, no futuro, o avô materno e a avó paterna seriam os escolhidos para o segundo herdeiro. Esta duplicação da função avós-padrinhos é um bom exemplo da autarquia familiar, característica do modelo patriarcal brasileiro.

Conforme a cultura católica reinante, o apadrinhamento estreitava relações e dava aos padrinhos a responsabilidade pela educação cristã dos afilhados, no caso da perda dos pais. Dentre os filhos da Viscondessa, Mariquinhas e o segundo Joaquim foram os únicos que consegui levantar as datas e lugares de batismo. Ambos receberam a consagração no oratório da capela do casal D. Leonarda e Conselheiro José Maria, dentro da Imperial

Quinta da Boa Vista, onde os pais haviam se casado. A primeira foi batizada pelos avós maternos, em 25 de outubro de 1851, com dois meses e meio. Já o segundo, em 16 de dezembro de 1854, aos três meses recém completados tendo tido como padrinhos José Maria, tio materno, e D. Maria Angélica, tia-avó paterna. Nestes casos, verificava-se o início de um processo que se estendeu por todo o século tendendo a aumentar a idade de batismo e sofisticar seu ritual, transformando-o num acontecimento familiar e social .

A figura da mulher, durante século XIX, vinculava-se, cada vez mais, ao seu papel de mãe encarregada das funções de nutriz e educadora. Sua tarefa principal era zelar pela harmonia da família e acompanhar os mínimos detalhes do crescimento dos filhos. Neste novo contexto, ela não poderia ficar de fora da primeira grande comemoração da vida dos filhos, aquela que o iniciava na vida cristã. Para que a mãe pudesse assistir à cerimônia, passou-se a esperar alguns meses antes de organizar o batismo que adquiriu uma estrutura festiva mais elaborada. Em 10 de fevereiro de 1884, uma das netas da Viscondessa foi batizada na Matriz de Petrópolis, após chegar da casa da filha Júlia, Marianna relatava: “O batizado se fez as 4 ½ da tarde e depois seguimos todos a jantar na casa dela”. A exceção se dava em situações onde a vida do bebê inspirava cuidados. Sendo assim, o batismo era realizado às pressas, logo após o nascimento, sem cerimonial na igreja ou celebrações sociais, para que, em caso de uma fatalidade, a criança não se fosse deste mundo sem a benção sagrada de Deus.

Entretanto, havia uma outra ocasião de vida marcante, não ligada a ritos religiosos, que merecia, aos olhos das melhores famílias oitocentistas, ser perenizada por meio da imagem fotográfica. Novamente, a tecnologia impedia o registro do cerimonial e, em função disso, se optava pelos serviços de um profissional em estúdio. As formaturas eram momentos especiais na vida dos homens da classe senhorial. A aquisição do diploma de

bacharel, após a segunda metade do século XIX, se tornou cada vez mais valorizada, a ponto de Gilberto Freyre afirmar que estávamos diante de uma “cultura bacharelesca” no Império.⁶⁷⁶ Este era um motivo de preocupação e felicidade para toda a família e indicava o preparo do indivíduo para inserir-se nos cargos de trabalho mais valorizados socialmente, seja na política, no serviço público ou no meio liberal. Mesmo entre aqueles que escolhiam se manter na atividade agrícola, assim como seus pais, deveriam passar por uma faculdade como pré-condição para assegurarem boa reputação, prestígio familiar e casamentos.

Os dois filhos mais velhos do Visconde e da Viscondessa de Ubá se formaram em Direito pela Faculdade de Recife. Do período em que José Maria lá esteve, há uma estreita correspondência com a mãe e as irmãs Luiza e Eliza. O estudante narrava a dificuldade de encontrar boas companhias na sociedade recifense, da precariedade das moradias disponíveis para alugar, da parca vida social e da solidão que sentia por estar longe da família. De seus parentes recebia constantes incentivos:

(...) Espero muito que você não se abstenha das aulas, tome coragem e faça toda diligencia para nos trazer uma boa nota, lembre-se que a maior dificuldade está passada e o proveito que você tirar é para toda a vida.. (Petrópolis 24 de abril de 1884)

(...) Quando estou aqui reunida a uma parte de nossa família, o que também acontece em Petrópolis, me lembro muito do seu isolamento, você porém esta longe e só. Verdade, porém e isso provisório e, muito breve, estará sobre si e bem visto com a educação que recebeu, com a sua boa índole e bem pensar, será feliz e estimado dos seus como de todos. Assim espero em Deus e na sua misericórdia. (Pau Grande, 13 de julho de 1884)

As palavras de consolo tanto da mãe, como de Júlia eram inspiradas na importância da aquisição do título de bacharel por ser capaz de proporcionar aos homens das famílias mais abastadas viverem “sobre si” (sustentarem-se), terem bons relacionamentos, serem

⁶⁷⁶ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Op. Cit.

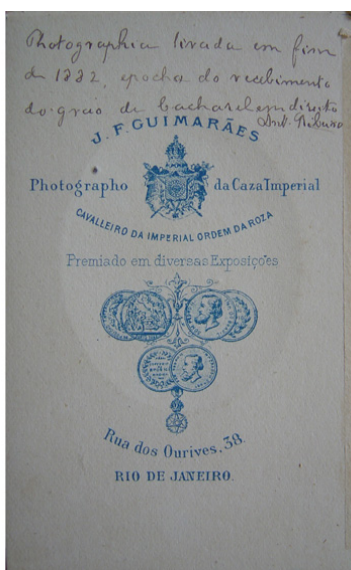
respeitados, e, conseqüentemente, alcançarem a felicidade. Tal sacrifício de viver longe seria, futuramente, recompensado e traria proveitos para o indivíduo, mas também para toda a sua família. Na temporada que passou no Recife, José Maria contou com o apoio de um velho amigo dos Ribeiro de Avellar:

*estamos muitíssimos agradecidos ao bom Dr. Mello Vieira que tão bom amigo tem sido para nós auxiliando a você em todas as dificuldades que aí tem tido, não sei como você aí se arranjará sem ele. Por mim e por seu pai, você lhe dará um bom aperto de mão e nossos cordiais agradecimentos.*⁶⁷⁷

Em março de 1885, José Maria se formou. Para comemorar esta etapa significativa na vida dos jovens da classe senhorial, compareceu ao estúdio de J.F.Guimarães ao qual, em 1882, seu irmão mais velho Antônio Ribeiro havia sido fotografado na mesma situação.



Antônio Ribeiro, J. F. Guimarães, 1882. Verso dedicado.
Coleção particular 1.



José Maria, J.F. Guimarães, 1885.
Coleção particular 1.

⁶⁷⁷ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Corte, 14 de outubro de 1884. (Coleção Particular 2).

As duas imagens seguem o mesmo padrão fotográfico: recorte oval ressaltando os indivíduos retratados que são dispostos em um plano principal, fundo escuro, meio perfil e olhar indireto que não se volta para a lente do fotógrafo. As vestimentas se diferenciam pouco, provavelmente, para se adequarem às exigências da moda em tão curto espaço de tempo. A nova etapa da vida vinha representada numa seriedade do semblante e da indumentária. Estava cumprida mais uma etapa na criação dos filhos, socialmente entendida como de responsabilidade dos pais. Enfim, depois de tantas cartas, saudades e preocupações, a viscondessa podia comemorar: “Que prazer não tenho eu vendo-o formado e seguindo uma bonita carreira para assim ver mais um filho, feliz e empregado”.⁶⁷⁸

A fotografia como meio de socialização se apresentava em outras modalidades que não somente o retrato. Entre os pertences da família Ribeiro de Avellar existe uma nota fiscal da *Maison Central de Photographie, Stéréoscopique et Pittoresque*, localizada em Paris, datada de 29 de julho de 1873, proveniente da compra de um aparelho de estereoscopia e algumas dúzias de imagens totalizando 421.50 francos. Tais imagens tridimensionais pareciam possuir um efeito mágico e tinham a função de encantar e divertir. Na sua maioria eram de vistas, paisagens e monumentos de todo o mundo. Sua visualização em grupo, era um importante momento dedicado à intimidade familiar. Todavia a família oitocentista possuía outras variadas formas de diversão. Sem dúvida, as viagens eram um importante mecanismo de entretenimento familiar seja para a Corte ou Petrópolis, seja para o exterior. Sua própria possibilidade de existência era uma forma de diferenciação social num país onde reinava a escravidão e, conseqüentemente, havia a negação do direito à liberdade de ir e vir para uma considerável parcela da população até, pelo menos, fins da década de setenta.

⁶⁷⁸ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Corte, 14 de outubro de 1884.

Neste capítulo já analisei alguns conjuntos de imagens tiradas durante as estadas dos Ribeiro de Avellar na Corte. Todavia, tal prática era um hábito. Ao contrário, as viagens ao Velho Continente e a visita a estúdios internacionais indicavam maior status, porque somente um reduzido número de famílias poderia custeá-las. Em 1874, era realizada a primeira viagem da família à Europa tendo percorrido cidades da França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Suíça. A ocasião era propícia para freqüentar os melhores concertos, teatros, museus e ateliês fotográficos. Afinal, não era possível desperdiçar a chance de ter sua imagem perpetuada em um *carte-de-visite* assinada por um profissional reconhecido mundialmente. Assim como no Brasil, optou-se por um fotógrafo que desse prestígio e possuísse um importante diferencial através da titulação de *Photographe de S. M. L'Empereur*. Mais uma vez, a família compareceu coletivamente ao ateliê fotográfico para posar, no entanto as representações foram construídas individualmente.



Sr e Sra. Avellar, G. Lê Gray & Cie , 1874.
Coleção Menezes de Moraes.



Luiza Velho de Avellar, G. Lê Gray & Cie. , 1874.



Júlia Velho de Avellar, G. Lê Gray & Cie. , 1874.

As três imagens femininas produzidas têm semelhanças no tocante as suas formas de expressão: posicionamento (perfil), direção do olhar (indireto), enquadramento (central), fundo (liso/escuro) e arranjo (plano superior). Em relação à forma do conteúdo, as indumentárias escolhidas são bastantes características da década de 1870, o que demonstra que as agentes sociais fotografadas estavam não só preocupadas com os diferenciais de classe a serem perpetuados, mas também atualizadas com os elementos que compunham um *habitus* civilizado, dentre eles; a moda cujo berço era a Europa. Este era um artifício de hierarquização social imprescindível. As saídas “balão” já haviam caído em desuso, diminuindo de angulação, sendo compensadas pelos babados, brocados e *pouf* das costas. Os cabelos acompanham o desenho traseiro da vestimenta sendo suspensos.⁶⁷⁹ Joaquim Ribeiro de Avellar preenche o espaço da figuração da foto de forma diferenciada. Coloca-se

de frente e olhando diretamente para o fotógrafo. O enquadramento escolhido expõe $\frac{3}{4}$ do corpo. Sua altivez era referendada pelo lugar ocupado pelo gênero masculino na sociedade em questão.

Os gastos com representação durante a viagem se estenderam muito além das fotografias. Em uma das lojas em que foram em Paris, a família adquiriu: “7 chemises d’hommes, 2 pantalons, 3 caleçons, 2 chaussettes, 8 mouchoirs de poche, 4 chemises des femmes, 3 bas de femmes, 2 camisoles de nuit, 1 sous-tailles”.⁶⁸⁰ Na década de 1890, todas as filhas do Visconde e da Viscondessa de Ubá retornariam à Europa depois de casadas, com suas famílias. Mariquinhas e Manoel Vieira Tosta não tiveram herdeiros e passaram a residir na França com a Princesa Isabel, após sua retirada para o exílio. Luiza, já viúva, viajou para Paris acompanhada dos filhos Antônio, Maria Luiza e Alice Avellar Lemgruber. Sua irmã Júlia foi, na mesma época, com o marido e os filhos Jerônimo, Paulo, Francisco, Joaquim, Luiz Vicente, Júlia, Marianna e Eloy Avellar Figueira de Mello. A própria Viscondessa também gozou da companhia da primogênita em Paris depois de sua viuvez. É interessante ressaltar que todos os primos foram juntos ao estúdio de C. Mourgeon - localizado no 44 Palais Royal, Paris - para tirar suas respectivas fotografias que variaram entre imagens individuais - para os mais velhos e os bebês - e de grupo para aqueles em idade entre quatro e dez anos. Nesta ocasião, não foi produzida ou não resistiu ao tempo nenhuma imagem das irmãs com os maridos, juntas ou com todo o grupo familiar.

⁶⁷⁹ SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das Roupas*. Op. Cit., p64.



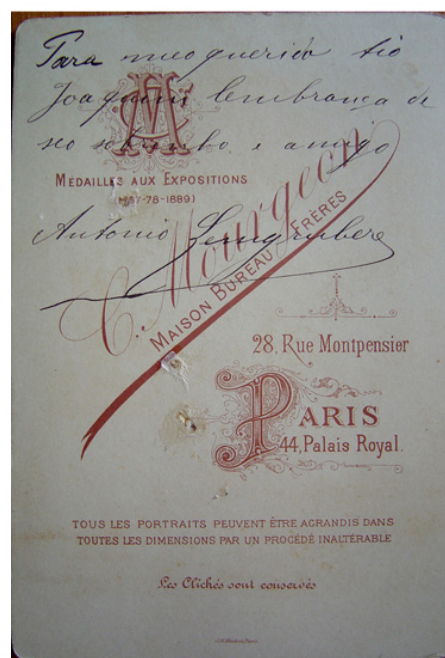
Eloy Avellar Figueira de Mello, Mourgeon, entre 1890/1895. Coleção particular1.



Luiz Vivente, Júlia e Marianna Avellar Figueira, de Mello, entre 1890/1895. Coleção particular1.



Antônio Avellar Lemgruber, Mourgeon, entre 1890/1895. Coleção particular 1.



Verso

⁶⁸⁰ Arquivo Nacional, Fundo Fazenda Pau Grande, notação 690.

11. 2 – Diversão e Sociabilidade nos Diferentes Espaços de Morada

*Petrópolis, 10 de maio
Minha querida mãe*

Há muitos dias que tenho querido responder a sua carta porém não o tenho feito por mil inconvenientes. (...) Há seis dias que não passeio a cavalo porque da última vez que saí machuquei-me muito, o que me tem privado de continuar. Só tem ido Mariquinhas com seu pai. Temos ido aos cavalinhos, trabalham bem, ainda ontem lá estivemos. Chegou um homem da cidade com duas filhas uma com oito anos ao que mostra e outra com cinco que dançam maravilhosamente na corda. Mas o circo é muito mal arranjado. Tem-se nele muito frio e só finaliza o espetáculo às 11 horas da noite porque os intervalos são enfadonhos. As raparigas todas foram e os rapazes irão no domingo e já se sabe gostarão muito e também Maria Joana.⁶⁸¹

Adeus minha boa mãe aceite muitas saudades de Maria Joana e um apertado abraço de

Sua filha muito amiga e obrigada

M de Avelar.

PS: Joaquim se recomenda a mamãe e eu faço a Babá, a Nana, a Ritinha e a Deolinda.

Os diversos espaços de morada ocupados pela família Ribeiro de Avellar ofereciam diferentes atrativos em termo de diversão. Na Fazenda Pau Grande, por exemplo, os prazeres estavam bastante ligados à natureza e a brincadeiras ao lar livre. As principais atividades descritas nas cartas foram: passear a cavalo, subir nas árvores e tomar banho de rio: “Mariquinhas, Lulu, Júlia, Antônio Ribeiro banham-se todos os dias no rio do que gostam muito”.⁶⁸² A propriedade, inclusive, era cortada pelo Ribeirão da Posse em que desaguava a cachoeira do Cavarú.⁶⁸³ A chegada de um circo, conforme foi contada pela Sra. Avellar, mudava a vida dos moradores da cidade de Vassouras, vilarejos e fazendas ao

⁶⁸¹ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 10 de maio s/d. (Coleção Particular 2).

⁶⁸² *Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 28 de outubro de 1864. (Coleção Particular 2).*

redor. Os mágicos, palhaços e equilibristas deslumbravam, principalmente as crianças, com suas performances. Marianna, criada na Corte e acostumada com as mais refinadas apresentações artísticas, não se deixava envolver pela magia do circo, sendo crítica em seus comentários. Contudo, confessava que as meninas, os meninos e a amiga Maria Joana iriam assisti-lo e por certo gostariam.

Outros divertimentos familiares que proporcionavam uma certa atmosfera intimista eram a leitura em voz alta, as conversas e as apresentações de piano, em geral, comandadas por Mariquinhas. Entretanto, a rotina da fazenda era quebrada, muitas vezes, pela chegada de amigos, compadres e outras visitas que vinham para o “jantar”, “chá” ou “ceia”.⁶⁸⁴ As famílias da região que mais freqüentavam a casa eram os Teixeira Leite, e os primos Werneck⁶⁸⁵ e Gomes Ribeiro de Avellar.⁶⁸⁶ Portanto, mantinha-se a força da parentela como cânone social e os grupos familiares mais chegados os quais possuíam relações estreitas com os Ribeiro de Avellar desde o tempo do avô Barão ou mesmo antes. Mudavam-se os personagens mas as parentelas atravessavam gerações. Da família Teixeira Leite por quem o Barão do Capivary tinha profunda amizade, Antônio Ribeiro recebeu a foto de Leopoldo. Da prima Marianna Isabel de Lacerda Werneck, filha do Barão do Paty do Alferes, em 1866, o casal Ribeiro de Avellar foi presenteado com a fotografia carinhosamente dedicada: “tributo de amizade e lembrança afetuosa”.

⁶⁸³ STULZER, Frei Aurélio. *Notas para a História da Vila de Pati do Alferes*. S/editora, dezembro de 1944, p26.

⁶⁸⁴ É importante lembrar que no século XIX o café da manhã ou desjejum era servido ao acordar, a segunda refeição do dia era o jantar, seguido do chá que foi se tornando cada vez mais comum na segunda metade do século devido à influência inglesa, e a ceia era o último prato servido no dia, antes do deitar-se.

⁶⁸⁵ Da família Werneck os ramos mais próximos eram: Furquim Werneck, Lacerda Werneck, Chagas Werneck.



Leopoldo Teixeira Leite, Photographia Alemã Honen, SP (1875/1885). Coleção Roberto Menezes de Moraes.



Marianna Isabel de L. Werneck, J. F. Guimarães, 1866. Coleção Roberto Menezes de Moraes.

A rotina na fazenda Pau Grande também era pontuada pela chegada de visitantes vindos de outras cidades e que passavam temporadas. Fora os avós e o tio Juca, do ramo Velho da Silva, muitos amigos e parentes do Rio de Janeiro e alguns do Rio Grande do Sul lá se hospedaram: D. Lulu, Domingos Farani, Dr. Meirelhes, Martinho Campos, foram alguns dos que consegui identificar. Mas, sem dúvida, a presença mais ilustre foi a da Princesa Isabel que, em 1883, esteve lá na companhia de D. Eugênia - filha do Visconde da Penha - e de Mariquinhas Avellar Tosta. Na ocasião, a hóspede Imperial que havia sido aluna do fotógrafo Klumb produziu, juntamente com D. Eugênia, algumas imagens da fazenda que, futuramente, foram reunidas num álbum de fotografias e ajudam a compor um raro conjunto de registros de suas construções durante o século XIX. Neste caso, a imagem não só informa sobre a disposição, arquitetura, organização das moradas e do meio ambiente no momento em que foram produzidas, mas também permite afirmar sobre a presença de um

⁶⁸⁶ Da família Ribeiro de Avellar os ramos mais próximos eram: Gomes Ribeiro Leitão, Martinho Campos,

membro da família imperial na fazenda e sobre sua prática e qualidade de fotógrafa. Por ser uma fotografia de paisagem tem uma organização própria da sua forma de expressão e conteúdo que se diferencia dos referenciais que regem o retrato oitocentista.



Ferre, Fazenda do Pau Grande, Princesa Isabel, 1883. Coleção particular 1.

Outros eventos que provocavam alteração na rotina e grande alvoroço na vida social local eram os festejos matrimoniais. Os fazendeiros do Vale do Paraíba não poupavam esforços para oferecer tudo do bom e do melhor competindo com as famílias da cidade, como bem lembrava D. Leonarda: “Vejo o que me dizes sobre os casamentos e a influência que há pela festa, assim também eu tenho pesar de não assistir a festa dos casamentos porque deve ser a melhor que lá terá havido porque é da fidalguia da terra estimarei que sejam todos felizes”.⁶⁸⁷ Os ritos e comemorações católicos demarcavam o espaço sagrado da classe senhorial oitocentista. Contudo, também proporcionavam uma oportunidade de

Santos Silva e Barbosa dos Santos.

representação social perante sua classe e permitiam uma dada sociabilidade e convívio entre seus membros, fato, inclusive, bastante citado pelos viajantes que aqui estiveram, desde o início do século.⁶⁸⁸ Além da capela da fazenda, Marianna Velho de Avellar fazia obras de caridade, contribuía com doações e freqüentava a Irmandade da santa de sua devoção - Nossa Senhora da Conceição - fundada em 1844, e que se localizava a uma légua de distância da fazenda.

Quanto passava temporadas em Petrópolis, a Sra. Avellar auxiliava na organização das comemorações, procissões e festejos católicos da cidade. Em abril de 1884, ajudou nos ensaios de música para o Domingo de Ramos e comentou com o filho José Maria: “na missa cantam em todas os dias da semana cantigas apropriadas, ainda ontem a noite foi um ensaio e no primeiro o Imperador e a princesa foram assistir o primeiro ensaio e tudo ocorreu bem”.⁶⁸⁹ Com os mesmos objetivos, por diversas vezes, fez encomendas para a igreja à mãe pedindo-lhe: instrumentos musicais, panos e rendas para o manto de Nossa Senhora, vindos da Corte. Aliás, sempre mandava notícias a respeito para D. Leonarda: “o padre Germaine me pede que lhe agradeça muito os seus oferecimentos, mas que por hora nada se lembra para o serviço da Igreja de que possa incumbir, porém que se não despede do seu favor para mais tarde”.⁶⁹⁰ Com o tempo, o vigário se tornou um grande amigo da família e, quando esteve em Jerusalém, trouxe de presente três réplicas dos cravos de Jesus Cristo, feitos em ferro, para a Viscondessa.

⁶⁸⁷ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Rio de Janeiro 12 de abril de 1869. (Coleção Particular 2).

⁶⁸⁸ “A igreja é o teatro habitual de todas as aventuras amorosas na fase inicial, a mais ardente, de sua eclosão. Só aí é possível ver as damas, sem embaraços aproximarem-se discretamente e até cochichar algumas palavras. A religião encobre tudo.” *Apud* Carl Seidler (1825) In: LEITE, Míriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro- século XIX*. SP, Brasília: Hucitec – Fundação Pró Memória, 1984, p37.

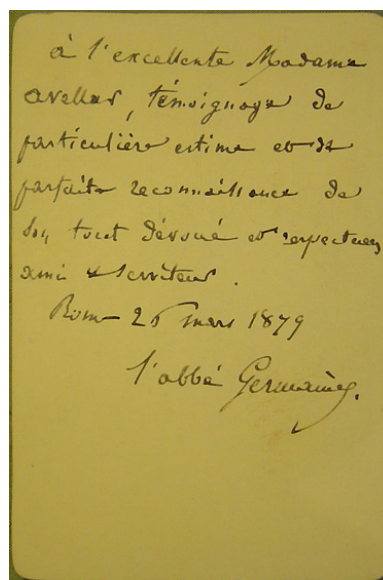
⁶⁸⁹ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Petrópolis, 8 de abril de 1884. (Coleção Particular 2).

⁶⁹⁰ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva Petrópolis, 15 de março, ao meio dia, s/a. (Coleção Particular 2).

No álbum da família existiam cinco *carte-de-visite* de religiosos: o primeiro de um padre (fotógrafo não identificado), o segundo de um bispo (Insley & Pacheco), endereçada a Antônio Ribeiro de Avellar, em 1876, e os três últimos do padre Germaine. A mais recente delas foi enviada de Roma, em 1879, com a seguinte dedicatória: “A excelente Madame Avellar, testemunha de particular estima e de perfeito reconhecimento de seu tão devotado e respeitado amigo. Abade Germaine”.



Abade Germanine, H. Lê Liere, Roma, 1879.



Verso. Coleção particular 1.

A chegada a Petrópolis delimitava um cotidiano familiar mais refinado. No verão, aqueles que tinham condições de se estabelecerem serra acima lá passavam temporadas para fugirem da febre amarela, numa espécie de política sanitária da Corte.⁶⁹¹ Em contrapartida, a cidade acabava por reunir as famílias abastadas e se transformava num verdadeiro palco onde as preocupações com moda, representação e etiqueta se tornavam mais acirradas diante de um público mais seletivo. Inicialmente o percurso da capital a Petrópolis durava quatro horas. Aos poucos, a situação foi melhorando, sobretudo depois que a ferrovia foi construída, e a facilidade dos caminhos foi consolidando a “cidade de

Pedro” como um centro de moda e civilização.⁶⁹² Hotéis, teatros, restaurantes, cervejarias, confeitarias, modistas, cabeleireiros, sociedade de música, bons colégios, além de uma profusão de belos palacetes. Em 1859, o jornal *O Paraíba* anunciava:

*Petrópolis anima-se. A emigração da Corte aumentava dia-a-dia; as casas alugam-se, os hotéis enchem-se, e os divertimentos se sucedem como as trovoadas, e os carros se cruzam como raio. Há bailes populares, saraus burgueses, saraus aristocráticos, cavalinhos artificiais, jogos de argolinhas, há jantares, há missa todos os domingos e dias santos, representa-se, canta-se e dança-se no teatro, fazem-se e pagam-se visitas, há enfim jornais para ler, jornais para rir.*⁶⁹³

A família Ribeiro de Avellar era uma das que podia gozar do que havia de melhor em Petrópolis não somente em termos de bens de consumo, mas de sociabilidade. Quando passavam o verão na cidade, eram freqüentemente convidados para desfrutarem da companhia dos Imperiais seja nos eventos sociais, seja quando as crianças iam ao Palácio, principalmente Mariquinhas, para brincar com as princesas ou tocar piano. Armandinha Paranaguá outra grande amiga das princesas recordou que, na infância, faziam apresentações no teatrinho do Paço. Dentre os textos escolhidos, montaram *rira mieux qui rira lê dernier* e *Lê Plaideus* de Racine. Outra atividade era passear no jardim, tomar chá, tocar música, olhar fotografias e jogos de palavras. Entretanto, toda a diversão terminava às 9:30 horas religiosamente.⁶⁹⁴ Assim, mantinha-se uma relação de amizade e subserviência construída há muitas gerações:

A Imperatriz te manda dizer o mesmo, que muito me perguntou por ti, dizendo muito que era muito tua amiga e de Joaquim que era muito bom moço. (...) A Dona Josefina te manda muitas saudades, D. Rosa, Condessa

⁶⁹¹ Sobre as epidemias na Corte ver: CHALHOUB, S. *Cidade Febril*. Op. Cit.

⁶⁹² O trajeto dos Imperiais para Petrópolis era feito da seguinte maneira: “No Arsenal de Marinha, embarcávamos na galeota a vapor de meu pai e passávamos uma hora navegando, por entre ilhas verdejantes e pitorescas até Mauá, deixando para trás o Pão de Açúcar e a fortaleza de Santa cruz, no ato do morro que guarda a entrada do Rio. (...) de Mauá, tomávamos o trem e, duas horas depois, estávamos em Petrópolis”. Diário da Princesa Isabel (29/7/1846) *Apud* BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit, p48.

⁶⁹³ *Apud* SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. Op. Cit, p243.

⁶⁹⁴ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*. Op. Cit, p74.

de Barral e as princesas para Mariquinhas. (*Petrópolis, 15 de fevereiro de 1860*)

Acontece que a imperatriz chega domingo 5 e que logo Mariquinhas será chamada para o brinquedo e me é necessário acompanhá-la e também as outras por cautela. (*Petrópolis, 30 de outubro 1862*)

É interessante notar que a vida social do Sr. e Sra. Ribeiro de Avellar foi se tornando mais assídua à medida que os filhos cresceram. Muitas vezes, mesmo estando tudo preparado para a partida acontecia um imprevisto e a viagem tinha de ser cancelada ou, pelo menos, adiada. Sem dúvida nenhuma, os motivos mais comuns eram as doenças infantis. Contudo, quando conseguiam vencer os obstáculos da rotina doméstica os lugares mais freqüentados eram: saraus e soireés, concertos clássicos e espetáculos de teatro. Em ambientes privados, tanto convidavam, quanto eram convidados para chás, jantares e recepções: “vou receber visitas que vem tomar chá aqui esta noite, para apreciarem o Arnaud”.⁶⁹⁵ Contudo, outros eventos mais sofisticados eram oferecidos e não querendo pecar na “arte de bem servir”, por vezes, escreveu a mãe lhe pedindo ajuda:

Petrópolis 13 de novembro de 1862.

(...) Minha boa mãe, mais uma vez vou importuna-la pedindo-lhe um grande favor no caso de ser possível. (...) É o seguinte, mamãe, empresta-me (no tempo que aqui estivermos reunidas pelo Natal) o seu cozinheiro Luiz não só para tratar a todos como devo e tenho vontade, como também para os meus “bichos de cozinha” aprenderem com ele alguma coisa de quitutes de que há tanto estou privada. (...) Peço que também Rita, venha não para trabalhar, mas sim para passar aqui algum tempo. Meu Deus, mamãe, que filha tão importuna e exigente. Se, mamãe, sentir alguma dificuldade no que lhe acabo de pedir eu lhe peço por alma de meu bom pai que não se acanhe com sua filha em nada, pois com quem terá franqueza senão com ela. (...)
Minha mãe sua benção para seus netinhos e para
Sua filha muito e muito obrigada
M de A

⁶⁹⁵ Carta de Marianna Velho de Avellar para Leonarda Maria Velho da Silva. Petrópolis, 2 de fevereiro de 1862. (Coleção Particular 2). Archiles Arnaud era um primo de Marianna e foi professor de piano de Mariquinhas.

Na recepção de Natal, Marianna Velho da Silva pretendia oferecer o que de melhor havia na qualidade e preparo dos pratos. Compartilhava do *habitus* de classe, muito bem expresso no *Manual do Bom-Tom* de J.I. Roquette, o qual afirmava-se que: “a bondade de um grande jantar consiste não na profusão, nem no demasiado apuro das iguarias, senão em que sejam variadas na qualidade, no tempero, e na maneira de a preparar, e de tal arte dispostas que não se pareçam umas com as outras”.⁶⁹⁶ Sua preocupação mostra como o refinamento da conduta diária havia se transformado num importante instrumento de diferenciação social para as famílias mais abastadas e devia ser praticado cotidianamente a fim de ser internalizado. Por isso, gostaria de aproveitar a ocasião para que o cozinheiro Luiz ensinasse alguns de seus dotes culinários a sua escravaria doméstica a qual se referiu como “bichos de cozinha” a fim de que variasse o cardápio quando retornassem a fazenda. A “arte de bem receber e servir” era uma das obrigações das esposas da boa sociedade e qualquer detalhe, em demasia ou escassez, era reparado:

*(...) Foi ontem o jantar da Jancitinha, os meus hóspedes foram convidados e foram. O jantar serviu-se por fora, a russe, levou muito tempo a macaquiara aos grandes jantares. A Jacinta mostrou a D. Maria José toda a sua roupa cheia de valencienes. E tu que dizes que ela não fará de luxos. É melhor aparecer que mostra-se.*⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ ROQUETTE, J. I – *Código do Bom-Tom*. Op. Cit, p210. O mesmo livro ainda apresenta ensinamentos quanto aos modos de se comportar à mesa (uso do guardanapo, troca de talheres, uso das saúdes, como mastigar, arte de trincar, etc), procedimentos para a escolha e convite dos participantes bem como sua disposição no banquete, formas de pôr e servir a mesa, ordem e tipo de alimento de cada coberta. Tais exigências sociais estavam de acordo com a nova forma com a qual a educação moral era entendida, de um lado a formação do caráter, de outro o verniz social, como era chamada a etiqueta. Estes novos parâmetros eram tanto introduzidos e respaldados em manuais de etiqueta, quanto em periódicos de instrução e recreio, mais voltados ao público feminino, que continham sessões inteiras dedicadas ao assunto. Ver: MUAZE, Marianna de Aguiar Ferreira. *A Descoberta da infância*. Op. Cit.

⁶⁹⁷ Carta de Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1869. (Coleção Particular 2). Com a sofisticação dos métodos à mesa na segunda metade do século XIX, os jantares servidos “à la française” foram substituídos pelos “à la russe”. No primeiro as comidas eram servidas todas juntas na mesa, não importando o tipo de comida. No segundo a refeição passa a constar de várias “cobertas” cada qual com um tipo de louça, talher, vinho, toalha e ornamentação. Iniciava-se com uma sopa, seguiam-se várias cobertas das carnes mais leves as mais pesadas e encerrava-se com as sobremesas. O novo método requeria uma sofisticação dos aparados necessários, assim como um grande número de criados para servi-lo.

Conhecer a profusão de talheres e copos e usá-los adequadamente, servir o vinho de acordo com cada tipo de comida, dispor os convidados à mesa de forma a respeitar sua hierarquia social, passaram a ser um domínio dos mais bem vistos socialmente num grande teatro de aparências que foram aos poucos sendo experimentadas, incorporadas, complexificadas até constituírem um ideal de civilidade para toda a sociedade. Da parte dos convidados era preciso obedecer a um código de boas maneiras. No entanto, seu conhecimento minucioso e sua execução com destreza eram privilégios de poucos.⁶⁹⁸ Qualquer deslize ou aparência de artificialidade era motivo de comentário malicioso, como fez D. Leonarda. Tal atitude demonstra, na sua essência, o conhecimento de um dado modelo de comportamento e a necessidade de diferenciar-se a partir de tal. Seu entendimento necessitava que ambos os participantes estivessem envolvidos numa mesma ordem cultural.⁶⁹⁹

Certamente, no verão, e principalmente depois da chegada dos Imperiais, a cidade de Petrópolis concentrava as famílias mais abastadas do Império. Aqueles que não possuíam residência própria poderiam ir para um Hotel ou “tomavam casa” como fizeram, algumas vezes os Velho da Silva e os Ribeiro de Avellar. Esta era uma boa oportunidade para ver os amigos da Corte e de outras localidades. Ao chegar na cidade ou partir para o campo era recomendado pelas regras da boa educação que os viajantes fossem fazer uma

⁶⁹⁸ ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador*. Op. Cit.

⁶⁹⁹ As reflexões de Norbert Elias são bastante profícuas para um estudo inter-relacional de grupos sociais. Segundo o sociólogo, as normas sociais podem ter um caráter duplo, servindo para unir as pessoas umas as outras e ao mesmo tempo umas contra as outras. Sua tendência integradora é também desintegradora e marca a diferença entre este grupo e os de fora - os *stablished* e os *outsiders* - respectivamente, como denomina Elias. Como uma prática de grupo que tem este objetivo, Norbert Elias analisa o “gossip” (fofoca). Segundo ele, o “gossip” atua como um elemento de diferenciação e pertencimento à um grupo. Assim, o comentário é feito a partir de um ponto de vista, fazendo sentido entre os indivíduos membros de um grupo que compartilham dos mesmos valores. Logo, atua como um reforço de certas normas ao mesmo tempo em que, exclui outras normas e valores. O *gossip* apresenta-se como um denegridor de um grupo oposto e paralelamente controla os comportamentos dos indivíduos do grupo social que o pratica. ELIAS, N. *Os Alemães*. Op. Cit; ELIAS, N. *The Stablished and the Outsiders*. Op. Cit.

visita àqueles por quem se tinham amizade e/ou deviam obrigações.⁷⁰⁰ Tal código de etiqueta era prontamente conhecido e obedecido tanto por Marianna, quanto por D. Leonarda:

Hoje vou pagar ainda algumas despedidas e depois fecharei as minhas malas que estão quase prontas. (Petrópolis, 5 de junho de 1884)

Às 5 horas e quarto sai da casa e para me ver livre fui logo a minha vizinha da frente. Estavam finalizando o seu descer, mandaram-me entrar para a mesma sala de jantar, fui recebida por José com toda a amabilidade (...) e por Madame que não sabia como me afagar. Pouco me demorei, e vieram trazer até a porta (achei muito forte como dizem os franceses). Eu sempre na minha estacada. Depois fui a casa dos Jujús que nos receberam muito bem, como eu gosto, com mais sensibilidade (a respeito das condições deste casamento imposto pelo pai dele, a vista te direi). Dali fui aos Amarões não sabiam como se mostrarem agradecidos pelo bem como que foram tratados por mim, por Joaquim e por ti, que foi uma felicidade para elas adquirirem tão boas relações e que seu marido estava muito satisfeito. (...) Deram-me pequenos presentinhos de frutas. Matilinhas não estava em casa. Fui ao bom Briani, que homem delicado! (...) Voltei às 7 horas da noite muito fatigada. (Petrópolis, 12 de agosto de 1866).

A prática social das visitas também servia para colocar em dia as novidades referentes ao circuito de pessoas conhecidas, além de manter e consolidar relações e laços de amizade antigos. Os comentários de D. Leonarda para a filha eram repletos de adjetivos e juízos de valor apesar do pequeno tempo que permaneceu em cada uma das residências visitadas. Suas atitudes seguiam à etiqueta e o *habitus* vivenciado pela classe senhorial e explicitado no *Código do Bom Tom*, que recomendavam que as visitas fossem feitas entre cinco e oito da noite, sem chocar-se com o horário das refeições, sendo rápidas, no máximo meia hora, para não cansar aqueles que as recebem.⁷⁰¹ Entretanto, conforme as regras de civilidade compartilhadas, outras ocasiões também requeriam visitas. Dentre elas

⁷⁰⁰ “Fazei visitas às pessoas a quem tendes relação de amizade, e ainda mais àquelas a quem deveis obrigações: elas são um laço social muitas vezes um devido tributo de nosso agradecimento, e algumas um meio de obter graças e favores”. ROQUETTE, J. I – *Código do Bom-Tom*. Op. Cit, p 239.

estavam as participações de mudança de endereço⁷⁰², o pagamento de visitas recebidas⁷⁰³ e as visitas por agradecimento.⁷⁰⁴

A Corte figurava como principal *locus* de consumo, representação, sociabilidade e vida cultural. A rotina familiar em tais lugares era, com certeza, bem mais agitada. O Rio de Janeiro, capital política, econômica e cultural era um espaço privilegiado de onde se irradiava um padrão de comportamento modelar que servia de exemplo para o resto do país. Assim, como bem observou Luis Felipe Alencastro, a Corte tinha um duplo papel. Por um lado, recebia os fluxos externos, em constante crescimento desde a abertura dos portos, reformulando-os de forma a enquadrá-los no modelo de civilização desejado, por outro, atuava de modo a acomodar os regionalismos em um quadro mais amplo, pela primeira vez verdadeiramente nacional.⁷⁰⁵

Pelas próprias dificuldades do percurso, quando iam para Corte, os Ribeiro de Avellar passavam uma boa temporada, seja em casa alugada, seja na casa de D. Leonarda ou em sua própria residência, adquirida na década de 1870. Assim como Petrópolis, as viagens se fizeram mais assíduas e demoradas à medida que os filhos cresciam. Além do espaço para o consumo, a vida social no Rio de Janeiro se abria em eventos sociais:

Ontem foram ao Cassino só para que José aproveitasse o último. Esteve sofrível! (Rio, 29 de novembro de 1853)

⁷⁰¹ ROQUETTE, J. I. “Das visitas, introduções e apresentações” In: *Código do Bom-Tom*. Op. Cit., pp239-255.

⁷⁰² “Temos tido por aqui algumas visitas por que sempre me resolvi a dar parte a várias pessoas da nossa mudança”. Carta do comendador José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 14 de janeiro de 1855. (Coleção Particular 2).

⁷⁰³ “Paramos na porta há 3 dias e falamos com o velho, quando voltávamos de ir pagar visita ao M. de Itanhaem”. Carta do comendador José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 14 de janeiro de 1855. (Coleção Particular 2).

⁷⁰⁴ “Partirei daqui, se Deus quiser, a 9 do mês que vem, indo primeiro ao Rio de Janeiro visitar a Maria José Vasconcelos e seu marido, porque vou pagar assim o tributo de gratidão a estes senhores (que já me escreveram) porque me lembro do grande obsequio que me fizeram no dia do meu primeiro ataque, de ficarem uma noite e um dia me acompanhando.” Carta de D. Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Juiz de Fora, 29 de agosto de 1868. (Coleção Particular 2).

⁷⁰⁵ ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada*. Op. Cit., p 24.

Fomos ao teatro uma noite para ver as dançarinas francesas que são muito boas e tivemos bastante saudades de ti e do Joaquim e não temos saído nenhuma vez mais. (Rio, 4 de novembro de 1857)

Mamãe pensa retirar se para a Corte em meados de agosto para aproveitarem a ópera lírica e Antonio Ribeiro tomara uma licença para acompanhá-la. (Pau Grande, 10 de julho de 1884)

Fomos ao soirée da Princesa, a um soirée das irmãs Duartes, vamos amanhã a matine Beethoven e ao grande concerto que a princesa auxilia para a infância desvalida. Este último, como o de Beethoven, ambas se darão no grande salão do Cassino, devendo o da infância ser à noite. Finalmente, irei a 2 soirée da princesa, uma que será no dia 4 de setembro e também será o ultimo que ela vem. Eu me amasso para tudo isso, porém como vejo os noivos contentes, estou satisfeita. (Corte, 23 de agosto de 1884)

Contudo para aqueles que prestavam serviço no Paço à Família Imperial e eram obrigados a comparecer a muitas apresentações e comemorações, tal rotina, às vezes, se tornava bastante cansativa. Em 4 de dezembro de 1854, D. Leonarda confessava a filha: “No beija mão muito me lembrei em boa roda, porque viria da maçada da porta do cortejo, mal jantei, parti a ver a tua avó que teve um ataque forte, mas já está boa, voltando às 7h fui ao teatro mas sem vontade, porque mais desejava estar deitada, mas a Imperatriz queixava-se de manhã de ter oferecido poucas damas”.⁷⁰⁶ Na década de 1880, o Rio de Janeiro também se tornou um atrativo para aqueles que queriam tomar banhos de mar: “Mariquinhas e o Tosta se demoram no Catete até o fim desta porque estão a banhar de mar”.⁷⁰⁷

Havia muitos amigos com quem se relacionavam, visitavam e passeavam quando estavam na Corte. Entretanto, a análise da correspondência permite levantar alguns nomes como os de maior intimidade, freqüentadores assíduos da rotina doméstica da casa materna

⁷⁰⁶ Carta de D. Leonarda Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. Rio, 4 de dezembro de 1856. (Coleção Particular 2)

⁷⁰⁷ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Pau Grande, 17 de novembro de 1884. (Coleção Particular 2).

no Rio de Janeiro.⁷⁰⁸ O Marquês e a Marquesa de Itanhaem figuravam entre os amigos ilustres os quais estreitaram seus laços de solidariedade ao servir de padrinho do casamento de Marianna e Joaquim. O primo Martinho de Campos, D. Leonor e Dr. Meirelhes, médico e amigo da família e Domingos Farani são os mais citados dentre os amigos residentes na Corte.

O Martinho veio ver-nos. Pretendemos ir hoje a Rainha de Chipre com a qual findam os 10 recitais da última assinatura e as duas anteriores. Mandamos o camarote ao Meirelhes e a D. Leonor. (Rio, 24 de novembro de 1856)

Eram 6h da tarde e na nossa porta vimos apear José, Carolina e Farani com um filho pequeno e último, que tem 2 anos, e tendo estado muito doente na Cidade o trouxe para estar em Petrópolis 4 ou 5 dias para convalescença. Foi uma surpresa a vinda de José, pois não nos preveniu. Finalmente foi tarde de sensações e nos tirou da monotonia em que estávamos. (Petrópolis, sábado, 3 de dezembro, s/a, às 9h da noite)

Fazendo um cruzamento destas informações retiradas das correspondências com as fotografias da coleção analisada foi possível apontar alguns personagens pertencentes às famílias citadas. O Marquês de Itanhaém tirou sua fotografia ao lado de seu neto, assim como sua esposa, no estúdio de D.I Cypriano, “Retratista da Casa Imperial”. Domingos Farani, cuja mulher morreu tísica, em 1858, enviou sua foto de Paris, tirada por A. Ken, para os amigos. Já Martinho Campos não possui imagem identificada. No entanto, Martinho Campos filho presenteou a família com seu *carte-de-visite* em formato oval e seus filhos, dois menino e duas meninas, tiraram uma foto em grupo, em 1889, assinada pelo estúdio Tavares Sobrinho que restou carinhosamente guardada entre os pertences da Viscondessa. Felisberta, uma das meninas desta foto, apareceu novamente em registro de 1883, tirado quando ainda era bebê.

⁷⁰⁸ Dentre os pertences familiares sobreviveram identificadas um retrato oval de Martinho Campos filho e uma foto de grupo contendo duas meninas e dois meninos, seus filhos, tirada em 1889 por Tavares Sobrinho.



Marquês de Itanhaém, D.I. Cypriano, 1855/70. Coleção particular 1.



Marquesa de Itanhaém, D.I. Cypriano, 1855/70. Coleção particular 1.



Domingos Farani, A. Ken photographie, década de 1860. Coleção particular 1.



Filhos de Martinho Campos Filho, Tavares Sobrinho, 1889. Coleção particular 1.

Há, ainda, uma foto de sua filha Felisberta quando era bebê.

Ao chegar numa certa idade, freqüentar os eventos sociais urbanos passava a ser uma necessidade familiar, pois abria espaço para as moças e rapazes se “mostrarem socialmente”, serem apresentados aos filhos e filhas da boa sociedade, criando, sobretudo, oportunidades para firmar contratos de casamento. O desafio, portanto, era se iniciar numa dada sociabilidade constituída conforme um *habitus* de classe. Era preciso se fazer representar individualmente na esfera pública. Entretanto, o passaporte de pertencimento a um grupo social restrito era dado pelo nome e prestígio familiar. Quanto mais refinado, mais seletivo o público, melhores chances de conhecer partidos promissores. Entretanto, tudo devia ser feito com muito cuidado e medida, os excessos podiam causar má reputação.

Nas regras matrimoniais vigentes socialmente continuavam a preponderar os acordos feitos pelos chefes das parentelas, entretanto, passava-se, talvez por influência do ideal romântico, a considerar importante que os noivos tivessem alguma simpatia um pelo outro. Com as seguintes palavras, D. Marianna noticiava o pedido de casamento de sua filha caçula Elisa: “Agora vou dar a você uma grande novidade. O casamento de sua irmã com o filho do Barão Souza Fontes. Eliza aceitou e esta muito contente e todos nós da mesma maneira. A família do moço está contentíssima. O casamento penso que será sem demora, talvez para fins de setembro”.⁷⁰⁹

As estratégias matrimoniais tinham como finalidade a conservação do *status quo* na transição de uma geração para outra. Neste sentido, enquanto viveu, Joaquim Ribeiro de Avellar conseguiu executar a contento sua função de patriarca, garantindo aos filhos não só uma certa fortuna, mas também casamentos com importantes famílias da sociedade Imperial. Maria José se casou com Manoel Vieira Tosta (filho do Primeiro Barão de Muritiba), Luiza se uniu a Antônio Ubelhart Lemgruber, Júlia a Francisco de Carvalho

Figueira de Mello e Elisa a Luis Ribeiro de Sousa Fontes (filho do Barão de Souza Fontes). É interessante notar que nenhum dos matrimônios das filhas foi endogâmico ou contraído com outras famílias de agricultores. A riqueza havia migrado para outras áreas. A preferência foi dada aos jovens bacharéis, de famílias de políticos, funcionários públicos ou profissionais liberais, residentes na Corte ou em Petrópolis, círculo social o qual freqüentavam. Uma pequena exceção se deu no caso de Luiza que, depois de ficar viúva, preferiu adquirir a fazenda da Glória e voltou a residir perto dos pais e irmãos, que assumiram a administração da propriedade.

Entre os filhos homens, José Maria faleceu, solteiro, em 1885, assim que retornou de Pernambuco formado em Direito. As terras dos pais couberam aos filhos homens. O mais velho, Antônio Ribeiro, nunca se casou. Morou com a Viscondessa até 19 de setembro de 1898, quando ela morreu. Joaquim, filho temporão, contraiu núpcias com uma prima, Marianna Albuquerque de Avellar. Neste caso, para garantir um maior poderio local ao novo chefe da família era interessante se unir a alguém que dispusesse de propriedades. Enquanto as mulheres seguiram com os maridos para residirem no meio urbano - Corte ou Petrópolis. Antônio Ribeiro e Joaquim continuam administrando as terras herdadas e outras compradas. Numa fase de decadência acelerada da agricultura do Vale, passaram a se dedicar à política aproveitando do prestígio e tradição familiar construído desde a fundação da vila. Ambos foram vereadores da República por diversas vezes e Joaquim assumiu a prefeitura, em 1922.

A boa escolha dos casamentos para os herdeiros e herdeiras significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo. Este prestígio e poder vigoravam como uma herança imaterial que era repassada aos herdeiros, mantê-la

⁷⁰⁹ Carta de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. Corte, 4 de agosto de 1884.

para as próximas gerações, assim como a fortuna eram os grandes desafios. Talvez, por isso, as estratégias matrimoniais tenham sido um grande foco de resistência aos novos valores e parâmetros ligados ao modelo familiar nuclear e ao individualismo. A família oitocentista resultou da negociação cotidiana entre estas novas formas de vivência e organização, imbuídas de uma áurea de modernidade e civilização, e a gramática patriarcal rezada através dos laços afetivos e de dependência perante uma vasta parentela e a presença maciça da escravidão no âmbito doméstico. A exemplo do Estado Imperial, muitas famílias buscaram uma representação de si que conciliasse ideal aristocrático e modernidade. O retrato fotográfico cumpriu perfeitamente esta função. No papel emulsionado organizado nos álbuns de família, assumia-se uma narrativa visual de família extensa, contada, contudo, por seus indivíduos que assumiam com destaque o espaço da figuração.

Considerações Finais:

Numa visita a filha Maria José Vieira Tosta, Baronesa de Muritiba, em Paris, a Viscondessa de Ubá redigiu aquele que seria seu segundo e último testamento. Sem muitas novidades, doou a terça parte de seus bens ao filho mais velho e testamenteiro Antônio Ribeiro Velho de Avellar para quem deixava todas as terras e propriedades da fazenda Pau Grande e por quem se dizia muito agradecida pelos serviços prestados desde a primeira enfermidade do marido. O restante foi dividido entre os outros quatro filhos vivos tendo, ainda, dado “como lembrança” a cada neto, afilhado e sobrinho três contos de réis. Diferentemente do marido, as palavras cuidadosamente escolhidas pela Viscondessa para seu testamento eram quase autobiográficas. Após encomendar cem missas em homenagem a cada um dos entes queridos falecidos - marido, pais, filhos e os parentes a quem chamou de “irmãos”: D. Maria Serafina, D. Antônia e Joaquim Mascarenhas Salter -, com quem conviveu tanto anos, Marianna carregou suas palavras de sentimentalidades:

*Muito agradeço aos meus pais os esforços que fizeram por minha educação. Aos princípios que me foram incutidos, devo algum apreço em que a sociedade me fez o favor de ter e a serenidade de que sempre gozei. Fui casada com Joaquim Ribeiro de Avellar, depois Visconde de Ubá, não me é possível exprimir a lembrança que este nome sempre me traz. Sou-lhe muito reconhecida. Os cuidados delicados com que sempre cercou nossa comum existência de trinta e nove anos são para mim recordações de todos os dias. (...) A todos os meus filhos sempre tributei o mesmo amor e muitos desejos de que gozassem da felicidade mais completa. A meus genros e noras toda a minha estima e consideração.*⁷¹⁰

No documento que seria sua última palavra aos filhos depois de falecida, a Viscondessa não se ausentou do papel de construtora de uma dada memória familiar, a qual havia se dedicado durante toda a vida. Reconheceu a educação que lhe foi dada pelos pais e

⁷¹⁰ Testamento de Marianna Velho de Avellar, Viscondessa de Ubá. Paris, 24 de novembro de 1892. (Coleção Particular 1). A Viscondessa falece em sua fazenda no ano de 1898.

como esta lhe abriu as portas para uma vida em sociedade; reafirmou o casamento como valor supremo; reviveu a longa vida em comum com o marido e a equivalência do amor que manteve pelos filhos. Em tempos republicanos, não abria mão de usar os títulos nobiliárquicos de Visconde e Viscondessa de Ubá recebidos, em março de 1887, em retribuição a profunda amizade e lealdade da família ao círculo dos Imperiais.⁷¹¹ Desta forma, legitimava uma existência passada e, ao mesmo tempo, desejava servir de exemplo para as futuras gerações.

Assim como a Sra. Avellar, o Barão de Capivary e o Visconde de Ubá também estiveram no proscênio deste trabalho. Entretanto, muitos outros atores - D. Leonarda, Conselheiro José Maria, Domingos Alves da Silva Porto, Luiz Gomes Ribeiro, Madame Doyen, - ajudaram a moldar um cotidiano familiar próprio de frações da classe senhorial do Império. Ao longo destas páginas, procurei desvendar estes destinos cruzados com o intuito de analisar a família oitocentista, tendo em vista o viés historiográfico da micro-história e o exame da documentação íntima familiar. Através das narrativas individuais dos sujeitos aqui citados foi possível perceber diversas temporalidades que ajudaram a consolidar o triunfo da família oitocentista moldado sob um determinado *habitus* social.

De um lado, um tempo familiar essencialmente masculino reafirmava a lógica da preservação da riqueza e do patrimônio no interior do grupo estudado. Regidos por um sentimento aristocrático que misturava valores como opulência, propriedade e gozo da liberdade. Os diversos patriarcas que estiveram à frente da casa Pau Grande regeram de formas diferenciadas os negócios. O Barão de Capivary foi o responsável pela

⁷¹¹ Segundo Lilia Schwarcz, no período de maior popularidade do Imperador, a distribuição de títulos foi reduzida. O maior aumento se deu durante a progressiva decadência do Império “o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos como uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado”. SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador*. Op. Cit, p175.

transformação gradativa do engenho em cafezal, na década de 1830, e pela multiplicação da riqueza, calculada em terras e escravos, através dos empréstimos à juros e dos benefícios gerados pela atividade política. Seu maior investimento em capital simbólico foi à compra do título de Barão com grandeza, agenciada por seu correspondente de café na Corte, Domingos Alves da Silva Porto, depois que o Conselheiro José Maria Velho da Silva a exigiu como condição para a concessão da mão de sua filha em casamento. O matrimônio de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e Marianna Velho da Silva foi, portanto, uma estratégia de ambas as famílias no sentido de garantir a sobrevivência de um *status quo* privilegiado na sociedade oitocentista.

Na gestão do Visconde de Ubá, percebe-se uma mudança nos padrões de acumulação e investimento. Em certa medida a atividade usurária é mantida, no entanto a compra de terras e escravos é reduzida, a aquisição de imóveis urbanos e os investimentos em bens de prestígio sofrem crescimento considerável. Diferentemente de outras famílias de cafeicultores do vale do Paraíba fluminense, os Ribeiro de Avellar conseguiram atravessar a década de 1880 com relativo conforto financeiro. Tal especificidade se deveu, em parte, a visão financeira de converter parte da fortuna em títulos da dívida pública. O número grande de filhos comprometia, em certa medida, a transmissão do patrimônio devido ao sistema eqüitativo de herança vigente. A melhor estratégia encontrada para a dificuldade da preservação da fortuna foi a política de casamentos dentro do círculo das melhores famílias do Império. Desta maneira, abria-se nova rede de solidariedade, obrigações recíprocas e priorizavam-se alianças com ricas famílias estabelecidas no meio urbano, principalmente noivos bacharéis. Esta geração, se por um lado, herdava um cabedal econômico bem inferior as anteriores. Por outro levava consigo um patrimônio ainda maior constituído pelo

nome familiar, *status* e vasta rede de amizades baseadas em prestígio e troca de favores. Uma herança imaterial que auxiliaria na manutenção de um capital sócio-econômico, mas também simbólico.⁷¹²

Contudo, a família oitocentista era muito mais do que patrimônio. A escrita epistolar e as fontes visuais revelaram uma vasta rede de sentimentalidades, intimidades e solidariedades que envolviam parentes de fora do núcleo propriamente dito. As imagens fotográficas e sua organização nos álbuns de família permitiram afirmar que, apesar de haver um *habitus* social em ascensão que valorizava os sujeitos históricos e suas representações enquanto indivíduo, seja através dos registros fotográficos, seja através das cartas escritas na primeira pessoa do singular, o cânone da família extensa sobrevivia na narrativa visual dos álbuns, nos acordos de casamento entre os pares da boa sociedade e no poder do patriarca. No centro do Estado Imperial, a família oitocentista resignificava valores aristocráticos e modernos; incorporava um novo *habitus* civilizado ao cotidiano doméstico e o adaptava à estrutura escravista. Enfim, reinventava a si mesma.

Uma temporalidade distinta demarcava a vida doméstica e o governo da casa exercido pelas senhoras do lar. Marianna Velho de Avellar, Viscondessa de Ubá, era uma destas personagens que mantinha um dia-a-dia repleto de obrigações: o trato com os escravos, a direção dos estudos e educação dos filhos, a organização dos gastos com representação, a contratação de professores, médicos, cozinheiros, etc. Para além destas tarefas rotineiras, voltadas para o funcionamento doméstico, não abria mão do papel de guardião de uma dada memória familiar a qual investia de afetividades, como demonstrou a análise de seu testamento. Seu esforço pessoal ultrapassou a produção e circulação de

⁷¹² LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Op. Cit.

imagens e correspondências, passando também a recuperação de diferentes guardados pessoais de membros da família extensa quando faleciam.

A família oitocentista seria, portanto, aquela que apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes em essência pai, mãe e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa que se estendiam à política local, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, às estratégias de casamento endogâmicas, etc. Por outro lado, as relações internas entre seus membros foram remodeladas cotidianamente tendo em vista um novo *habitus* vivenciado e experimentado pela classe senhorial. Nele, o antigo *pater famílias* fora transformado em cidadão e pai extremoso, a quem cabiam a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos. Por outro lado, a mulher foi elevada ao papel social de mãe e nutriz. Suas atribuições sociais ficavam circunscritas à esfera doméstica, o governo da casa e a criação dos filhos. Tais tarefas ligadas à educação e instrução da infância eram prioritárias no exercício de seu “dom natural”: a maternidade.

Todavia, a criança foi a personagem social que sofreu maior valorização no que concerne aos papéis sociais no interior do grupo familiar. Sua boa educação e instrução eram garantia de perpetuação do nome, tradição e patrimônio familiares e, ao mesmo tempo, adequava-se perfeitamente ao projeto Imperial de formar cidadãos antenados com suas diretrizes de ordem e civilização. Tal processo de “descoberta da infância” pode ser vislumbrado na representação fotográfica, na narrativa epistolar, nas várias edições e reedições de manuais para sua instrução e educação, no crescimento da oferta de produtos infantis, etc. Neste processo, fortalece-se a noção de família como reduto do amor, próximas de um padrão de família burguês, nuclear e monogâmico. Neste novo modelo, percebe-se um aumento dos espaços de sociabilidade e uma aproximação da criança com os

pais, acompanhando-os em passeios, banhos de mar, aniversários de familiares, piqueniques e visitas a amigos. Esta nova concepção de família nasceu na Europa dentro de um contexto de ascensão da burguesia e do modo de vida burguês. No Brasil, entretanto, iria passar por uma pintura diversa. De um lado, porque seus ideais circulariam prioritariamente entre as famílias da aristocracia; de outro, devido à proximidade entre a ordem escravocrata e a ordem familiar. Nesta dicotomia e reinvenção de antigos e novos valores é que se delineou o triunfo da família oitocentista.

BIBLIOGRAFIA

I - Fontes primárias:

1 - Fontes Manuscritas:

- Inventário de Domingos Alves da Silva Porto. RJ: Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Caixa 4068, N^o. 865, Galeria A, SDJ (027q), 1858.
- Inventário de Antônio Ribeiro de Avellar. RJ: Arquivo Nacional, Juízo de Órfãos, Caixa 1135, N^o 9606, Galeria A, SDJ (027b), 1794.
- Inventário José Luis da Motta. RJ: Arquivo Nacional, Juízo da Primeira Vara de Órfãos e Ofícios, Caixa 4156, N 1795, 1842.
- Documentos pertencentes ao Fundo Família Vieira Tosta. RJ: Arquivo Nacional, QE, Seção de Guarda SDP, Instrumento SDP 019.
- Documentos pertencentes ao Fundo Fazenda do Pau Grande. RJ: Arquivo Nacional, (microfilme).
- Inventário Barão do Guaribu. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, Caixa 322, 1886.
- Testamento de Antônia Ludovina Mascarenhas. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, caixa 351, 1886.
- Inventário de Joaquim de Mascarenhas Salter, Comendador. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, Caixa 351, 1879.
- Inventário José Maria Salter de Mascarenhas. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, Caixa 92, 1851.
- Inventário José de Mascarenhas Salter, Major. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, Caixa 361, 1884.
- Inventário do Barão de Capivary. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, Caixa 116, 1863.
- Testamento Barão de Capivary. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, (caixa 242).
- Testamento Visconde de Ubá. Vassouras: CDH/ Universidade Severino Sombra, Caixa 509, 1888.
- Inventário Antônia Maria da Conceição. Vassouras: Faculdade Severino Sombra/ CDH, caixa 76, 1828.
- Contas Testamentárias do Visconde de Ubá. Vassouras: CDH/ Faculdade Severino Sombra, Caixa 509, 1887.
- Testamento de Manoel Velho da Silva. RJ: Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, Livro de Testamentos e Óbitos da Freguesia da Candelária, AP. 805, 1807.
- SILVA, Domingos Velho da. Requerimento encaminhado ao ministério do Império, solicitando, em atenção a sua idade avançada e problemas de saúde, não ser

nomeado para nenhum cargo público. RJ: Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos, Fundo de Documentos Biográficos (C-0495,022).

- Relação dos Deputados a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas Legislaturas de 1836 a 1928 de acordo com a lei nº 1.394 de 22/10/1917. RJ: Arquivo Público do Estado do RJ.
- VISCONDESSA do ARCOZELO. Diário relativo ao ano de 1886. (Consultado no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis).
- Testamento de Leonarda Maria Velho da Silva, 16/3/1871. (Coleção Particular 2).
- Disposições de testamento de D. Marianna Luiza da Glória Avellar. (Coleção Particular 2).
- Testamento de José Pereira de Almeida. Lisboa: Arquivo da Torre do Tombo. Pesquisa feita por Carlos Rheingantz, anotações pessoais cedidas por Roberto Menezes de Moraes.
- Série de cartas de Domingos Alves da Silva Porto ao Barão de Capivary. (Coleção Particular 2).
- Série de cartas de Leonarda Maria Velho da Silva e José Maria Velho da Silva para Marianna Velho de Avellar. (Coleção Particular 2).
- Série de cartas de Marianna Velho de Avellar para D. Leonarda Maria Velho da Silva. (Coleção Particular 2).
- Série de cartas de Marianna Velho de Avellar para José Maria Velho de Avellar. (Coleção Particular 2).
- Caderno de contas nºs 1, 2, 3, 4, 5 apresentados por Luis Gomes Ribeiro de sua administração da sociedade com sua sogra no Pau Grande desde 1797 a 31 de dezembro de 1810. (Coleção Particular 2).
- Documento expedido em 26 de novembro de 1849, por José do Desterro Pinto, presbítero secular, Cavalheiro da Ordem de Cristo e vigário da freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, para confirmação do matrimônio de Joaquim Ribeiro de Avellar e Mariana Velho de Avellar, em 17 de novembro de 1849. (Coleção Particular 2)
- Sentença de perfilhação de Joaquim Ribeiro de Avellar Jr por Joaquim Ribeiro de Avellar. Vassouras, 22 de agosto de 1843. (Coleção Particular 2)
- Escritura de dote que fazem os excelentíssimos Srs. José Maria Velho da Silva e sua mulher a sua filha a excelentíssima D. Marianna Velho da Silva para casar com o excelentíssimo Joaquim Ribeiro de Avellar. Livro 193, folha 1840. (Coleção Particular 2).
- Fichário do Colégio Brasileiro de Genealogia Família Velho da Silva.

2 - Fontes Fotográficas:

- noventa e duas imagens avulsas (coleção particular Roberto Meneses de Moraes)
- duzentas e vinte e nove imagens organizadas em três álbuns fotográficos (coleção Particular 1)

3 - Fontes Impressas

A - Jornais e revistas:

- *Album Semanal*. Rio de Janeiro: 1852. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- *Correio-Assu*. Anno2. Petrópolis: Typographia Assu, 2 de junho de 1888, Nº29. (Consultado no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis).
- *Correio das Damas - jornal de litteratura e modas*. Lisboa, typografia Lisboense, editor J. S. Mengo, 1836-1850. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- *Jornal das Famílias - publicação illustrada, recreativa, artística, etc.* Rio de Janeiro, B. L. Garnier editor, 1863-1878. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- *Jornal do Commercio*, 7 de julho de 1863. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de periódicos).
- *Jornal do Comércio*, 9 de dezembro de 1951. artigo de CUNHA, Rui Vieira da. *Uma linhagem colonial: Velho da Silva*. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de periódicos).
- *Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro: Typographia Parisiense, 1852-1855. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- *Parahyba*. Petrópolis, 1858. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- *Revista Popular - noticiosa, scientifica, industrial, histórica, litteraria, biographica, anedoctica, musical, etc.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1859-1862. (Consultada na Fundação Casa Rui Barbosa).
- *Revista Semana Illustrada*. Rio de Janeiro: Livraria dos Srs. Pinto e C, Typographia Pinheiro e Companhia, 1860-1876. (Consultada na Fundação Casa Rui Barbosa).

B - Dicionários, manuais de educação e obras de referência:

- Almanaque do Rio de Janeiro para o ano 1794. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ: Ministério da Educação, 1940, vol LIX.
- Almanaque do Rio de Janeiro para o ano 1792. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ: Ministério da Educação, 1940, vol LIX, p187;
- Almanaque Laemmert. Officina dos Irmãos Laemmert, RJ: 1863. In: www.crl.edu/content.asp?I1=4&i2=18&I3=33&I4=22.
- CALDAS, Aulete. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Imprensa Nacional, 1881.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. *Concessões de graças honoríficas e títulos de nobreza sugeridos a D. Pedro II após sua viagem a região central fluminense em 1848*. RJ: Revista do IHGB, Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, pp11-54.
- CAVALCANTI, J. Cruvello. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro: 1878*. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, coleção Memória do Rio.

- FARIA, E. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4ª ed, Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de Villeneuve, 1859. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- MONIZ, Carlos Luís. Tratado de educação física dos meninos. Oficina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1787. In: PEIXOTO, A. *Nosso Primeiro Puericultor*. Rio de Janeiro: Agir ed., 1946.
- MORAES, A. J. M. – *O Educador da Mocidade Brasileira*. Aprovada pelo arcebispo da Bahia para uso e leitura no Império. Bahia: Typ de Epiphanio Pedrosa. 1852.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.
- ROQUETE, J. I. *Dicionário da Língua Portuguesa..* Paris: em casa de V. J. P Aillard Guillard, 1881.
- _____. *Código do Bom-Tom, ou, Regras de civilidade e de bem viver no século XIX*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). SP: Cia das Letras, 1997, (retratos do Brasil).
- SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6ªed, Lisboa: na typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- VIEIRA, Frei Domingos. *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Casa dos Editores Ernesto Chardon e Bartholomeu H de Moraes, 1871. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- WERNECK, Américo. *A Arte de Educar os Filhos*. Rio de Janeiro: Typographia do Commércio, 2ªed, 1887. . (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- Relação dos deputados a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas legislaturas de 1836 a 1928 de acordo com a lei nº 1.394 de 22/10/1917 (Documento encontrado no Arquivo Público do Estado do RJ).

C - Biografias, memórias e livros:

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. SP: Melhoramentos/MEC, 1976.
- BINZER, Ina von. *Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 5ªed, RJ: Paz e Terra, 1982.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. SP: Círculo do Livro, 1982, vol2.
- HILAIRE, Saint August. Hilaire, Saint. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. RJ: Cia Editora Nacional, 1938, tomo 1.
- PASCUAL, A. D. *Esboço Biográfico do Conselheiro José Maria Velho da Silva*. RJ: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, por ordem do IHGB, 1861.(Consultado no IHGB)
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octávio Tarquino de Souza. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio ed., 1944.
- RIBEYROLLES, Charles, *Brésil Pittoresque*. Tradução Gastão Penalva, SP: 1941, 2 vol.

- SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *O Padre Perereca: memórias para servir a História do Reino do Brasil*. 2ª. ed, RJ: s/ed,1943. (Consultado na Biblioteca Nacional, sessão de obras raras).
- SAMSON, Adèle-Toussaint. *Uma Parisiense no Brasil*. RJ: Capivara, 2003.

II – Livros e Artigos

- *Acervo: Revista do Arquivo Nacional – estudos de gênero*. RJ: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, v9, nº 1, jan/dez, 1996.
- ALENCASTRO, L. F. de. (org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, vol. II.
- ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e Vida Doméstica” In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. SP: Cia das Letras, 1997, pp 83-154.
- ALMEIDA, A. M. de *Pensando a Família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: co-edição Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987.
- _____ A. M. de. *Mães, Esposas, Concubinas e Prostitutas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ed., 1996.
- ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e Paz – Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: 34 letras ed., 1994.
- ARIËS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª, Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AULER, Guilherme. *A Princesa e Petrópolis*. RJ: Petrópolis, 1953.
- BAKHTIN, M. *Cultura popular na Idade Média e no renascimento*. SP, Hucitec, 1987.
- BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: Editorial Universidade de Brasília, 1982.
- BANDEIRA, Carlos Manes. *Parque Nacional da Tijuca*. SP: Makron Books, 1993.
- BANDINTER, E. *O Mito do Amor Conquistado – o mito do amor materno*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. SP: UNESP ed, 2002
- BENJAMIN, W. Livros Infantis e Artigos esquecidos; História Cultural do Brinquedo; Brinquedo e Brincadeira. Observações sobre uma obra monumental In: *Walter Benjamin: obras escolhidas*. 10ªed, SP: Brasiliense, 1996.
- _____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. SP: Brasiliense, 1989.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. SP: Cia das Letras, 1995.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 6ª. ed, Portugal, Europa-América publicações, 1997.

- _____. *Os Reis Taumaturgos*. SP: Cia das letras, 1983.
- BOXER, Charles. *A Idade do Ouro no Brasil*. SP: Cia Editora Nacional, 1963.
- BRASIL, Gerson. *O Ouro, o Café e o Rio*. RJ: Livraria Brasileira editora, 1970.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei; séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, ICHF, 2002.
- BUCAILLE, R. & PESEZ, J.M. "Cultura Material" In: ROMANO Ruggiero (dir). *Enciclopédia EINAUDI, n16, Homo-Domesticação e Cultura Material*. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989.
- BURGUIÈRE, A. & LEBRUN, F. (org). *Histoire de la famille – le choc des modernités*. Paris: Armand Colin, 1986.
- BURGUIÈRE, A., CHARTIER, R., FARGE, A., VIGARELLO, G., & WIEVIORKA, M. 1995- "table ronde: l'oeuvre de Norbert Elias, som contenu, as réception" *Cahiers internationaux de Sociologie*, 99:213-35.
- BURKE, Peter. *The Fabrication of Louis XIV*. New Heaven and London, Yale University press, 1992.
- _____. *Testemunha Ocular: história e imagem*. SP: EDUSC, 2004
- _____.(org) *A Escrita da História: novas perspectivas*. SP: UNESP ed.,1992.
- CÂNDIDO, Antônio. "The Brazilian Family". In: SMITH, T. Lynn and MARCHANT, Alexandre (ests), *Brazil: portrait of half a continent*. NY: Dryden Press, 1951.
- CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. RJ: Editora Ouro sobre Azul, 2002.
- CARNEIRO, Vânia e LIMA, Solange Ferraz de. "Fotografia como objeto de coleção e de conhecimento – por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental". In: MAUAD, Ana Maria (org). *Anais do Museu Histórico Nacional*. RJ: Ministério da cultura/ IPHAN, 2000. Vol 32.
- CARVALHO, J. M. de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campos, 1996.
- _____. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual". In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: UFMG, 1998.
- _____. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª ed, RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. "A representação da Natureza na pintura e na Fotografia Brasileiras do Século XIX". In: FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. SP: Edusp, 1998, pp199-231.
- CASEY, J. *História da Família*. SP: Ática, 1989.
- CASSIRER, Ernest. O pensamento na era do Iluminismo. In: Cassirer. *A Filosofia do Iluminismo*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- CASTRO, Hebe & SCHNOOR, Eduardo (org). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. RJ: Topbooks, 1995.
- CASTRO, Maria Werneck de. *No Tempo dos Barões*. SP: Bem-te-vi, 2004.
- CAVALCANTI, J. Cruvello. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro: 1878*. RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, coleção Memória do Rio 6 – II.

- CHALHOUB, S. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. SP: Cia das Letras, 1990.
- _____. *Machado de Assis historiador*. SP: Cia das Letras, 2003.
- CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. In: PAGU. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.
- _____. *História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand, 1990.
- _____. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador*. SP: UNESP/ imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____. *Práticas de Leitura*. 2ª. ed, SP: Estação Liberdade, 2001.
- CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho em Imagens: fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. RJ: DP&A, 2002,
- CLAYDON, L. F. *Rousseau on Education*. Londres: The Macmillian Company, 1969.
- CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: Concha de Retalhos. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994.
- COSTA, Emília. Viotti. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ªed, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.
- _____. *Da senzala à colônia*. 2ª. ed, SP: Livraria de Ciências Humanas Ltda, 1982.
- COSTA, Jurandir. Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2ªed, Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Suely Gomes. *O Diário de umas e outras meninas (aportes teóricos sobre o cotidiano feminino. Diamantina, MG, fins do século XIX)*. Niterói: ICHF, cadernos do ICHF, n60, setembro, 1993.
- CUNHA, Rui Vieira da. *Uma linhagem Colonial: Velho da Silva* In: Jornal do Comércio 9/12/1951, pp 4,5.
- D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa” In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres*. 2ªed, SP: Contexto & UNESP, 1997, pp223-240.
- _____. “Mulher e família burguesa” In: PRIORE (org) *História das Mulheres no Brasil*. 2ªed, SP: Contexto, 1997.
- DAMATTA, R. *A Casa & A Rua - espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed, Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DARNTON, Robert. História da Leitura In: BURKE, P. *A Escrita da História*. SP: Unesp editora, 1992; *O Grande Massacre dos gatos*. 2ª. ed, RJ: Graal, 1986.
- _____. *O Grande Massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. RJ: Graal, 1986, p XV.
- *De Volta à Luz – fotografias nunca vistas do Imperador*. SP: Instituto Cultural Banco Santos & RJ: Fundação Biblioteca Nacional, p. 88.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 – 1920*. SP: Paz e Terra, 1977.
- DESSERT, Daniel. O Financeiro. In: VILLARI, Rosário. *O Homem do Barroco*. Lisboa, Editorial Presença, 1994.

- DIAS, Maria Odila Leite. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In *Estudos Feministas* nº 2, 1994.
- _____. *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XVIII*. SP: Brasiliense, 1984.
- _____. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 Dimensões. 2ª. SP: Perspectiva, 1986.
- DIEGUEZ, Lucília Maria Esteves Santiso. *Dona Leonarda Maria da Silva Velho: uma dama da corte imperial (1754-1828)*. Dissertação de mestrado, departamento de História, ICHF, UFF, Niterói, 2004.
- DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. 6ªed, SP: Papirus, 1993.
- ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995.
- _____. *The Stablished and the Outsiders*. Londres: Sage Publications, 1994.
- _____. *Mi Trayectoria Intelectual*. Barcelona: Ediciones Península.1984.
- _____. *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol II; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1994. vol I.
- _____. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995.
- _____. *A Sociedade dos Indivíduos*. RJ: Jorge Zahar Editor,1994.
- _____. *Os Alemães*. São Paulo: JZE,1997.
- _____. *Processo Civilizador*. São Paulo: JZE, 1993. vol II.
- _____. *The Stablished and the Outsiders*. Londres: Sage Publications, 1994.
- FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. SP: Edusp, 1998.
- _____. “Redefinindo o conceito de imagem” In: *Revista Brasileira de História*, v18, nº35, SP: 1998.
- FALCI, Miradan & MELO Hildete “Eufrásia Teixeira Leite: o destino de uma Herança” In: abphe.org.br/congresso2003/textos .
- _____. “Riqueza e Emancipação: Eufrásia Teixeira leite. Uma análise de gênero.” In: *Estudos Históricos*. RJ, n 29, 2002.
- FAORO, Raymundo. “A obra da centralização colonial” In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 11ª. ed, RJ: Ed Globo, 1997, vol 1.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.
- _____. História da família e demografia histórica In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- FERNANDES, Guilherme Vilela. “Tributação e escravidão: o imposto da meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1850)”. In: www.almanack.usp.br.
- FERNANDES, Rubens Jr & LAGO, Pedro Corrêa do. *Século XIX na Fotografia Brasileira: coleção Pedro Corrêa do Lago*. RJ: Francisco Alves & SP: FAAP s/d.
- FERNANDES, T. M. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens*. RJ, FIOCRUZ ed, 1999.
- FERREZ, Gilberto. *O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro: 1865-1918*. 2ª. ed, Ed Libris, 1985.

- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. SP: Hucitec, 1997.
- FILHO, J. *Moral e História em John Locke*. São Paulo: Loyola, 1992.
- FILHO, L. Medicina no Período Imperial. In: HOLANDA, S. B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 3, São Paulo: Bertrand, 1993.
- FLANDRIN, J. L. *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.
- FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda (org). *Ensaio sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, pp143-166.
- FLORENTINO, Manolo Garcia, *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. RJ: Arquivo Nacional, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. 11ªed, RJ: Graal, 1995.
- FOX-Genovese, Elizabeth. *Within the Plantation Household – black and White women of the old south*. North Caroline: University of North Caroline, 1998.
- FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *Arcaísmo como Projeto*. 4ª. ed, RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2ª. ed, RJ: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (org). *O Antigo Regime nos Trópicos*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- FREITAS, M. C. (org) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREUND, Gisele. *Fotografia e Sociedade*. Lisboa: Vega, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25ª., SP: José Olympio Editora, 1987.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. 9ª ed, SP: Record, 1996.
- _____. *A Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. 2ªed, Rio de Janeiro: Ed. Arte Nova, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 23ª. ed, SP: Ed. Nacional, 1989.
- GALVÃO, Walnice & GOTLIB, Nádia (org). *Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre cartas*. SP: Companhia das Letras, 2000.
- GAY, Peter. *A Educação dos Sentidos – A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. SP : Cia das Letras, 1988.
- _____. *Freus para Historiadores*. 2ª ed, SP : Paz e Terra, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. RJ: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989.
- GELIS, J. et al. *Entrer dans la Vie: naissance et enfance dans la France traditionnelle*. Paris: Gallimard/Julliard, 1978
- GINSBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes- o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª. ed, SP: Cia das Letras, 1987.
- _____. *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. SP: Cia das Letras, 1988.

- _____. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- GOMES, A de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: FGV, 2004.
- GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de editoração, (Biblioteca Carioca), 1993.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. “Inácia Wills Her Way: Patriarchy Confirmed” In: *Caetana Says No: women’s stories from a Brazilian slave society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- GRIMBERG, K. *Liberata, a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUERRAND, Roger-Henri. “Espaços Privados” In: PERROT, Michelle (org), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. SP: Cia das Letras, 1991, v4, pp 325-411.
- HÉRITIER, Françoise. “Parentesco”; “Família”; “Casamento” In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi: Parentesco*. PORTO: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. 1997, vol 20.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ª. ed, RJ: José Olympio editora, 1988.
- _____. “A Herança colonial e sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol I. RJ: Bertrand, 1993.
- IGLÊSIAS, F. A vida política – 1848/1868. In: HOLANDA, S. B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 3, São Paulo: Bertrand, 1987.
- JARDIM, Márcio. *Síntese factual da inconfidência Mineira*. BH: Instituto Cultural Codeser, 1988, pp263-266.
- KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. SP: Cia das Letras, 2000.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ªed, SP: Ateliê Editorial, 2001.
- _____. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. SP: IMS, 2002.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. *A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)* In: *Revista Brasileira d História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp37-63.
- LACOMBE, Lourenço Luiz. “Prefácio” In: *D. Pedro II: viagens pelo Brasil, Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859*. RJ: Bom Texto Editora/ Letras & Expressões, 2003.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou-povoado accitânico 1294-1324*. SP: Cia das Letras, 1997.
- LASLETT, Peter. *Family life and illicit love in earlier generations*. 2ª ed, Cambridge University Press, 1978.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” In: *Enciclopédia Einaudi*, Vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- _____. *História e Memória*. 4ªed, Capinas: UNICAMP, 1996.
- LEITE, M. M. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1984.
- LEVI, Giovanni. “sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. SP: ENESP, 1992.

- _____. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. RJ: UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do RJ, 1994.
- LINHARES, M. I. (org). *História geral do Brasil*. RJ: Campus, 1990.
- LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. RJ: IBMEC, 1978.
- LOS RIOS, Adolfo Morales Filho. *O Rio de Janeiro Imperial*. RJ: Topbooks, 2000.
- MACIEL, Inocêncio da Rocha. *Relatório do Encarregado do Tombamento das Terras da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. 30/11/1872.
- MAIA, Manoel A Velho da Motta. *O Conde da Motta Maia*. Livraria Francisco Alves 166, RJ: 1937.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. SP: Companhia das Letras, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população - 1750/1780*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- _____. “Populações do Brasil em perspectiva histórica”. In: COSTA, Iraci Del Nero (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- MARKERT, W. (org). *Teorias de Educação do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- MARTIN-FUGIER, Anne. “Os Ritos da Vida Privada Burguesa”. In: DUBY, G & CHARTIER, R. *História da Vida Privada – da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia das Letras, vol 4, 1987.
- MARTINS, Antonio. *Vereadores de Vassouras do Império à Nova República*. Vassouras/ Rio de Janeiro: 1993.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2^a ed, RJ: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema- a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. “A opulência na província da Bahia”. In: NOVAIS & ALENCASTRO. *História da Vida privada no Brasil: Império*. SP: Cia das Letras, 1997.
- _____. *Bahia século XIX: uma província no Império*. RJ: Nova Fronteira, 1992.
- MAUAD & MUAZE. *A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo*. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, Escrita da história*. RJ: FGV, 2004.
- MAUAD, A. M. *Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista*. Niterói: UFF, LABOI, <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>.
- _____.(org). *Anais do Museu Histórico Nacional*. RJ: Ministério da cultura/ IPHAN, 2000, vol 32.

- _____. “Entre Retratos e Paisagens: as imagens do Brasil oitocentista”. In: MARCONDES, Neide e BELLOTO, Manoel (orgs). *Turbulência Cultural em Cenários de Transição: Século XIX Ibero-americano*. SP: Edusp, 2005, pp 13-49.
- _____. Através da Imagem: fotografia e história – interfaces In: *Revista tempo*, v.1. UFF, Departamento de História, RJ: Relume-Dumará, 1996.
- _____. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante na cidade do Rio de Janeiro (1900-1950), Niterói: UFF, PPGH, tese de doutorado, 1990
- _____. “Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado” In: ALENCASTRO, L. F. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v. II, pp181-231.
- MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de D. Pedro II*. SP: Cia das Letras, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “O Fim das Casas Grandes”, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.
- MELO, Hildete & Marques Teresa C de N. “A partilha da riqueza na ordem patriarcal” In: *Revista de Economia Contemporânea*, Volume 5, Nº 2, jul/dez, 2001.
- MIGNOT, Ana C. V e BASTOS, Maria Helena C. *Refúgios do eu*. Florianópolis, Mulheres, 2000.
- MIGNOT, Ana et Alli (org). *Refúgios do Eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis, Mulheres, 2000.
- MORAES, Roberto Menezes de. *O Casal Furquim Werneck e sua descendência*. Vassouras: Editora Liney, 1985.
- _____. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. Paty do Alferes, 1994.
- MOTA, C. G. *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- MOREL, Marcos. “Cinco imagens e múltiplos olhares: descobertas sobre os índios do Brasil e a fotografia do século XIX” In: *História, Ciência e Saúde*, v VIII (suplemento), pp1039-1058, 2001.
- MOYA, Salvador de (org), *Anuário Genealógico Brasileiro*. SP: Instituto Estadual de Genealogia, Revista dos Tribunais, 1939.
- MUAZE, Mariana de A. F. “As várias faces da velhice” In: LEMOS, Maria Teresa & ZABAGLIA, Rosângela A.(org) *A Arte de Envelhecer: saúde, trabalho, afetividade, estatuto do idoso*. SP: Idéias & Letras/ RJ: UERJ, 2004, pp 95-116.
- _____. “Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889)” In: *Dimensões- Revista de História da UFES*. Vitória: UFES/CCHN, nº15, 2003, p59-84.
- _____. *A Descoberta da infância - A construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. RJ: PUC, 1999.
- MURICY, K. *A Razão Cética – Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- NAZZARI, Muriel. *Dotes Paulistas: composição e transformações (1600-1870)*. In: *Revista Brasileira d História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp 88-114.

- _____. *O Desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. SP: Cia das Letras, 2001.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 4ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1999.
- NOVAES, F. & SOUZA, L. de M. e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. v. I.
- OLIVEIRA Jr., Antônio R. de. "A luz do social nas imagens: fragmentos teóricos na fotografia de documentação social" In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. RJ: Ministério da Cultura/ IPHAN, v 32, pp50-229, 2000.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch M de. "Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado". In: *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, 1988, no. 17, pp65-85.
- OLIVEIRA, Mônica R.de. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, Juiz de Fora: FUNALTA, 2005.
- OSÓRIO, Helen, *As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do rio Grande do Sul (século XVIII)*. In: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (org). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa* In: *Revista Brasileira de História*. SP: ANPUH/ Humanitas Publicações, Vol 20, no. 39, 2000, pp100 - 134.
- PEREIRA, Vantuil. *Liberdade e Cidadania: os requerimentos populares à Câmara dos Deputados (1822-1831)*. UFF: Departamento de História, Projeto de Pesquisa, curso de mestrado, 2005.
- PERROT, Michelle (org), *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. SP: Cia das Letras, 1991, v4, pp 307- 324.
- PIERSON, Donald. *The family in Brazil, marriage and family living*. Vol XVI, no. 4, 1954.
- PILOTTI, F. & RIZZINI, I. *A Arte de Governar Crianças*. Rio de Janeiro: Anais, 1995.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3ª. ed, SP: Livraria Martins editora, s/d.
- PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de família no Brasil: era colonial*. Editora Nacional, INL, 1980.
- PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense*. RJ: Nova Fronteira, 1984.
- PRADO, C. Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ªed, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRICE, Derrick and WELL, Liz (org). *Photography: A Critical Introduction*. 2.ªed, London and NY: Routedge, 2000.
- PRIMITIVO, M. *Subsídios para uma História da Educação no Império*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, 3vol.
- PRIORE, Mary. Del (org). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

- *População e Família 4*. Centro de estudos de Democracia Histórica da América Latina. SP: Humanitas/FFLCH/USP, v1, nº1, 1998.
- PROPP, V. *Comichidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992.
- RANGEL, A. *A Educação do Príncipe*. Rio de Janeiro: Agir ed., 1945.
- RAPOSO, Ignácio. *História de Vassoras*. 2ª ed, RJ: SEEC, 1978.
- REDE, Marcelo. "História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de Cultura material". In: *Anais do Museu Paulista – história e cultura material*. SP: USP editora, Nova Série, V 4, jan/dez, 1996.
- *Revista Brasileira de História: dossiê infância e adolescência*. SP: ANPUH/Humanitas, v19, nº37, 1999.
- REIS, A. C. F. As províncias do centro. In: HOLANDA, S. B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, t.II, vol 2, São Paulo: Bertrand, 1995.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência Negra no Brasil Escravista*. SP: Cia das Letras, 1989.
- REIS, José João. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. SP: Cia das Letras, 1991.
- RENAULT, D. O Rio de Janeiro nos Anúncios de Jornais, 1808-1850. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1984.
- _____. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais 1870-1889*. RJ: Civilização Brasileira, 1982.
- REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. RJ: FGV, 1998.
- RHEINANTZ, Carlos. *Titulares do Império*. RJ: 1960
- _____. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro. (séculos XVI e XVII)*. Livraria Brasiliense ed, RJ: 1965. Coleção Vieira Fazenda.
- RIBEIRO, I. *A Educação Elitista e Elitizante no Brasil*. UFGO: 1977, dissertação de mestrado.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira*. 2ªed, São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- RIZZINI, I. (org). *Olhares sobre a Criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Anais, 1997.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, Editora UNICAMP, 2004.
- ROCHA, José Martinho da – "Evolução da Assistência a infância no Estado da Guanabara" In: CALMON, Pedro (org) *Artes & Ciência – Quatro Séculos de Cultura no RJ*. RJ: Universidade do Brasil, 1966.
- RODRIGUES, Jaime. *Os traficantes de africanos e seu "infame comércio" (1827-1860)*. In: *Revista Brasileira de História*. SP: ANPUH/Contexto, vol 1, n 9, 1995, p130-155.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. RJ: Topbooks, 1996.
- SAMARA, E. M. *A Família Brasileira*. 4ªed, São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *A história da família no Brasil*. In: *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, nº 17, 1988, pp 7-35.
- SCHARF, Aaron. *Art and Photography*. 4ª ed, NY: Penguin Books, 1983.

- SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SENNETT, Richard. *O declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. 5ªed, SP: Cia das Letras, 1998.
- SHORTER, E. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar ed.,1975.
- SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1984.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. SP: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.
- _____. *História da Família no Brasil Colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil: na época D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. *Ser Nobre na Colônia*. SP: Unesp ed, 2005. SLENES, Robert W. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro. 1850-1888*. In: Costa, Iraci Del Nero da. *Brasil: História econômica e demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- _____. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*. In: CORRÊA, Mariza. *Concha de Retalhos*. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994.
- SODRÊ, N. W. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ, 1966.
- SORLIN, Pierre. “Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da História” In: *Estudos Históricos*. RJ: CPDOC, 1994, pp 81-95.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. 4ª. ed, SP: Cia das Letras, 2001.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Liturgia Real: entre a permanência e o efêmero*. In: JANCÓS & KATOR (org). *Festa: cultura e sociabilidade da América portuguesa*. SP: Hucitec: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, vol I.
- SOUZA, Joaquim Alvarenga de. *Os Ilustres Barões da Nobreza Vassourense*. Vassouras: 1986.
- STAROBINSKI, J. J. *Jean-Jacques Rousseau - A transparência e o obstáculo*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do café no Vale do Paraíba..* RJ: Brasiliense, 1969.
- STULZER, Frei Aurélio. *Notas sobre a História da vila de Paty do Alferes*. RJ: Matriz de Paty do Alferes, 1944.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Introdução In: *O Outro Lado da Família Escrava: mulheres chefes de família (1765-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- TELLES, Augusto C da Silva. “Vassouras: estudo da construção residencial urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. RJ: Ministério da Educação e Cultura, No. 16, 1968.
- _____. “Visita de D. Pedro II a Vassouras”. In: *Revista do IHGB*. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, vol 290, janeiro/março, 1971.
- TENENTI, Alberto. *O mercador e o banqueiro* In: GARIN, Eugenio. *O Homem do Renascimento*. Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- TURAZZI, Maria Inês. *Poses e Trejeitos – a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. RJ: FUNART & Rocco, 1995.

- ULPIANO, T. Bezerra de Meneses. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: Balanço provisório, propostas cautelares*. In: Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh/Humanitas, 2003, vol 23, nº 45.
- _____. (org) *Anais do Museu Paulista – história e cultura material*. SP: USP, n1, 1993.
- URICOECHEA, Fernando. *Minotauro Imperial*. SP: Difel/ Difusão Editorial, 1978.
- VAILATI, Luiz Lima. “Os funerais de anjinhos na literatura de viagem” In: *Revista Brasileira de História*. SP: v.22, nº44, pp365-392, 2002.
- VAINFAS, R. (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. RJ: Objetiva, 2000.
- _____. “Patriarcalismo e Misoginia” In: *Trópico dos Pecados – moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 4ªed, RJ: Nova Fronteira, 1997.
- _____. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-História*. RJ: Campus, 2002.
- _____. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 4ª ed, RJ: Nova fronteira, 1997.
- VASCONCELLOS, Barão de & SMITH, barão de (org). *Archivo Nobiliarchico brasileiro*. Lousane: Suisse, Em premerie la Concorde, 1918.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na fotografia oitocentista*. SP: Metalivros, 2003.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org). *Retratos quase inocentes*. SP: Nobel, 1983.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na Fotografia Oitocentista*. SP: Metalivros, 2003.
- VENÂNCIO, R. P. *Infância sem Destino: abandono de crianças no rio de Janeiro do século XVIII*. SP: USP, 1988, dissertação de mestrado.
- VIANA, Oliveira. *Formação Social*. In: *Populações Meridionais do Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1973, vol 1.
- VIEIRA Jr, Antônio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: a história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.
- VIVES, Vences. “A administração estadual nos séculos XVI e XVII”. In: HESPANHA, Antonio Manuel (org). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- WEGNER, Robert. *Artifício e Natureza: a conquista do oeste brasileiro segundo Sérgio Burque de Holanda*. RJ: IUPERJ, tese de doutorado, 1999.
- WEREBE, J. G. A Educação. In: HOLANDA, S. B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 4, São Paulo: Bertrand, 1995.
- WERNECVK, Francisco Klörs. *História e Genealogia Fluminense*, RJ: edição do autor, 1947.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. SP: Paz e Terra, 1992.
- WILLEMS, Emílio. *A estrutura da família brasileira*. Sociologia, Vol XVI, no. 4, 1954.
- WITTER, José Sebastião. *Anais do Museu Paulista – história e cultura material*. SP: USP, v4, jan/dez, 1996.
- XAVIER, Ângela & HESPANHA, Antônio. “As redes clientelares”, In: HESPANHA, A M (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*, Vol 4. Lisboa: Ed. Estampa.
- XAVIER, M. E. *O Poder Político e a Educação da Elite*. São Paulo: Cortez, 1990.

- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (org). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol 2.

ANEXO 1 – Lista de devedores de Joaquim Ribeiro de Avellar. Relação feita pelo visconde de Ubá (022-91, notação 795)

Balanço por quantias principiando das maiores para as menores. (1/1/1869).

Viúva de José Gomes Ribeiro de Avellar 167:259\$000
Francisco de Paula Avellar 84:800\$000
Felício Augusto de Lacerda Brim 61:468\$000
Sebastião da Silva Machado 59:119\$797
D. Francisco das Chagas Xavier Leitão e Gil 57:655\$400
Dr Luis Peixoto de Lacerda Werneck 29:883\$320
Total pág 1 – 467:867\$5000

Paulino Vieira Pacheco 28:869\$600
Romualdo Bernardino Fraga e Paulino 19:135\$600
Os herdeiros de José de Souza Werneck 18:826\$699
José Maria Velho da Silva 14:226\$904
Dr. Martinho Alves da Silva Campos 12:751\$849
Pedro Thomé Gonçalves 11:313\$274
Total pág 2 – 590:204\$904

Francisco Ribeiro Avellar 10:000\$000
Francisco Manso Chabregas 10:541\$230
Antônio José Correia da Silva e Gomes 8:747\$603
Luis José Barbosa dos Santos 8:480\$262
João Ignácio de Sousa Franco 7:437\$810
José Justino de Carvalho 7:153\$806
Tenente Coronel Luiz Guerino da Rocha Werneck 6:555\$821
Total pág 3 – 638:337\$974

Francisco Dantas Moreira 6:220\$362
Luiz Antônio da Costa 5:334\$712
João Carlos Ferreira 4:600\$762
Francisco das Chagas Xavier de oliveira 4: 119\$132
Joaquim Pinto de Lima 4:112\$064
Total pág 4 – 662:725\$006

Dr João Gomes Ribeiro de Avellar 4:017\$546
José Gomes Ribeiro de Avellar 3:901\$521
Antônio José Enéas 3:150\$350
Ricardo José monte-mor 3:087\$117
Dr Severino Alves de Carvalho 3:059\$000
Oliveira Werneck 2:917\$280
Joaquim Rodrigues Manso 2:165\$070
Antônio José de Lima
Total pág 5 – 685:022\$890

Dr Francisco Ignácio Werneck 1:936\$641
José Malaquias de Almeida Nunes 1:976\$017
Firmino Caetano da Fraga 1:693\$592
Antônio Gaspar de Mattos Bandeira 1:645\$282
Guilherme Antônio de Carvalho 1:562\$419
José da Silva Viegas 1:288\$000
Cláudio Gomes Ribeiro Leitão 900\$986
José Augusto e Faria 379\$568
João Baptista Guimarães 607\$176
Gustavo Pires do Couto 263\$142

Total – 699:485\$713 para o ano de 1869.

*Devedores da casa do Pau Grande em 30 de julho de 1870. Total
762:042\$000, finda de 1870 – 768:921\$169.*

ANEXO 2 - Caderno de Assentamentos financeiros das despesas e rendimentos mensais da fazenda –1870/1876. (022-96 notabilidade 798)

Ano 1871

	Jorna- leiros	Despesas Família em Petrópolis	Total das despesas deste mês	Líquido de café	Saldo/ déficit do mês	Recebi de meus devedores	Tive assim para meus arranjos do mês	Ficou somente para dar conta a meus credores
jan	668\$000	3:000\$000	7:089\$200	6:118\$470	- 970\$730	9:490\$000	15:608\$470	8:519\$270
fev	636\$000	3:000\$000	6:042\$060	8:731\$142	+ 2:689\$082	14:612\$300	23:343\$442	17:301\$382
mar	783\$000	3:000\$000	6:942\$930	11:447\$604	+4:504\$674	nada	11:447\$604	4:504\$674
abr	762\$490	2:500\$000	6:226\$570	5:147\$346	-1:079\$224	5:055\$380	10:202\$726	3:976\$156
mai	910\$500	2:800\$000	5:968\$750	11:287\$869	+5:319\$119	nada	11:287\$869	5:319\$119
jun		3:912\$650	11:248\$646	8:342\$906	-2:105\$740	490\$117	8:832\$023	Não pg aos credores 2:416\$623
jul	816\$000	3:840\$000 incluindo piano e viagem para Juiz de Fora	8:859\$760	16:677\$738	+7:817\$978	1:300\$000	17:977\$738	9:117\$978
ago	778\$000	1:600\$000 incluindo viagem para Juiz de Fora	6:615\$940	16:801\$985	+10:185\$985	11:581\$602	28:383\$527	21:767\$587
set	782\$000	2:000\$000 incluindo viagem para Juiz de Fora	4:859\$000	11:637\$178	+6:778\$178	1:255\$7000	12:892\$878	8:033\$878
out	690\$250	3:000\$000 incluindo viagem para Juiz de Fora	7:104\$130	19:548:333	+12:444\$203	nada	19:548:333	12:444\$203
nov	671\$000	4:700\$000 incluindo viagem para Juiz de Fora	7:242\$360	10:566\$608	+3:324\$248	2:626\$942	13:193\$550	5:951\$190
dez	558:500	nada	6:645\$715	21:594\$287	+14:948\$572	nada	21:594\$287	14:948\$572

Outros gastos calculados no mês:

1 – mantimentos: açúcar, carne, sal, toucinho, trigo, sabão, arroz e milho dos pretos, azeite, velas, bacalhau.

2 – religiosos: dia de Reis (90\$000), missas, donativos (janeiro e junho), festa dos pretos (abril - 40\$000), festejos (dezembro – 335:000), batizados (janeiro -300\$000) e rezas (janeiro - 150\$000)

3 – administração da fazenda/pagamentos: fazendas para convecção de roupas de escravos, escrivão, imposto em Vassouras, enxadas, envio de portador a Vassouras, mantimentos dos pretos (94\$000), parreiras de café e capim cangalha (maio - 200\$000), algodão de minas para sacos, honorários e mesadas, derrubadores e fazedores de cerca (agosto - 346\$000), enxofre, enxadas, pregos.

4 – manutenção da casa e família: calçados e chapéus, modista (junho – 1:612\$650), conservação casa de Petrópolis, sapateiro e alfaiate (dezembro - 500:000), relojoeiro (dezembro - 50:000), loteria, viagem para juiz de fora out, nov, afinador de piano,

5 – Fornecedores: Ramalho (fazendas), Guerreiro (algodão) Matheus (mantimentos), Silva Almeida e Mendes (boticários).

Ano 1872

	Jornaleiros	Despesas Família em Petrópolis	Total das despesas deste mês	Líquido de café	Saldo/ déficit do mês	Recebi de meus devedores	Tive assim para meus arranjos do mês	Ficou somente para conta a meus credores
jan			3:386\$100	24:139\$300	+20:753\$206	nada	24:139\$300*	20:753\$206
fev			2:676\$080	20:012\$430	+17:336\$350	57:665\$310	77:677\$740*	80:353\$820
mar		10000\$930		22:413\$608	+12:412\$678	1:010\$510	23:424\$118*	13:423\$510
abr			6:973\$270	19:794:652	+12:821\$382	nada	19:794:652*	12:821\$382
mai	1:633\$650		5:470\$410	22:715:154	+17:242\$744	nada	22:715:154*	17:242\$744
jun		650\$000 viagem para Juiz de Fora	6:213\$685	8:517\$820	+2:304\$135	nada	8:517\$820*	2:304\$135
jul	1:796\$000		4:642\$000	14:812\$792	+10:170\$792	4:999\$800	19:812\$592*	15:170\$592
ago			7:997\$496	15:197\$240	+7:199\$744	nada	15:197\$240*	7:199\$744
set		2:900\$000	5:903\$650	13:263\$946	+7:360\$296	13:451\$722	26:715\$668*	20:811\$722
out		2:300\$000	4:552\$220	11:000\$000		30:900\$000	41:900\$000*	35:452\$220
nov		2:950\$000	7:497\$600	14:855\$000	+7:357:400	nada	14:855\$000*	7:357:400
dez		3:000\$000	6:026\$890	11:789\$698	+576\$808	17:511\$227	29:300\$925*	23:274\$025

* os campos preenchidos com (*) não foram fornecidos pelo Visconde, e sim calculados por mim mediante a apresentação dos dados necessários.

Outros gastos calculados no mês:

1 – mantimentos: carne, carne seca, chá, vinho.

2 – religiosos: batizados e rezas (janeiro – 450\$000), padre e Semana Santa (março - 200\$000), donativo (março - 1:700\$000).

3 – administração da fazenda/pagamentos: ferro, cimento, cal, peneiras, milho da Cachoeira, arame.

4 – manutenção da casa e família: obras casa de Petrópolis, casa de Petrópolis (200\$000/ mês), médico da Corte (março - 3:055\$000), loja de fazenda (maio - 2:000\$000), Viagem a Juiz de Fora (junho), mesadas na cidade.

Ano 1873

	jornaleiros	Despesas Família em Petrópolis	Total das despesas deste mês	Líquido de café	Saldo/ déficit do mês	Recebi de meus devedores	Tive assim para meus arranjos do mês	Ficou somente para conta a meus credores
jan	607\$000	3:400\$000	8:250\$600	24:827\$490	+16:576\$890	2:500\$000	27:327\$490	19:076\$890
fev	597\$000	2:700\$000	7:652\$000	14:683\$590	+7:031\$590	nada	14:683\$590	7:031\$590
mar	615\$000	2:500\$000	8:951\$000	16:175\$294	+7:224\$294	nada	16:175\$294	7:224\$294
abr	700\$000	2:600\$000	7:265:420 sendo 2:000\$000 de jardim	20:420\$716	+13:155\$296	32:673\$000	53:093\$716*	45:828\$296
mai	811:000	5:400\$000 sendo 1:400\$000 de modista	7:584\$850	16:727\$245	+9:142\$395	10:904\$000	27:631\$245	20:046\$395
jun	762\$000	4:000\$000	8:600\$850	7:841\$670	-759\$670	17:232\$000	25:073\$670* declaro que terminou neste mês as minhas dívidas tendo deixado no Banco do Brasil	17:166\$180

							30:000\$000 para pagamento de vales quando for pedido crédito .	
jul	809\$000	4:200\$000	7:639\$800	6:682\$320	- 957\$480	10:797\$000	17:479\$320*	9:839\$520 compra de apólice Banco do Brasil
ago	956\$000	4:336\$000	9:138\$320	11:256\$217	+2:117\$897	nada	11:256\$217	2:117\$897 compra de apólice Banco do Brasil
set	880\$000	1:240\$000 sendo 740\$000 de obras. Retira-se com a família de Petrópolis para viagem a Europa	4:740\$300	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade inc
out	782\$000	646\$000 obras	5:232\$310	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade inc
nov	641\$000	641\$000 obras	10:505\$900	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade inc
dez	698\$000	1280\$000 obras	9:387\$150	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade incompleta	Contabilidade inc

Outros gastos calculados no mês:

1 – mantimentos:

2 – religiosos: missas.

3 – administração da fazenda/pagamentos: ferramentas de carpintaria, mercúrio, despesas dos feitores, candeeiros, fechaduras, estopa

4 – manutenção da casa e família: cerveja, copa, peixe

5 – Fornecedores:

Ano 1874

	Jornaleiro	Despesas Família em Petrópolis	Total das despesas deste mês	Líquido de café	Saldo/ déficit do mês	Recebi de meus devedores	Tive assim para meus arranjos do mês	Saldo para a compra de apólices
jan	766\$000	2:000\$000 não especifica se foram em Petrópolis	7:972\$920	23:770\$910		nada		15:797\$990
fev	741\$000	1:000\$000 (obras, cocheiro, jardineiro e viagem)	8:468\$500	20:055\$076				11:586\$576
mar	995\$000	2:130\$000	8:896\$699	26:707\$330				17:800\$631
abr		1:267:000	7:638\$235					
mai		600\$000						
jun								
jul								
ago								
set								
out								
nov								

dez								

** O visconde de Ubá viaja para a Europa com a família e não preenche mais a contabilidade pessoal.

Outros gastos calculados no mês:

1 – mantimentos: toucinho, arroz, milho, carne, sal, cal, sabão, fazendas, algodão, algodão de minas, banha.

2 – religiosos: rezas (janeiro - 140\$000), batizados (janeiro - 30\$000).

3 – administração da fazenda/pagamentos: mercúrio, piche, aço, ferro, enxofre, condução, botica (março - 371\$700), tropa.

4 – manutenção da casa e família: jardineiro e cocheiro de Petrópolis (janeiro - 100\$000), jardineiro e cocheiro da casa (janeiro - 861\$000), colégio, velas, escrivão, piano (fevereiro - 20\$000), relógio.

5 – Fornecedores:

Ano 1875

	Jornaleiros	Petrópolis e Família	Total das despesas deste mês	Líquido de café	Saldo/ déficit do mês
jan	888\$000	4:200\$000	9:863\$627	862\$170	-9:001\$457
fev	1:050\$000	4:200\$000	9:375\$600	1:329\$170	- 8:046\$430
mar	1:551\$000	4:200\$000	10:013\$852	6:178\$040	-3:835\$812
abr	1:791\$000	3:500\$000	9:315\$060	7:898\$488	-1:416\$572
mai	1:718\$000	3:500\$000	9:518\$850	16:120\$485	-6:601\$633
jun	1:663\$000	2:350\$000	9:351\$000*	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados
jul	1:691\$000	3:000\$000	12:970\$576	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados
ago	1:968\$000	2:000\$000	28:339\$540 sendo 10:000\$000 de obras e encomendas de Paris	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados
set	1:685\$000	2:500\$000	18:865\$045 sendo 10:000\$000 de obras e encomendas de Paris	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados
out	1:850\$000	2:500\$000	21:971\$512 sendo 10:000\$000 de obras	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados
nov	1:539\$000	2:750\$000	19:558\$790 sendo 6:000\$000 de obras da cidade e 4:000\$000 de encomendas de Paris	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados
dez	1:686\$000	2:750\$000	8:071\$000*	Parou de oferecer os dados	Parou de oferecer os dados

** esta tabela foi alterada em relação aos outros anos porque Joaquim Ribeiro de Avellar passou a não mais preencher estes campos depois que encerrou suas dívidas.

*** outra alteração foi a separação de seus gastos individuais (despesa pessoal) dos gastos familiares. Anteriormente, este campo não existia.

Outros gastos calculados no mês:

1 – mantimentos: açúcar, carne.

2 – religiosos: rezas e festas (janeiro - 180\$000)

3 – administração da fazenda: fazendas, cimento, cal, ferro, enxofre, obras, italianos (25:000, fev) , enxadas, estrebaria e tropa (abril - 170\$000), cobertores,

4 – manutenção da casa e família: caminho de ferro e bagagens em Ubá (janeiro - 120\$000), cocheira e condução (janeiro - 50\$000), 204 garrafas de vinho (fevereiro - 291\$000)

5 – Fornecedores: Ramalho (fazendas)

Durante este ano esqueci-me de fazer assento do que gastei no molho que comprei aos pretos. Assim neste ano não tive lucro algum andando as despesas pela receita.

Ano 1876

	Jornaleiros	Petrópolis e Família	Total das despesas deste mês	Líquido café
jan	1:558\$000	2:700\$000	11:855\$280	12:545\$030
fev	1:431\$000	2:700\$000	14:448\$055	15:439\$110
mar	1:553\$000	2:600\$000	17:799\$867	20:997\$760
abr	1:292\$000	2:800\$000	22:342\$600 sendo 9:820\$000 encomendas de Paris e 1:660\$000 Troles	25:874\$980
mai	1:687\$000	2:200\$000	16:156\$180 sendo 8:000\$000 referente ao último pagamento da casa da cidade	19:759\$989
jun	1:828\$000	2:000\$000	9:934\$000 sendo 1:905\$000encomendas de Paris	10:688\$487
jul	2:039\$000	2:500\$000	18:905\$120 sendo 7:000\$000 móveis para instalação da casa da cidade e 2:039\$150 papel de forrar parede	19:886\$220
ago	2:544\$000	Parou de oferecer os dados	15:476\$845 sendo 5:000\$000 móveis para instalação da casa da cidade e 1:200\$000 colocação de gás na casa da cidade.	16:211\$854
set	2:071\$000	Parou de oferecer os dados	10:565\$849 sendo 4:000\$000 móveis casa da cidade,	11:393\$208
out	1:882\$000	Parou de oferecer os dados	17:947\$795 10:000\$000 móveis casa da cidade,	19:827\$833
nov	1:651\$000	Parou de oferecer os dados	13:343\$974 sendo 2:255\$633 fazendas, 4:142\$000 móveis casa da cidade, 1:000\$000 dinheiro que peguei em Paris	14:286\$643
dez	1:445\$000	2:100\$000	7:649\$000	28:804\$622

Das quantias recebidas dos devedores em 1876, sobrou 39:837\$171, gastei 30:000\$000 na casa de Petrópolis, ficou assim reduzida a sobra a 9:837171.

Outros gastos calculados no mês:

1 – mantimentos: mantimento dos pretos (agosto - 2:580\$000), ingrediente de matar formiga (setembro - 420\$000), milho.

2 – religiosos: hospital de Petrópolis (4:000\$000)

3 – administração da fazenda: pretos fugidos (janeiro - 90\$000), cocheira, exposição de Petrópolis (1:500\$000), vacas de leite (abril – 260\$000), tropa (jun - 33:000), mantimentos dos pretos (2:580\$000), feitores (126\$000).

4 – manutenção da casa e família: exposição de Petrópolis (janeiro - 1:500\$000), Natal (950:000\$000), velas (dezembro - 70\$000), viagem para cidade (agosto), viagens a caminho de ferro (outubro - 55\$000)

5 – Fornecedores:

ANEXO 3 - Lista de empregados de Joaquim Ribeiro de Avellar no primeiro semestre de 1885 (022-96 notabilidade 789).

Nos abaixo assinados declaramos que recebemos de nosso patrão o tenente-coronel Joaquim Ribeiro de Avellar os vencimentos do primeiro semestre, findo em 30 de junho de 1885, constantes das seguintes quantias:

Antonio Brito de Oliveira - 600\$000
José Joaquim da Cunha - 600\$000
Bernardo Antonio dos Santos - 600\$000
José Manoel Esteves - 150\$000
João Ferreira - 150\$000
Domingos de Oliveira Guimarães - 150\$000
João da Cruz Ribeiro - 150\$000
João Roque de Carvalho - 150\$000
Antonio Nunes - 120\$000
Manoel Joaquim da Costa - 175\$000

Fazenda Pau Grande, 30 de junho de 1885.

Antonio Brito do (sic).

José Joaquim da Cunha

Arogo de José Maria Esteves - José Joaquim da Cunha

Arogo de João Ferreira - José Joaquim da Cunha

Bernardino Antonio dos Santos

Manoel Joaquim da Costa

Arogo de João Roque de Carvalho – Antônio José Maria

Arogo de Antonio Nunes - Antônio José Maria

Arogo de José da Cruz Ribeiro - Antônio José Maria

Domingos de Oliveira Guimarães

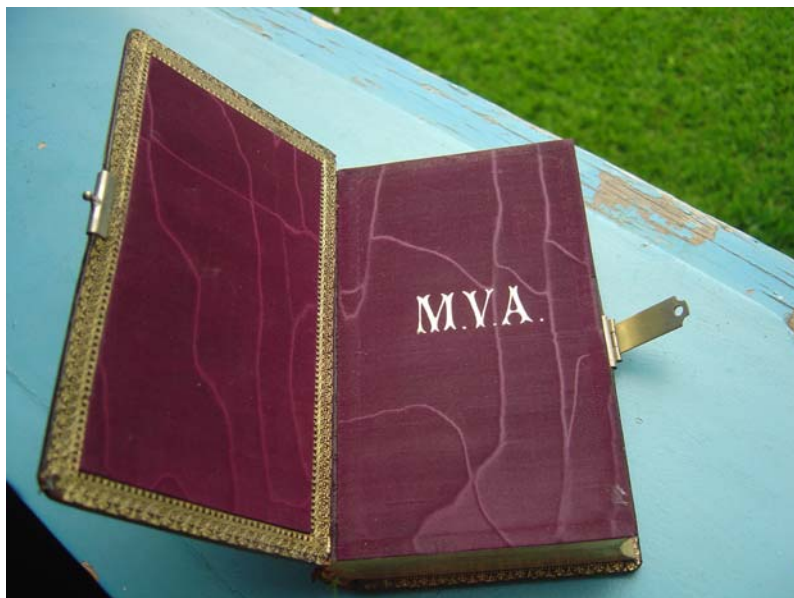
ANEXO 4 – Objetos pessoais e de casa da Viscondessa do Arcozelo



Louça, toalha e guardanapo com monograma. Coleção particular 1.



Conjunto de banheiro: urinol, saboneteira, porta escova. Porta talco e colocador de luvas. Coleção particular 1.



Livro de missa de Marianna velho de Avellar.. Coleção particular 1.



Álbuns em couro e madeira com ornamentos em prata. Coleção particular 1.

Epílogo



Em uma família grande como a nossa, é a casa paterna o centro de todas as notícias uma espécie de escritório central de fios telefônicos.
(Antônio Ribeiro de Avellar, 1884)